

SEM CERRADO
ÁGUA
VIDA



saberes dos 
povos do cerrado
e biodiversidade

saberes dos 
povos do cerrado
e biodiversidade

ORGANIZAÇÃO

Diana Aguiar
Helena Lopes

APOIO EDITORIAL

Bruno Santiago
Elvis Marques
Kaio Rodrigues

REVISÃO

Moisés Ramalho
Núcleo Piratininga
de Comunicação

PROJETO GRÁFICO

Letícia Luppi
Estúdio Massa

ILUSTRAÇÃO

Mauro Maroto
Estúdio Massa

REALIZAÇÃO

SEM CERRADO
ÁGUA
VIDA

act:ionaid

PARCERIA

LE MONDE
diplomatie
BRASIL

APOIO

CRITICAL ECOSYSTEM
PARTNERSHIP FUND



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Saberes dos povos do cerrado e biodiversidade
[livro eletrônico] / organização Diana Aguiar
Orrico Santos, Helena Rodrigues Lopes. -- 1.
ed. -- Rio de Janeiro : ActionAid Brasil, 2020.
PDF

ISBN 978-65-89247-00-5

1. Biodiversidade 2. Cerrado - Ecologia - Brasil
3. Ecologia 4. Meio ambiente 5. Sabedoria I. Santos,
Diana Aguiar Orrico. II. Lopes, Helena Rodrigues.

20-52149

CDD-981. 817

Índices para catálogo sistemático:

1. Cerrado : Brasil, Centro-Oeste: Colonização :
História 981. 817

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

saberes dos 
povos do cerrado
e biodiversidade



SUMÁRIO

Apresentação

Diana Aguiar e Helena Lopes

06

PARTE I: POVOS DO CERRADO CULTIVANDO VIDA E SABERES

A Força das Mulheres do Cerrado: Raizeiras e Quebradeiras

Diana Aguiar, Jaqueline Evangelista Dias, Lourdes Cardozo Laureano,
Maria Emília Lisboa Pacheco, Naiara Andreoli Bittencourt, Rosalva
Gomes e Valéria Pereira Santos

12

A Vida entre as Chapadas e os Vales: Comunidades Geraizeiras, Fechos de Pasto e Apanhadoras de Flores Sempre Viva

Alexandre Gonçalves, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Diana Aguiar,
Fernanda Testa Monteiro, Helena Lopes, Julianna Malerba, Maurício
Correia, Paulo Rogerio Gonçalves e Samuel Britto

32

Povos Indígenas do Cerrado: Caminhando e Cultivando R-Existências Diversas

Marcela Vecchione, Antonio Veríssimo da Conceição, Laudovina
Aparecida Pereira e Roberto Antonio Liebgott

66

Comunidades Quilombolas do Cerrado: Cultivando Territórios de Liberdade nos Sertões

Paulo Rogerio Gonçalves e Maryellen Crisóstomo

96

Povos das Águas do Cerrado: Pescadores Artesanais, Vazanteiros, Retireiros e Pantaneiros

Diana Aguiar, Daniela Egger, Isolete Wichinieski, Letícia Aparecida
Rocha, Raquel Rigotto, Solange Ikeda-Castrillon, Valéria Pereira Santos
e Ynaê Oliveira Sales

124

PARTE II: R-EXISTÊNCIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA E SEMPRE

**A Biodiversidade é o Melhor Remédio contra
Pandemias: Lições dos Territórios do Cerrado**

Bruno Santiago, Diana Aguiar e Elvis Marques

156

Desmatamento no Cerrado e Resistências nos Territórios

Diana Aguiar, Eduardo Barcelos, Marcela Vecchione,
Maurício Correia e Paulo Rogerio Gonçalves

180

**Comida de Verdade no Campo e na Cidade em
Tempos de Pandemia**

Helena Lopes e Fabio Pacheco

202

Juventudes do Cerrado: Sonhos e Resistências

Bruno Santiago e Rafael Oliveira

222

Conheça a Campanha em Defesa do Cerrado

Diana Aguiar e Helena Lopes

240

Participantes nos diálogos

242

Autoras e autores dos artigos

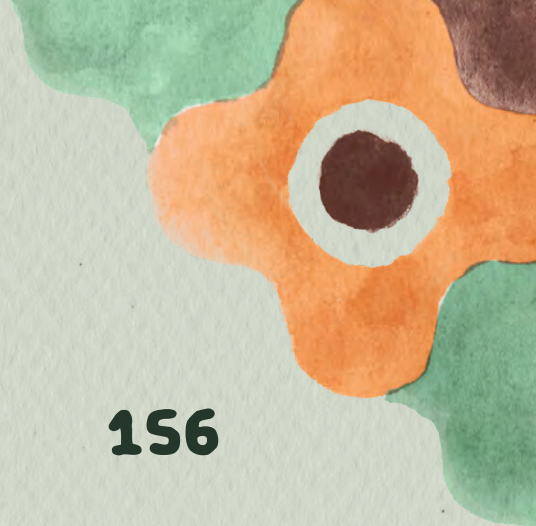
245

Colaboradoras e colaboradores

249

Fotógrafas e fotógrafos

250



APRESENTAÇÃO

No Dia Internacional da Biodiversidade, 22 de maio, no ano de 2020 em plena pandemia de Covid-19, a Campanha em Defesa do Cerrado iniciou uma série de bate-papos virtuais centrados nos povos que promovem a conservação da biodiversidade do Cerrado: os povos indígenas e as comunidades quilombolas, tradicionais e assentadas de reforma agrária da região. O sentido da série foi propiciar um lugar de escuta dos representantes dos diversos povos e comunidades do Cerrado sobre sua leitura política a respeito de seus modos de vida, suas práticas de manejo e suas tradições socioculturais. Ao mesmo tempo, a motivação envolvia ainda compreender e publicizar os principais desafios que enfrentam na luta para permanecer ou retomar seus territórios de ocupação tradicional e para garantir a reprodução de seus modos de vida, apresentando suas estratégias de resistência para seguir existindo, sua r-existência.

Em um momento em que fomos privados da possibilidade de nos encontrar e abraçar, esses nove encontros virtuais, ao longo de quase quatro meses, se tornaram momentos de acalantar as saudades e seguir caminhando juntas e juntos. Encerramos na

véspera do Dia Nacional do Cerrado, 11 de setembro, com um bate-papo com as juventudes, apontando para os sonhos que nos mobilizam a seguir lutando. Os diversos encontros também foram momentos para os representantes desses povos e comunidades contarem ao mundo que existem e que lutam para seguir existindo, apesar da invisibilização, do racismo estrutural, das violações de direitos, da criminalização, do descaso.

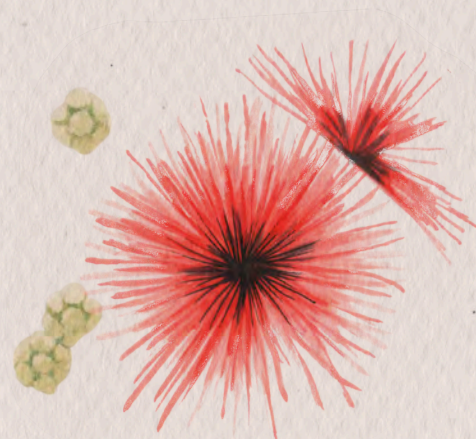
Todos os encontros virtuais estão disponíveis nos canais da Campanha, como um rico acervo para quem quiser conhecer e aprender com os povos e comunidades do Cerrado. Ao longo da série de bate-papos pudemos contar com valiosas parcerias que amplificaram as mensagens. O Observatório De Olho nos Ruralistas transmitiu toda a série em seus canais e, para episódios específicos, pudemos contar com a retransmissão de algumas organizações, movimentos e plataformas¹.

Cada um desses encontros virtuais gerou um artigo que compôs uma Série Especial no *Le Monde Diplomatique online*². Esses artigos, ou em alguns casos versões ampliadas, foram compilados neste livro, que tem também a parceria fundamental do *Le Monde*. O material que tínhamos em mãos para trabalhar nos artigos era de grande riqueza: os vários encontros contaram com a presença de lideranças, que trouxeram falas potentes sobre os diversos mo-

dos de vida e resistência no Cerrado. Tivemos, ainda, o privilégio de contar com outras importantes lideranças, educadores populares, assessores desses povos e comunidades e pesquisadores com acúmulo nos temas tratados ou com trajetória de atuação nos territórios representados e que embarcaram na empreitada de escrita coletiva dos artigos. Essa ampla colaboração, em uma perspectiva de diálogo de saberes e alimentada pela multiplicidade de experiências e trajetórias, está refletida na profundidade e poesia dos artigos que as leitoras e leitores terão a oportunidade de desfrutar. Para completar essa experiência, há ainda a dimensão visual na forma de contar essas histórias: profissionais e organizações cederam fotografias de seus acervos e o ilustrador Mauro Maroto do Estúdio Massa “traduziu” os artigos em arte.


Todo esse processo, que deságua agora nesta publicação, feita a muitas mãos e vozes, permite que, na Parte 1 deste livro, amplifiquemos o entendimento de que os povos do Cerrado são herdeiros de saberes ancestrais e tradicionais que guiam, há inúmeras gerações, o manejo das matas e paisagens, que fazem dessa rica savana uma das regiões mais biodiversas do mundo, chegando a abrigar cerca de 5% da biodiversidade do planeta. Se ainda há Cerrado em pé é porque esses povos estão com os pés no chão do Cerrado, lutando para permanecer em seus territórios de vida. E é por isso que não existe defesa do Cerrado sem a defesa dos territórios do Cerrado, onde esses povos conservam essa rica biodiversidade por meio de seus modos de vida.

Nos capítulos que compõem a Parte 1, as leitoras e leitores encontrarão, então, um pouco de como as histórias e modos de vida dos diversos povos e comunidades estão entrelaçados com



1. AATR - Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais, ANA - Articulação Nacional de Agroecologia, APA-TO - Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins, APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Campanha Mineração Aqui Não, Casa Ninja Amazônia, CESE - Coordenadoria Ecológica de Serviço, CIMI - Conselho Indigenista Missionário, COEQTO - Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins, CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, CPT - Comissão Pastoral da Terra Nacional, CPT Araguaia-Tocantins, FASE - Solidariedade e Educação, IEB - Instituto de Estudos Brasileiros, ISPN - Instituto Sociedade População e Natureza, Mídia Ninja, Mídia Índia, MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores, MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST Tocantins, Proteja Amazônia, RAMA - Rede de Agroecologia do Maranhão, Terra de Direitos.

2. Os saberes dos Povos do Cerrado e a biodiversidade. Especial Le Monde Diplomatique Brasil. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/especial/os-saberes-dos-povos-do-cerrado-e-a-biodiversidade/>.



o próprio Cerrado. Vamos conhecer a força das mulheres da região a partir das vozes e lutas das raizeiras e das quebradeiras de coco-babaçu, que desafiam ideias convencionais de território ao manejar paisagens repletas de plantas medicinais e babaçuais muito além de suas terras de posse direta. Vamos aprender sobre como elementos tão importantes das paisagens do Cerrado, como as chapadas e os vales, marcaram e foram moldados pelas formas de ser e de viver de comunidades diversas como as geraizeiras, fecho de pasto e apanhadoras de flores sempre-vivas. Vamos descobrir como o Cerrado é o coração pulsante de tantas culturas indígenas que por meio de seus trânsitos, cultivaram as paisagens e riquezas do Cerrado e lutaram e lutam para seguir existindo. Vamos lembrar como as comunidades quilombolas constituíram territórios de liberdade nos sertões do Cerrado, conjugando sua ancestralidade africana em modos de vida marcados pelo bem-viver e a felicidade guerreira. E, por fim, vamos conhecer como os modos de vida das comunidades vazanteiras, retireiras, pantaneiras e de pescadores artesanais, que habitam as ilhas e beira de rios que nascem no Cerrado, moldaram e foram moldados pelo movimento dessas águas.

Agora que, certamente, a leitora e o leitor já se encantaram com tanta diversidade de modos de vida no nosso Cerrado, na Parte 2 deste livro, vamos focar nos desafios enfrentados e nas resistências

construídas pelos povos e comunidades. Um importante lema da Campanha é “Sem Cerrado, sem água, sem vida”, um dizer que carrega a ideia-força de que a conservação do Cerrado é sinônimo de vida, tanto dos povos indígenas e comunidades tradicionais que ali vivem, quanto pelas conexões que permitem que as águas aí nascidas possam saciar a sede e garantir produção de alimentos livre de agrotóxicos, transgênicos e conflitos socioambientais. A riqueza do Cerrado inspira vida que, contudo, é cotidianamente ameaçada por projetos que expulsam os povos e comunidades, produzindo rastos de destruição, medo e violência. A pandemia da Covid-19 se soma aos desafios enfrentados nos territórios do Cerrado, pois muito além de uma crise sanitária, trata-se de uma crise ecológica, política e social, agravada pelo fato de o agronegócio e os grileiros não terem entrado, em nenhum momento, em quarentena.

Nos capítulos da Parte 2, ao ouvir os povos indígenas, comunidades quilombolas, tradicionais e assentadas de reforma agrária do Cerrado, vamos abrir possibilidades para entender e construir outras formas de viver que se fazem tão urgentes. Com as experiências apresentadas, vamos aprender como a conservação da biodiversidade é uma semente fértil para a manutenção de relações ecológicas equilibradas e, assim, a promoção da saúde. Vamos conhecer as resistências travadas pelos povos e co-


comunidades do Cerrado na defesa de seus territórios e de seus modos de vida diante do desmatamento e da contaminação por agrotóxicos. Vamos saborear comida de verdade, que os povos e comunidades do Cerrado têm garantido em tempos de pandemia e sempre, lembrando quem promove soberania alimentar. Por fim ou para continuar, vamos “esperançar”, como diria Paulo Freire, com a diversidade das juventudes do Cerrado, que se apresentam como agentes de transformação de suas realidades e apontam os caminhos para superação dos desafios.

Esse livro é uma ode aos povos do Cerrado, que, com seus saberes tradicionais associados à biodiversidade, constroem modos de vida entrelaçados a diversos agroecossistemas. Os artigos que compõem este livro ecoam a memória ancestral de que as paisagens onde a biodiversidade do Cerrado vibra não são representações de uma natureza intocada, mas sim patrimônios históricos e socioculturais, fruto da convivência e cuidado dos povos com o Cerrado. Ao mesmo tempo, os relatos e análises mostram que esses saberes tradicionais vão se transformando, sendo desenvolvidos e continuamente testados, adaptados e reinventados por meio do manejo consciente das paisagens, ao longo de inúmeras gerações, e por isso mesmo são resilientes, diversos e apropriados a cada lugar. Essa conexão entre tradição e inovação — em meio a uma profunda crise ecológica mundial e mesmo após décadas

de devastação do Cerrado pelo agronegócio monocultural — está entre os maiores legados dos povos do Cerrado, partilhando horizontes de vida, agora, e para o futuro.

QUE O APRENDIZADO COM OS SABERES DOS POVOS DO CERRADO ALIMENTE O COMPROMISSO DAS LEITORAS E LEITORES DE DEFENDER OS DIREITOS DESSES POVOS.






**POVOS DO CERRADO
CULTIVANDO VIDA
E SABERES**







A FORÇA DAS
MULHERES DO CERRADO:

Raizeiras e Quebradeiras

Fortalecidas pelas nossas ancestrais e pelo encontro com nossas companheiras, entendemos que nossos caminhos são como afluentes que deságuam: “mulheres são como águas, crescem quando se encontram”.

Carta do I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado¹

1. Carta do I Encontro Nacional de Mulheres Cerrado. Luziânia (GO), 17 de junho de 2019. Disponível em: https://semcerrado.org.br/povos_doc_errado/carta-do-i-encontro-nacional-das-mulheres-cerrado/.

A “MÃE- PALMEIRA”, COMO DIZEM AS QUEBRADEIRAS, TRAZ ALIMENTO E SUSTENTO PARA MILHARES DE FAMÍLIAS DO NOSSO CERRADO

As quebradeiras de coco babaçu e raizeiras representam dois modos de vida que têm forte protagonismo das mulheres e que vinculam práticas socioprodutivas para autoconsumo e geração de renda com saberes tradicionais majoritariamente manejados por mulheres e transmitidos de geração em geração. As mulheres quebradeiras de coco babaçu e raizeiras do nosso Cerrado ainda nos provocam a repensar ideias convencionais de território, já que coletam e manejam paisagens repletas de babaçuais e plantas medicinais, mesmo que estas estejam além das terras sobre as quais têm posse direta.



**SER QUEBRADORA É TER UMA “RELAÇÃO
COM A PALMEIRA COMO SE FOSSE COM
OUTRA COMPANHEIRA”**

O amplo aproveitamento da palmeira do coco babaçu pelas quebradeiras depende de um conjunto de saberes passado entre mulheres ao longo de muitas gerações. Quando perguntada sobre o que usam da palmeira do babaçu, Socorro Teixeira, presidenta da Rede Cerrado e da Coordenação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), responde sem hesitar: *“É só tudo. Porque a gente tira a amêndoa e da amêndoa faz o óleo, faz o leite, faz a cocada, faz o sabão, um monte de coisa. E do coco, da fruta inteira, a gente tira a casca que faz o carvão e o artesanato, a gente tira o mesocarpo. Da palmeira em si, quando cai, a gente tira o adubo. A palha que cobre as nossas casas, que faz o piso de nossas casas, faz nossas paredes, o cofo, o abano, o quibano, cerca as nossas hortas, cerca nosso criatório de galinhas. Não tem na palmeira um produto que não seja aproveitado pelas quebradeiras.”*

Por meio desses múltiplos usos, a “mãe-palmeira”, como dizem as quebradeiras, traz alimento e sustento para milhares de famílias do nosso Cerrado, especialmente em toda a faixa de transição entre o Cerrado e a Amazônia. Há importantes extensões de babaçuais no Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins e mesmo no Mato Grosso, chegando até a região do Bosque Seco Chiquitano na Bolívia, o nome que a extensão do domínio do Cerrado recebe do outro lado da fronteira. Muitas comunidades indígenas chiquitanas na Bolívia também coletam o coco babaçu (que chamam de “cusi”) e trabalham com diversos produtos da palmeira para autoconsumo e geração de renda. Essa extensão geográfica dos babaçuais, e das práticas socioprodutivas associadas, em tão diversas comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais sinaliza uma história de ancestralidade dos saberes e práticas de manejo da palmeira.

Esse saber tradicional se materializa em uma relação na qual natureza e povos tradicionais se confundem, como expresso na fala de Socorro: *“Pra gente que é quebradeira, a relação com a palmeira é como se fosse com outra mulher, com outra companheira. A dor da palmeira é a dor da gente, a dor da gente é a dor da palmeira.”* E essa relação faz da luta em defesa de seus direitos uma luta intrinsecamente relacionada à defesa do Cerrado: *“A gente correu na luta para buscar valores e essa busca de valores chegou, mas muito perseguida. Muitos fazendeiros e grandes empresas, por causa do valor, por causa do mercado, perseguem a gente e tomam da gente. Além de tomar o produto, além de derrubar nossas palmeiras, além de envenenar nossas vidas, nossas árvores, nosso Cerrado.”*

Muitas vezes as quebradeiras têm que lutar contra grandes



INDÍGENAS CHIQUITANAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU EM SANTA CRUZ, NA BOLÍVIA. CRÉDITO: OSCAR VARGAS/CIPCA

2. Padre Josimo Morais Tavares foi um religioso negro, agente da Comissão Pastoral da Terra na microrregião do Bico Papagaio, antigo Norte de Goiás. Foi animador das comunidades camponesas e importante apoiador da luta pela terra. Ele acreditava no empoderamento político das famílias camponesas e na autonomia das mulheres quebradeiras de coco babaçu. Foi assassinado em 10 de maio de 1986 a mando de fazendeiros da região por sua defesa dos trabalhadores rurais. Pe. Josimo continua sendo inspiração para as quebradeiras de coco babaçu e para toda a luta pela terra e território no Brasil.

3. Raimunda Gomes da Silva, mais conhecida por Raimunda Quebradeira de Coco, foi líder comunitária que atuou junto com Pe. Josimo na luta pela terra no Bico do Papagaio. Era uma mulher forte e determinada, foi uma das fundadoras do MIQCB e ficou conhecida nacionalmente e internacionalmente por sua luta incansável pela valorização das quebradeiras de coco babaçu. Em reconhecimento, recebeu o título de Doutora Honoris Causa da Universidade Federal do Tocantins, o Diploma Mulher-Cidadã Guilhermina Ribeira da Silva (Assembleia Legislativa do Tocantins) e o Diploma Bertha Lutz (Senado Federal). Dona Raimunda morreu aos 78 anos, no dia 7 de novembro de 2018, no Povoado Sete Barracas, município de São Miguel do Tocantins.

proprietários que querem derrubar as palmeiras e impedir o acesso delas aos babaçuais. *“As pessoas não respeitam a luta das quebradeiras de coco em defesa de uma árvore que traz o ar puro que a gente respira, traz o alimento que nos alimenta, traz o sustento da nossa família, a renda familiar e, ainda por cima de tudo, é a única árvore que não tem despesa: ninguém plantou, ninguém agou, ninguém adubou”*, completa Socorro.

Tudo isso as levou a se organizar no MIQCB para conseguir “libertar o coco!” e se fortalecer na produção e comercialização. *“O modo de vida das quebradeiras do Bico do Papagaio [região norte do Tocantins, na divisa com Pará e Maranhão] foi uma luta muito grande por incentivo do padre Josimo² em vida que dizia ‘olha, as quebradeiras de coco têm que se unir, têm que se organizar, eu quero ver vocês na rua gritando e dizendo que o babaçu é uma fruta de valor’. Aí a gente começou com Dona Raimunda³ a fazer as reuniões debaixo dos pés de manga e começou a se organizar para hoje a gente ter esse babaçu quase que livre, porque não está livre. Foi uma luta muito grande, teve companheiras que foi massacrada, teve delas que foi até morta.”*

As Leis do Babaçu Livre são instrumentos legais que formalizam as práticas ancestrais existentes, garantem o livre acesso e o uso comum das palmeiras, e são uma importante conquista das quebradeiras de coco babaçu através do MIQCB. O primeiro Projeto de Lei n. 1428 de 1996 foi apresentado ao legislativo nacional como Lei do Babaçu Livre, mas foi arquivado três vezes. Sem sucesso no âmbito nacional, o movimento passou a incidir no âmbito municipal e estadual. E foi no estado do Maranhão onde conseguiram aprovar o maior número de leis municipais que garantem o acesso das quebradeiras aos babaçuais. O município de

Lago do Junco é pioneiro⁴. Na sequência, outras Leis do Babaçu Livre foram aprovadas: em Lago dos Rodrigues⁵; Esperantinópolis⁶; São Luiz Gonzaga⁷; Imperatriz⁸; Lima Campos⁹; São José dos Basílios¹⁰; Cidelândia¹¹; Pedreiras¹²; Amarante¹³; São Pedro da Água Branca¹⁴; Vila Nova dos Martírios¹⁵. No Tocantins, foram aprovadas leis municipais em Praia Norte¹⁶, Buriti do Tocantins¹⁷, Axixá do Tocantins¹⁸ e São Miguel do Tocantins¹⁹ e uma lei estadual²⁰. No estado do Pará, foi aprovada apenas uma lei, em São Domingos do Araguaia²¹. Vale ressaltar que, enquanto algumas leis garantem maior acesso das mulheres aos babaçuais, outras o condicionam à autorização dos fazendeiros. Outras leis importantes são as leis estaduais que criaram o Dia das Quebradeiras de Coco Babaçu nos estados do Maranhão, dia 2 de agosto; Tocantins, 7 de novembro; e Piauí, 24 de setembro.

Para conquistarem as leis do babaçu livre e seu reconhecimento político, as mulheres investiram na formação e incidência política, e, ao mesmo tempo que influenciaram o poder legislativo dos municípios a aprovarem as leis, elas se fortaleceram enquanto categoria coletiva, com mais força na exigência do cumprimento dessas leis e na qualificação das denúncias de violações dos seus direitos. Maria Alaídes de Sousa, quebradeira do Maranhão e coordenadora geral do MIQCB, ressalta a diversidade entre as que-



DONA SANTINHA, QUEBRADORA DE COCO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA MONTE ALEGRE, NO MARANHÃO.
CRÉDITO: INGRID BARROS

4. Com as Leis n. 05/1997 e n. 01/2002. **5.** Lei n. 32/1999. **6.** Lei n. 255/1999. **7.** Lei n. 319/2001. **8.** Lei n. 1084/2003. **9.** Lei n. 466/2003. **10.** Lei n. 52/2005. **11.** Lei n. 01/2005. **12.** Lei n. 1137/2005. **13.** Lei n. 227/2006. **14.** Lei n. 0168/2012. **15.** Lei n. 49/2003. **16.** Lei n. 106/2007. **17.** Lei n. 058/2003. **18.** Lei n. 306/2003. **19.** Lei n. 05/2005. **20.** Lei n. 1.959/2008. **21.** Lei n. 934/2004.

bradeiras nessa caminhada de luta: *“Muitas de nós somos cooperadas, muitas não somos. Muitas somos assentadas, muitas ainda estão na beira da estrada. Somos quilombolas, somos indígenas, somos pequenas pescadoras, somos da agricultura familiar”*.

Como muitas quebradeiras são mulheres agricultoras sem-terra, a luta pelo babaçu livre está intimamente ligada à luta pelo acesso à terra e território. *“Não existe coco livre em terra presa”*, dizem as quebradeiras. Então ter acesso à terra e ao território, para as quebradeiras de coco babaçu, significa a continuidade, a reprodução das suas próprias vidas e das vidas das palmeiras.

Socorro lembra que a luta se intensifica com a chegada do Matopiba²²: *“O Matopiba vem acabar com o meio ambiente, nosso meio de vida, a nossa mãe-palmeira que nos dá o sustento, que criou nossos filhos. Aí se torna o campo limpo... Para nós, esse Matopiba é uma grande desgraça.”* Cada vez mais, as quebradeiras reivindicam que a luta pelo babaçu livre depende da luta pelo território livre: livre de cercas, de motosserra, de veneno.

Dentre as conquistas da luta das quebradeiras, está o acesso a algumas políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e camponesa. Essa luta levou à inserção da amêndoa do babaçu entre os produtos da sociobiodiversidade que são contemplados pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade - PGPM-Bio; e de produtos do babaçu entre aqueles a serem ofertados no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, e no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

No entanto, são conquistas que mal foram alcançadas e já estão sendo desconstruídas e ameaçadas, seja pela dificuldade de acessá-las (por exemplo, a obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP) ou devido à redução drástica do orçamento das políticas nos últimos anos, como no caso do PAA. Além disso, no momento atual da pandemia, no qual a fome cresce em toda parte, a dificuldade que as quebradeiras têm tido para comercializar seus pro-

22. Matopiba é uma região delimitada para fins de planejamento governamental, envolvendo o Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, e tratada pela Embrapa como “a grande fronteira agrícola da atualidade”, ou seja, espaço para a expansão do agronegócio, ignorando os territórios dos povos do Cerrado e os fortes conflitos gerados por essa expansão.



QUEBRADEIRA DE COCO
BABAÇU DA REGIÃO DO
BICO DO PAPAGAIO, EM
TOCANTINS. CRÉDITO:
BRUNO SANTIAGO/ACERVO
APA-TO

duto de alto valor nutritivo é prova da falência do Estado em assegurar a segurança alimentar e nutricional e do preço alto que a sociedade paga pela desconstrução de políticas tão importantes.



SER RAIZEIRA É TER “UMA SABEDORIA QUE NÃO TEM DONOS, SOMENTE HERDEIROS”

Outro saber tradicional dos povos do Cerrado é o saber do uso das plantas medicinais. As raizeiras e raizeiros são reconhecidos em suas comunidades pela prática de diferentes ofícios de cura a partir da aplicação de variedades de plantas, raízes, frutos, argilas e seus preparados.

Aparecida Ana de Arruda Vieira, conhecida como Tantinha, raizeira de Minas Gerais, nos conta um pouco desse ofício: *“Entre nesse trabalho para cuidar da saúde de um filho que estava muito doente. Então resgatei esse conhecimento, porque a gente já nasce com ele: a minha vó era parteira, benzedeira e raizeira;*

a minha mãe cuidou de mim a vida toda com as plantas. E até então, eu não valorizava tanto. Eu sabia que era importante, mas não fazia um trabalho avançado nessa área. Até ver que meu filho estava muito doente, tentei de várias formas cuidar dele da forma convencional, mas vi que não estava resolvendo. Resolvi fazer um curso de plantas medicinais, fui aprendendo algumas técnicas (fazer um xarope, uma tintura, uma pomada) e, a partir daí, aquilo foi despertando, fui entrando nos grupos. Minha primeira intenção era cuidar da saúde da família, mas aquilo não conseguiu mais ficar dentro de casa e começou a abrir espaços. Hoje tenho uma farmacinha caseira, que chama Ervanário São Francisco²³.”

Tantinha nos conta como, ao longo do tempo, essa caminhada foi consolidando uma identidade: *“Ser raizeira pra mim é um resgate da minha identidade, tenho muito orgulho de ter essa identidade. E trabalhar como raizeira é resgatar conhecimentos tradicionais, resgatar histórias da minha vó, dos meus antepassados, das mulheres guerreiras que estão aí tentando trabalhar com as plantas medicinais, enfrentando dificuldades. Ser raizeira é a minha forma de vida, é cuidar da terra, é ver as plantas crescerem, é proteger o Cerrado em pé. É uma sabedoria que não tem donos, somente herdeiros”.*

Quem nos conta também dessa herança é Lucely Morais Pio, raizeira e quilombola de Goiás: *“Ser raizeira para mim é um termo muito forte, porque é uma herança que eu trouxe de 1830 do meu tataravô Chico Moleque, que hoje eu sou a sexta geração dele. E a gente carrega esse ofício das plantas medicinais, esse ofício de preservar o Cerrado, esse ofício de cuidar do Cerrado e também esse respeito da energia que o Cerrado traz pra gente. Porque nós, quilombolas, a gente não usa só a planta como remédio, a gente usa a planta também como energia. E a gente tem cura pela energia, pelo cheiro, por ficar perto de uma planta. A gente fala de ficar perto da nossa planta companheira, da nossa planta amiga, que ela nos oferece energia, que traz a cura do nosso corpo. Além da gente trabalhar com a casca, com a raiz, com a flor, com a folha, a gente também trabalha com a energia da planta, sem ter que extrair aquela planta do ambiente dela”.*

23. Ervanário São Francisco de Assis. 2016. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=1321>.

Sobre essa convivência das raizeiras com o Cerrado, Tantinha completa que é uma *“relação de respeito, de sabedoria e de muito cuidado, porque o Cerrado é parte de nós, é a vida que nos permite trabalhar com as plantas medicinais, que nos dão os princípios ativos pra gente trabalhar e cuidar do outro.”* Mas esse ofício tão importante e ancestral das raizeiras enfrenta muitos desafios, como nos conta Lucely: *“É um desafio muito grande de exercer esse ofício de raizeira, porque a gente não tem um respaldo das autoridades e da lei. A gente não tem uma normativa que nos favoreça para que a gente possa exercer o nosso ofício, como as outras áreas da saúde.”*

Para enfrentar esses desafios, elas se organizam na Articulação Pacari, como nos conta Lucely: *“A Pacari é uma rede que nos fortalece, que nos ajuda a nos organizar. A gente está resgatando toda essa cultura que está sendo perdida, que está sendo tapada, que está sendo sufocada pelos que não aceitam o nosso ofício.”* E Tantinha completa: *“A gente começou a buscar meios de melhorar a qualidade daquilo que estávamos fazendo, buscar ações políticas de defesa do nosso trabalho. Chegou um momento da nossa caminhada que a gente pensou que não adiantava somente fazer remédio, que a gente precisava trazer políticas públicas para defender o nosso direito de fazer remédios. A Articulação Pacari nasce junto dessa caminhada.”*



RAIZEIRA DO CERRADO. CRÉDITO: JAQUELINE EVANGELISTA DIAS/ARTICULAÇÃO PACARI

Assim, a criminalização e depreciação da importância bio-cultural dessas práticas levaram as raizeiras a se organizarem na Articulação Pacari e a lançarem o Protocolo Comunitário Biocultural das Raizeiras do Cerrado²⁴ – uma construção que envolveu representantes de 43 grupos comunitários de dez regiões dos estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Maranhão –, buscando defender seu direito de praticar a medicina tradicional. Tantina enfatiza como esse “é um direito consuetudinário: é o direito de fazer o que a minha vó fazia, o que a minha mãe fazia”. Nessa caminhada de luta, as raizeiras estão lutando pelo reconhecimento do ofício das raizeiras e raizeiros do Cerrado como patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN²⁵.



SABERES QUE SÃO BENS COMUNS

Não bastasse a falta de reconhecimento da importância de suas práticas para a diversidade cultural e biológica do Cerrado, as quebraadeiras e as raizeiras ainda têm enfrentado a ameaça de um novo tipo de roubo e cercamento: a apropriação por empresas do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais dos quais são guardiãs.

Esses saberes, que não têm donos e sim herdeiros, não são mercadorias e por isso não têm preço, mas sim valor. Por isso precisam ser reconhecidos porque não há uma única forma de conhecimento, ao contrário do que diz a ciência hegemônica e cartesiana, que se pretende ser parâmetro de saber, ou mesmo totalizante. Essas formas de fazer, tecer, preparar, cuidar, semear

24. Protocolo Comunitário Biocultural das Raizeiras do Cerrado. Direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional. Turmalina (MG). Articulação Pacari, 2014. Disponível em: http://www.pacari.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Protocolo_Comunitario_Biocultural_Raizeiras_Cerrado.pdf.

25. Registro do ofício de raizeiras e raizeiros do Cerrado como patrimônio cultural imaterial. Disponível em: <http://www.pacari.org.br/raizeiras/registro-do-oficio-de-raizeiras-e-raizeiros-do-cerrado-como-patrimonio-cultural-imaterial/>

são fruto de décadas de experimentação, observação e criação coletiva de comunidades, transmitidas prioritariamente pela oralidade e pelo desenvolvimento comum de cada povo ou comunidade.

E talvez seja justamente a comunalidade desses conhecimentos que os tornou tão cobiçados, apropriados e espoliados por empresas, pesquisadores ou sujeitos que visam ao lucro individual acima da vida em comunidade. Não são poucos os relatos de patenteamento e exploração econômica privada de produtos, cosméticos, sementes e medicamentos que se originam do aprendizado com os povos e comunidades tradicionais, os quais não veem a repartição dos benefícios oriundos dessa comercialização ou mesmo são impedidos ao livre acesso da biodiversidade que justamente contribuem para diversificar.

Mas se se reconhece o direito de propriedade intelectual daqueles que modificam a biodiversidade, com apropriações, restrições de uso comum e mercantilização, por que ainda pouco avançamos na proteção dos saberes tradicionais? Ante aos tratados da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) que garantiram a privatização do conhecimento, os camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais fizeram frente na batalha internacional pelo reconhecimento de seus direitos e encamparam a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em 1989, que garante o direito ao consentimento livre, prévio e informado aos povos tradicionais sobre todas as medidas que afetem seus modos de viver, e também a Convenção Sobre a Diversidade Biológica, de 1992, que reconhece a importância dos conhecimentos tradicionais dos povos para a conservação da biodiversidade²⁶.

26. O Artigo 8, alínea j, da Convenção Sobre a Diversidade Biológica indica a importância de se "respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e [...] encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas" (Artigo 8º, alínea j).

No entanto, no Brasil, o Marco Legal da Biodiversidade (Lei n. 13.123/2015), contestado por movimentos sociais e comunidades tradicionais, acaba facilitando o acesso das empresas e pesquisadores aos conhecimentos tradicionais e dificultando a repartição de benefícios, uma vez que cria uma série de exceções e categorias questionáveis, como é o caso dos conhecimentos tradicionais de “origem não identificável”.

Essa ideia de “conhecimentos tradicionais de origem não identificável” impacta as raizeiras diretamente. Para as raizeiras, todo conhecimento tradicional é de origem identificável, uma vez que as detentoras do conhecimento sempre irão saber de onde ele veio. A transmissão de conhecimentos tradicionais se processa de maneira natural, sendo esta a maneira de proteger o que sabem e ensinam. E é por isso que até hoje o saber das raizeiras se mantém vivo: elas conhecem a história de cada remédio caseiro que preparam e sabem de quem herdaram aquele saber. As raizeiras avaliam que a instituição da ideia de um conhecimento sem origem foi uma manobra da lei, para dificultar a repartição de benefícios.

Muitos desses saberes das raizeiras estão na Farmacopeia Popular do Cerrado²⁷, um sistema de registro dos conhecimentos tradicionais sobre identificação, uso e manejo das plantas medicinais nativas do Cerrado que foi construído por 262 raizeiras e raizeiros dos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Minas Gerais. A farmacopeia popular contém a origem desses conhecimentos e foi depositada no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado - SISGEN para fins de proteção dos conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios, em caso de acesso por parte dos usuários que desenvolverem produtos com esses conhecimentos para fins econômicos.

Já Maria Alaídes põe em evidência as armadilhas para a garantia da consulta prévia e informada ao acesso aos conhecimentos tradicionais das que-

27. Farmacopeia Popular do Cerrado. Goiás. Articulação Pacari, 2009. Disponível em: <https://campanha-cerrado.org.br/biblioteca/14-biblioteca/publicacoes/113-farmacopeia-popular-do-cerrado>.



RAIZEIRA DO CERRADO.
CRÉDITO: JAQUELINE
EVANGELISTA DIAS/
ARTICULAÇÃO PACARI

bradeiras: “Quando a gente foi crescendo, já aprendeu a quebrar o coco com a vó, já aprendeu a fazer carvão, já aprendeu a tirar o azeite, já aprendeu fazer sabão, já aprendeu a plantar as medicinas, fazer os medicamentos caseiros.” E, mesmo com esse conhecimento tradicional tão evidente, enfrentam muitos desafios: “O babaçu, muitas empresas se apropriam para fazer experiências de produção usando o óleo de babaçu sem fazer a consulta prévia, fazendo a bioprospecção sem consulta das quebradeiras e isso é uma perda no nosso meio”.

Como herdeiras do conhecimento tradicional associado ao babaçu, as quebradeiras têm direito à repartição de benefícios. No entanto, a realidade é outra, como nos conta Maria Alaídes: “Em muitos lugares que tem mulheres que já estão se destacando em fazer seus sabonetes, a gente tem recebido propostas de empresas de cosméticos pra gente vender a base sem o cheiro, sem a essência,

pra eles fazer o melhoramento, mas que a base não leva a luta das quebradeiras, não leva a cara das quebradeiras. A gente entende que, mesmo que isso não é patentear, mas que eles querem pegar parte do conhecimento tradicional associado ali naquele produto e tentar enriquecer, concentrar os lucros só pra uma empresa, deixando a gente desamparada desse bem distribuído de uma forma social e coletiva”. E completa com uma crítica ao Marco Legal da Biodiversidade (Lei n. 13.123/2015): “A lei da biopirataria assegura que, dependendo da quantidade da nossa matéria-prima que o produto leva, eles passariam 0,05% de toda a venda, mas quem é que sabe a quantidade de venda que é feita por essas grandes empresas? Qual a prestação de contas que acontece para dar uma certa transparência para a gente poder entrar na negociação?”

Apesar dos graves problemas contidos, há brechas importantes conquistadas com a luta desses movimentos na tramitação da lei enquanto ainda era projeto e em sua regulamentação, com o Decreto n. 8772/2016. Esse decreto reconhece o direito da população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional de negar o acesso a seu conhecimento tradicional associado de origem identificável. Isto é, reconhece o direito ao veto, ao poder de dizer “não” ao acesso aos saberes ancestrais.

Do mesmo modo, na Lei 13.123/2015, há a validação jurídica de instrumentos comunitários que têm se mostrado importantíssimos para os povos e comunidades, como é caso dos Protocolos Bioculturais Comunitários, como construiu a Articulação Pacari. Eles indicam quais são os conhecimentos tradicionais e o patrimônio genético protegido e desenvolvido pelas comunidades, e como esses povos querem ser consultados sobre o acesso e repartição de benefícios sobre esses saberes.

Ainda temos muito que avançar na apropriação popular desses instrumentos; por isso, o GT Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia tentou “traduzir” um pouco desses tratados e leis numa linguagem mais acessível na

cartilha “Nossos conhecimentos sobre a sociobiodiversidade: salvaguardando uma herança ancestral”²⁸, lançada no dia 21 de maio de 2020, às vésperas do Dia Internacional da Biodiversidade²⁹.

As raizeiras, na voz de Tantina, ressaltam a importância do diálogo de saberes entre a ciência e os saberes tradicionais: *“Nós dependemos da ciência para nosso trabalho desenvolver, enquanto a ciência também depende do nosso conhecimento tradicional para se desenvolver. Deve ser uma relação de parceria. A ciência deve ter uma relação de respeito com nossos conhecimentos, porque a ciência se desenvolveu a partir dos conhecimentos tradicionais, através das pessoas que já vinham desenvolvendo o cuidado com as plantas, como os indígenas.”* Um exemplo dessa relação de respeito é o reconhecimento como mestras em Saberes Tradicionais, atribuído pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Universidade de Brasília (UnB) a Tantina e Lucely, respectivamente.

Nesta mesma toada, Tantina completa: *“A ciência para conseguir desenvolver qualquer tipo de remédio, ela depende do conhecimento dos raizeiros. É inconcebível pros grandes laboratórios fazer remédio numa cozinha de casa, mas nós raizeiras defendemos esse direito, porque eu coeto a planta no meu quintal e preparo o remédio na minha cozinha. Eu cuido da planta para, a partir dela, cuidar da pessoa.”*



AS MULHERES DO CERRADO LUTAM POR DIREITOS E PARA DEFENDER SEUS CORPOS E TERRITÓRIOS

Ao ouvir os relatos das mulheres guerreiras do Cerrado temos exemplos claros do que é a sociobiodiversidade, expressa na diversidade de paisagens, de modos de vida, de alimentação, porque elas vivem em sistemas agrícolas extremamente complexos e numa relação com a natureza mediada pelos valores do respeito, do cuidado e do pertencimento. Elas trazem sentidos profundos,

28. Nossos conhecimentos sobre a Biodiversidade. Maio, 2020. Disponível em: <https://www.terra-dedireitos.org.br/uploads/arquivos/Cartilha-Sociobiodiversidade-web%281%29.pdf>.

29. O lançamento foi acompanhado de um debate promovido pelo GT Biodiversidade da ANA denominado “Marco Legal da Biodiversidade: dialogando sobre a proteção dos Conhecimentos Tradicionais” e pode ser acessado neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=2PjSbRa9we0>.



PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES DO CERRADO REALIZADO EM LUZIÂNIA, GOIÁS, EM 2019. CRÉDITO: DAGMAR TALGA

ao borrar as fronteiras entre povos e natureza, sintetizadas na fala de Socorro: “Nós, seres humanos que vive nas matas, nós somos biodiversidade.”

Na carta final do I Encontro das Mulheres do Cerrado, realizado em junho de 2019, essa relação entre os modos de vida dos povos do Cerrado e a biodiversidade já ecoava com força: “A manutenção dos nossos modos de vida nos nossos territórios está conectada com nossa capacidade de convivência e manejo das áreas do Cerrado. A sociobiodiversidade cerradeira é base da garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional das nossas comunidades e sociedade. Nossas práticas ancestrais de armazenamento, troca e cultivo de sementes conservam a biodiversidade. Acreditamos na agroecologia como prática de convivência com o campo e de produção de alimentos que se contrapõe ao agronegócio”.

Uma relação com a natureza que é de adaptação e convivência, e não de controle e dominação como é o caso dos monocultivos. São exemplos que se contrapõem a esse modelo dominante que destrói e viola direitos. E isso é muito significativo neste momento em que somos confrontados com uma pandemia, cuja causa estrutural é justamente esse modelo agrícola industrial que padroniza a vida e as paisagens³⁰.

A história das quebradeiras, das raizeiras e de tantas mulheres dos povos do Cerrado é uma história de conflito permanente. Conflito com quem nega seus

30. Ver o artigo “A Biodiversidade é o Melhor Remédio contra Pandemias” neste mesmo volume.

direitos e saberes. Conflito com quem representa essa outra visão da natureza, baseada na exploração. A luta dessas mulheres, no bojo desses conflitos, nos traz muitos ensinamentos. Quando as mulheres quebradeiras de coco chamam atenção para o valor de uma árvore, elas estão se colocando frontalmente contra a propriedade privada e estão enaltecendo aquilo que está sobre a terra. E historicamente, nas nossas legislações, a árvore é considerada como algo acessório, então quando lutam pelo babaçu livre, elas estão invertendo o que historicamente estava nas leis. Também das árvores vem um outro ensinamento da luta dessas mulheres: Pacari, que dá nome à articulação das raizeiras, é uma árvore que espalha as suas sementes pelo vento e que não existe isolada no Cerrado, está sempre agrupada. Então, a árvore que é o símbolo da luta dessas mulheres também nos ensina o valor do trabalho em grupo, das articulações em rede, tão fundamentais para a defesa de direitos e territórios.

Ao mesmo tempo, as quebradeiras enfatizam como a “mãe-palmeira”, companheira que alimenta seus filhos, é continuamente aprisionada pelas cercas, contaminada pelos venenos, derrubada pelas motosserras. A luta pela libertação da palmeira caminha junto com a luta pela libertação dos corpos das mulheres do Cerrado, que enfrentam a violência entranhada na sociedade, tantas vezes em suas próprias casas e comunidades. No I Encontro das Mulheres do Cerrado, elas afirmaram: *“Não existem territórios livres com corpos presos!”*. E enfatizaram que *o “ódio às mulheres perpetrado pelos atuais representantes das instituições brasileiras tem se refletido também no aumento do feminicídio nas nossas comunidades. Entendemos a flexibilização da posse das armas como uma ameaça direta às nossas vidas.”*

A LUTA PELA LIBERTAÇÃO DA PALMEIRA CAMINHA JUNTO COM A LUTA PELA LIBERTAÇÃO DOS CORPOS DAS MULHERES DO CERRADO, QUE ENFRENTAM A VIOLÊNCIA ENTRANHADA NA SOCIEDADE

PRIMEIRO ENCONTRO
NACIONAL DAS MULHERES
DO CERRADO REALIZADO
EM LUZIÂNIA, GOIÁS, EM
2019. CRÉDITO: DAGMAR
TALGA



AS MULHERES DO CERRADO SEMEIAM FUTUROS ALTERNATIVOS

As lutas das quebradeiras e raizeiras encerram um sentido precioso e profundo de inovação das tradições. Elas nos mostram que os modos de vida dos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais do Cerrado não estão presos ao passado. São modos de vida que nos projetam para futuros alternativos. As mulheres desses povos são as “parteiras” desse outro mundo possível. Um devir semeado, cuidado e nutrido por essas mulheres com base na diversidade e no respeito à natureza e à ancestralidade, tais como afirmaram as mulheres no I Encontro:

“Nós somos as guardiãs do Cerrado e dos saberes populares que herdamos de nossos e nossas ancestrais. Por toda nossa história, lutamos para que nossa cultura e modos de vida resistissem.

Unidas na nossa diversidade, afirmamos aqui que o Cerrado brasileiro tem cara de mulher!

Essa mulher é resistente, resiliente, negra, indígena, quilombola, feminista, camponesa, assentada e acampada, sem-terra, atingida por mineração e barragens, quebradeira de coco babaçu, sertaneja, pescadora, vazanteira, LGBTQ+, assalariada rural, fundo e fecho de pasto, raizeira, benzedeira, PARTEIRA, agricultora familiar, geraizeira, ribeirinha.


O Cerrado é um mosaico de vidas e biodiversidades. É berço das águas do país e seus campos e florestas são os lugares que nos alimentam.

Por isso, participamos da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado por compreender a profunda relação desse bioma com nossos modos de vida.”



Diana Aguiar, Jaqueline Evangelista Dias, Lourdes Cardozo Laureano, Maria Emília Lisboa Pacheco, Naiara Andreoli Bittencourt, Rosalva Gomes e Valéria Pereira Santos





A VIDA ENTRE AS CHAPADAS E OS VALES:

Comunidades Geraizeiras, Fechos de Pasto e Apanhadoras de Flores Sempre-Viva

OS MODOS DE VIDA HERDEIROS DESSA OCUPAÇÃO E SABERES FICARAM CONSAGRADOS NA OBRA-PRIMA DE GUIMARÃES ROSA "GRANDE SERTÃO: VEREDAS"

As comunidades Geraizeiras, Fechos de Pasto e Apanhadoras de Flores Sempre-Viva nos convidam a conhecer um pouco mais da realidade do Cerrado a partir dos modos de vida de quem vive em suas chapadas, serras, vales e veredas. O geógrafo Aziz Ab'Saber se referia, por vezes, ao domínio paisagístico e macroecológico que cobre a porção central do Brasil como "domínio dos chapadões recobertos por cerrados e penetrados por florestas-galeria"¹. Essa denominação carrega em si os traços morfológicos e fitogeográficos tão característicos do nosso Cerrado, com seus extensos chapadões, planaltos, tabuleiros e serras, permeados por vales onde a água aflora cercada de florestas-galeria, cenários de uma singular história de ocupação tradicional da terra.

O pesquisador Altair Sales Barbosa, natural de Correntina-BA, e um dos maiores especialistas em arqueologia do Cerrado, em seu clássico "Andarilhos da Claridade: os primeiros habitantes do Cerrado"², evidencia que os povos da Tradição Itaparica, que remontam a entre 15.000 a 12.000 anos antes do presente, já se adaptavam aos dois principais componentes da paisagem do Cerrado – as chapadas e os vales. Segundo Barbosa, no período das chuvas, esses povos se abrigavam em grutas calcárias nos vales dos rios. Era momento de baixa mobilidade, possibilitando o surgimento de sítios agrícolas e fragmentação grupal, o que fez com que vastas regiões fossem sendo povoadas. Já no período das secas, eles abandonavam os abrigos nos vales e iam para os campos nos grandes chapadões, em busca de caça e extrativismo, período de grande mobilidade e de união de macrogrupos, que deram origem aos povos indígenas e tradicionais, com seu saber-fazer enraizado nas paisagens cerradeiras.

Os modos de vida herdeiros dessa ocupação e saberes fica-

1. Aziz Ab'Saber. Potencialidades Paisagísticas Brasileiras [1977]. In: Ab'Saber, Aziz. Os Domínios da Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

2. Altair Sales Barbosa. Andarilhos da Claridade: os primeiros habitantes do Cerrado. Goiânia: Universidade Católica de Goiás. Instituto do Trópico Subúmido, 2002. 416 p.

ram consagrados na obra-prima de Guimarães Rosa “Grande Sertão: Veredas”, cujo título já apresenta os dois componentes da paisagem que são integrais aos modos de vida dessas populações³: os vales ou pés de serra onde vivem, fazem a roça e coletam diversos frutos nativos e, em algumas regiões, o capim dourado, e onde a água superficial é abundante nas veredas; e os gerais (o “grande sertão”), terra de uso comum, onde o gado pasta sem cercas e onde coletam, a depender da região, as flores sempre-vivas, frutos nativos e raízes. Vamos conhecer algumas das comunidades que, no Oeste da Bahia e no Norte de Minas, são representativas dessa história e cujo saber-fazer sobre o manejo das chapadas, serras, vales e veredas promove a conservação das águas e da biodiversidade do Cerrado, reproduzindo suas vidas, suas culturas.



SER GERAIZEIRO E FECHO DE PASTO É “SER UMA COMUNIDADE QUE TEM A SUA INDEPENDÊNCIA”

As comunidades geraizeiras e de fundo e fecho de pasto do Oeste da Bahia têm memórias e histórias que remontam à sua origem indígena e negra, além dos primeiros vaqueiros do vale do rio São Francisco, que se espalharam por outros vales após a decadência das grandes fazendas. Está viva na memória também a chegada de migrantes empurrados pelas grandes secas ocorridas em regiões do Semiárido, como as de 1890 e 1930, e até de sobreviventes da Guerra de Canudos (1896-97). Ali, na beira dos extensos chapadões e planaltos, em municípios como Correntina, São Desidério e Formosa do Rio Preto, essas comunidades herdaram de seus antepassados saberes de manejo que tornaram possíveis, até a década de 70, a conservação da biodiversidade e das abundantes águas da região. Dos cerrados mais próximos às divisas da Bahia com os estados de Goiás, Tocantins e Piauí, muito foi desmatado, na escala dos milhões de hectares, para dar lugar à soja, ao milho e ao algodão do agronegócio. Os cerrados nativos na região, atualmente, coincidem com as áreas dos fechos de pasto e

3. Carlos Walter Porto-Gonçalves. Dos Cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico. Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/12/PU-BLICACAO_CERRADO-2.pdf

COMUNIDADE DE FUNDO E
FECHO DE PASTO DO OESTE
DA BAHIA. CRÉDITO: GUI
GOMES/ACERVO REPÓRTER
BRASIL



ocupadas pelos geraizeiros, em geral, nos vales e cursos médios dos rios que formam as três bacias do oeste baiano – Grande, Corrente e Carinhanha.

Jamilton Magalhães, conhecido como Carreirinha, é da comunidade de Buriti, em Correntina, às margens do rio Arrojado. Ele nos conta um pouco sobre como funciona esse sofisticado manejo, saber dos fecheiros transmitido de geração em geração: *“A gente usa o fecho em duas épocas do ano: no início da chuva [setembro a novembro], porque as nossas pequenas propriedades nos vales dos rios precisam de reforçar os capins que foram plantados no passado, para o capim nascer e criar. E aí a gente usa, geralmente no início da chuva, para os capins reforçarem, e no final da chuva. Então assim, com esse regime de uso, essa forma de uso, aqueles que tenham 20 hectares de terra nas beiras dos rios e veredas têm a capacidade de criar 30, 40 cabeças de gado por causa desses momentos estratégicos que tem de usar o fecho. Porque no momento de levar o gado, nas primeiras*

chuvas, é porque o capim precisa sair, é o capim que tem que ter esse momento de fortalecimento, e a gente tira o gado, e solta no fecho. E daí dois, três meses, já choveu bastante, o capim já cresceu e você traz o gado de volta. E aí, no final da chuva, o capim precisa de florir e sementear para renovar os pastos do ano seguinte; daí mais dois meses para a gente trazer o gado para nossa propriedade individual, porque o capim lá no gerais se recupera. Então, são dois momentos importantes, é uma coisa bem interessante.”

Desta forma, fica evidente como o geraizeiro que é o usuário do fecho de pasto aproveita bem os distintos agroecossistemas do Cerrado. O fecho, que geralmente está nas chapadas, é rico em pastagens nativas, como os capins “Agreste” (este, de dois tipos, variando o tamanho das folhas), a “Braquiariinha”, o “Pereirão”, a “Timborna”, o “Mangulô”, a “Mandioqueira”, a “Tiririca”, a “Marmelada”. Além dessas pastagens nativas, os animais ainda se alimentam da flor de pequi, da fruta do barbatimão e do sabiú. Nas chapadas, é feito o extrativismo das plantas do Cerrado, como o pequi, a aroeira, o barbatimão, o buriti, a favela, e uma centena de plantas com uso medicinal. Vale destacar que em seus rebanhos os geraizeiros optam por criar vacas e novilhas, evitando-se bois e garrotes, pois, segundo a observação local, as fêmeas possuem maior resistência em áreas de cerrados e maior adaptabilidade à pastagem nativa. Acredita-se que tal fato tenha relação com a fisiologia animal, e com o maior gasto de energia com a reprodução por parte dos machos, que, conseqüentemente, resulta em pouco ganho ou perda de peso.

Por conta do manejo feito nos fechos com o uso das pastagens e plantas nativas, e a adaptação dos rebanhos, é possível que as pequenas propriedades – quase minifúndios, mas que têm pequenas áreas de pastagens, geralmente formadas com os capins *Andropogon* e *Pangola* – possam passar por um período de “refrigério”. Ou seja, com as chuvas e a retirada do gado nos intervalos relatados por Carrerinha, é possível que esses capins rebrotem, se fortaleçam e, naturalmente, por meio de sementeio, possam ser recuperados, visto que o

gado não estará exercendo o pisoteio em um momento estratégico de manejo baseado no conhecimento tradicional.

As residências dos geraizeiros e fecheiros, em geral, não estão nos descampados de chapadas, mas nos vales, baixadas, veredas e beiras de rios que existem entre elas. Em muitos casos, são léguas de distância que separam as moradias dos fechos das terras onde soltam o gado. Os caminhos até lá são trilhados pelos rastros dos animais que, segundo os fecheiros, de tão acostumados, não só conhecem bem as estradas como adivinham os períodos de ir e voltar. Muitos criam o gado nos gerais no sistema descrito por Carreirinha, mas também fazem a pequena criação nos arredores da casa.

Esse modo de aproveitamento dos cerrados, sem destruição da sua flora, fauna, solo e águas, garante o sustento digno para as famílias que se libertam do trabalho precário e mal pago das fazendas. Além disso, abastecem as feiras e comércios regionais, já que, nas comunidades, há as áreas destinadas para a agricultura nos “sítios”, com cultivo de feijão, milho e arroz, plantio e produção de derivados da mandioca (farinha, tapioca e polvilho) e da cana-de-açúcar (o melaço, açúcar de forma, a rapadura e a cachaça), mesmo que essa produção tenha sido prejudicada pela proibição mais recente do plantio nas áreas de brejos.

Nas comunidades ribeirinhas é comum que se utilizem regos e outros sistemas tradicionais de irrigação, com aproveitamento das cheias dos rios. Mas com a captação desenfreada de água rio acima, essa irrigação tradicional está cada vez mais ameaçada, preocupando as comunidades, que notam a baixa histórica na vazão das três bacias da região, acentuada nas últimas décadas.

Cabe lembrar que as regiões dos gerais do Oeste da Bahia são a área de recarga das águas subterrâneas do Urucuia, importante sistema aquífero que, por meio de uma extensa rede de rios, alimentam as bacias dos rios Tocantins, Parnaíba, Grande, Corrente e Carinhanha, esses três últimos os mais importantes rios que alimentam o São Francisco no longo trecho baiano.



“FOI A COISA MAIS IMPORTANTE QUE ACONTECEU NA NOSSA REGIÃO, O CAPIM DOURADO”

Como vimos, além do gado, na região, há outros manejos importantes para a vida e a geração de renda para as comunidades a partir da convivência com os agroecossistemas do Cerrado. O extrativismo tem uma função central nos modos de vida de fecheiros e comunidades geraizeiras. O capim dourado, por exemplo, uma das espécies de flores sempre-viva, é encontrado tanto no Oeste da Bahia, quanto na região do Jalapão, no Tocantins, e do Norte de Minas Gerais até Goiás. Três artesãs da comunidade de Cacimbinha, em Formosa do Rio Preto, nos contam a respeito. Clara diz: *“Nós colhemos o capim dourado no tempo. São duas colheitas, do capim grosso e do fino. O tempo de colhermos o grosso é em setembro e o fino em outubro.”* Rosalina explica como o manejo deve ser feito para garantir a reprodução do capim: *“Tem que colher ele e ir deixando logo a semente lá para não acabar. Ele é nativo aí, ele não é plantado. Se a gente não tem cuidado, ele acaba.”* E Clara complementa com outros cuidados: *“Pra preservar a colheita do capim e a natureza, a gente não queima todo ano. O ano que a gente está colhendo, já tem outra queimada para a gente colher no outro ano. Esse que a gente tá colhendo esse ano, nesse lugar a gente só vai queimar no outro ano.”* O manejo que elas fazem dos campos de capim dourado, respeitando os tempos de colheita, o uso tradicional do fogo para promover a rebrota e deixando as sementes ao colher, é fundamental no cuidado e na reprodução da flora.



COMUNIDADE DE FUNDO E FECHO DE PASTO DO OESTE DA BAHIA. CRÉDITO: GUI GOMES/ACERVO REPÓRTER BRASIL

O capim dourado é matéria-prima para a confecção de diversos produtos, como bolsas, bijuterias e objetos de decoração, que são nacionalmente conhecidos e valorizados. Esse artesanato também tem um saber, herdado de tradições indígenas. Adalgisa, uma das artesãs, nos conta: *“Para começar, a gente tem que lavar o capim, botar para secar, depois a gente pega um óleo para endurecer um pouco para a gente começar a fazer os brincos, os colares, as pulseiras...”* Clara completa: *“Foi a coisa mais importante que aconteceu na nossa região, o capim dourado.”* As mulheres artesãs do capim dourado, como Clara, Rosalina e Adalgisa, tiram o sustento de suas famílias também do extrativismo dos frutos do Cerrado (como a mangaba, o pequi, o puçá, a cagaita), além do trabalho na roça e do artesanato.



AS MUDANÇAS PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS: DE GERAIS PARA FECHO DE PASTO

Carreirinha explica um pouco como as formas de ocupar o território e fazer o manejo dos cerrados tiveram que ir mudando, à medida que iam enfrentando diversos desafios, a começar pela proibição do plantio nos brejos: *“O pessoal usava muito, nesse período de manejo do rebanho, o costume de plantar nos brejos. Então, além de ser geraizeiro, era brejeiro, além de ser fecheiro, era brejeiro, porque usava o brejo, plantava arroz, plantava feijão. Então, se subir o rio Arrojado acima vai encontrar vários vestígios de onde moravam gente, e que hoje não mora mais. A lei proibiu o pessoal de usar o brejo, aí eles pararam. Aí, usa só a chapada hoje em dia para soltar o gado e fazer a colheita dos frutos que ficam*

na chapada e também dos buritis que ficam nos brejos. O fecho, na maioria das vezes, fica distante da propriedade onde mora. Eu moro na comunidade do Buriti e tenho uma cultura de subir rio acima em duas épocas do ano para fazer esse manejo com gado nos espaços que se chamam fecho hoje, que é fecho de pasto.”

Se chama fecho hoje, mas nem sempre chamou assim, como ele nos conta: *“O fecho de pasto é um nome novo, não é antigo igual gerais, porque quando fechou, foi para ter controle, ter mais organização, ser mais uma forma de lutar e resistir. A partir de 70, 80 quando surgiu a necessidade de cercar, isso porque estava chegando a grilagem de terra, começou a chegar a pistolagem. E aí o pessoal teve que se organizar em regime de comunidades, em parentesco, compadrios e determinar o seu território, fazer o fechamento de seu território para melhor lutar e defender a sua forma de vida. Para se ter ideia do que era o gerais livre pra nós, o gado da Bahia encontrava com o gado do Goiás em cima das chapadas, o que hoje não acontece mais...”* Enfim, o fecho foi uma estratégia de, juntos ainda em comunidade, preservar o que em vastas regiões dos cerrados se denomina fundo de pasto em que há continuidade territorial entre as áreas de lavoura, no fundo dos vales, e as áreas de pastagem e extrativismo nas chapadas. Essas comunidades são as protagonistas de um dos mais importantes movimentos sociais dos cerrados e das zonas de contato dos cerrados com as caatingas, a saber, o Coletivo das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto do Oeste da Bahia.

Desde a década de 1970, as comunidades vêm sofrendo com a grilagem das chapadas, tendo seu acesso a essas áreas de uso comum frequentemente interdito pelo erguimento de cercas, fechamento de antigas estradas e pelo desmatamento. As chapadas são estratégicas para o agronegócio não somente pelo tipo de solo, menos arenoso que nos vales, por serem planos e favorecerem a mecanização; mas principalmente pelo volume de chuvas que caem sobre elas (entre 800 e 1.600 mm anualmente). Com a chegada das grandes empresas transnacionais do agronegócio, sedentas por terra, grupos mais ou menos

profissionais da grilagem de terras passaram a falsificar títulos de propriedade em cartórios, usando as mais variadas modalidades de fraude, para se apropriar de milhões de hectares de terras dos chapadões do Oeste da Bahia. Embora tradicionalmente ocupadas por essas comunidades, a condição jurídica atual é de terras devolutas, ou seja, ainda são formalmente domínio público.

Por essa razão, para a expansão do agronegócio e a criação dos novos latifúndios, a fraude em cartório é necessária, forjando propriedades particulares de centenas de milhares de hectares, a exemplo do Grupo Delfim, da Fazenda Estrondo, em Formosa do Rio Preto, que falsificou títulos de 444 mil hectares de terras, segundo levantamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Consolidada a fraude cartorial, métodos violentos são, então, utilizados para cercamento das terras e expulsão dos posseiros. O passo seguinte é desmatar e implantar as monoculturas, contando que o Estado regularize ou se omita quanto à grilagem. É importante destacar que, embora de domínio público, a Constituição da Bahia garante, no art. 178, parágrafo único, assim como a Convenção 169 da OIT- Organização Internacional do Trabalho, que estas terras devem ser tituladas para os Fundos e Fechos de Pasto, quando ocupadas por essas comunidades.



A LUTA PELA ÁGUA: “NINGUÉM VAI MORRER DE SEDE NAS MARGENS DO RIO ARROJADO”

O desmatamento das chapadas e o uso indiscriminado de pivôs centrais pelo agronegócio estão exaurindo as águas que se infiltram nos gerais e recarregam o aquífero Urucuia, de onde brotam as diversas nascentes dos rios afluentes da margem esquerda do São Francisco. Essas comunidades têm seus modos de vida entrelaçados com alguns desses rios, como os afluentes dos rios Grande, Corrente e Carinhanha. Por exemplo, “o uso de rodas d’água de madei-



ENCOMENDEAIRES DE
ALMAS CORRENTINA,
BAHIA. CRÉDITO: THOMAS
BAUER/CPT

ra, o plantio em sítios irrigados, a construção de inúmeros canais de terra batida é uma marca da agricultura regional. Assim, antes mesmo da instalação dos pivôs nas grandes chapadas ou nos vales de alguns rios, já se praticava há séculos a irrigação nas comunidades ribeirinhas. Desses espaços de agricultura camponesa, denominados de sítios, é que vem boa parte da produção que abastece as feiras tradicionais das cidades do Oeste Baiano”⁴.

No dia 02/11/2017, Dia de Finados, cansados do descaso do estado da Bahia e seus órgãos em relação a suas denúncias, e, diante da ganância insaciável do agronegócio, as comunidades camponesas da bacia do rio Corrente resolveram, por sua própria conta e risco, fazer uma ação popular que envolveu a quebra do maquinário e sistema de irrigação de fazendas do grupo Igarashi, resultando, segundo a mídia local, em um prejuízo de R\$ 60 milhões. Vale destacar que, há seis décadas, desde 1960, são constantes as denúncias, mobilizações, audiências, reuniões com

4. Carlos Walter Porto-Gonçalves; Samuel Brito das Chagas. Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina-BA. Bom Jesus da Lapa: Gráfica e Editora Bom Jesus, 2019. 125 p.

autoridades e órgãos para relatar os conflitos socioambientais existentes no Oeste da Bahia. A ação popular nas fazendas do grupo Igarashi foi um “clamor de desespero”.

A situação é tão dramática, que, após esses já míticos protestos da população de Correntina, uma carta pública denunciava: “O canto fúnebre das ‘Alimentadeiras de Alma’, antiga tradição religiosa de rezar pelos mortos, passou a ser realizado para chamar a atenção para a morte das nascentes e rios às centenas na região. Romarias com milhares de pessoas vêm sendo feitas nos últimos anos em cidades da região em protesto contra a destruição dos cerrados”⁵. A frase “Ninguém vai morrer de sede nas margens do rio Arrojado” se tornou um lema dessa luta.



“NOSSO OBJETIVO É LUTAR, RESISTIR PARA EXISTIR”

A luta dessas comunidades – organizadas em associações Geraizeiras ou no Coletivo de Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto do Oeste da Bahia, a depender da região do Cerrado baiano – é pelo seu território integral, fundamental para seu modo de vida, que, ao contrário da lógica degradadora e expropriatória do agronegócio, mantém o Cerrado em pé e as águas em abundância. Um modo de vida que, como nos conta Carreirinha, lhes dá muito orgulho: *“Ser geraizeiro, se sentir geraizeiro é ser uma comunidade que tem a sua independência, porque nós, criadores de Fundo e Fecho de Pasto, temos a nossa independência aqui. Nós criamos gado, as terras são poucas, mas a gente cria e nós temos nossos territórios de fechos que ficam distante das comunidades, e que a gente faz esse manejo, e a gente produz de tudo. E na nossa comunidade, até um certo tempo, o que entrava mesmo de fora só era o sal. O sal que tem que ser buscado no comércio, no mercado, mas o mais era tudo produzido na comunidade. Então a gente sente que ser uma comunidade de fundo e fecho de pasto é ser uma comunidade que tem a sua*

5. CPT Bahia. Cansado do descaso das autoridades, o povo de Correntina reage em defesa das águas. 9 de novembro de 2017. Disponível em: <https://cimi.org.br/2017/11/cpt-bahia-cansado-do-descaso-das-autoridades-o-povo-de-correntina-reage-em-defesa-das-aguas/>.

independência própria, e a gente está lutando para manter isso”. É a existência dessas comunidades que alimenta a resistência que, assim, mais que resistência é R-Existência.

E ele complementa: “A gente tem orgulho de ser de fecho, porque é nos fechos que tem os territórios preservados, e tem as matas, o Cerrado em pé, e conserva toda a biodiversidade ainda nos fechos. Nosso objetivo é lutar, resistir para existir. É o nosso lema, é resistir para existir, porque o que tá posto, o que a gente tem enfrentado e o que vamos enfrentar não é fácil. Eu acho que nesse mundo, além do corona, tem o vírus do capital, que está sendo implantado fortemente para destruir e dizimar as comunidades. Ele vem aí para nos engolir. Eu acho que aí que a luta tem que continuar, que encampar, que nós de fecho... A luta hoje ela não é só nossa do fecho que está sendo atacado, é de todos.”



COMUNIDADES GERAIZEIRAS DO VALE DAS CANCELAS EM MINAS GERAIS

A região dos gerais em Minas é ampla e diversa, de cerrados densos à mata seca. Ali encontramos a porção mineira da Serra do Espinhaço, divisor de águas das bacias dos rios São Francisco e Jequitinhonha, com uma extensa rede formada pelos rios Vacaria, Ventania, Itacambiruçu e Jequitinhonha e seus afluentes Córrego dos Bois, Jiboia, Lamarão, Ribeirãozinho, Engenho, Taquaral, Bosque, Cantinho, Cancelas, Olaria, Milagre, Curral de Vara, São Lourenço, da Lapa, Curralinho, Macuco. A Serra do Espinhaço, em toda sua extensão, que vai do centro de Minas e adentra a Bahia até a divisa com o Piauí, é uma cordilheira de múltiplos nomes, como a Serra da Bocaina, em cujo entorno encontramos o terri-

**“A GENTE TEM
ORGULHO DE
SER DE FECHO,
PORQUE É NOS
FECHOS QUE TEM
OS TERRITÓRIOS
PRESERVADOS, E
TEM AS MATAS, O
CERRADO EM PÉ,
E CONSERVA TODA
A BIODIVERSIDADE
AINDA NOS
FECHOS.”**

tório do Vale das Cancelas, lugar de vida de comunidades geraizeiras.

Os passos vêm de longe no Vale das Cancelas e é por isso que a geraizeira Marlene Ribeiro de Sousa destaca a alegria e, também, a responsabilidade que é compartilhar conhecimentos sobre os modos de vida dali. O povo geraizeiro *“são mulheres, são homens, são crianças que nasceram nos gerais, um lugar simplesmente maravilhoso do Norte de Minas Gerais”*. E completa: *“esse cerrado nosso, os gerais, onde fomos nascidos e criados à sétima geração.”*

Os sistemas tradicionais geraizeiros associam a coleta dos frutos nativos à agricultura das grotas e beiras de rio, às áreas de solta de gado, conformando um arranjo que garantia a vida, com a agricultura tradicional, a criação animal e o extrativismo, as águas e plantas medicinais ao longo do ano. Veredas, brejos, capoeiras e matas, diversos agroecossistemas, que tinham formas de uso diferenciadas, no espaço e no tempo. O conhecimento tradicional, o saber-fazer dos camponeses, assegura a reprodução da agrobiodiversidade nesses vários componentes da paisagem.



“O GADO ERA CRIADO ÀS SOLTAS, NÃO TINHA CERCAS, NÃO TINHA DIVISÃO”: ERA “GERAIS”

Apesar da longa ocupação tradicional, Marlene nos conta que *“muita gente não consegue entender o que é um território geraizeiro. Território geraizeiro é um lugar onde nós podemos colher todos os nossos frutos no cerrado, o pequi, a mangaba, o rufão, a fruta de leite. O gado era criado às soltas, não tinha cercas, não tinha divisão. As pessoas só sabiam que o seu gado tinha sua marca. E aí ele era livre, todos os animais eram livres”*.

Aldair Pereira, também geraizeiro, conta como era o sistema de organização dos espaços nos gerais: *“Nunca teve cerca na chapada, terra de criar o gado, na solta. Ninguém dividia a chapada. Na chapada, a terra era comum. A terra era*



GERAIZEIRO DO VALE DAS
CANCELAS (MG). CRÉDITO:
GUI GOMES/ACERVO
REPÓRTER BRASIL

livre: Gerais”. Ele relembra: *“Os núcleos familiares tinham as posses e a divisão das frentes. Eram divididos pelas vertentes, por grotas, por árvores”*. Ou seja, as áreas de beira-rio eram mais controladas pelas famílias, de forma mais delimitada. Ali construía as moradas e os quintais. As “frentes” eram a continuidade das posses de beira-rio “subindo” as chapadas. O uso era comum, sem cercas. Segundo Aldair: *“plantava e morava nas partes baixas. Plantava no quintal, morar e fazer roça. Terra de criar o gado era chapada, na solta”*⁶.

O saber-fazer dos geraizeiros do Vale das Cancelas foi constituindo um modo de vida, promovendo a ocupação do território com múltiplos usos e manejo da diversidade de agroecossistemas. As casas usam com frequência adobe, “cimento queimado” e telhas de barro ou de pindoba (palha de palmeira), a partir de materiais locais. Estão localizadas próximas a pequenos córregos, com as galinhas criadas soltas, na maioria dos casos, e currais rústicos para a criação de gado. Próximo aos currais, alguns criadores semeiam capim extrema (Jaraguá ou Vermelho), em pastos que servem para manter vacas que deem leite para consumo diário e também para o gado pastar no período das

6. Luzia A. Rodrigues Dias. “Recantilados” do Território Tradicional Geraizeiro do Vale Das Cancelas. Trabalho apresentado ao Projeto Nacional de Formação em Educação e Diversidade Camponesa da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019.

secas, antes das primeiras chuvas. As roças estão próximas aos cursos d'água, áreas mais úmidas, como as grotas nas baixas ou vazantes, escolhendo o terreno apropriado para cada cultivo, como mandioca, feijão, milho, amendoim, fava. A grota é, assim, o lugar de morada e trabalho na roça, realizado pela família, como explica seu Diário da Comunidade de Lamarão: *"Grotas são essas cabeceiras, esse córrego, esse boqueirão aí que chama grotas. A grotas é onde é que mora... os animais tudo mora aqui dentro, né..."*⁷. Além do sustento, a produção excedente das grotas abastece as feiras e pequenos mercados da região.

As áreas de chapada, os gerais, não são especialmente férteis, à exceção de algumas áreas embrejadas, mas cumpriam funções próprias no sistema tradicional geraizeiro, como o extrativismo da lenha, do látex da mangaba, de frutos nativos e a solta do gado, essenciais para a reprodução das comunidades. Mas todo esse sistema, envolvendo o manejo associado entre as grotas e os gerais, foi profundamente afetado pela chegada das empresas.



A CHEGADA DAS EMPRESAS DE MONOCULTIVO DE EUCALIPTO

Até a década de 70, o modo de vida nos gerais manteve uma dinâmica de íntima convivência com o Cerrado até a chegada da grilagem nos gerais. Como nos conta Marlene, *"esse Cerrado, esse gerais, ele despertou a curiosidade de muita gente que tem ganância por dinheiro"*. Os grandes projetos de monocultivo de eucalipto chegaram no fim da década de 1970, em pleno regime militar, para abastecer a siderurgia mineira, com apoio da Ruralminas⁸ e da Sudene⁹. Nesse processo, os monocultivos invadem os gerais, expropriando centenas de comunidades da região, mudando a paisagem e afetando seus modos de vida. Os camponeses foram ficando "recantilados"¹⁰, acucados nas grotas, por consequência da apropriação das terras de chapada pelas empresas de monocultivo de eucalipto.

7. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA). Relatório das Oficinas de Autodemarkação do Território Tradicional de Vale das Cancelas. Outubro de 2015.

8. Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário, extinta em 2016.

9. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

10. Sandra Helena Gonçalves Costa. Recantilados entre o Direito e o Rentismo: grilagem judicial e a formação da propriedade privada da terra no norte de Minas Gerais. São Paulo: 2017. Tese de Doutorado da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

É uma invasão que marcou a vida dos geraizeiros, como explica Aldair: *“Quando eles chegaram aqui nas chapadas, eu era menino ainda; eles encontraram o Cerrado em pé e destruíram tudo... Eles amarravam um correntão em dois tratores e vinham arrastando tudo que encontravam pela frente. Os mais velhos aqui contam que o correntão saía pingando sangue [suspiros], eles não respeitavam nada, as plantas: fruta-de-leite, rufão, pequi, jatobá foi tudo pro chão, não deixou nada”*¹¹.

Segundo Marlene, o que aconteceu, e ainda acontece, nos gerais foi uma contínua grilagem de terras promovida por empresas com apoio do Estado. A liberdade, que era parte dos modos de vida das comunidades geraizeiras, passou a ser constantemente sufocada: *“As pessoas sofridas eram repreendidas com guardas, as pessoas não podiam nem pegar lenha. As pessoas eram massacradas, sacrificadas e as terras das pessoas foram sendo roubadas, foram sendo griladas. Então, isso aqui é o nosso Território Tradicional Geraizeiro. Isso aqui é um lugar simplesmente maravilhoso e nós estamos no vulcão de destruição”*.

Marlene complementa que desde a década de 1970 até hoje, a ação dessas empresas é pautada por uma ideia de vazio populacional, que não corresponde à realidade da ocupação tradicional do território. Citando o recente conflito com a linha de transmissão da Mantiqueira S.A., ela diz: *“as empresas que vêm aqui, elas querem fazer os diagnósticos, mas que tenha só plantas, animais, e que seres humanos não existam. E nós estamos falando para o mundo que existe pessoas, existe pessoas maravilhosas aqui no Território Tradicional Geraizeiro de Vale das Cancelas”*. Assim, com a invasão dos gerais pelos monocultivos de eucalipto, as comunidades foram tendo seu acesso a essas áreas de uso comum restringido, o que as foi instando a criar estratégias de adaptação.

11. Dias, 2019.



A ADAPTAÇÃO DOS SISTEMAS TRADICIONAIS GERAIZEIROS DIANTE DAS GRILAGENS

Entre a grota, terra de morada e trabalho, e a chapada, lugar de extrativismo e solta do gado, estão o carrasco e o tabuleiro, áreas inclinadas e com solo pedregoso, ou, como diriam os geraizeiros, “terra fraca”. Essas áreas intermediárias servem para formar pastagem e fazer solta de gado, especialmente em razão do cercamento das áreas de gerais. São também áreas de reserva e que servem para o extrativismo, pois ali estão abrigadas algumas espécies remanescentes da chapada, como o pequi e a mangaba, e onde podem coletar madeira, lenha e outros frutos nativos, como coco macaúba, babão e catulé, rufão, fruta de leite, gabiropa, murta, araçá e murici. Como explica, mais uma vez, o geraizeiro Dário: *“a terra do tabuleiro é o seguinte, pra nós, ela é uma terra que não tem muito assim... vantagem, aí nos altos, aí que ninguém planta nada nela, mal-mal pra criação. De qualquer maneira, ela é boa, que ela tá ajudando”*¹².

Antes da grilagem dos gerais, a maior parte das famílias da região criava gado, mas muitas tiveram que ir deixando a atividade pela falta de espaço de uso comum para a solta. No entanto, algumas famílias foram desenvolvendo estratégias de adaptação, como formar pastagem de capim braquiária nos tabuleiros e mesmo persistir em soltar o gado nos remanescentes de vegetação nativa e até em áreas de monocultivo de eucalipto nas chapadas, em especial no período da seca. Ainda assim, com as dificuldades de manter a integralidade do sistema tradicional, muitas vezes a reprodução das comunidades e famílias passou a depender da conjugação entre a agricultura tradicional e o assalariamento da força de trabalho¹³.

Pior ainda, muitas famílias tiveram que ir embora, como conta Aldair: *“Depois que as empresas chegaram, muitas dessas pessoas foram embora até pra outros estados, pela falta de espaço de terra, as nascentes secaram... Muitas*

12. CAA, 2015.

13. Idem.

foram as pessoas que migraram”. Ele complementa, contudo, que há um movimento de volta: “Agora muitas famílias estão voltando pra retomar suas áreas no território... As empresas, elas plantaram eucaliptos nos topos dos morros, a falta de respeito é tão grande que eles plantaram eucaliptos dentro dos cemitérios das comunidades, vilipendiando a memória, a história de nosso povo”¹⁴.



A LUTA PELO TERRITÓRIO TRADICIONAL GERAIZEIRO

No início da década de 2010, começa um processo de problematização da questão agrária e ambiental no Vale das Cancelas, marcada pelos conflitos entre os camponeses e as empresas monocultoras de eucalipto e pelas ameaças dos grandes projetos de mineração, termoelétrica e linhas de transmissão. Nesse envolvimento com as organizações populares e pastorais, criou-se uma dinâmica de reflexão sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, um processo de fortalecimento da luta pelo Território Tradicional Geraizeiro.

Neste re-envolvimento das comunidades com outros grupos de camponeses, organizações, movimentos e pesquisadores, foi se fortalecendo a percepção da necessidade de regularização do Território Tradicional Geraizeiro como uma estratégia de luta contra os grandes projetos degradadores e em defesa dos saberes das comunidades geraizeiras, cujos modos de vida são pautados pela convivência com os cerrados. Nesse processo, foram identificadas as comunidades que compõem o território, como nos conta Marlene: “São 73 comunidades divididas em três núcleos: o núcleo do Tinguí, o núcleo do Lamarão, e o núcleo de Josenópolis. Esse território nosso faz parte de três municípios: Padre Carvalho, Josenópolis e Grão Mogol. E nós conseguimos, nesse tempo difícil, um avanço muito grande na autodefinição de Território Tradicional Geraizeiro”. As comunidades estão engajadas num processo de potencialização dos territórios, na luta pela regularização, uma vez que grande parte das áreas, principalmente as chapadas, está nas mãos de grileiros.

14. Dias, 2019.

Os processos de autorreconhecimento e luta pelo Território do Vale das Cancelas influenciaram e foram fortalecidos através da Lei nº 21.147/14, que instituiu, no estado de Minas Gerais, uma política para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, garantindo o direito de manutenção de suas formas de vida e tradições, bem como também o decreto nº 47.289, de 20 de novembro de 2017, que regulamenta a lei.

Existem avanços na luta, como o certificado de autoafirmação identitária, reconhecido pela Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais e os processos relacionados à regularização do território tradicional, mesmo que ainda iniciais. A R-Existência das comunidades é dinâmica. O modo de vida tradicional enfrenta os desafios atuais de reconhecimento da identidade coletiva, de revitalização dos agroecossistemas e o enfrentamento às ameaças dos grandes projetos degradadores.



A R-EXISTÊNCIA GERAIZEIRA NA LUTA PELA REVITALIZAÇÃO DOS AGROECOSSISTEMAS DO CERRADO

No processo de resistência contra os grandes projetos e pelo reconhecimento do Território Tradicional do Vale das Cancelas, as comunidades geraizeiras estão construindo estratégias de evitar a intensificação da destruição pelas empresas grileiras e revitalizar as áreas degradadas pelos monocultivos, em especial o assoreamento das nascentes e cursos d'água, nas áreas retomadas pelas comunidades. Após alguns anos da retirada do eucalipto pelas empresas, naturalmente o cerrado se regenera em algumas áreas. Em vários casos, quando as empresas tentam novamente desmatar tais áreas, as comunidades fazem o "empate": na frente dos tratores e dos caminhões, os geraizeiros impedem o desmatamento. Em um desses casos, na comunidade São Francisco, foi criado um decreto de utilidade pública destinando a área para a

comunidade, um passo no processo de regularização do território tradicional.

Os geraizeiros defendem que parte das áreas de chapadas, sobretudo as cabeceiras dos córregos e áreas de topos de morro, sejam destinadas à regeneração natural. Além disso, lembram do acervo de pinturas rupestres nas diversas cavernas existentes no território, em especial em áreas de nascente, e que devem ser protegidas¹⁵, expressões que são da ocupação pré-histórica dos gerais. Nas áreas mais distantes dos topos de morro, mais próximas às grotas, as comunidades indicam a destinação de áreas para as famílias coletarem frutas nativas e outras para a solta do gado, formando pastagens nativas dos cerrados¹⁶.

Outras novas estratégias compõem o dia a dia das comunidades, como a produção de hortas agroecológicas. Desde 2015, com as hortas PAIS¹⁷ implementadas através do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), as famílias produzem alimentos sem adubos sintéticos e agrotóxicos e os comercializam na “Feira dos Geraizeiros”. As famílias organizam semanalmente esta feira na sede do distrito, abastecendo a população local. Aqui fazem seus experimentos com “inseticidas naturais”, adubos orgânicos e homeopatia¹⁸.

Mais recentemente, a ameaça da mineração que vem rondando as comunidades se reflete em



GERAIZEIRA DO VALE DAS CANCELAS (MG), CRÉDITO: GUI GOMES/ACERVO REPÓRTER BRASIL

15. CAA, 2015.

16. Idem.

17. Produção Agroecológica Integrada e Sustentável.

18. Duas Geraizeiras participaram do curso: Homeopatia no cuidado do ambiente e dos organismos vivos, realizado pela UFV, no acampamento Mazan, do MST, em Bocaiúva.

mais organização para defender o território, retomar áreas invadidas pelo eucalipto e garantir o reconhecimento de seu território tradicional. As comunidades continuam a luta, mostrando que a vida tradicional geraizeira resiste.



SER APANHADOR DE FLORES SEMPRE-VIVAS É TER A SERRA COMO “UMA PARTE DA GENTE”

Mais ao Sul do Vale das Cancelas, na porção meridional da Serra do Espinhaço, entre o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha, vamos encontrar as comunidades apanhadoras de flores sempre-viva. Descendentes de povos indígenas, quilombolas e também de famílias lusitanas que ali se estabeleceram no período colonial, essas comunidades habitam historicamente as serras e os sertões adjacentes do Planalto Diamantino, como é chamada esta porção da cordilheira da Serra do Espinhaço. As famílias dessas comunidades praticam agricultura de gêneros alimentícios variados com uso de técnicas milenares, a solta do gado em terras tradicionalmente ocupadas e a coleta de diversas espécies de inflorescências nativas dos campos rupestres localizados sobre a serra, cujo nome (sempre-vivas) reflete sua resiliência, mesmo após colhida.

A geografia dos apanhadores de flores é marcada pela presença das comunidades na diversidade de *agroambientes*¹⁹ que resultam da convivência com os cerrados nesta área, tal como nos conta Fátima Alves, mais conhecida como Tatinha, apanhadora de flores e integrante da Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (Codecex): “A gente consegue dividir essas apanhadores de flores em três áreas: os que estão em cima da serra; os que estão no pé-da-serra e que fazem um processo de transumância (que é passar um período de três a seis meses do ano em cima da serra e depois voltar para o pé-da-serra, onde têm casas); e as comunidades que estão na beira do rio Jequitinhonha, que são as comunidades que também se identificam enquanto quilom-

19. Correspondem aos ambientes naturais com saberes/conhecimentos locais/tradicionais associados, que são transformados continuamente, possibilitando usos agrícolas diversos e economia das famílias ao longo do tempo / espaço (Fernanda Testa Monteiro. Nas fronteiras das Minas com o Gerais: as terras de uso comum e o uso coletivo de terras. São Paulo: FFLCH/USP, 2019 (Tese). Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07022020-161152/>)

bolas. Então, esses têm as duas identidades que são apanhadores de flores e quilombolas. O que leva o nome desse povo pela prática tradicional é a panha da flor.”



“A SERRA É MEMÓRIA, É SUSTENTO. É NOSSA VIDA, É NOSSA HISTÓRIA, É SENTIMENTO.”

A colheita das flores se dá, em geral, entre os meses de maio e julho, que coincide com a época da seca, ou estiagem. Já na época das águas, ou das chuvas, as famílias encontram-se nas comunidades localizadas, sobremaneira, no sopé da serra a 600 metros de altitude, quando realizam o cultivo das roças familiares. O gado acompanha as famílias, ou seja, passa parte do ano pastando nos campos nativos do alto da serra e a outra parte nas pastagens cultivadas nos arredores das comunidades no sopé da serra. Algo marcante no modo de vida dessas comunidades é a moradia que utilizam quando estão sobre a serra, colhendo flores nos campos nativos, localizados a 1.400 metros de altitude, como nos conta Tatinha: *“As nossas moradas são as lapas e isso ficou muito forte (...) no que a serra é para nós. Então em cima da serra, as moradas são ranchos ou lapas que servem de moradia ali.”*

Esses grupos combinam, portanto, diferentes altitudes e elevada biodiversidade, associada às distintas características edafoclimáticas com ampla gama de conhecimentos referentes ao uso desses agroambientes. A flora e a fauna nativas são amplamente reconhecidas pelos moradores – considerando seus hábitos, habitat e ocorrência, bem como seus múltiplos usos e significados. As práticas tradicionais se fazem presentes cotidianamente na

**AS PRÁTICAS
TRADICIONAIS SE
FAZEM PRESENTES
COTIDIANAMENTE
NA VIDA DAS
FAMÍLIAS, EM
QUE O SAGRADO
PERMEIA A LÓGICA
DE SER, CRIAR
E FAZER**

vida das famílias, em que o sagrado permeia a lógica de ser, criar e fazer, como expresso no Protocolo Comunitário de Consulta Prévia Apanhadoras e Apanhadores de Flores Sempre-Viva: *“A serra é uma parte da gente, toda nossa vida vem dela! Plantamos, colhemos, panhamos flor, criamos nossos filhos e somos avós. Podemos ir longe, mas esse lugar fica dentro da gente. Ela é nossa sobrevivência, é tudo para nós. A serra é memória, é sustento. É nossa vida, é nossa história, é sentimento. Ela nos dá ervas medicinais, remédios, prazer de viver, alimento, gado gordo e nossas águas. Nela também celebramos, tem o forró na lapa e o lazer no rancho.”*²⁰



SABERES TRADICIONAIS: “A RIQUEZA ESTÁ NO POVO QUE SABE CUIDAR DESSE TERRITÓRIO”

Os usos desses agroambientes foram desenvolvidos e reelaborados ao longo dos séculos de interação, em estreita relação com os ciclos naturais, e são ancorados numa ampla compreensão de dinâmicas ecológicas que viabilizam estratégias econômicas diversificadas. Como diz Tatinha, a *“riqueza está tanto nas áreas dos campos, nas flores que é de uma beleza imensa, mas também no povo que sabe cuidar desse território, dessa terra, dessas águas, destas flores, então a riqueza está no conhecimento, e, muitas vezes, ele é desconsiderado e não é respeitado.”* Como resultado do manejo tradicional praticado por essas comunidades, tem-se uma paisagem singular, abundância hídrica, vasta biodiversidade nativa e agrícola e considerável densidade cultural.

O modo de vida e os conhecimentos tradicionais associados aos usos, transmitidos de geração em geração, são motivo de orgulho para as famílias que reconhecem a importância do que fazem para

20. Protocolo Comunitário de Consulta Prévia Apanhadoras e Apanhadores de Flores Sempre Vivas. 10 de junho de 2019. Disponível em: <https://terradireitos.org.br/acervo/publicacoes/cartilhas/53/protocolo-comunitario-de-consulta-previa-apanhadoras-e-apanhadores-de-flores-sempre-vivas/23092>.



COLHEITA DE FLORES
SEMPRE-VIVAS. CRÉDITO:
JOÃO RIPPER/ACERVO
CODECEX

a reprodução da vida e, assim, conservam a natureza, como nos conta Tatinha: *“uma demonstração de que esse manejo funciona, que ele se faz necessário e importante, é porque ele existe até hoje. Então é uma tradição passada de pai para filho, tanto o manejo com gado, o manejo para as flores, o manejo das roças”*. No caso das roças, praticam uma técnica indígena milenar de manejo dos trópicos que se vale do uso da terra seguido do pousio para reposição da sua fertilidade natural. Tatinha complementa: *“As roças são roças-de-toco, onde se usa a rotação. Então a roça ela anda, para não precisar trazer produtos agrícolas que não sejam naturais, então só usa o esterco. Então se usa descansar a terra, é uma das formas que se usa... Então, esse manejo foi uma experiência que os mais velhos foram fazendo até chegar nos mais novos. Com a flor é a mesma coisa, tem a época da panha, tem a quantidade certa que se colhe, tem onde que se panha, quem que panha”*.

Tatinha explica como esse sistema é vivo, tendo práticas que são atualizadas observando as condições ou variações do clima a cada ano, numa relação

de interdependência entre as famílias e a natureza: “São regras que são aprendidas ao longo das gerações ali, são repassadas e ao mesmo tempo tem uma adaptação com as mudanças climáticas. Nem tudo que você fazia há cem anos era da mesma forma e na mesma época que você pode fazer hoje. A chuva às vezes vem menos, ou mais, isso depende muito do tempo também; é uma adaptação feita. Então, umas coisas que se faziam, por exemplo, todo ano, muitas vezes é necessário fazer com [intervalos maiores] de dois anos (...). Então é de acordo com o tempo.”

Em março de 2020, esse sistema agrícola tradicional das comunidades apanhadoras de flores sempre-viva foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) como Patrimônio Agrícola Mundial. Esse título é inédito no Brasil e fortalece a importância das agriculturas realizadas pelos povos e comunidades tradicionais para a sociedade como um todo, como conta Tatinha: “A ONU reconhece o modo de vida dos apanhadores, do sistema agrícola tradicional como importante para o mundo. O que é isso? O modo de ser, fazer e viver dos apanhadores de flores é importante no mundo. Qual o grande ganho disso? Não é um ganho só para os apanhadores de flores, mas para todos os povos tradicionais do Brasil. Esse reconhecimento é de que tudo que a gente faz, o que a gente é, como que a gente vive, é importante. Se é importante, ele tem que ser preservado, ele tem que ser mantido e a vantagem é que é um sistema vivo.”



A CHEGADA DOS PARQUES: “O QUE NÃO CONCORDAMOS É QUE SE EXCLUA AS PESSOAS”

Apesar disso, essas comunidades têm sofrido limites de acesso aos campos nativos que manejam na serra em razão do estabelecimento de parques sobrepostos a suas terras tradicionalmente ocupadas sem terem sido consul-

tados, gerando exclusão social e revolta, como lembra Tatinha: “*essas unidades de conservação proíbem esse modo de vida tradicional, ameaçam as comunidades. Uma comunidade tradicional que é contrária à unidade de conservação de proteção integral, não quer dizer que ela é contrária à preservação da natureza, muito pelo contrário, ela é a favor. Só que o que não concordamos é que se exclua as pessoas.*” Ao mesmo tempo, essas modalidades de unidades de conservação geram o desperdício dos conhecimentos tradicionais que são fundamentais para aquilo que elas alegam se propor a fazer, como fica evidente no relato de um apanhador de flor: “*O povo da comunidade já tinha uma tradição. O fogo tem que estar daquele jeito, na época [só em fileira, para não alastrar] [...] Não queimavam as nascentes e nem a mata. Eles [a administração do Parque Nacional das Sempre-Vivas] trouxeram um suíço para ensinar o que meu pai já fazia.*”²¹ Além disso, como expresso no Protocolo das Comunidades: “*Com as restrições que temos sofrido para acessar nosso território nas áreas que foram tomadas pelo parque, temos visto queimadas em épocas erradas que colocam em risco o meio ambiente e a vida na serra.*”

Tatinha lembra que “*quando chega um parque no território tradicional, ele só chega lá porque tinha um povo tradicional ali cuidando. Foi por isso que a gente recebeu o selo de reconhecimento, porque a gente está cuidando desse território há mais de 100 anos, cuidando dessa serra. Eles [os órgãos ambientais] chegaram ali e já acharam tudo pronto. Então é muito fácil, [chegar] depois de ter um povo que lutou, que resistiu e que manteve esse território com tudo que tem lá. Porque é lá que ainda tem água, lá tem plantas, lá tem animais. Porque a gente estava cuidando, porque é a nossa casa. A gente cuida da nossa casa. A gente está cuidando.*”

Na atualidade, outras ameaças também estão se fazendo presentes nas comunidades, como expresso no Protocolo: “*o avanço de mineradoras nos nossos territórios, arrebentando tudo, sem consequências, [...] entram sem pedir permissão, fazem pesquisa em áreas de nascentes, usando explosivos e assim secando*

21. Comunidades Apanhadoras e Apanhadores de flores sempre vivas Macacos, Pé de Serra e Lavras. Protocolo Comunitário de Consulta Prévia. Minas Gerais, 2019. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/WEB_TDD_PROTOCOLO-apanhadoras.pdf.

os nossos córregos. [...] O avanço da monocultura de eucalipto [...] invade nosso território, seca nossas nascentes, utiliza agrotóxicos que envenenam nossos solos e águas e ainda ameaça nossas áreas de uso comum, pois o avanço da monocultura prejudica a manutenção da biodiversidade, que é uma das principais riquezas da serra.” A irracionalidade da lógica preservacionista que exclui as comunidades e permite a mineração fica evidente na fala de Tatinha: *“De um lado, se os apanhadores de flores são criminalizados, por outro lado, a mineradora consegue uma licença [ambiental] para atuar. Porque aí, no caso, a visão que eles [os órgãos ambientais] têm é que a mineradora é desenvolvimento e o apanhador de flor é só destruição. Então eu não consigo entender essa lógica deles. Além de sermos criminalizados pela prática mais simples, que é a panha da flor.”*

Nesse contexto desafiador, as comunidades apanhadoras de flores seguem na luta em defesa de seus direitos e pelo reconhecimento de seu papel na conservação da biodiversidade, se organizando por meio da Codecex, cujo lema é *“Sempre-viva na luta!”*



NOS SERTÕES DOS CERRADOS: R-EXISTÊNCIA NAS TERRAS DE USO COMUM

Geraizeiros, fecheiros e apanhadores de flores sempre-viva, assim como diversos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais das chapadas e serras do Cerrado, têm histórias que são, ao mesmo tempo, singulares e comuns entre si. Os sertões do grande domínio dos cerrados e suas zonas de transição foram, ao longo de muitos séculos a partir da colonização, espaço do exercício de liberdade e independência para aqueles que não queriam mais viver escravizados ou no trabalho subordinado nos engenhos de cana-de-açúcar, nas minas ou grandes fazendas de gado. Os gerais do Norte de Minas e Oeste da Bahia são os mais conhecidos cenários dessa história de busca por autonomia, mas a dinâmica de ocupação na base das chapadas e serras como



estratégia de resistência nos interstícios da expansão da fronteira é perceptível em outras partes do Cerrado.

Na borda esquerda dos gerais do Oeste da Bahia, no Jalapão tocantinense, comunidades quilombolas manejam as veredas, onde realizam o extrativismo de capim dourado e do buriti, do qual usam o capim e o “olho” do buriti (folhas novas) para o artesanato. A massa (polpa do coco) do buriti é comercializada seca e congelada. Além do extrativismo, a agricultura tradicional também se faz por meio de um manejo sofisticado das veredas: as roças de esgoto, nas quais esses povos tradicionais realizam uma microdrenagem da área e controlam pelos drenos a altura do lençol freático. Nas áreas mais secas de vereda, nas partes mais altas, utilizam, por sua vez, as roças de vazante, aproveitando a umidade natural do solo, onde não é necessário fazer a drenagem. Já as roças de toco são feitas nas matas ciliares nos cerrados ou em capões (matas secas). O gado é criado solto nos gerais.

Na porção da cadeia de chapadas que a partir do Oeste da Bahia adentra o Sul do Piauí, encontramos ribeirinhos e indígenas Akroá-Gamella vivendo entre os vales e as chapadas. No Território Chupé, as comunidades ribeirinhas se alimentam das áreas de brejo, pescando em suas águas e, ao redor, cultivando suas roças com variedades crioulas de mandioca, macaxeira, milho, feijão, fava e arroz. Realizam o extrativismo do buriti, da bacaba, pequi e outras frutas do Cerrado para alimentação *in natura* e beneficiamento, bem como para produção de artesanatos, como redes e tapetes, óleo e doce de buriti, óleo de pequi e doce de caju. No Território Vão do Vico, os indígenas Akroá-Gamella manejam a terra, as águas, os brejos e as chapadas, os quais são bens comuns e espiritualmente considerados moradas dos encantados, envolvendo, ainda, a medicina tradicional, rezas e benzas. Tradicionalmente realizam roças de coivara, em sistema de pousio para recuperação da floresta e fertilidade do solo, onde plantam variedades crioulas de mandioca, arroz, feijão, milho, fava, batata, cana, banana, abacaxi, melancia, abóbora, maxixe, quiabo, entre outros. Rea-



FABRICAÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA POR
COMUNIDADES APANHADORAS DE FLORES SEMPRE-VIVAS.
CRÉDITO: FERNANDA MONTEIRO

lizam o extrativismo de frutas como coco, pequi, buriti, buritirana, bacaba, mangaba e caju. Praticam a pesca de arco e flecha e lança; além da caça para alimentação encontrando animais como a paca, tatu e cutia. Nos seus territórios, entre os vales e chapadas piauienses, os ribeirinhos e indígenas vêm enfrentando, sobretudo desde os anos 1980, a grilagem de suas áreas de uso comum, com a invasão das chapadas por monocultivos de soja e milho.

No Norte do Tocantins, em Campos Lindos, e no Sul do Maranhão, em Balsas, comunidades tradicionais compartilham as duas bordas de uma mesma serra, onde a lida com o gado também foi elemento importante da ocupação tradicional. No lado tocantinense, as famílias das comunidades

tradicionais de Serra do Centro e Mirante manejam coletivamente os gerais, cerrado e carrasco (entre novembro e abril) e as veredas (de maio a outubro), para a criação de gado em sistema extensivo. A principal técnica utilizada para o manejo dos pastos nativos é a queimada controlada. O extrativismo é realizado principalmente no cerrado e carrasco, de onde coletam pequi, bacuri, cagaita, bacaba, coco piaçava, coco cunham, camaçari, pati, cachamorra, sucupira, taboca, timbó e faveira. O extrativismo nas veredas traz buritirana, buriti, murici e pindaíba do brejo. As roças de toco são feitas nas matas ciliares no cerrado. As comunidades tradicionais enfrentam, sobretudo a partir do final da década de 1990, a grilagem de suas áreas de uso comum, com a invasão das chapadas por monocultivos de soja.

São histórias diversas que trazem uma história comum de ocupação tradicional da terra que articula domínios de posse familiar com usufruto comunal organizado por relações de reciprocidade e pelo estabelecimento de acordos

comunitários. O uso comum de terras teve ampla difusão nos sertões dos gerais, onde, por largos trechos, a população conseguiu compor um regime de terras distinto daquele baseado na apropriação individual e privada da terra. O uso dos pastos nativos para a criação de gado solto, compondo os sistemas agrícolas tradicionais com as roças e o extrativismo vegetal, tornou-se a base de modos de vida que permitiram a autonomia e a conservação dos cerrados.

No caminhar da ocupação tradicional dos sertões, o desenvolvimento de sistemas ou regimes de apossamento e uso compartilhado da terra foi se configurando de forma diversa. Dependeu das lógicas, costumes e tradições dos grupos sociais que ocuparam as diversas regiões, das condições do meio natural, com seus distintos tipos de solo, diversidade biológica, regime de chuvas e hidrografia, e dos resultados dos conflitos na disputa das terras entre os fazendeiros e povos indígenas e comunidades tradicionais.

A despeito dessa diversidade de fatores, o desenvolvimento dessas dinâmicas de compartilhamento, determinantes à garantia de soberania alimentar e de autonomia face à subordinação da força de trabalho, se inscreve na própria formação da estrutura agrária brasileira. Elas se relacionam, de forma dialética, com o, desde sempre, seletivo acesso à terra no país. A realidade permanente de insegurança fundiária e de exclusão da propriedade fundiária, obrigou uma parcela do campesinato a criar estratégias diversas de viabilizar sua reprodução social. Formas de acesso livre e autônomo à terra e aos bens naturais foram instauradas e aprendidas nas estratégias de mobilidade social e territorial, que resultaram na incorporação de áreas menos coibiçadas ou pouco integradas aos mercados. Elas garantiram, por

**NO CAMINHAR
DA OCUPAÇÃO
TRADICIONAL
DOS SERTÕES, O
DESENVOLVIMENTO
DE SISTEMAS
OU REGIMES DE
APOSSAMENTO E USO
COMPARTILHADO
DA TERRA FOI SE
CONFIGURANDO DE
FORMA DIVERSA.**

CRIAÇÃO E MANEJO DO
GADO NAS TERRAS DE USO
COMUM SOBRE AS SERRAS
POR COMUNIDADES
APANHADORAS DE FLORES
SEMPRE-VIVAS. CRÉDITO:
FERNANDA MONTEIRO



exemplo, como é bem típico das paisagens de chapadas e serras do Cerrado, espaços de pastagem a famílias cuja extensão das posses familiares são insuficientes para garantir o pastoreio durante o ano todo.

Essas experiências produziram, ainda, uma enorme diversidade fundiária, em que as relações de pertencimento com o mundo material não se pautam pelas restrições que o direito de propriedade individualizante e excludente impõe. São, antes, reguladas por meio de acordos coletivos que visam manter abertos, e sob controle comunitário, recursos considerados essenciais. Delas derivam também a construção de conhecimentos e de práticas particulares de manejo da biodiversidade, de gestão territorial e criação de normatividades e sistemas sociais e jurídicos que se articulam a valores vinculados à reprodução familiar e comunitária e à construção de sujeitos que reafirmam um projeto comum de existência e coexistência social.

Embora, por muito tempo, esses sistemas tenham sido mantidos à mar-

gem ou subordinados às relações econômicas dominantes e excluídos dos sistemas jurídicos que determinavam e legitimavam o modo de apropriação territorial hegemônico dinamizado pelo e com o aparato estatal, essa diversidade se manteve e se atualiza em face a velhas e novas formas de subordinação. Essas comunidades compartilham não somente uma história comum de ocupação tradicional da terra, mas também uma história comum de resistência à invasão por monocultivos de soja e eucalipto e por empreendimentos diversos (de mineração, dentre outros), levando a estratégias diversas de R-Existência.

Os povos do Cerrado, muitos dos quais habitando nessas paisagens tão lindas dos vales entre as chapadas e serras, lutam para manter seus modos de vida tradicionais, que articulam a criação do gado, roças e extrativismo vegetal, ou agroextrativismo, e conservam a biodiversidade, a mata nativa e a abundância das águas do Cerrado. Diante de tantas ameaças à vida por parte de uma civilização que privilegia o lucro, essas tradições são fontes de inspiração para o futuro. Assim, mais do que pensar se esses modos de vida têm futuro, é preciso ver que é essa noção de progresso e de desenvolvimento que ameaça a vida, o futuro.

O grande aprendizado que nos trazem é que o Cerrado é um lugar de riquezas e muitas belezas, e que isso só se manteve até os dias de hoje, em função de seus povos, que foram responsáveis por conservá-lo por milhares de anos, pois têm como horizonte uma perspectiva de vida. E assim é como nos ensina o grande Guimarães Rosa, na sua obra-prima que tão bem retratou esses povos: “O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem...”



Alexandre Gonçalves, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Diana Aguiar, Fernanda Testa Monteiro, Helena Lopes, Julianna Malerba, Maurício Correia, Paulo Rogerio Gonçalves e Samuel Britto

saberes dos
povos do cerrado
e biodiversidade





Povos Indígenas do Cerrado:

CAMINHANDO E CULTIVANDO
R-EXISTÊNCIAS DIVERSAS

POVO GUARANI KAIOWÁ,
ALDEIA JAGUAPIRU,
DOURADOS (MS).
CRÉDITO: BRUNO
SANTIAGO/ACERVO CESE



Os povos indígenas do Cerrado são herdeiros de saberes ancestrais e, ao longo de milênios, manejam e multiplicam a biodiversidade dessa região. Caminhantes de chapadas e rios, são guardiões de sementes, cuidadores de roças diversas, caçadores, pescadores e guerreiros. Combinam técnica e exímio manejo do mundo da natureza com que convivem e onde vivem, praticando o agroextrativismo de frutos nativos e plantas medicinais, bem como tantos elementos que conjugam na feitura de belos artesanatos. Muitos dos saberes que os diversos povos e comunidades tradicionais praticam na convivência com o Cerrado – como os artesanatos de capim dourado e palha de buriti, os múltiplos usos do coco-babaçu e a agricultura de cheia e vazante dos rios – foram desenvolvidos e adaptados ao longo do tempo por seus

ancestrais indígenas. Os povos indígenas que habitam o Cerrado são resistentes e lutam para permanecer em seus territórios há séculos, tendo enfrentado reiterados deslocamentos forçados e tentativas de apagamento de suas existências, seja em aspectos materiais ou imateriais.

Em um tempo mais recente, da passagem do século XIX ao XX, e, de forma mais sistemática, desde os anos 1930 e 40, os povos indígenas das diversas paisagens do Cerrado vêm seguindo suas longas rotas de trânsito e constituição territorial de maneira a (sobre)viver diante da violenta expansão dos cercamentos das terras férteis e águas abundantes que habitavam e ajudaram a construir, como nas planícies e vales do Araguaia, ou nas imensas matas de galeria do alto rio Tocantins. Esse é também o caso das terras pretas no Mato Grosso, no Maranhão e em tantas outras áreas dessa imensa região, tida como o epicentro do agronegócio do Brasil, mas, que, na verdade, é o coração pulsante de tantas culturas indígenas. Muitas áreas, que se transformaram nos latifúndios do Centro-Sul do país e, hoje, do chamado Matopiba, se interpuseram e deslocaram tantos povos indígenas, aproveitando-se da biodiversidade e da riqueza da terra que eles ajudaram a fecundar.

Transformando-se muitas vezes em povos sem terra, deixando a terra sem povos, em razão das expulsões contínuas que sofreram e sofrem, os povos indígenas do Cerrado lutam para r-existir. Lutam para (re)produzir seus modos de vida frente às ameaças constantes de destruição das terras, das águas, das matas, dos bichos, de suas culturas e lugares sagrados. Lutam para assegurar, retomar e permanecer em seus territórios de vida e de direito, afirmando que existem e continuarão existindo como povos.

**TRANSFORMANDO-
SE MUITAS VEZES
EM POVOS SEM
TERRA, DEIXANDO
A TERRA SEM
POVOS, EM RAZÃO
DAS EXPULSÕES
CONTÍNUAS QUE
SOFRERAM E
SOFREM, OS POVOS
INDÍGENAS DO
CERRADO LUTAM
PARA R-EXISTIR.**



TERRITORIALIDADES E MODOS DE VIDA CERCADOS PELA FRONTEIRA PERMANENTE

Na toada do maracá, o tempo de habitar e viver não tem tempo marcado para acontecer. Acontece ao longo dos séculos, de um lugar a outro, emba-lado na relação entre os parentes Jê, e entre os parentes Tupi¹, no caminho à margem do rio, nas veredas vazadas em tempo de verão na planície, levando a campos e sertões, envolvidos por serras e chapadas. Caminhos que se cons-truíram em estradas de árvores plantadas ou deixadas a crescer, sombreando e marcando o trânsito para as roças, enquanto outras foram transformadas em toco, cuidadosamente queimadas para dar força às raízes, palmeiras, frutos e arbustos para ser alimento, moradia, ritual.

São elementos essenciais para a autonomia e soberania indígena sobre suas vidas. Impressas no ritmo dos tempos estudados e praticados na troca de povo com povo — e também na briga entre povos, embora em aliança com a construção da paisagem. Ensinados e aprendidos de família a família; de geração a geração. Parentesco ativo e vocacionado nos encontros e assembleias: “Boa noite, parenta e parente (...) Resistimos e Existimos, parentas!” O chamado dos povos tem afeto e compromisso de proteção no presente com o que esteve no passado. História permanecendo no agora para ser futuro soberano e coletivo por meio de luta.

No toque da resistência para permanecer na terra, povos indígenas que vivem e cultivam a diversidade do Cerrado mostram que os anos de existência por esse território tão rico e belo, além de serem de convivência, são práticas ativas de cultivo e cuidado com a paisagem. Ainda que, muitas vezes, estes povos estivessem em condição de exílio de seus lugares de partida e surgimento, o refúgio em outros lugares acabou cultivando culturas de insurgência para permanecer o povo, as sementes e a comida, muito embora em situações trágicas de resistência.

1. O Macro Jê e o Tupi são troncos linguísticos onde se inserem algumas das mais de 250 línguas indígenas que existem no Brasil. Um tronco é como se fosse o latim para o português ou para o espanhol, ou seja, de um tronco podem sair vários ramos, que são as famílias, que agrupam as línguas indígenas. No Cerrado, os povos Jê, do tronco Macro Jê, são a predominância demográfica e linguística da região.



PINTURA CORPORAL
DO POVO KRAHÔ, DO
TOCANTINS. CRÉDITO:
GUSTAVO OHARA

São muitos anos de ciência do território que contribuem para que o Cerrado, ou melhor dizendo os cerrados, existissem e se construíssem como paisagens diversas. Por isso mesmo, é difícil confinar os fazeres e os saberes dos povos indígenas e seus territórios de existência a pequenos espaços, muitas vezes, ainda nem demarcados, já que nem 40% das Terras Indígenas (TIs) autodeterminadas no Cerrado são sequer declaradas pelo poder público. Ou ainda, quando o são, encontram-se encurraladas por atividades econômicas que impedem as possibilidades diversas de existência nessas terras tradicionalmente ocupadas².

A revivência desse processo excludente e de apagamento remonta ao século XVIII, quando avançaram violenta e rapidamente a colonização e as chamadas *entradas*³ pela grande bacia hidrográfica integrada que compõe os rios Araguaia e Tocantins. As entradas seguiram o ciclo de interiorização da colonização pelo Brasil Central, primeiro pelo rio Araguaia, navegando pelos afluentes até onde possível, depois adentrando suas espriadas várzeas a pé, utilizando as estradas de varadouro e as picadas de terra firme dos indígenas, e os encontrando quando ali faziam morada num território de muitos trânsitos e, portanto, mais extensivo e não tão delimitado como são as Terras Indígenas atualmente.

2. As terras tradicionalmente ocupadas são aquelas ocupadas pelos Povos Indígenas que se autodeterminam enquanto tais e que, portanto, autodeterminam quais são as suas terras. O Art. 231 da Constituição Federal reconhece estas terras como direito originário, competindo aos órgãos responsáveis apenas a característica declaratória desse reconhecimento, não sua determinação e definição.

3. As entradas foram formas de colonização, aldeamentos e contatos.

4. Parte do tronco Macro-Tupi, os Akroá Gamela e os Awá Guajá eram um dos povos mais numerosos do que passou a se chamar a Fronteira Araguaia-Tocantins nas frentes de expansão ainda no século XVIII. Historicamente, colocam-se ambos como parte da família Tupi.

5. As frentes de atração ocorreram durante todo o século XVIII e XIX e foram imprescindíveis para as frentes de expansão se consolidarem territorialmente, usurpando o trabalho dos povos indígenas. Neste movimento, os colonizadores, pelas bandeiras, atraíram os indígenas das cabeceiras dos rios e dos interiores para descer o curso do rio (descidas), em combinação com o processo de adentrar o território (entradas), com negociações que, muitas vezes, envolviam povos rivais e a ação de catequizadores. Assim, aldeavam os indígenas e os escravizavam, quando não os assassinavam, incorporando-os à empresa colonial, seja no momento imperial ou republicano. Faziam isso, especialmente, quando impediam os trânsitos e as relações econômicas e sociais indígenas, que não eram de fixidez, impedindo, conseqüentemente, sua reprodução social.

Ainda no século XVIII, indígenas Akroá Gamela e Awá Guajá, que hoje habitam a porção mais setentrional de transição do Cerrado à Amazônia Oriental foram deslocados violentamente, sendo muitos deles escravizados. Tanto os Akroá Gamela como os Awá Guajá⁴, parte do tronco Macro-Tupi, fizeram-se valer de estratégias de sobrevivência, co-habitando territórios com outros povos, inclusive de outros troncos e famílias linguísticas, para resistir nas frestas do que estava sendo o “povoamento” dos brancos no Brasil Central pelos colonizadores. Em algumas situações, como ocorreu com os Gamela, esse “povoamento” branco, eliminando outros povos para se apropriar e extrair tudo o que se podia, inclusive trabalho, dos territórios, levou à perda da língua ou ao exílio, falsamente colocado como escolhido, a que se chama hoje voluntário, causado pela negação a sucumbir às brutais frentes de atração⁵. Esconder-se se movendo para outros lugares, apagar-se deliberadamente como povo em um determinado momento, foi a forma encontrada para se manter enquanto povo ao longo dos tempos, no futuro. Neste sentido, partiu-se para continuar a ser.

Os Akroá Gamela, devido às várias violências citadas, foram criando estratégias de miscigenação com povos Jê das chapadas centrais do que hoje conhecemos como Maranhão e Tocantins, como é o caso daqueles da família Timbira, tendo misturado suas línguas a fim de resistir à escravização e a seu apagamento enquanto povo, especialmente no que hoje é o Sul do Piauí. Mais contemporaneamente, no século XX, uma parte desse povo também passou a habitar área de intenso conflito na baixada maranhense, nos municípios de Viana e Matinha. No Cerrado piauiense, buscaram (re)existir no município de Santa Filomena. Já os Awá

Guajá permaneceram no manejo da língua Macro-Tupi, exilando-se e isolando-se, em parcerias construídas com os indígenas da família Tenetehara, tais como Guajajara e Tembé, além de que com o povo Ka'apor, habitando a leste do rio Gurupi, no Maranhão.

Com os Avá-Canoeiro, havendo hoje um subgrupo desse povo considerado como de recente contato, a dispersão do Leste do Goiás e das chapadas mais ao meio do Brasil Central, significou busca por sobrevivência. Originalmente, deslocados da cabeceira do rio Tocantins, no Goiás, rumo ao Araguaia, os Avá-Canoeiro foram acometidos por processos de aldeamentos forçados, de guerras entre povos provocadas pelos colonizadores, e de privação de suas práticas de coleta e caça ou de agricultura. Esse tipo de “exílio” se reproduziu entre muitos dos povos Tupi no Cerrado (conhecidos como parte do fluxo Tupi-Guarani Norte). Parte deles teve que se isolar para não ser (ex)terminados ou pedir refúgio nas terras de outros parentes Tupi, por vezes entrando em processos de trégua e utilização de espaços territoriais com antigos inimigos Jê.

O triste e violento episódio continuado de extermínio dos Avá-Canoeiro retrata uma fragmentação causada no seio deste povo Tupi, começando no século XVIII, quando chegaram a se mover em busca de refúgio para vida autônoma até o Norte de Minas Gerais. O extermínio se acirrou na segunda metade do século XIX, tomando outro corpo de violência pelo Estado, e acelerando na segunda metade do século XX. A peregrinação, em seu início no século XVIII, foi marcada pela pressão sofrida pelas frentes colonizadoras do Goiás na cabeceira do rio Tocantins. Diante disso, esse povo passou a trilhar seu longo caminho de trânsito por deslocamento rio abaixo, pois preferiam a morte a serem aldeados. No final do século XIX, os “pioneiros” passaram a usar os Javaé (tronco Jê) para capturar e colocar em cativeiro os Avá-Canoeiro. Até então, esses dois povos eram inimigos, mas viviam em relativa harmonia, revezando-se na habitação e cultivo das várzeas dos rios Tocantins e Araguaia. Não havia movimento de dominação de um sobre o outro.



3º ENCONTRO TOCANTINENSE DE AGROECOLOGIA REALIZADO EM 2017 NO TERRITÓRIO APINAJÉ, EM TOCANTINÓPOLIS (TO). PARTICIPARAM REPRESENTANTES DOS POVOS APINAJÉ, KRAHÔ, XERENTE, CANELA DO TOCANTINS, JAVAÉ, KRAHÔ TAKAYWARÁ E AVÁ-CANOEIRO. CRÉDITO: EDSON PRUDÊNCIO/APA-TO

Neste momento, uma parte dos Avá-Canoeiro se negou ao domínio dos Javaé, em grande medida manipulados pelos bandeirantes, e voltou às cabeceiras do Tocantins. Outra parte adotou a estratégia de seguir e viver no território Javaé e Karajás, já negociado por esses povos com os bandeirantes, na Ilha do Bananal, em parte do que hoje conforma o Parque Indígena do Araguaia, e seguem lutando ao lado desses povos hoje na defesa da ilha como território tradicional compartilhado. Infelizmente, aqueles que voltaram às cabeceiras do rio Tocantins, foram atingidos na década de 1990 pela inundação de sua área ocasionada pelo complexo hidrelétrico da Serra das Mesas. Ficaram com um território (original) alagado pelo avanço da fronteira hidrelétrica. Os que foram para o Araguaia e começaram a compartilhar o território nos interstícios do rio Formoso na década de 1990, resistiram em um pequeno núcleo familiar, que se tornou trilingue, dominando também a língua dos parentes Jê – Javaé, Karajás e Kraho-Kanela –, criando estratégias de caça e coleta e de relações interétnicas para poderem sobreviver. Como acreditavam que poderiam voltar à terra original em sonhos ou em sua morte, a estratégia parecia uma forma de continuarem vivendo no presente, imaginando os futuros ao movimentar lugares sagrados por seus trânsitos de resistência e permanência, levando-os a novos lugares, na luta pelo reconhecimento de uma terra sua. Esta luta foi conquistada no processo de identificação da TI Taego Āwa⁶, na área de ocupação tradicional Mata Azul, em Formoso do Araguaia (TO).

6. Para mais informações sobre a demarcação da TI Taego Āwa, ver: Luciana Ferraz. Relatório ambiental da Terra Indígena Taego Āwa. Brasília: Funai, 2012.

A TI, declarada em 2016, seguiu à homologação por determinação judicial, dada a situação de calamidade no que tange à soberania alimentar, enfrentada por esse povo indígena em 2018. Desde então, o processo no Supremo Tribunal Federal está suspenso.

A disputa que impede a TI Taego Āwa de ser finalmente homologada envolve, justamente, uma das maiores áreas de planície alagada do mundo, compondo o maior conjunto de várzeas fluviais contínuas existentes no planeta, que é a Ilha do Bananal. A área a ser homologada compreende ocupação de posseiros médios, enviados por grandes fazendeiros pecuaristas para a ilha, que hoje já tem quase 120 mil cabeças de gado nas pastagens naturalmente alagadas, comprometendo seus usos e manejo para outros fins, bem como contaminando as várzeas contínuas.

Os pecuaristas alegam que os Avá-Canoeiro⁷ não são dali e que ali chegaram trazendo outros parentes do rio Tocantins, nos anos 2000. O que os pecuaristas querem ignorar é o exílio contínuo e constante desse povo por outras terras, habitando grutas, escondendo-se em cavernas — por isso, adaptaram-se às chapadas dos cerrados — e comprometendo sua alimentação pela impossibilidade da reprodução de seus modos de vida. Esse deslocamento-sobrevivência os levou, ainda na década de 1980, para o Nordeste da Ilha do Bananal, mais próximo ao Sul do Pará, ou por vezes compartilhando território com os Suruí (Aikewara) ou os Assurini do rio Tocantins também neste estado, mostrando-se exímios caminhantes e canoieiros da transição do Cerrado rumo à Amazônia. Ou seja, os Avá-Canoeiro (sobre)vivem às/nas fronteiras, enquanto se refugiaram em direção oposta ao seu avanço, ou rumo a espaços ora esquecidos, mesmo que momentaneamente, pela brutalidade que marca os deslocamentos pela fronteira⁸, manejando o espaço e o tempo a seu favor sempre que possível.

**OS ANOS DE
EXISTÊNCIA POR
ESSE TERRITÓRIO
TÃO RICO E BELO,
ALÉM DE SEREM DE
CONVIVÊNCIA, SÃO
PRÁTICAS ATIVAS DE
CULTIVO E CUIDADO
COM A PAISAGEM.**

7. Para mais informações sobre os grupos Avá-Canoeiro e seus trânsitos, ver relatório do processo de identificação da TI: Patrícia de Mendonça Rodrigues. Os Avá-Canoeiro do Araguaia e o Tempo do Cativo. Anuário Antropológico. 19 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6875#:~:text=Depois%20de%20d%-C3%A9cadass%20de%20massacres,FUNAI%20em%201973%20e%201974>.

8. Esse tipo de deslocamento é a marca da grande família Tupi-Guarani, que dominava a costa Atlântica quando esta foi invadida pelos portugueses. Os povos dessa família foram se refugiando desde esses contatos.



POVOS INDÍGENAS PERMANECENDO EM ALIANÇA NAS FRONTEIRAS CONSTRUÍDAS SOBRE O CERRADO

Em tempos de ameaças praticadas pela pressão de marcos temporais⁹ criados e negociados vorazmente por setores do hidro-agro-minero-negócio, a brutalidade para limitar ou integrar os territórios de vidas indígenas a circuitos de produção e escoamento segue ocorrendo, como sempre foi no Cerrado desde o século XVIII. Estes setores, decerto, não aderiram à quarentena. Célia, Xakriabá, liderança do povo Xakriabá no Norte de Minas Gerais, chama atenção a que os avanços econômicos são de “monoculturação” do território, do corpo e do espírito, adoecendo os povos, e impedindo sua diversidade de viver, o que compromete a sobrevivência do e no Cerrado. “Somos raízes, mas, principalmente somos sementes”, diz Célia, que também é da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). O impedimento de que a sobrevivência consorciada ao ‘sementear’ dos povos indígenas no Cerrado seja exercitada compromete planos de vida, impedindo que este continue a ser sociobiodiverso.

9. O marco temporal é um argumento jurídico levantado por deputados e senadores, em sua maior parte presentes na CPI FUNAI-IN-CRA e nos relatórios referentes ao Projeto de Emenda Constitucional 215, de que as terras tradicionais mencionadas no Art. 231, seriam apenas aquelas onde houvesse a presença de povos indígenas até a data da promulgação da Constituição, em outubro de 1988.

10. Esbulho Renitente são as usurpações, deslocamentos e espoliações das terras indígenas ocorridas ao longo do processo de sobreposição e intervenção sobre as mesmas ocasionadas pelo Estado ou por entes privados, provocando assim o impedimento da realização do direito originário de tradicionalmente ocupar a terra.

Tocando e entoando a sociobiodiversidade do Cerrado, Elza Xerente, liderança do povo Xerente no Tocantins, denuncia o apagamento das pluralidades do existir de seu e outros povos do Brasil Central, falando forte, ao chacoalhar o espírito: “*estão matando o povo, o rio, os bichos; está tudo secando (...) estão matando a gente.*” Essa morte matada se repete em episódios de genocídio contínuos¹⁰, como os esbulhos e usurpações dos territórios indígenas no Brasil Central descritos anteriormente. O processo colonizatório fez aldeamentos e estimulou guerras entre povos rivais, impondo-se aos arranjos diplomáticos já existentes entre esses povos para se espalharem, ocuparem e se relacionarem com e nas várias paisagens do Cerrado a fim de continuar convivendo. As trocas de sementes, que envolvem troca de fazeres da lida com a terra e as águas, de utensílios, e a construção de extensas redes de parentesco marcando a dominalidade vivida dessas paisagens, constituindo-as, foi e ainda é, em menor escala, marca do processo de convivência intercultural no Cerrado.

Nessa imensa região macroecológica que domina o Brasil Central, também predominam o tronco linguístico Macro Jê e os muitos povos indígenas que se relacionam, e se diferenciam, pelo diferente manejo desse tronco tão ligado aos conhecimentos da terra e às palavras-verbo que denotam a relação com ela. A colonização acabou trazendo possibilidades de aliança com os povos do tronco Macro-Tupi. O povo Xerente de Elza, autodenominado Ak'we, faz parte da grande família Jê Central, parentes próximos dos Xakriabá, povo de Célia, que habita a conexão entre o Cerrado e a Caatinga, e os Xavante, muito presentes no Nordeste do estado do Mato Grosso, onde se desenha a transição com a Amazônia.

As histórias de resistência e permanência dos povos Jê e Tupi-Guarani no Brasil Central têm uma relação muito forte com as frentes de expansão e como os “brancos” — a Coroa Portuguesa, a República e o Estado, ditatorial ou democrático de direito, e o capital transnacional — foram transformando esse espaço em sua zona de exploração, gerando espoliação e intensa acumulação, à medida que — e necessariamente porquê — desumanizavam esses povos, desqualificando seus modos de existir. A ‘fronteira’ agrícola expandiu ao passo que dividiu povos, terras e tentou forçosamente descontinuar paisagens onde as relações se davam, zoneando-as na expansão econômica e física com base em racismo e colonialidade.

De outra forma, mas, sob as mesmas bases, a fronteira se reinventa e continua secando rios e matando povos, como nos conta Celia Xakriabá: *“Nós precisamos é queimar o racismo, nós precisamos é queimar o fascismo porque isso, sim, é a fronteira. A fronteira não é exatamente do Cerrado para outros biomas. A fronteira é o racismo ambiental, a fronteira é o racismo que continua amputando, arrancando nossos corpos. A fronteira é aquela que*



INDÍGENA PROTESTANDO EM BRASÍLIA (DF). CRÉDITO: GUILHERME CAVALLI/ACERVO CIMI

diz que os povos indígenas estão se tornando mais humanos, mas, só sabe ser humano quem sabe ser bicho, quem sabe ser semente, quem sabe ser Cerrado.”



TERRITORIALIDADE CERCADA E DEGRADADA: A R-EXISTÊNCIA DOS XERENTE

Essa fronteira, que seca a vida e afeta os povos, limita os Xerente desde que foram contactados nos anos 1940, uma década de intensa colonização do Cerrado, quando o Sistema de Proteção ao Índio (SPI) era o órgão do Estado brasileiro responsável por ‘integrar’ os indígenas. O objetivo era ‘marchar’ numa grande expedição rumo ao Oeste do Brasil, levando ‘progresso’ e estrutura para as antigas sesmarias serem novos latifúndios agroexportadores, e liberando áreas para planejar a modernização agrícola aliada ao ‘povoamento’ do país. Desde essa época, a terra nunca mais foi a mesma para os Ak’we Xerente que já povoavam intensamente a margem direita do rio Tocantins.

Até os anos 1980, eles sofreram com a dizimação do povo por causa de epidemias de gripe. As terras e os rios começam a ‘secar’ mais intensamente, como aponta Elza, muito por causa do que foram fazendo ao Cerrado. Em 1972, é decretada a “Área Grande” dos Xerente, pelo Estado brasileiro, embora bastante degradada. Contudo, quando em 1988, o Norte do estado do Goiás se transforma em estado do Tocantins, muitos municípios vão se formando ao redor do território Xerente, cortando a área grande, já muito prejudicada, e pressionando seus modos de vida, especialmente pela construção de estradas para integrar os novos municípios, e suas produções, à capital, Palmas. As estradas passaram a cortar a Terra Indígena e a produzir imensos problemas para as comunidades que, em 1992, tiveram outra área demarcada e reconhecida, a Terra Indígena Funil, sem ser em contiguidade à antiga área, embora fosse próxima.

Em 1999, o rio e o território, já cortados pelo município de Tocantínia e pela estrada TO-010, começam a secar e a comprometer os modos de vida indígenas ainda mais. Neste ano, é aprovada a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Lajeado, parte do programa *Avança Brasil* do Governo Federal de integração de eixos e polos de desenvolvimento regional no país. Como disse Elza, parecia que a UHE está *“saindo fora e não está no território indígena”* que, por isso, não seria afetado, mas, ainda que diferente das estradas que cortam o território, a UHE compromete a água que, por sua vez, compromete os peixes, o solo, as vazões. Tudo interligado e bloqueado pelo bloqueio do fluxo do rio que se soma ao aumento de atividades externas do fluxo da estrada, que teve a pressão aumentada pelo asfaltamento depois da hidrelétrica. Elza nos fala da TO-010 que corta a TI: *“esses projetos todos são que nem o Lajeado, que acabou com a vida dos Xerente”*, e acrescenta: *“projetos estão acabando com Cerrado, acabando com a vida, os rios estão morrendo e pedindo socorro para defender. (...) Os povos indígenas sentem quando está triste e silencioso. Conversam com o rio, com a floresta, com o Cerrado.”*

Inaugurada em 2005, a UHE Lajeado¹¹ alterou profundamente os modos de vida Xerente, multiplicando o número de aldeias para a recepção do Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX), aumentando o fluxo e quantidade de moradores em municípios vizinhos e, especialmente, a invasão das terras por grileiros em resposta à especulação fundiária na região, também estimulada pela construção de estradas. Com o início do projeto da Hidrovia Tocantins-Araguaia, há a previsão da construção de um canal a apenas 12 km da TI Xerente, para o transporte de grãos e minérios, o que vai levar ainda mais secura e perturbação da vazão do rio às comunidades.

“Nós trabalha não é para mandar para fora, não. Nós quer é trabalhar para sobreviver”, destaca Elza Xerente, marcando que o povo não quer asfalto porque sabe que não tem benefício para eles. Elza diz que o que os povos indígenas querem é a terra e o rio, querem o território, para trabalhar e seguir viven-

11. A UHE Lajeado é administrada pelo Consórcio EDP, liderada pela empresa de energia Investco S.A. Do consórcio, saiu o Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX), que causou várias desestruturações na forma organizativa espacial no território desse povo.



INDÍGENA APINAJÉ CARREGANDO
MANDIOCA NO COFO (BOLSA FEITA
DA PALHA DO BABAÇU) NA ALDEIA
COCALINHO NO TOCANTINS.
CRÉDITO: MAYARA BESSA

do. Elza ainda insiste que *“tem que respeitar ribeirão que não é indígena, os acampamentos”* porque o *“trabalho é para se alimentar, não é para transportar para outro país, não. Nós trabalha para sustentar a família. Não é para passar dos limites. Se a gente tira um pedaço aqui é para sustentar a família.”* Por isso, defender o território é tão importante, porque se trata da defesa da vida indígena. Com firmeza, Elza nos reforça que os povos indígenas *“nunca tiraram os direitos dos seres humanos. Não somos invasores. Somos donos do Brasil e até hoje defendemos a natureza. Nossos antepassados não nos ensinaram a tirar pedaço através do dinheiro.”*



“MONOCULTURAÇÃO” DA TERRA E DA VIDA: COLONIALIDADE PERSISTENTE

O esforço por tornar os indígenas do Cerrado mais ‘produtivos’ e integrados, ou, simplesmente, *“mais humanos”*, como aponta Célia Xakriabá, faz parte do apagamento de seus modos de vida pelo processo de acumulação capitalista de suas terras. Isso remete muito ao que seja uma ideia de modernização conservadora da agricultura, do agronegócio, com base em eficiência e produtivismo, necessitando de grandes extensões para o cultivo de poucas espécies. A *“monoculturação”* da terra e da vida, de que nos fala Célia, precisou, assim, da fronteira e do apagamento dos modos de vida e da desqualificação da diversidade produtiva e alimentar dos povos indígenas das terras baixas da América do Sul.

Classificados como caçadores e coletores e, como tal, inferiorizados como sociedades menos desenvolvidas nos estudos antropológicos colonialistas do século XIX, esses povos tiveram sua

colonização assim justificada. Fazendo questão de ignorar que o hábito de habitar lugares, nem sempre de forma fixa, estava conectado a uma seleção de sementes e frutos, de caças sazonais ligadas a esses cultivos e suas coletas, que levaram ao cultivo de jardins, hortas e quintais móveis e aprimorados no território estendido que hoje conhecemos como Brasil Central, essa colonização classificou e hierarquizou a caça-coleta como atividade menor, e não agrícola. E não se trata apenas do período colonial português, mas da colonização e colonialidade persistentes em processos como a Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas e, mais tarde, a modernização conservadora da Ditadura Empresarial-Militar. Assim, abriram-se literalmente as porteiras para instalar empreendimentos monoculturais, apagando práticas de reprodução social sofisticadas, embora simples. Não há coleta e caça indefinida, sem planejamento.

A mobilidade e as migrações pelo grande território central da América do Sul implicaram em uma seleção delicada do que se comia, do como se tirava, do que se plantava e se manejava, bem como implicaram na seleção das moradas que se estabeleciam extensivamente desde esse processo e, não, o contrário. Assim, ser caçadores e coletores levou os Xerente, os Xavante, os Xakriabá, os Apinajé ou os Guarani e Kaiowá a manejar estas práticas como seus instrumentos de vida, sendo muito mais atos de fazer o território extensivamente para bem viver com ele, do que dominar, delimitar e explorar o território para mais valer dele, como faz o agronegócio.

O território se cultiva. O silêncio que se percebe quando se conversa com o Cerrado, como diz Elza Xerente, é o silêncio que mostra como sua vida está ameaçada. *“A natureza tem vida que nem o ser humano e pede para nós defender. Se acabar com os frutos do Cerrado, como vamos nos alimentar? Vamos passar fome. Todo mundo tem o direito de viver. (...) Essa pulverização aérea está acabando com a vida dos povos indígenas.”*



GENOCÍDIO INDÍGENA NO MATO GROSSO DO SUL

Como a vida dos Xerente, a vida dos Guarani e Kaiowá tem sido muito atacada pela expansão do agronegócio da soja, da pecuária, da cana e do milho sobre suas terras no Mato Grosso do Sul. Desde que as terras do grande e extenso povo Guarani começam a ser apropriadas ostensivamente na Guerra do Paraguai, na segunda metade do século XIX, os vários monocultivos que se espalham, tentando monocultivar suas terras, expandem-se de forma muito violenta. Começando pela companhia Matte Laranjeira (logo após a guerra) até a hidrelétrica de Itaipu (na década de 80 do século XX), o território compreendendo hoje o Oeste paranaense, boa parte do Mato Grosso do Sul e áreas do Gran Chaco boliviano e paraguaio, vem sendo espoliado e apropriado. A inferiorização da agricultura indígena, levando à inferiorização dos povos, foi fundamental para que esse processo ocorresse. A fronteira abriu e dividiu, criando zonas de sacrifício, neste caso, indígena, constituindo um genocídio continuado, como tem argumentado o jurista e advogado indígena, Luiz Eloy Terena.

No estado do Mato Grosso do Sul, que é o quarto do país em comercialização de agrotóxicos por área plantada¹², não podemos deixar de destacar a relação deste fato com o genocídio continuado dos povos Guarani e Kaiowá, Guarani Nhandeva, Terena e Kinikinau. O uso de agrotóxicos e a pulverização aérea sobre as Terras Indígenas matam a terra que os povos no Mato Grosso do Sul lutam para retomar e continuar habitando, cercando os rios e, ainda pior, contaminando e secando as águas nos poucos acessos existentes. Tudo isso para manter a produção para exportação de commodities como soja, pellet e pranchas de eucalipto, milho, e cana de açúcar para a produção de etanol. As estradas que cortam as áreas de retomadas e as poucas TIs demarcadas e homologadas também não são para transportar nada para ou dos indígenas, a não ser o que causa suas dores e doenças.

12. Valéria Araújo. MS é o que mais comercializa agrotóxico no País, aponta pesquisa. O Progresso Digital. 23 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.progresso.com.br/cotidiano/meio-ambiente/ms-e-o-que-mais-comercializa-agrotoxico-no-pais-aponta-pesquisa/368369/>.

Assim é com os indígenas do povo Kinikinau, que perduram no tempo a luta ainda pelo seu reconhecimento enquanto tal, vivendo em pequenos espaços cedidos pelo povo Terena em seus territórios, seus parentes do tronco linguístico Aruak. Ainda no século XIX, anteriormente à Guerra do Paraguai e, principalmente após essa, esse povo passou a se esconder, a não falar mais sua língua e a buscar sobrevivência nas bordas e periferias dos povoados e cidades do MS que se transformam, a partir da década de 1970, cada vez mais em cidades do agronegócio. As fazendas que no passado se construíram por sobre seus territórios, como também sobre os territórios Terena, criaram conflitos também entre povos parentes, com as alianças se restaurando desde a década de 1980 com o início das grandes Assembleias, Terena e Aty Guasu (dos Guarani e Kaiowá).

Os Kinikinau, aos poucos, se fortalecem na luta dos e com os parentes, especialmente os Terena e, embalados na resistência Kaiowá, juntam-se às retomadas¹³, chegando a fazer as suas próprias, próximas aos municípios de Aquidauana e Miranda. Ao participar da resistência, ressaltam que sempre foram um povo, muito embora tenham lhe tirado a terra. E que o parentesco, hoje em dia, foi forjado em aliança com os Terena na ocupação tradicional da terra. A terra é esse parente que tentam, mas, não conseguem amputar, seja pelo veneno do avião, pela força da toga, pela rispidez das milícias rurais, todos se dizendo a serviço de uma economia de exportação agrícola que, supostamente, poderia nos salvar a todas as pessoas.

A jovem liderança Eryleide Kaiowá, da aldeia Guyraroká, uma área de retomada perto de uma fazenda de cana e gado, sustenta que seguem aprendendo com os mais velhos a cuidar da terra: *"Hoje estou aqui nessa caminhada, jovem com uma experiência nova, com meu vô de 101 anos de idade. Não é muito fácil, mas estamos nessa caminhada. (...) E hoje nós estamos com a precariedade, de maior dificuldade ainda podermos recorrer a defender os nossos direitos, que sempre veio sendo violado, mas, a nossa luta vai continuar. Venha o que vier, nós vamos insistir, existir e resistir porque a gente tem um alvo a ser alcançado.*

13. As retomadas são processos que principalmente os povos Guarani e Kaiowá puxam desde o início das grandes Assembleias Aty Guasu, no final da década de 1970, para voltarem aos seus territórios de ocupação tradicional de onde foram esbulhados continuamente durante todo o século XIX. As retomadas ganham força entre as jovens famílias Kaiowá após a Constituição Federal de 1988, bem como entre os demais povos indígenas do Brasil desde a edição do Projeto de Emenda Constitucional 215, que busca marcar no tempo da Constituição (até 1988) o reconhecimento de seus territórios tradicionais.

**“SEM TERRA NÃO
TEMOS SAÚDE E
LIBERDADE, E SEM
TERRITÓRIO, NÓS
NÃO TEMOS PAZ E A
TRANQUILIDADE.”**

Como jovens, nós estamos como guardiãs, junto com os ancestrais, com os mais velhos, aprendendo as questões de como cultivar a terra depois de tudo que já aconteceu com a terra. Nós temos que saber lidar com a terra doente, de que forma nós vamos fazer ela voltar a ser pura, uma terra saudável. (...) Mas, nós estamos aqui no meio de tanta coisa acontecendo, não paramos de fazer essa produção. Agora com o tempo de frio nós preparamos a terra, para quando chegar a época de plantio que seguimos de setembro, outubro em diante, onde a terra já está preparada para poder replantar novamente.”

Eryleide nos diz que os desafios são grandes, porém, afirma que, como indígenas, não vão deixar de levar adiante o que já veio de muito tempo, passando de geração em geração. Segundo a jovem mulher indígena, a terra é tudo, e *“sem terra, nós não temos vida. Sem terra não temos saúde e liberdade, e sem território, nós não temos paz e a tranquilidade. Nós não temos a nossa liberdade, nós, indígenas, de viver como o modo de ser indígena. Porque muitos dos não-indígenas, eles acham que nós não somos humanos. Nós somos humanos como seja lá o que eles pensam, e lutamos pela vida do planeta, por cada criatura.”*

A paz e a segurança é ter a terra e cuidar da terra. Os Guarani e Kaiowá lutam para conquistar essa paz por meio dos processos de retomadas, como é o caso da aldeia Guyraoká, onde vive Eryleide, que está na terra indígena de mesmo nome. A TI foi declarada, mas, ainda não é demarcada, e desde 2009 vive um processo de judicialização no Supremo Tribunal Federal, com julgamentos desde 2019 conectando a demarcação à discussão do marco temporal. Os Guarani de Guyraoká retomaram a terra, que, quando declarada em 2009, deixou de fora um rio, que hoje é cercado de



plantações de cana, soja e milho. Por ser assim, a água do rio, que poderia ser utilizada pelo povo, está contaminada. A única área de acesso livre à água, é impossível de ser utilizada pelos cerca de 530 moradores, vivendo em apenas 55 ha de terra, sem a demarcação dos 11 mil ha que aparecem na portaria declaratória, suspensa pelo STF, em 2009¹⁴.

A batalha pela demarcação nos tribunais segue na terra, no ar e água. A utilização dos agrotóxicos por pulverização contamina o rio e o solo, aumentando os problemas nos longos processos de seca atravessando o Mato Grosso do Sul (MS) nos últimos anos, e prejudicando as roças dos Guarani e Kaiowá. Soma-se aos desafios de insistir para permanecer, as constantes invasões de empresas de segurança privada nos territórios retomados por muitos desses povos indígenas, que estavam no Oeste do Paraná, no Paraguai e na Bolívia, não porque eram dali — eles também são dali —, mas, porque estavam em seu território de morada ampliado para esperar a hora de poder voltar para onde sempre foi seu espaço de habitar; assim mesmo, no infinitivo da continuidade da tradição e da resistência.

No início de 2020, cerca de 180 famílias Guarani foram alvo de um ataque no limite da Reserva Indígena de Dourados, que está próxima à aldeia Guyraoká. No espaço da batalha judicial, também há uma fronteira racista para os povos indígenas: a fronteira do agronegócio avança e se consolida sobre espaços dos modos de ser indígena, como denuncia Eryleide. Tal avanço compromete a permanência, e o encontro da terra pura durante e no pós-demarcação, favorecendo a tese infundada do marco temporal de que não havia presença na área antes de 1988, quando, na verdade, o que existia era o bloqueio da existência no lugar onde se é, o Teko'ha. É como se o marco temporal fosse uma profecia autor-realizável por meio de muita violação dos direitos originários indígenas, que são direitos humanos.

14. Para mais informações, ver Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4143>.



MARCO TEMPORAL: GUERRA JURÍDICA EM TORNO DO TEMPO

A tese do marco temporal alega que ocupações indígenas só poderiam ser consideradas se ocorridas até outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Estas alegações buscam desautorizar a presença dos indígenas com base na reverência e autorreferência ao tempo de expansão da fronteira. Aproveitando-se da promulgação da Constituição, buscam moldar a violência jurídica e estatal de forma estruturante sobre os povos indígenas no Cerrado. O caso dos Awa-Guajá, dos Akroá Gamela e dos Avã-Canoeiro, já aqui citados, são exemplos da negação do direito originário desses povos sobre suas terras, sendo o ato e a prática de ocupá-las tradicionalmente, ao mesmo tempo, a origem e a consequência efetiva desse direito, isto é, anteriores à Constituição Federal.



INDÍGENAS PROTESTANDO EM BRASÍLIA (DF).
CRÉDITO: GUILHERME CAVALLI/ACERVO CIMI

Mas, como essa ocupação tradicional poderia ocorrer, de fato, em um contexto de constante avanço da fronteira que desumaniza, expulsa e divide o povo entre estados e países diferentes? Ou da fronteira na forma de cerca, que separa uma propriedade grilada — tomada e registrada ilegalmente — da terra de povos deslocados por cercas de outrora, muito antes de 1988?

Esta é a história contínua de guerra imposta aos Guarani e Kaiowá, mas, também, repete-se com os Akroá Gamela no Maranhão. Com este último povo, no território que hoje é o Sul piauiense, apaga-se sua existência material e imaterialmente de maneira brutal. Além disso, eliminam-se todas as condições de reprodução social, para enfim dizer que, no lugar de reivindicação da terra, não há indígenas.

Quando os indígenas se fazem visíveis por sua vida, suas roças, suas lutas, são retaliados com brutalidade de milícias armadas e do próprio Estado, que nega juridicamente o que só deveria reconhecer¹⁵. Ou, por outro lado, demora demais a demarcar o reconhecido — parte também da autorrealização do marco temporal¹⁶ — acirrando e criando conflitos, como o que legitimou e levou fazendeiros no Maranhão, representados e protegidos pela Confederação Nacional de Agricultura (CNA), a amputar as mãos de um indígena Gamela, que liderava uma retomada de terras no município de Viana, na baixada maranhense¹⁷. A colonialidade das frentes de expansão que remontam ao século XVII no Maranhão recuperam, por meio de atos como esses, os apagamentos e aniquilações materiais e imateriais dos povos do Brasil Central.¹⁸

No Brasil Central, esses fluxos temporais e a guerra jurídica em torno do tempo é especialmente complexa e estratégica para pensar o tradicionalmente ocupado, e esta batalha fica ainda mais difícil em situações limite como as relativas ao crescimento do desmatamento e degradação e o surgimento de epidemias. O coronavírus, como todas as epidemias ao longo da história indígena pós-contato, tem servido à dizimação dos povos e, principalmente, à usurpação de suas terras e de todo trabalho, cultura e tradição expressa na sociobiodiversidade contida nestas terras.

Com os povos da família Timbira, do grupo Jê Central, onde se incluem os Apinajé, a dinâmica é a mesma que a dos Xakriabá e dos Guarani e Kaiowá. Junto com os parentes Krahô, caminhantes das chapadas e exímios manejadores de roça e guardiões de sementes de milho, frutas, algodão e tiririca, carregadas nos belos cestos-bolsa de palha de buriti, os Apinajé tiveram seu território — com suas roças extensas e diversas, atravessando as estradas de trocas e parentesco — fragmentado por entre os estados do Maranhão, do Tocantins e do Goiás, em razão da expansão das fazendas, o que tem impedido a mobilidade da vida Timbira. Os Apinajé têm que seguir ocupando cada extremo da Terra Indígena, cada ponta de cada aldeia, e formar outras, a fim de garantir o território reconhecido e o que querem que seja reconhecido, porque os invasores, os madeireiros, os grileiros são muitos.

15. A FUNAI, apoiada no Decreto 1775/1996, realiza a demarcação das Terras Indígenas seguindo a tese do Indígenato marcada na Constituição Federal que é a do reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas como um direito originário, ou seja, precedente à própria Constituição Federal e ao Estado. O cronograma da demarcação se dá pela identificação da área, desde os Grupos de Trabalho Multidisciplinares, seguida da declaração da área como identificada e, portanto, reconhecida administrativamente como de ocupação tradicional, depois, finalmente, vindo a demarcação, a homologação da mesma demarcação e o registro na Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Entenda o Processo de Demarcação FUNAI. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-53>.

16. Para entender a utilização do marco temporal pela AGU no caso da retomada de terras Gamela no Maranhão, ver: Juliana de Paula Batista. AGU tenta transformar exceção de demarcação em regra. CONJUR. 10 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-agosto-10/opiniao-agu-tenta-transformar-excecao-demarcacao-regra>.

17. Para mais informações sobre o brutal ocorrido, ver: Equipe de Comunicação do CIMI. Indígenas Gamela tiveram membros do corpo decepados durante ataque no MA, sobe o número de baleados e feridos. CIMI. 1 de maio de 2017. Disponível em: <https://cimi.org.br/2017/05/39498/>.

18. Sobre as brutalidades exercidas contra os povos indígenas na década de 60 e 70, e historicamente, ver: Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/imagens/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%205.pdf>.



MULHER APINAJÉ
DÁ BANHO EM NETO.
CRÉDITO: EDSON
PRUDENCIO/APA-TO

A batalha dos indígenas contra as forças que os atravessam ocorre em todo o Brasil. As forças que invocam o marco temporal, na realidade, questionam o próprio estatuto do Indigenato, impresso no Artigo 231 da Constituição Federal. Este artigo reconhece que todo o povo indígena tem o direito de se autodeterminar como tal e que a esses povos é reconhecido — não concedido — o direito de ocupar tradicionalmente suas terras. Dito de outra forma é reconhecido aos indígenas, que se autodeterminam como tal, suas terras tradicionalmente ocupadas.

A autonomia e a agência dos povos indígenas enquanto sujeito de direitos e, especialmente, enquanto sujeitos que se definem coletivamente enquanto parte e não possuidores de sua terra é algo realmente inovador no sentido da relação povos e autonomia sobre os usos e ocupação da terra. Isso foi parte da negociação constituinte, da qual fizeram parte representantes de muitos povos indígenas para constituir, em relação com o mundo dos brancos, mas, em defesa de suas culturas e suas vidas, aquilo que se constituiu como a Terra Indígena, um exercício de interculturalidade profunda, ainda que desigual. A *terra* fora da tutela, no tempo da autodeterminação, é o que de fato marca essa



legislação, independente de que tenha sido em 1988 a decretação desse direito. Sendo assim, não é o *tempo de até 1988 que marca a existência da Terra Indígena*. O que segue marcando o tempo da Terra Indígena é, sim, o tempo de ocupação nela impresso pelos seus usos, modificações e desdobramentos dos modos de ser indígena, como diz Eryleide Kaiowá.

Até 1988, muitos dos povos indígenas que lutaram para que existisse o Artigo 231 na Constituição haviam sido deslocados, esbulhados, assassinados, traumatizados e tiveram que fugir, recuar, se isolar do que eram seus espaços tradicionalmente ocupados e manejados. Depois de 1988, muitos desses e dessas indígenas, sentindo-se protegidos coletivamente, enquanto sujeitos de direito, pela própria Constituição, resolveram retornar a suas terras, retomando-as enquanto territórios estendidos de um passado, terras-presentes para a garantia de seus modos de vida, ainda quando estavam distantes. A luta pela terra pura é assim, também, luta pela terra. O futuro do presente marcado pela Constituição precisava conversar e alinhar outro futuro, o do passado, que foi interrompido pelas espoliações contínuas e violentas descritas anteriormente, sobretudo a partir dos anos 1940.

As terras tradicionalmente ocupadas da Constituição precisavam ser situadas, então, em suas contínuas espoliações, nos chamados *esbulhos renitentes* e justamente, por isso, a autodeterminação em conexão com a terra tradicionalmente ocupada não era mero recurso de garantia de direitos humanos dialogando com a redemocratização, mas, principalmente, uma tentativa de dialogar mais profundamente com a ocupação continuada, interrompida por tantos anos de violações. A ditadura foi uma marca profunda, em velocidade e volume dessas violações no Brasil Central, mas não foi com a ditadura que as violações começaram. Por isso mesmo, a “reconciliação” da Constituição em 1988 não pode ser o “marco temporal” para reconhecer que a terra é, foi ou seria, retomada e autodeterminada como tradicionalmente ocupada apenas na radiografia da presença visível indígena até ou neste ano.

A retomada é, então, como se a Terra Indígena precisasse ser ampliada para ocupar a totalidade do território indígena, que foi restringido. Trata-se, assim, da retomada contra um esbulho que permaneceu, renitente. O território precisa ser ocupado para combater a pulverização aérea e a violência das milícias e da grilagem. Ocupar e cultivar cada centímetro de terra por eles próprios para evitar a entrada dos ‘grandes projetos’.



MORTE E VIDA NA LUTA PELA TERRA E TERRITÓRIO

“Estamos em guerra. Um líder precisa morrer para uma Terra Indígena ser reconhecida”, destacou Célia ao lembrar como o processo de demarcação do território Xakriabá ocorreu ainda em 1987. Neste ano, em 12 de fevereiro de 1987, foram assassinados três indígenas Xakriabá: Rosalino Gomes de Oliveira — que dá nome à articulação de povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais —, José Pereira Santana e Manoel Fiúza da Silva. Os três indígenas foram assassinados no contexto das disputas territoriais e políticas no distrito de São João das Missões, que foi o nome da aldeia fundada em 1771, que concentrou os povos Ak’we nesta porção do Brasil Central. Escravizados e afastados de uma rica vida de cultivos diversos e de coleta de frutos do Cerrado desde essa época, e continuando a ser explorados ao longo do século XIX e XX, os Xakriabá começaram a se mobilizar em luta pela demarcação do território, contra as cercas das fazendas e dos municípios que limitavam sua terra.

O assassinato das lideranças Xakriabá foi o primeiro crime contra os povos indígenas a ser caracterizado como genocídio na justiça brasileira. Mas essa morte continuou como *“violência lenta”*, explica Célia. A terra Xakriabá foi parcialmente reconhecida, tendo apenas um terço do território autodeclarado como tradicional pelos Xakriabá sido declarado pelo Ministério da Justiça. O pior é que no processo foi deixado de fora, margeando o espaço de vida Xakriabá, o

rio São Francisco. *“As crianças Xakriabá crescem afogadas porque não puderam se afogar de crescer no São Francisco”*, diz Célia. Assim, os Xakriabá, como os Guarani e Kaiowá, também lutam pela retomada da soberania e da autonomia de seus modos de vida, ocupando seus territórios tradicionais. O que para muitos, especialmente do setor do agronegócio, pode significar uma ampliação de uma ocupação que não é tradicional, para eles é apenas recuperação de um tempo da terra que, diferente de perdido, foi interrompido.

A soja e outras commodities exportadas, também exportam sofrimento, uso de veneno, e, principalmente, exportam violação dos direitos dos povos e pessoas indígenas e de suas histórias de vivência no Brasil Central. Como Célia Xakriabá sublinha, no Cerrado estão diversos povos indígenas que resistem ao avanço da fronteira, que separa e divide o desenvolvido do não desenvolvido, o humano do não humano. Ao falar da *Jornada Sangue Indígena, Nenhuma Gota a Mais*, ela lembra que *“a soja exportada do Cerrado está exportando vidas.”* E acrescenta: *“a cada vez que os povos indígenas continuam derramando lágrimas, continuam derramando sangue, os rios vão secando. Porque aquele que não se indignar pelos processos de luta dos povos indígenas nos nossos territórios do bioma do Cerrado, já perdeu o princípio de humanidade.”*

Célia recorda que em 2019 foram 130 lideranças indígenas assassinadas, *“então, se a humanidade não se sente sensibilizada porque não está sujeita a morrer pelos conflitos territoriais, assim como todos nós indígenas estamos sujeitos a morrer, nós vamos morrer por outro mal em comum, que é pelo veneno que chega na nossa mesa.”* Este veneno dos agrotóxicos é utilizado nos cerca de 90% da soja brasileira que é exportada, e é *“arrancada do nosso Cerrado”*, como destaca Célia. Assim, *“pensar a biodiversidade do mundo, pensar biodiversidade do Brasil, sem pensar o Cerrado e sem pensar para além da fronteira é a munção dessa necropolítica, que continua a escolher os povos indígenas, os povos do Cerrado para colocar fogo.”*

Em tempos de pandemia, as barreiras sanitárias e isolamento comunitário constituído pelos próprios povos é novamente uma estratégia de fugir para dentro do território e cuidar da vida, literalmente. Segundo Célia Xakriabá, é muito difícil lidar com a situação porque *“além de ter que enfrentar o Covid-19, tem que se enfrentar esse Covid sistemático, o Covid 1500.”* Para ela, gasta-se muito mais energia, porque quando estão tentando fazer medidas protetivas, as pessoas ainda perguntam: *“mas o Estado brasileiro tem plano? (...) Eu falo tem um plano genocida, é o plano da morte”.*

Para Célia, *“a Covid-19 mata, mas, nós somos vítimas também de uma herança de Covid de 1500. Está na moda falar na necropolítica. Para os povos indígenas, é a invasão de 1500, que deixou como herança a escolha dos povos indígenas como aqueles que seriam exterminados. A necropolítica escolheu o Cerrado para ser exterminado, escolheu a Amazônia, escolheu a Mata Atlântica, escolheu o Pampa. A cada vez que as pessoas não reativarem o princípio de humanidade, não vai ser somente essa ciência que está sendo pesquisada no laboratório que vai curar esse momento de guerra respiratória, de guerra civilizatória, mas, sim, o reativar do princípio de humanidade. Porque a pandemia mata, a fome e o veneno matam, a mineração mata, o veto do presidente também mata, mas, sobretudo, a ausência do Estado mata, e acelera o genocídio indígena no Brasil.”*

Como resistência a isso, os povos indígenas, segundo Célia, continuam lutando com suas armas mais potentes, que são seus corpos, também representados pela ancestralidade. Estas armas se revelam quando Elza Xerente toca o maracá e conta do capim dourado, do artesanato, da agente de saúde indígena e dos jovens formados que voltam para o território para permanecer e lutar pela terra. A estreita conexão do corpo no presente com o passado e o futuro do território impressionam, em meio à tentativa de continuar os matando. Eles continuam conversando com o Cerrado e chamam atenção para que, se silenciarem essas conversas, algo muito errado estará acontecendo.

Com todas as mortes evidenciadas pela pandemia, embora ocorridas em grandes proporções em outras épocas, uma coisa importante deve ser lembrada. Como recorda Célia, *“é preciso entender que para a sociedade brasileira, para a humanidade, esse extermínio pode não significar o extermínio da totalidade da humanidade, mas, para nós, povos indígenas, a cada vez que estamos perdendo nossos anciões, cada vez que eles estão ancestralizando de forma prematura, isso é morrer pelo genocídio. Nossos anciões são sementes fecundadas no chão do território para cantar com nós aqui na terra. Porque parte da sociedade considera que não existe futuro se não tiver nossas crianças, se não tiver a juventude. Mas, também não vai existir futuro se nossos anciões estão indo embora, se a nossa identidade está ameaçada.”*



A TAREFA DE “SEMENTEAR MUITOS CORAÇÕES QUE SE ENCONTRAM DESMATADOS”

A conexão da terra com os mais velhos, com as sementes, com a cultura se tece, fiando o território. Quando se come, alimenta-se destes fios da cultura da vida e se fortalece o corpo e o espírito. Essa luta é cotidiana e precisa muito dos parceiros do entorno, dos aliados para defender, cuidar e se alimentar do grande território do Cerrado.

Para preservar e praticar essa ciência do território, os Apinajé da Aldeia Cocalinho estão construindo uma casa de sementes para proteger o patrimônio material e imaterial do Cerrado e recuperar áreas degradadas pela pecuária e o cultivo de eucalipto no entorno da Terra Indígena. Para construir a casa dessas sementes ativas, que precisam ser trocadas e plantadas, estão trabalhando em aliança com as quebradeiras de coco babaçu, com os quilombolas, com os agricultores familiares e com os grupos de agroecologia do Bico do Papagaio¹⁹.

19. Região do estado do Tocantins na tríplice divisa com o Maranhão e o Pará.

Elza Xerente também enfatiza como é importante as parcerias e alianças com todos os povos do Cerrado, destacando o trabalho do movimento das mulheres indígenas do Tocantins na resistência e na lida com as sementes, com o alimento saudável, e na proteção da terra. Célia lembra de como o papel das mulheres foi importante na autodemarcação do território Xakriabá, quando eram as mulheres que abriam as braçadas de roça para o povo se alimentar, também alimentando o território, marcando os limites e os lugares com as práticas de vida de seu povo.

A lógica de que a semente guardada é, na verdade, a semente no chão, plantada e manejada, é muito simbólica no processo de proteção, vigilância, retomada e autodemarcação dos territórios indígenas no Cerrado. São os frutos do Cerrado para todas e todos poderem se alimentar. As sementes de rama que só tem sentido para as Xakriabá guardarem se for para compartilhar com outras mulheres, no plantio próximo, como nos contou Célia, faz-nos entender me-

lhor como um ancião é semente. Quando se perde a variedade, perde-se uma forma (um ramo) de se fazer troca e reproduzir a cultura sobre a terra, de se manter enquanto povo na herança que só é genética, porque é social. Sociobiodiversidade plantada e colhida. Por isso mesmo, não tem data marcada para acontecer na terra, como pretendem insistir, nem tampouco conseguem r-existir se não tiver terra, que é território de ação *in situ*, para conservar, sobreviver e se reproduzir social e culturalmente.

“O Cerrado tem diversidade de medicina para toda a humanidade. O bioma Cerrado cura. O fogo, quando vem, queima essa cura”, explica Célia. Esta medicina vem também dos frutos, dos alimentos do Cerrado que são soberania alimentar para os po-



ELZA XERENTE. CRÉDITO: GUILHERME CAVALLI/ACERVO CIMI



CRIANÇA GUARANI KAIOWÁ,
ALDEIA JAGUAPIRU,
DOURADOS (MS).
CRÉDITO: BRUNO
SANTIAGO/ACERVO CESE

vos como lembram Elza e Eryleide. O buriti, a mangaba, o cheiro forte do pequi ligado à fortaleza dos seus troncos fazem parte do “território da boniteza, das raízes profundas, da memória que conecta os Xakriabá, com os povos Xavante e Xerente”, lembra Célia ao descrever o Cerrado. Este território é fundamental para soberania dos povos porque faz parte, como ela nos diz, da “saborania” alimentar do Cerrado.

Concluimos essa tentativa de descrever os trânsitos e permanências dos povos indígenas do Cerrado com as palavras de sabedoria e chamado de luta transmitidas por Célia: *“Nós temos uma tarefa de semear muitos territórios, nós temos uma tarefa de plantar semente em muitas terras, mas, nós temos uma tarefa muito mais difícil que é de semear muitos corações que se encontram desmatados, de curar muitos corações que perderam essa capacidade de enxergar a terra como parente. O Cerrado sofre com essa monocultura que tenta trazer a terra só apenas como produto, mas a terra ela não está à venda, porque o dia que vender todo território é como vender nosso corpo, é como vender o nosso espírito”*.



Marcela Vecchione, Antonio Verissimo da Conceição, Laudovina Aparecida Pereira e Roberto Antonio Liebgott





Comunidades Quilombolas do Cerrado:

CULTIVANDO TERRITÓRIOS DE LIBERDADE NOS SERTÕES

Tem que acabar com essa história

De negro ser inferior

O negro é gente e quer escola

Quer dançar samba e ser doutor

O negro mora em palafita

Não é culpa dele, não senhor

A culpa é da abolição

Que veio e não o libertou

Vou botar fogo no engenho

Aonde o negro apanhou

O negro é gente como outro

Quer ter carinho e ter amor

Dança aí, negro nagô

Ô ô ô

(Negro Nagô – Pastoral da Juventude)



ALMENIZIA PEREIRA DA SILVA E LEANDRO PEREIRA DA SILVA. COMUNIDADE QUILOMBOLA CARRAPATO, FORMIGA E AMBRÓSIO, TOCANTINS. CRÉDITO: ACERVO APA-TO

Os quilombolas são descendentes de africanos que foram trazidos à força para o Brasil a partir de 1530 e aqui construíram um caminho de luta e resistência. Rebelaram-se contra o sistema escravagista — que se estendeu legalmente até 1888 — e estruturaram diversas formas de lutar contra a opressão dos colonizadores. Uma das estratégias adotadas foi a criação de Quilombos, palavra de origem Bantu que significa forte ou acampamento guerreiro usada para se referir a esses territórios de liberdade onde lutaram bravamente contra a escravidão negra no Brasil.

As comunidades quilombolas manejam seus territórios por meio de conhecimentos tradicionais, que foram construídos na convivência com a terra, com as águas, com os animais e com os Encantados, a partir de saberes africanos e em diálogo com saberes dos povos indígenas que aqui viviam. Ao longo do tempo, esse processo foi constituindo modos de vida adaptados a diversos agroecossistemas e paisagens dos sertões do Cerrado.

A partir dessa herança africana, as comunidades quilombolas construíram um “Bem Viver” que é uma importante referência para os demais povos e comunidades, sendo muito importante ouvi-los, conhecê-los e compartilhar da “Felicidade Guerreira” que está em seu dia a dia.



TERRITÓRIOS DE LIBERDADE QUE VÊM DE LONGE

Que noite mais funda, calunga

No porão de um navio negreiro [...]

Do ventre escuro de um porão

Vou baixar no seu terreiro

Epa raio, machado, trovão

Epa justiça de guerreiro

(Yá Yá Massemba - Roberto Mendes e Capinam)

A CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) estima que a população quilombola seja de cerca de 16 milhões de brasileiros e brasileiras, vivendo em 6.333 comunidades quilombolas, distribuídas em 33% dos municípios brasileiros de 24 Unidades da Federação¹. Esses números da atualidade remontam a um processo histórico de mais de 300 anos de tráfico de africanos para trabalharem como escravos no Brasil. Não se tem certeza de quantos africanos foram trazidos à força para o país. Darcy Ribeiro fez referência ao fato de que diversos estudos indicavam algo entre 3,3 milhões e 15 milhões e propôs uma estimativa de cerca de 6,35 milhões de africanos trazidos à força entre 1540 e 1860².

É certo afirmar que parte desse contingente resistiu ao destino da escravidão e opressão, criando quilombos em todo o país como territórios de liberdade, durante e após o fim da escravidão negra. O termo Quilombo, hoje, não diz respeito a resquícios arqueológicos de uma ocupação temporalmente demarcada, tampouco a grupos isolados ou a uma comunidade homogênea. Ao mesmo tempo, essas comunidades não foram constituídas necessariamente como resultado de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas consistem em grupos sociais que desenvolveram práticas cotidianas de resistência para

1. Apenas nos estados do Acre, Roraima e Distrito Federal não há a identificação de quilombos.

2. Darcy Ribeiro. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

a defesa e reprodução de modos de vida característicos e para a consolidação de territórios próprios³.

Esses territórios de liberdade são “territorialidades repletas de significações próprias” e “plurais”, construídas por grupos que foram barbaramente submetidos a processos persistentes de exclusão e destituídos de direitos e políticas próprias desde os tempos coloniais. Nesse sentido, a pergunta a ser feita não é tanto sobre as origens ou o passado das comunidades quilombolas, ainda que o resgate dessa memória possa ser parte da luta por justiça e reparação, mas, politicamente, trata-se de mirar ao que se tornaram no presente⁴.

Essas territorialidades são invisibilizadas na leitura predominante sobre a formação territorial brasileira, muito focada nos efeitos da economia exportadora. Essa historiografia dominante priorizou a análise do tripé latifúndio-monocultura-escravidão, e acabou ignorando os processos que aconteceram nos confins dos sertões e nos interstícios dos surtos de exploração de commodities. E, assim, omitiu que o Brasil também tem uma história de territorialidades de liberdade — onde negros, indígenas e brancos pobres foram se encontrando e construindo espaços onde pudessem sobreviver livres das opressões das sociedades que se constituíam em torno das economias exportadoras⁵.

Muitas vezes cabia a esses outros grupos ocupar terras menos visadas, o que levou à constituição de saberes que os permitissem produzir respeitando as condições de reprodução metabólica de solos menos adequados ao manejo agrícola, pois sem isso não poderiam sobreviver. Ao mesmo tempo, como essas comunidades não podiam recorrer ao Estado, porque este era guardião e promotor da ordem racializada dominante, tiveram

3. Eliane Cantarino O'Dwyer. Terras de Quilombo no Brasil: Direitos Territoriais em Construção. Cadernos de Debates Nova Cartografia Social – Território Quilombola e Conflito, Vol. 01. N. 02. Manaus, 2010. Pg. 41-48. Disponível em: http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/livro_territorios_quilombolas_conflitos.pdf.

4. Lillian Cristina Bernardo Gomes. Justiça seja feita: direito quilombola ao território. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. 2009. Disponível em: <http://ppgcp.fafich.ufmg.br/defesas/226D.PDF>.

5. Carlos Walter Porto-Gonçalves. Entrevista à Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. Setembro, 2020.

que se reinventar em seus territórios de liberdade com o máximo de autonomia⁶. Representam, assim, uma história de inspiração no desenvolvimento de saberes agroecológicos sofisticados e de práticas de autogoverno.

Disso não decorre uma vida isolada. Ao contrário, os quilombos foram gestando paulatinamente uma economia de base camponesa, estabelecendo redes de trocas e constituindo, ao longo do tempo, um “campesinato negro”⁷. Os quilombos, além de construir suas territorialidades próprias, influenciaram fortemente a construção da realidade rural brasileira. Em cada região, ocorreram processos distintos de ocupação. No Cerrado, as comunidades quilombolas também tiveram trajetórias diversas, sendo parte importante delas resultantes das economias de exploração do ouro e da pecuária.

Um importante exemplo é o grande Território Kalunga, que é formado por diversas comunidades negras rurais, que vivem nos vãos das serras do Mendes, Morro Branco, Ursa, Bom Jardim, Areia, São Pedro, Bom Despacho, Moleque, Boa Vista, Contenda, Manquine e Mangabeira, partes da Serra Geral de Goiás. Esse grande território está nos municípios goianos de Monte Alegre, Cavalcante, Terezinha de Goiás, e nos municípios tocantinenses de Arraias e Paranã. Registros históricos de 1723 contam que africanos escravizados denominados Angola, Congo, Benguela, Cas-sange, Mina, Yoruba e Haussa fugiram das minas da atual região Norte de Goiás e Sudeste do Tocantins, e criaram um grande Território Quilombo de Fuga entre as cidades de Cavalcante, Monte Alegre, Arraias, Natividade e Paranã⁸. O território ocupado pelos Kalungas era habitado anteriormente por indígenas das etnias Akroá, Chikriabá, Ava-Canoeiro, Xavante, Javaé e Xerente⁹. Outros

REPRESENTAM UMA HISTÓRIA DE INSPIRAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE SABERES AGROECOLÓGICOS SOFISTICADOS E DE PRÁTICAS DE AUTOVERNO.

6. Idem.

7. Flávio dos Santos Gomes. A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séc. XVII-XIX). Tese de doutorado, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

8. Rosy de Oliveira. O Barulho da Terra: Nem Kalunga Nem Camponeses. Curitiba: Editora Progressiva, 2010.

9. Para saber mais sobre os trânsitos indígenas, ver “Povos Indígenas do Cerrado: Caminhando e Cultivando R-Existências Diversas” neste mesmo volume.

documentos relatam sobre uma Bandeira organizada em 1760 com o objetivo de destruir quilombos localizados às margens do rio Paranã. Mesmo com a repressão, novos núcleos quilombolas surgem às margens desse rio, sendo este utilizado como uma rota de fuga pelos quilombolas¹⁰.

Um outro exemplo importante é o Norte de Minas, onde, em 2008, estavam documentadas 153 comunidades negras rurais que se autodefinem como remanescentes de quilombos, representando 35% do total dos quilombos mineiros. A maioria desses quilombos se encontra nos vales dos rios Verde Grande e Gurutuba, situados à margem direita do rio São Francisco. Tais vales não foram habitados nos primeiros séculos de colonização por populações de origem europeia em razão dos focos de malária ali existentes¹¹. O povoamento posterior por colonos se deu a partir de ações de apresamento de índios e extermínio quilombola, e implantação dos currais de Minas na região, em fins do século XVII, para o abastecimento de gêneros alimentícios para as minas¹². Dessa forma, os quilombos ocupam a região do Norte de Minas antes da chegada da pecuária, e são atacados no processo de implantação dos currais.

É também no estado de Minas Gerais, no município de Bom Despacho, que fica a Comunidade Quilombola Carrapatos da Tabatinga, de onde a liderança Sandra Maria da Silva Andrade nos traz uma fala de força do compromisso ancestral com a longa história de luta quilombola: *“Minha origem quilombola e de luta pela manutenção de nossas raízes culturais, ancestralidade e nosso território me fizeram desde cedo compreender que eu tinha uma missão diferente. É claro que a presença de minha mãe Sebastiana e seu profundo enraizamento religioso me fizeram muito cedo compreender que nós éramos um povo que lutávamos por um sentido diferente daquele que permeia a existência da maior parte das pessoas que me rodeavam. Essa percepção veio muito cedo”*.

O Maranhão é outro estado onde a presença ancestral quilombola é muito forte no Cerrado e suas áreas de transição. Lá, no município de Parnarama di-

10. Rosy de Oliveira, 2010. O Barulho da Terra: Nem Kalunga Nem Camponeses. Curitiba: Editora Progressiva, 2010.

11. João Batista de Almeida Costa e Cláudia Luz de Oliveira. Negros do norte de Minas: direitos, conflitos, exclusão e criminalização de quilombos. Cadernos de Debates Nova Cartografia Social - Território Quilombola e Conflito. Vol. 01. N. 02. Manaus, 2010. Pg. 228-234. Disponível em: http://www.pontoajongo.uff.br/sites/default/files/upload/livro_territorios_quilombolas_conflitos.pdf.

12. João Batista de Almeida Costa. Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG). Brasília: Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia da UnB, 1999.

visa com o estado do Piauí, está localizado o Território Quilombola de Cocalinho, onde vivem 170 famílias, autodeclaradas quilombolas e reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares em 2014. De acordo com os relatos das famílias quilombolas, o processo de formação territorial remonta à vinda de pessoas fugindo da seca do Ceará e Piauí, chegando ao Maranhão e se instalando nessas áreas. A quilombola e quebradeira de coco babaçu Raimunda Nonata da Silva Nepomuceno é de Cocalinho e traz um relato atual que é muito representativo dessa longa história de resistência quilombola nos cerrados: *“A minha comunidade está completando 104 anos. São 104 anos de luta, sempre em luta, porque os grileiros sempre estiveram ali por perto, para grilar nossa terra. [...] A nossa ancestralidade lutou tanto para chegar até aqui, hoje a gente só ouve as críticas desses grileiros que dizem que já compraram [a terra]. Hoje mesmo, a gente já ouviu os comentários que o fazendeiro vai entrar aqui, que quer a retirada do povo”*.



MULHERES PRODUZINDO FARINHA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA COCALINHO, NO MARANHÃO. CRÉDITO: LEANDRO SANTOS



A LUTA QUILOMBOLA POR SEUS DIREITOS TERRITORIAIS

O que acontece em Cocalinho ecoa nas histórias da maior parte das comunidades quilombolas que, apesar de ter consolidado seus territórios há séculos ou décadas, ainda não conseguiu a regularização fundiária e hoje enfrenta violentos processos de grilagem. Essa situação é consequência do modelo de distribuição de terras no Brasil que conferiu crescente poder econômico, político e social às elites agrárias, as quais, por sua vez, reinventaram ao longo dos séculos suas formas de dominação.

Dessa forma, conseguiram protelar o reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades quilombolas até a constituinte em 1988, um século após o fim oficial da escravidão, quando se estabeleceu o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que define que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Juntamente com o ADCT, os artigos 215 e 216 da Constituição Federal garantem os direitos territoriais das comunidades quilombolas. No entanto, apenas com o decreto 4887, de 2003, se regulamenta “o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

Três décadas após as comunidades quilombolas terem conseguido garantir o reconhecimento de seus direitos territoriais, poucos territórios estão regularizados. Enquanto existem mais de 6.333 comunidades quilombolas no Brasil, somente cerca de 340 destas tiveram seus territórios titulados (considerando que há comunidades que compartilham um mesmo Território Quilombola, isso corresponde a 171 territórios), o que representa cerca de 5% das comunidades quilombolas do país. A regularização de territórios quilombolas

é responsabilidade do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), dos institutos de terra estaduais e da SPU (Secretaria do Patrimônio da União). Os processos de regularização concluídos estão apresentados na tabela abaixo.

TABELA 1: PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO CONCLUÍDOS

INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE COMUNIDADES	NÚMERO DE TERRITÓRIOS	ÁREA (HA)
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	129	46	194.923,2336
ITERPA – Instituto de Terras do Pará	113	50	709.108,6079
ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão	37	37	30.171,9512
INTERBA – Instituto de Terras da Bahia	18	16	31.776,6330
ITERJ – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro	2	2	378,4864
ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo	6	6	18.828,1157
IDATERRA – Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul	1	1	73,3177
INTERPI – Instituto de Terras do Piauí	19	5	20.497,6071
SPU – Secretaria de Patrimônio da União	4	3	
FCP – Fundação Cultural Palmares ¹	10	4	22.004,6681
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais ²	1	1	1.121,4200
Títulos contados duas vezes na lista por terem sido dado em parceria por dois órgãos - sobreposições			21.990,6882
TOTAL	340	171	1.016.497,1093

Fonte: INCRA, Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, 2020

¹ Instituição responsável por realizar a regularização de territórios quilombolas entre 1988 e 2003

² Situação particular

Os dados demonstram o total descaso aos direitos territoriais da população quilombola do nosso país. Esse descaso à política de reconhecimento e regularização de territórios quilombolas está refletido, também, no orçamento aprovado para o INCRA para a implementação dessas políticas ao longo da última década (tabela abaixo).

TABELA 2: **ORÇAMENTO APROVADO PARA O INCRA ENTRE 2010 E 2019**

ANO	VOLUME DE RECURSOS EM REAIS
2010	32.118.365,20
2011	30.216.700,00
2012	51.692.073,90
2013	47.671.550,00
2014	30.249.989,48
2015	18.652.720,06
2016	8.003.248,00
2017	4.795.239,00
2018	2.795.239,00
2019	3.423.082,00

Fonte: INCRA, 2019

Nonata traz esses números pro chão dos territórios quilombolas, quando fala dos desafios enfrentados em Cocalinho: *“Imagina a gente que vive lutando para ter um território, ter um lugar de trabalhar, ter um lugar de viver em paz. A gente precisa ter um território, porque a gente só tá certificado pela Fundação Cultural Palmares, e a gente espera o Incra regularizar o nosso território. O Incra não tem dinheiro para isso, o Incra não tem dinheiro para aquilo. E para apoiar*

o governo, sim. Para mandar matar o pobre, sim. Tirar o território do pobre, sim. E aí a gente como fica nessa história toda?”

A redução de recursos do orçamento quilombola do INCRA inicia-se em 2015, ainda no governo Dilma, mas atinge valores irrisórios nos governos Temer e Bolsonaro. Informações veiculadas pelo INCRA apontam que, em 2019, existiam 17 comunidades quilombolas vistoriadas, avaliadas e aguardando a desapropriação dos imóveis para a demarcação de seus territórios. Os recursos necessários para a aquisição destes imóveis eram da ordem de R\$ 27 milhões. No entanto, em 2019, o orçamento total disponibilizado ao INCRA foi de R\$ 3,42 milhões, 12% da demanda orçamentária necessária para concluir apenas os processos de aquisição de imóveis já avaliados.

Importante lembrar que no governo Bolsonaro houve a transferência do INCRA da Casa Civil para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que é comandado pela ministra Tereza Cristina (DEM), representante da bancada ruralista. Dentro do Ministério, foi nomeado Luiz Antônio Nabhan Garcia, pecuarista e ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), organização criada para combater a reforma agrária, para o cargo de secretário nacional de assuntos fundiários. Essas medidas demonstram claramente a intenção de paralisar a reforma agrária e a regularização dos territórios quilombolas e tradicionais no país.

Há muitas situações concretas que demonstram essa estagnação e controle político da política de regularização de territórios quilombolas. Um exemplo é a comunidade quilombola de Barra da Aroeira, que foi criada aproximadamente em 1880, após a Guerra do Paraguai. A comunidade, que está localizada nos

**TRÊS DÉCADAS APÓS
AS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS
TEREM CONSEGUIDO
GARANTIR O
RECONHECIMENTO
DE SEUS DIREITOS
TERRITORIAIS, POUCOS
TERRITÓRIOS ESTÃO
REGULARIZADOS.**

municípios de Santa Tereza, Novo Acordo e Lagoa do Tocantins, no Sudeste do Tocantins, foi autocertificada pela Fundação Cultural Palmares em 2006 e teve o processo de regularização territorial aberto no mesmo ano. O RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) deste território quilombola foi publicado em 2011. Há nove anos a comunidade espera o presidente do INCRA assinar a portaria de criação do território, mas isso não acontece em função de uma forte ação política da Federação da Agricultura do Tocantins (FAET), da bancada ruralista e fazendeiros, que, a todo custo, tentam impedir que se efetive a legislação agrária no tocante à regularização dos territórios. Enquanto isso, há 330 grileiros dentro do território quilombola, dentre os quais um deputado, um prefeito, uma senadora, todo um grupo que detém poder político e que vai impedindo que as políticas de regularização se executem.

O Território Kalunga é um exemplo dos caminhos tortuosos de regularização. O processo iniciou em 1991 no estado do Goiás e, em 2009, foi decretado o Território Kalunga de Goiás com 261.999 ha, deixando de fora do primeiro processo de identificação e regularização a parte do território que está no estado do Tocantins, autodenominados de Kalunga do Mimoso. O processo de identificação da porção tocaninense se iniciou em 2001, a certificação da comunidade pela Fundação Palmares, em 2005 e, em 2010, o governo federal decretou a criação do Território do Kalunga do Mimoso com 57.465 ha, sendo que apenas 4.051 ha estavam sob a posse dos quilombolas e o restante invadido por grileiros, como conta seu Epifânio dos Santos: *“A cada ano que passa esses fazendeiros daqui vão se apossando de um trecho novo, pedaços e tiras de terra, retirando tudo quanto é picada e arvores que há muitos e muitos anos, mesmo antes de eu nascer, já servia para marcar os limites da terra de tudo quanto é Kalungueiro aqui dentro da nossa região. É só procurar. Qualquer Kalunga sabe falar dos limites certos daqui da região. Agora com esse monte de fazenda, vinte e tantos parece [vinte e quatro] proprietários, donos dessas fazendas estão acabando com a terra e com os limites da nossa comunidade”*¹³.

13. O Território da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso. Alternativas Para a Nova Agricultura do Tocantins (APA-TO). Novembro, 2012. Disponível em: <http://www.apato.org.br/documentos/cartilha-quilombola-kalunga-mimoso.pdf>.

Infelizmente, praticamente todos os territórios quilombolas do Brasil e do Cerrado estão invadidos, em menor ou maior medida. As comunidades resistem, mas essa resistência se dá em territórios limitados — e frequentemente contaminados e degradados — pela invasão, o que acaba causando problemas profundos de sustentabilidade para as comunidades. A disponibilidade de produtos extrativistas e a capacidade de produção de alimentos estão muito reduzidas para diversas comunidades, porque é frequente a presença de grileiros que invadiram essas terras e, frequentemente, impedem o acesso a partes do território dessas comunidades e desmatam e contaminam o território, como por exemplo na Comunidade Quilombola Kaágados, localizada no município de Arraias, que foi autocertificada pela Fundação Cultural Palmares em 2014, teve o processo de regularização territorial aberto em 2014 e o trabalho de regularização territorial não iniciado até o momento. O quilombola Domingos José de Moura da comunidade conta como o desmatamento vem degradando as condições de vida: *“As águas era tudo solta, não tinha água fechada não, tinha mais água, tinha bastante água, tinha o rio Almesca, rio Areia, rio Káagados, fora as lagoas que criava água, que criava e num secava, e aí com esse negócio de desmatamento acabou tudo, até as água dos córregos está acabando, era o ano todo, agora não é mais, agora não é mais não”*.



RIO TOCANTINS. TERRITÓRIO QUILOMBOLA PRACHATA, TOCANTINS. CRÉDITO: BRUNO SANTIAGO

A morosidade na regularização dos territórios quilombolas e os grandes retrocessos que chegam com o governo Bolsonaro expõem as comunidades a uma situação de insegurança alimentar e nutricional, à violência contra as lideranças e demais membros das comunidades e vêm destruindo todos os bens naturais que foram conservados pelas comunidades, contaminando com agrotóxicos as águas, a terra e as pessoas. Esse é um desafio enfrentado pelos quilombolas de Cocalinho como conta Nonata: *“os impactos estão crescendo e a gente que vem sofrendo a cada dia com o veneno que eles usam. A gente vê o nosso povo se destruindo por causa desse veneno, as nossas águas se acabando, a nossa biodiversidade está desaparecendo, os nossos pássaros sumiram, as nossas caças, onde a gente pega o buriti, o buritizal tá morrendo, as palmeiras. Tudo que a gente sobrevive está se acabando por conta desses grileiros”*.

É por isso que os direitos territoriais são a base dos demais direitos, porque sem a garantia da posse do território contra as ameaças dos grileiros, seus modos de vida e sua própria existência fica ameaçada, como Sandra explicita: *“A gente sempre teve fartura, o que nos falta mesmo é o território para viver nele com dignidade, que a gente dá conta de produzir e viver, se a gente tiver o nosso território regularizado. O Cerrado é muito rico. Isso tudo está no cerrado, e é disso que a gente vive”*.

Essa ameaça não atinge somente os quilombolas, mas a própria diversidade sociocultural brasileira, pois as comunidades quilombolas são herdeiras e guardiãs de saberes tradicionais testados e adaptados a cada lugar e paisagem, ao longo de inúmeras gerações — um patrimônio cultural imensurável. E é por isso que defender seus direitos territoriais, garantir a posse de seus territórios, base de seus modos de vida, é defender o Cerrado, é promover a conservação e multiplicação da biodiversidade do Cerrado.



AURELIANA RODRIGUES DE SOUSA, CARINHOSAMENTE CHAMADA DE MÃE PRETA, DA COMUNIDADE QUILOMBOLA POVOADO DO PRATA, NO TOCANTINS. CRÉDITO: ACERVO/APA-TO



O SABER-FAZER QUILOMBOLA: MODOS DE VIDA E DE CONVIVÊNCIA COM OS CERRADOS

Resultado de uma história secular de convivência com os cerrados no cultivo de seus territórios de liberdade, os quilombolas herdaram saberes desenvolvidos por seus antepassados e que estruturam seus modos de vida. Por isso, nos territórios quilombolas há uma imensa biodiversidade, conservada e multiplicada por meio de sofisticadas formas de manejo das paisagens. As comunidades quilombolas praticam o extrativismo de um grande número de espécies (pequi, buriti, baru, babaçu, capim dourado, piaçava, bureré, roseta, etc.) para diversos usos, como alimentação, artesanato, medicina tradicional, rituais, beneficiamento e comercialização. Também utilizam diferentes tipos de roças tradicionais e criam diversos animais, utilizando o manejo dos pastos nativos e de espécies alimentares.

A resistência das comunidades quilombolas se dá, também, pela manutenção da posse de seus territórios por meio desse amplo manejo dos territórios.



EULINDA ALVES, TAMBÉM CHAMADA DE DONA MIQUENA, REZADEIRA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA COCALINHO, NO MARANHÃO. CRÉDITO: LEANDRO SANTOS

14. Carlos Walter Porto-Gonçalves. Dos cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e conhecimento científico. FASE e CPT, 2019. https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/12/PUBLICACAO_CERRADO-2.pdf.

No intuito de criar instrumentos e documentos que demonstrem e afirmem a posse das comunidades de seus territórios, o movimento quilombola vem elaborando cartografias sociais e planos de manejo territorial. Nesse sentido, a CONAQ trabalhou intensamente, no ano de 2017 na elaboração de diretrizes para a gestão territorial e ambiental de territórios quilombolas, processo paralisado pelo governo Temer. No Tocantins, diversas comunidades quilombolas elaboraram e publicaram os planos de manejo de seus territórios.

As comunidades quilombolas trabalham suas roças, que são espaços de enorme diversidade, formados por policultivos com diferentes espécies vegetais, plantas companheiras, sucessão cultural, descanso de partes da área, consórcios vegetais. São muitos tipos diferentes de roça: roça de toco na mata seca, roça de toco no capão, roça de toco nas margens das matas ciliares, roça de várzea e roça de esgoto, que é um sistema de microdrenagem. Essa diversidade de práticas reflete um saber profundo das comunidades em diálogo direto com as especificidades de cada agroecossistema.

Os quilombolas conhecem a lua, conhecem a água, sabem quando a planta vai brotar, quando ela vai germinar, quando e porque ela não vai germinar, o que planta depois, o que planta antes. Têm hortas, pomares, criação de pequenos animais, sistemas extensivos de criação de galinhas, misturado com os suínos, misturado com as plantas anuais e uma dinâmica extremamente bem estruturada, e muito bem organizada, muito bem pensada com respostas extremamente produtivas e intensas. Seu Dominhos conta sobre essas práticas em *Kaágados* e o “saber do detalhe”¹⁴ que a comunidade tem de cada parte do território: “A vida

aqui, nois fazia a rocinha, plantava o arroz, plantava a mandioca, plantava o milho, o feijão de corda, porque o de arranque nunca prestou para dar aqui não. O feijão de corda e tudo aí nois comia, vendia pra poder comprar o pedacinho de pano pra nós, criava um porco, matava, vendia, outra hora vendia em pé pra alguém, e era assim a vida nossa, era assim comendo do suor de dentro da cultura, era assim que nois era. E lá na comunidade, lá eles tinha tudo, só não tinha esse negócio de café. Doce era de cana, lá tinha muita cana. Era fabricado lá mesmo, o açúcar, a rapadura, era feito lá. Agora o café era aqui e o sal que vinha de Barreiras. Nois caçava, ia no mato pegava um tatu; pescava, não tinha rede nem tarrafa, pegava o anzol e ia lá, pegava traíra, piau, trazia, passava farinha dentro e comia, e ia trabalhar, e era assim, assim que era a vida tudo lá”.

Em cada localidade temos uma combinação de práticas e espécies que representam o agroecossistema local. Sandra Maria da Silva Andrade relata as práticas produtivas no território quilombola Carrapatos da Tabatinga “Usamos os frutos, o aipim, orapronobis, entre outras coisas. A agricultura que nós temos é que nos fortalece. Nos alimentamos bem aqui na minha região. Orapronobis com carne moída e angu deixa a gente muito forte, é muito rico em vitamina. O cerrado é uma diversidade, tem de tudo; a gente tem que saber usar. O pequi, minha mãe fazia no arroz, pequi com arroz, licor de pequi, doce de pequi, conserva de pequi. Mas para além do pequi, nós temos a jabuticaba, licor de jabuticaba, geleia de jabuticaba e tudo a gente aproveita a casca. Tem o mamão, além das verduras, também tem outras que muita gente não conhece, como a serralha.”

Nos territórios também reverbera o saber tradicional das

parteiras, mulheres que ainda hoje fazem os partos da comunidade e, como mais bela expressão dos laços de ancestralidade, muitas vezes recebem a chegada de seus netos ao mundo em suas próprias mãos. Nesses espaços de liberdade ganham ecos também o saber das mulheres e homens que benzem e curam as pessoas com plantas medicinais, buscando conhecimento com seus orixás, com seus ancestrais; que pegam o poder das plantas, da água, do ar para curar seu povo, mantendo a força, mantendo a luta, mantendo a resistência, como conta Nonata sobre a realidade de Cocalinho: *“Tem erva medicinal, a gente conserva muitas árvores medicinais, faz lambedor, faz garrafada. Agora nesse tempo de pandemia aqui na comunidade, todos estão tomando remédio caseiro, das ervas do mato para se proteger”*.

Sandra é Mestre do Saber Tradicional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e fala sobre a importância da medicina tradicional em Carrapatos de Tabatinga: *“A gente usa nossas ervas, tomamos os nossos chás, e curamos gripes, as dores e os resfriados. Então é nós por nós mesmos, e nos protegemos, cada um se cuidando, lógico, com os nossos chás. Nós tomamos, nós fazemos nossos chás medicinais aqui, nós estamos tomando chá. Todos tomam, e até agora estamos conseguindo manter as pessoas sem esse COVID, mas não está fácil somos nós por nós”*.

Outra herança da ancestralidade africana que reverbera com força nos territórios quilombolas, muitas vezes ganhando matizes próprios, são as inúmeras manifestações culturais e religiosas que estão presentes, algumas vezes em grandes regiões, outras em localidades específicas. Nos estados do Tocantins e Maranhão, temos o Terecô, a dança do Lindô e a dança da Mangaba. No Tocantins, Goiás e Minas Gerais, temos a Congada. No Maranhão, temos o Tambor de Crioula e o Tambor de Mina, no Tocantins, a Sússia, e, em Minas Gerais, o Batuque. Os quilombolas nos ensinam sobre como conduzir a vida e fazer a luta com alegria, como lembra Sandra: *“a nossa cultura que é a nossa alegria, que nos dá força para continuar vivendo e lutando em busca dos nossos direitos”*.



ARTESANATO DE CAPIM
DOURADO DE COMUNIDADES
QUILOMBOLAS DO TOCANTINS.
CRÉDITO: ACERVO/APA-TO

As comunidades quilombolas praticam também o extrativismo de diversas espécies que são coletadas e processadas, como o pequi, a mangaba, a bacaba, combinando com uma infinidade de produtos alimentícios, que são saudáveis, sem nenhum tipo de química, sem nada que reduza sua qualidade nutricional. Realizam também o extrativismo voltado ao artesanato, como as comunidades quilombolas que são apanhadoras de flores sempre-viva na região de Diamantina em Minas Gerais ou as quilombolas artesãs de capim dourado em Minas, Goiás e Tocantins. No Jalapão e Sudeste do Tocantins, o capim dourado acarretou um aumento de renda considerável para as mulheres quilombolas.

Uma prática extrativista muito importante no Cerrado do Maranhão, Piauí e Tocantins e que envolve muitas mulheres quilombolas é a coleta do coco-babaçu pelas quebradeiras que o transformam em óleo, sabonete, mesocarpo, carvão. Nonata, mulher quilombola e quebradeira de coco-babaçu conta da importância e luta dessa prática: *“A gente tá se fortalecendo através das nossas culturas, da nossa plantação. A nossa luta com o babaçu não é fá-*

cil, mas a gente está conseguindo retirar. É muito longe para gente pegar o nosso babaçu, 18 km, e tá difícil esse ano, o babaçu é pouco, mas a gente está levando a vida. A gente faz o biscoito do mesocarpo, faz o bolo, a gente leva para feira. Agora, a gente não está levando por conta da pandemia. Mas antes a gente levava e tudo isso era vendido e gerava uma renda para dentro da comunidade.”

Existe uma sociobiodiversidade muito grande dentro dos territórios, que as comunidades trabalham, manejam. Tudo isso com um grande saber associado, que vem passando de geração a geração, que mantém a luta, que mantém o povo dentro dos seus territórios. Outro componente importante é o manejo do gado, que é feito com base no saber do tempo e lugar certo para cada prática. Assim é o conhecimento dessas populações sobre o manejo dos gerais: o tempo de soltar o gado, o tempo de levar o gado para o refrigerio, o tempo de levar o gado para as áreas altas, o tempo de fazer queimadas para garantir a reprodução do capim. O quilombola sabe que se não fizer queimada no cerrado com alguma regularidade, o cerrado pega fogo e vira um incêndio. Alguns incêndios que se vê no Cerrado são potencializados pela proibição do manejo do fogo nos sistemas tradicionais, quando as comunidades fazem os aceiros, manejam o fogo e trabalham o Cerrado com a sabedoria de quem sabe que tem que fazer o manejo do cru, o capim seco, senão vira incêndio. Tratam seus animais com as plantas medicinais, com sucupira, com alho, com toda uma diversidade de plantas, e tiram o leite, fazem o queijo.

Seu Domingos lembra como a chegada das cercas vai limitando esses saberes: *“Olha, a mata era solta, quem tinha vaquinha, duas, era solta aí na mata. Nois fazia as roças mas num formava, porque num precisava porque pasto tinha demais, antonce nois num formava pasto, os bichos era solto aí, comendo à vontade, comendo o agreste e os araguaias e tudo. Tanto comia o nosso como do pessoal fazendeiro e do vizinho, num tinha cerca não. Às vezes, tinha o seu gado solto acolá, seu vaqueiro caçava lá, e me procurava: — ‘Cê viu meu gado?’ — ‘Eu vi*

em tal lugar'. Ele vinha campear aqui dentro, apanhava e levava. Mexia com ele lá, ficava; quando soltava o bicho vinha". Essa liberdade nos territórios quilombolas tinha expressão na liberdade dos bichos, da terra, das águas, das matas e do próprio povo, que vai sendo limitada pelo "cerquismo": "Não tinha esse cerquismo de segurança. 'Seu bicho tá comendo na minha área', não senhor, não tinha isso não! As matas era tudo fechada, tudo era campo não tinha cerca, não tinha cerca de divisa. Tinha só os limites; as famílias passava pra área do outro e outros pra área nossa. Era assim, ninguém corria atrás disso, não. Era tudo liberto, era tudo campo".

Essa cultura e modos de vida de liberdade quilombolas têm muita riqueza. Nós temos muito a aprender com os quilombolas, o seu bem-viver quilombola, suas relações comunitárias, com as matas, com os bichos, seu respeito pelos rios, seu respeito pela terra, seu respeito pelos mais velhos, o respeito pelos seus ancestrais. Temos que, cada vez mais, aprender com os quilombolas de como a gente mantém o cerrado vivo. Eles são uma das grandes referências para isso: os quilombolas são nossos mestres para manter o cerrado vivo.



DONA SINDÁ QUEBRANDO COCO BABAÇU NO QUINTAL DE SUA CASA. COMUNIDADE QUILOMBOLA MONTE ALEGRE, MARANHÃO. CRÉDITO: INGRID BARROS



RESISTÊNCIA QUILOMBOLA NA PANDEMIA E SEMPRE: “ELES JURARAM DE NOS MATAR, E NÓS JURAMOS QUE NÃO VAMOS MORRER”

O próximo censo demográfico vai recensear a população quilombola, como tal, pela primeira vez. A ausência desse dado estatístico tem impactado diretamente na elaboração e implementação de políticas públicas específicas para a população quilombola. Em tempos de pandemia, essa ausência é ainda mais trágica, já que nos territórios quilombolas o novo coronavírus tem a sua letalidade potencializada pela ausência de políticas públicas que viabilizem a sobrevivência das comunidades quilombolas.

Os desafios enfrentados pelos quilombolas no contexto da pandemia são sintetizados no depoimento da Sandra: *“Hoje, nesse momento em que o Brasil e o mundo estão passando perante essa pandemia, nós gostaríamos de não ter que estar lutando pelo auxílio emergencial, por assistência emergencial. E hoje, nesse momento de pandemia, a gente se entristece por estar lutando para que essas comunidades tenham os direitos básicos de toda população brasileira que é o auxílio emergencial”*.

Dados da transmissão da doença em territórios quilombolas são subnotificados pelas autoridades sanitárias, pois muitas secretarias municipais ainda deixam de informar quando a transmissão da doença e morte ocorre entre pessoas quilombolas, favorecendo, assim, o apagamento da população quilombola frente à catástrofe da pandemia do coronavírus. Diante disso, a CONAQ tem buscado, junto às lideranças quilombolas de todo o

Brasil e com o auxílio de vários parceiros, assegurar a visibilidade dos rastros da COVID-19 entre os quilombolas. Os dados de contaminações e óbitos ficam disponíveis na plataforma virtual¹⁵. Esse monitoramento, além de assegurar que parte das notificações serão resguardadas, também denuncia a negligência do Estado brasileiro para com a população quilombola.

Outra ação importante realizada pelos movimentos indígena e quilombola foi a pressão para a aprovação do PL 1142 de 2020¹⁶. Sandra conta como se deu a luta pela aprovação do PL 1142: *“Nesses tempos difíceis, buscamos junto aos deputados parceiros, organizações parceiras, conseguimos junto com os indígenas, criar um Projeto de Lei, o qual foi aprovado de maneira unânime pela Câmara dos Deputados, pelo Senado, mas infelizmente o poder executivo, que é o presidente, vetou. Vetou água, vetou saúde, vetou tudo que precisa para a sobrevivência de um povo nessa pandemia. Como cumprir isolamento social sem condições básicas mínimas? Lavar as mãos, por exemplo. Comunidades que nem água têm. Isso nos deu uma dor muito grande, mas isso não nos desanimou. Continuamos lutando. Ele nos escolheu como inimigos, sem nada nós fazermos. Que a única coisa que a gente luta a vida inteira é para ter direito de viver nos nossos territórios com dignidade. Mas nem isso eles querem deixar. Porque hoje, para além de enfrentarmos as pandemias, nós estamos enfrentando invasões. Estão levando o Covid para os quilombos, mas a luta nossa é incansável”*.

No dia 19 de agosto, o Congresso derrubou parte dos vetos do presidente Jair Bolsonaro ao PL, como conta Sandra: *“Ontem fizemos uma campanha junto aos deputados e senadores, para que derrubassem os vetos. Conseguimos derrubar 16 vetos na câmara, de 22. Pedimos todos, mas infelizmente não deu. Mas de 22, derrubamos 16”*. A mobilização da sociedade civil, de organizações e de parlamentares ligados à causa indígena, quilombola e de direitos humanos conseguiu derrubar vetos que tratavam de garantias básicas, como o acesso a água potável. Sandra enfatiza que essas demandas são necessárias justamente porque os direitos territoriais básicos dos quilombolas não são realizados pelo

15. Quilombo Sem Covid-19 - Vidas Quilombolas Importam. CONAQ/ISA. Disponível em: quilombossem-covid19.org.

16. “Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública”. O PL foi aprovado pelos deputados em 21 de maio, pelos senadores em 16 de junho e sancionado pelo presidente no dia 07 de julho, com 22 vetos ao texto original.

Estado, impondo obstáculos à reprodução social dos modos de vida das comunidades: “Nós não precisaríamos estar nessa situação hoje, se o governo cumprisse simplesmente o que tá na Constituição Federal, ou que implementassem o decreto 4887. Mas nada disso ele quer fazer”.

Sandra lembra do racismo do presidente expresso nesse descaso e de que os quilombolas seguirão lutando com visão de longo prazo: “Para ele, nós não somos pessoas, não somos gente. Todo mundo já sabe o que foi dito antes, na campanha [presidencial de 2018]. Mas eles juraram de nos matar, e nós juramos que não vamos morrer. Por maior que seja a dificuldade que estamos passando, por mais quilombolas que nós temos perdido, e já passam de 150 mortos, mas ainda a gente continua na luta e nós vamos vencer além da pandemia, que nós temos que vencer as duas, a pandemia e a doença, que através do nosso conhecimento tradicional estamos nos mantendo vivos dentro das comunidades. E temos que vencer essa outra pandemia que vai passar logo daqui a mais dois anos”. E Nonata complementa: “vamos lutar, gente, contra esse governo, porque esse é o vírus mais perigoso que já entrou no nosso país, foi esse vírus desse governo. Porque ele tira o sossego de quem tem”.

Outras duas questões, relacionadas entre si, estão acarretando sérios problemas às comunidades quilombolas. Uma delas é a flexibilização do isolamento nas cidades, que vem aumentando a contaminação. A outra é a ida de parentes e outros visitantes das zonas urbanas às comunidades para passar o final de semana, com a justificativa de fugir da contaminação que se alastra nas cidades. Essas duas questões estão acarretando o aumento da contaminação por COVID-19 nas comunidades, conforme relata Sandra: “As pessoas não estão respeitando o isolamento social. Nós estamos fazendo a nossa parte, mas o desrespeito é muito grande. Não adianta você fechar sua porteira, eles pulam por cima. Parece que não estão entendendo a gravidade da situação. Parece que para eles 100 mil pessoas mortas não fazem diferença. Aqui o prefeito foi pressionado pelos empresários a flexibilizar. Comércio tudo aberto, bar aberto,

aglomeração e os casos aumentando. E o que está acontecendo? A subnotificação. As pessoas estão morrendo, mas não estão falando que é de Covid”.

Apesar de todos os esforços do movimento quilombola, a invisibilidade do alastramento da doença em territórios quilombolas revela uma situação potencialmente drástica, que não tem recebido a atenção devida das autoridades públicas e dos meios de comunicação dominantes. Dados da transmissão da doença em territórios quilombolas são sub-notificados, pois muitas secretarias municipais deixam de informar quando a transmissão da doença e morte ocorre entre pessoas quilombolas.

De acordo com monitoramento autônomo desenvolvido pela Conaq junto aos territórios, até 22 de setembro de 2020, foram levantados nos estados em que a CONAQ atua: 4.586 casos confirmados, 1.219 casos monitorados, 161 óbitos e 3 óbitos sem confirmação de diagnóstico. Os dados revelam uma alta taxa de letalidade da COVID-19 entre os quilombolas e uma grande subnotificação de casos. Situações de dificuldades no acesso a exames e denegação de exames a pessoas com sintomas têm sido relatadas pelas pessoas dos quilombos.

Devido à falência estrutural de sucessivos governos e às dinâmicas de racismo institucional, os quilombos não contam com um sistema de saúde estruturado. Ao contrário, os relatos da maior parte dos quilombos são de frágil assistência e da necessidade de peregrinação até centros de saúde melhor estruturados. As condições de acesso à água em muitos territórios é motivo de preocupação, pois também dificultam as condições de higiene necessárias para evitar a propagação do vírus. Essa situação ten-

**APESAR DE TODOS
OS ESFORÇOS
DO MOVIMENTO
QUILOMBOLA, A
INVISIBILIDADE DO
ALASTRAMENTO
DA DOENÇA EM
TERRITÓRIOS
QUILOMBOLAS
REVELA UMA
SITUAÇÃO
POTENCIALMENTE
DRÁSTICA**

de a se agravar exponencialmente com as consequências sociais e econômicas da crise da COVID-19 na vida das famílias quilombolas.

A partir de 11 de abril, quando foi registrado o primeiro óbito entre quilombolas, durante o período de 164 dias até 22 de setembro, morreu, em média, 1 quilombola por dia. A CONAQ denuncia o contínuo descaso do Estado brasileiro. A desigualdade do enfrentamento ao coronavírus já se mostra evidente nos quilombos e será devastadora se a doença mantiver este ritmo de alastramento e letalidade. A CONAQ tem chamado atenção para fatores estruturais alarmantes sobre as consequências da proliferação do coronavírus nos territórios quilombolas.

As comunidades quilombolas há séculos lutam contra o racismo e pela defesa de seus direitos territoriais, cada vez mais agravada pela contínua expansão da fronteira agrícola sobre o Cerrado. Nesse contexto de persistente violação de seus direitos, encampam agora mais uma frente: a luta contra o COVID-19. As comunidades se mobilizam, se articulam, se movimentam politicamente, mas têm muita certeza de que existe ainda muita luta pela frente.



ANCESTRALIDADE GUERREIRA AFRICANA GUIANDO OS PASSOS DO CAMINHO FUTURO

No Cerrado, atualmente existem centenas de comunidades quilombolas, sendo que a maior parte ainda está em luta pela regularização de seus territórios de direito e sofrendo constantemente ameaças de grileiros e até mesmo do Estado. Nesses termos é que a trajetória quilombola por reconhecimento de seus territórios é um caminho de luta contínua por liberdade. O território é a base para a vida, pois é onde cultivam seus alimentos, praticam extrativismo,



CRIANÇAS COMENDO
MELANCIA NA ROÇA.
COMUNIDADE QUILOMBOLA
MONTE ALEGRE,
MARANHÃO. CRÉDITO:
INGRID BARROS

criam animais, tudo isso permeado por saberes que aliam curas naturais e conhecimentos partilhados pelos ancestrais.


Os territórios de liberdade das comunidades quilombolas nos remetem ao passado, à luta por reconhecimento e reparação da população negra escravizada secularmente, ao mesmo tempo em que nos colocam horizontes de um futuro cultivado com alegria, com saberes agroecológicos sofisticados, com o apreço pela autonomia.

Os quilombos convocam temporalidades distintas ao carregarem os saberes e a força ancestral e nos ensinarem sobre a conservação e multiplicação da biodiversidade do Cerrado. O devir que ecoa é do saber-fazer dessas comunidades: os manejos adequados dos agroecossistemas, cuidados com as águas e com os bichos são o que permite a reprodução continuada da vida do Cerrado e dos seus povos e comunidades. Liberdade é sobre bem-viver, o que, como nos ensinam os quilombolas, se dá na convivência com as paisagens dos territórios, nos cantos e danças, nas bençãos, na produção dos alimentos, na chegada do futuro das comunidades pelas mãos das parteiras.



Paulo Rogério Gonçalves
e Maryellen Crisóstomo





POVOS DAS ÁGUAS DO CERRADO:

Pescadores Artesanais, Vazanteiros, Retireiros e Pantaneiros

Corta os cerrados do Nordeste

Enfrenta o frio, a dura fome, a peste

Contam histórias alucinantes

De caboclos viajantes

Que subiram os seus vaus

Quando eu me sento em sua beira

Me acolhe com ternura

Eu quero lhe agradecer

*(Canção “**Andanças do Opará**” de Josemar Alves Durães)*

PESCADOR ARTESANAL DO
RIO SÃO FRANCISCO, NO
NORTE DE MINAS GERAIS,
CRÉDITO: JOÃO ZINCLAR/
ACERVO CPT



Como o Cerrado é o berço das águas, todos os povos do Cerrado constroem uma relação íntima com as águas desse imenso domínio macroecológico e paisagístico. Mas as comunidades tradicionais vazanteiras, retireiras, pantaneiras e de pescadores artesanais que habitam as ilhas e beiras de rios que nascem no Cerrado, como o São Francisco, o Araguaia, o Tocantins e o Paraguai, têm seus modos de vida intrinsecamente conectados aos ciclos das águas.

Os nomes variam a depender do lugar, mas há muito em comum, como o fato de que, a partir do saber tradicional, herdado e acumulado ao longo de gerações observando e convivendo com a cheia e a vazante dos rios, as comunidades tradicionais e os povos indígenas de diversas regiões do Cerrado têm nas águas parte integral de seu território. É ali, no movimento dos rios, que esses povos e comunidades obtêm seus alimentos e sustento por meio da pesca dos peixes que a cheia traz, da roça de sequeiro, lameiro ou vazante e, no caso das comunidades retireiras do Araguaia, o pastoreio do gado “na larga”. No Pantanal, importante área de ecótono (transição ou tensão ecológica) com nosso Cerrado, encontramos também as comunidades tradicionais pantanei-

ras. E na Zona dos Cocais maranhense, ecótono Cerrado-Amazônia-Caatinga, encontramos também comunidades de pescadores artesanais dos mares e mangues na Grande São Luís, que vivem da lida com os ciclos das marés.

Em diversas partes do Cerrado e suas zonas de transição, esses povos e comunidades enfrentam a apropriação, contaminação, exaustão, assoreamento e barramento dos rios e águas pelos grandes projetos da mineração, agronegócio, portos e outros empreendimentos logísticos, usinas hidrelétricas e aquicultura. Ao mesmo tempo, se organizam em várias articulações e movimentos, a depender da região de origem, para lutar pelos seus direitos e fazer frente às ameaças a seus territórios.



SER RETIREIRA E RETIREIRO É “SE DEIXAR FLUIR E INFLUENCIAR PELAS ÁGUAS DO RIO ARAGUAIA”

O rio Araguaia nasce no planalto da divisa entre o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, cruza a porção leste do Mato Grosso rumo ao Norte do estado e, ao chegar na região propriamente nomeada de Araguaia — a planície do Araguaia, que se estende pela tríplice divisa do Nordeste do Mato Grosso, Sudeste do Pará e Sudoeste do Tocantins —, o rio inunda grandes porções de terra, constituindo uma das duas maiores áreas continentais alagadas do planeta¹. Ali no Araguaia, os povos indígenas e as comunidades tradicionais desenvolveram, ao longo de incontáveis gerações, sistemas agrícolas tradicionais articulados ao movimento das águas. No caso das comunidades retireiras do Araguaia mato-grossense, o sistema tradicional aproveita que a cheia fertiliza e esverdece o capim para ser pastejado na estação seca², e associa o manejo do gado a outras atividades como a agricultura, a pesca, a caça e o agroextrativismo — em especial da palha de piaçava para a construção de retiros, casas e barracões³.

1. Carlos Walter Porto-Gonçalves. Dos Cerrados e suas riquezas: de saberes vernaculares e conhecimentos científicos. FASE e CPT. 2019. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/12/PUBLICACAO_CERRADO-2.pdf.
2. Carlos Eduardo Mazzetto Silva. Os Cerrados e a Sustentabilidade: territorialidades em tensão. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ: UFF, 2006.
3. Lidiane Taverny Sales e Elina Daiane Zavasque. Saberes e fazeres tradicionais: aprendizagens em processos participativos. Tupã - Sistema Online de Apoio a Eventos do CLAEC, I Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura, 2019. Disponível em: <http://eventos.claec.org/index.php/semlacult/1/paper/view/651>.



RETIREIRO DO VALE DO ARAGUAIA (MT).
CRÉDITO: MARCIO ISENSEE SÁ/REPÓRTER
BRASIL

É nesse “*vai e vem das águas*” do rio, como nos conta a retireira Lidiane Taverny Sales, que se constitui o território dos retireiros e das retireiras do Araguaia. Nos varjões vizinhos à Ilha do Bananal, importante ecótono do Cerrado com a Amazônia, situados à margem esquerda do Araguaia, no município de Luciara no Mato Grosso, encontramos o Território Retireiro Mato Verdinho, de que nos fala Lidiane: “*Nós temos conhecido e nomeado esse território de Território Mato Verdinho, porque ele é um mato bem verde, e nós trazemos essa palavra bem carinhosa do ‘verdinho’, para trazer toda essa significação que é ser retireiro e retireira do Araguaia*”. Ela conta que nesse território, “*esse movimento das águas do Araguaia faz com que nos identifiquemos e nos adaptemos à criação do gado em pastagens naturais. Para a gente, essas territorialidades, esses espaços têm grande significado, e o gado é criado nessas pastagens que a gente denomina de varjão, os varjões do Araguaia. A gente não precisa plantar capim é o que a natureza oferece de mais valioso, de mais potência, de mais saúde, e a gente conseguiu se adaptar nesse processo*”.

A vida retireira nos varjões — planície do rio Araguaia tomada pelas águas no período das cheias —, a lida com o gado e a dinâmica das águas na planície do rio vão formando a identidade retireira: “*Nossa identidade vai se conformando a partir do vai e vem, do movimento das águas do Araguaia. A gente tem essa relação muito próxima de se deixar fluir e influenciar pelas águas do rio Araguaia. Essas águas que vão fazer com que nos sintamos raízes nessa terra, nesse chão e nessas águas*”. O vivenciar com as águas do Araguaia, também constitui para a retireira e o retireiro uma perspectiva integral do território e de suas práticas comunais e coletivas no convívio com o ritmo dessas águas, como Lidiane

nos diz: *“Então, temos também nesse território um vivenciar com as águas. Para além da criação do gado, a gente tem a pesca familiar, – e a criação do gado também é familiar, ela perpassa por esse movimento. Então, a casa do retireiro no Território Mato Verdinho, você vai ter lá o pai, a mãe e a filha, a esposa, a retireira que vai ter o gado e esse gado é criado em pastagens comunais e coletivas”.*

Uma dimensão importante desse território, portanto, é a prática do uso comum para a criação do gado na solta ou na larga, como diz Lidiane: *“Por mais que a gente vem enfrentando vários desafios, a gente consegue aí manter, por ora, este modo de vida de criar gado na solta, na larga, e as nossas pescarias”.* A larga⁴ é o termo utilizado pela comunidade retireira para se referir ao modo como se procede à criação do gado, sem barreiras físicas impostas pelo homem, sem cercas, onde o gado de toda a comunidade é criado solto em pastagens naturais⁴. Esse processo, faz parte das práticas tradicionais que estão vinculadas diretamente ao modo de vida retireiro que bem nos compartilha Lidiane: *“Desde quando eu me entendo por gente, me formei nessa vida, meus pais, meus irmãos, e toda a comunidade, eles criam gado na solta, na larga. E isso que é o mais bonito, que é o mais essencial”.*

Este modo de vida, baseado no comum do território, se relaciona com a mobilidade dos retireiros e retireiras, no pastoreio do gado ultrapassar as áreas alagadas. Para Lidiane *“este modo de vida requer mobilidade tanto do gado quanto da vida retireira, para as áreas não alagáveis”*⁵, trazendo a importância de uma dimensão integral do território e sem cercas, cujos limites deveriam ser dados, apenas, pelo movimento das águas⁶. Ela complementa que ser retireiro e retireira do Araguaia é *“saber a hora de retirar o gado; quando as águas anunciam sua chegada e pedem licença*

**“POR MAIS QUE
A GENTE VEM
ENFRENTANDO
VÁRIOS DESAFIOS,
A GENTE CONSEGUE
AÍ MANTER, POR
ORA, ESTE MODO
DE VIDA DE CRIAR
GADO NA SOLTA, NA
LARGA, E AS NOSSAS
PESCARIAS”**

4. Lidiane Taverny Sales. Território retireiro em disputa: cerca que divide e a perda do território de uso comunal dos Retireiros e Retireiras do Araguaia no Mato Grosso. 2018. 134 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. (p.40).

5. Sales, 2018, p. 41.

6. Sales, 2018, p. 41.



RETIREIRAS ÀS MARGENS DO ARAGUAIA
COM ROUPAS BORDADAS VENDIDAS PELO
GRUPO DE MULHERES. CRÉDITO: ACERVO
RETIREIRAS DO ARAGUAIA

para que outras vidas possam iniciar, crescer se fortalecer e renovar. (...) É saber o momento, o dia, o mês e a lua certa para colher a palha de piaçava e a madeira para construção do barraco. É utilizar o espaço comunal na coletividade; sem fronteiras na lida com o gado; compartilhar com o outro; observar a natureza e dela tirar o remédio que cura e o fruto que alimenta”⁷.

Lidiane lembra também do lugar de mulher retireira: “Temos as mulheres retireiras também, falo em nome desse grupo de mulheres⁸; então não falo por mim, falo por nós, nós enquanto mulheres. De uma categoria que está se fortalecendo, se fazendo presente no território por vários motivos, motivos esses que atualmente a gente sente necessidade desse fortalecimento, dessa visibilidade, enquanto mulher retireira do Araguaia. Então, para a gente, ser retireiro e retireira é conhecer cada canto, cada espaço, cada movimento das águas. É comer o fruto do varjão, comer o fruto do Cerrado, se maravilhar com as árvores. Então, é tudo isso. Todo esse conjunto que vai conformando, que vai formando o ser retireiro e retireira. A gente não está deslocada desse processo, a gente não tá deslocada deste território, porque somos parte dele”.

Além dos retireiros e retireiras, também fazem parte do Araguaia diversos povos indígenas. Do lado tocantinense da planície alagada estão os Krahô-Kanela, Krahô Takaywrá, Karajá (Iny), Javaés e Ava-Canoeiro, que se encontram no Parque Indígena do Araguaia, na beira dos rios Formoso, Urubu e Javaés, afluentes do rio Araguaia, na região Sudoeste do estado do Tocantins⁹. Encontra-se nessa região a maior ilha fluvial do mundo, chamada Ilha do Bananal, formada pelo rio Javaés e seus afluentes. Os povos indígenas têm uma relação de reverência com os rios, que consideram a extensão de seus corpos e cujas águas deram origem ao mito de criação desses povos.

7. Sales, 2018, p. 52.

8. Retireiras do Araguaia. Disponível em: <https://www.instagram.com/retireirasdoaraguaia/>.

9. Ver “Povos Indígenas do Cerrado: Caminhando e Cultivando R-Existências Diversas” neste mesmo volume.

E é do rio que retiram seu sustento, realizam viagens curtas, rituais, sendo também o espaço de diversão da criançada. Na alimentação, os povos indígenas do Araguaia, contam com uma diversidade de peixes, como piau, pacu, surubim, piabanha, barbado, jurupoca e tucunaré. As roças são realizadas nas terras altas em sistemas de sequeiro, bem como nas vazantes dos rios, práticas tradicionais integradas com as dinâmicas das águas da região. Curiosamente, os povos da região se referem a alguns lugares como “pantanal” e não é difícil imaginar o porquê, dado que as duas maiores áreas continentais alagadas do planeta são justamente a planície do Araguaia e o Pantanal. Mas, essa realidade de fartura de peixes e riqueza hídrica segue ameaçada pelo processo de captação e construção de barragens de contenção de água para uso nas lavouras das grandes fazendas do Projeto Rio Formoso, desde a década de 1970, pon-do em risco a segurança hídrica e a soberania alimentar dos povos indígenas e de toda a população local¹⁰.



SER PANTANEIRO E PANTANEIRA É SER “UMA EXTENSÃO DO PANTANAL, ONDE QUER QUE ESTEJA”

A sudoeste do estado do Mato Grosso, encontramos aquela que é a outra grande área continental alagada, considerada a maior planície alagada contínua do planeta: o Pantanal. Ali, o rio Paraguai e seus afluentes, que nascem em chapadas do Cerrado, alimentam as águas abundantes na grande planície pantaneira, se estendendo rumo ao Mato Grosso do Sul, à Bolívia e ao Paraguai. O Pantanal tem a complexidade de uma verdadeira área de transição entre os domínios macroecológicos que o circundam — a Amazônia, o Cerrado e a Mata Atlântica no Brasil e o Chaco nos países vizinhos —, uma relação marcada pelas águas.

É Cláudia Sala de Pinho, pantaneira da região de Cáceres – MT, quem melhor descreve essa relação: “O Pantanal é abraçado pelo Cerrado e dá um rumo

10. Nota dos Movimentos e Pastorais Sociais do Tocantins em defesa da Bacia do Rio Formoso. 3 de setembro de 2020. Disponível em: http://semcerrado.org.br/povos_doc_errado/nota-dos-movimentos-e-pastorais-sociais-do-tocantins-em-defesa-da-bacia-do-rio-formoso/.

para a Amazônia. É essa a conexão de energia, de força de água, [...] essa parte do Pantanal, ela é abastecida pela borda do Pantanal, que para nós é Pantanal do mesmo jeito. Então que é essa caixa d'água toda, que é o Cerrado, é onde tá todo reservatório de água que vai abastecendo todo o Pantanal. E qualquer forma de alteração nessa borda do Pantanal, ela influencia diretamente a parte alagada”.

O Pantanal faz parte da bacia hidrográfica do rio Paraguai, sendo uma área de sedimentação e inundação pelas águas do planalto. Existe uma relação estreita entre o planalto, parte mais alta da bacia, e a planície. No planalto, em área de Cerrado, ocorrem os maiores índices pluviométricos e estão as nascentes dos rios que abastecem a planície. Mas, nesse mesmo planalto, a pecuária e os monocultivos do agronegócio estão conectados aos altos índices de desmatamento e queimadas, aos processos erosivos e de assoreamento dos rios e córregos e à contaminação das águas subterrâneas e dos rios por agrotóxicos. Assim, a degradação nos sistemas hidrológicos no planalto tem como consequência a contaminação e exaustão das águas na planície.

Mais uma vez, Cláudia explica que a complexidade ecológica de um Pantanal-ecótono, em diálogo íntimo com outros domínios macroecológicos e enriquecido pelas forças das águas, implica não em um Pantanal homogêneo, mas em diversidade: *“Para nós das comunidades tradicionais que estamos em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nós temos 11 Pantanaís, porque eles se diferem muito entre si. Por exemplo, o Pantanal de Cáceres, onde eu estou, é o início do Pantanal, então as serras e as morrarias estão muito próximas e o rio Paraguai, ele nasce em Mato Grosso, é a espinha dorsal de todo o Pantanal que vai passando até por outros países”.*

Essa diversidade de Pantanaís se reflete também na diversidade de práticas e manejo das comunidades tradicionais pantaneiras, a depender do lugar, como explica Cláudia: *“As comunidades tradicionais, elas estão com seu modo de vida de acordo com o lugar desses Pantanaís. Então, nós temos um Pantanal onde as comunidades têm o seu modo de vida ligado ao extrativismo vegetal*

na maioria das vezes; nós temos comunidades mais abaixo no Pantanal, onde são pescadores e pescadoras, são famílias inteiras, comunidades inteiras que vivem da pesca; nós temos também comunidades que estão na área totalmente alagada, e sobrevivem, e têm toda a sua dinâmica da vida por meio do artesanato do aguapé. [...] Existe essa parte úmida, que a gente fala que muitas comunidades, elas se adaptam, tem o seu modo de vida baseado no ritmo das águas do Pantanal que é isso, a enchente, a vazante e a seca. [...] Então, a gente tem uma diversidade de formas de vida, que é que nós nos fomos adaptando”.

O Pantanal não é só um lugar de paisagens diversas, mas também de grande manifestação cultural e social, onde a conservação e multiplicação da biodiversidade se interconectam com as identidades de povos indígenas e comunidades tradicionais. Os modos de vida das comunidades tradicionais pantaneiras estão alicerçados na forma como convivem, manejam, nutrem e conservam os diversos agroecossistemas pantaneiros, como a vivência em aterros¹¹ desde seus ancestrais. Muitas comunidades desenvolveram formas próprias de adaptação a esses agroecossistemas, com a realização da agricultura familiar, como na colheita do arroz nativo, na região da Serra do Amolar; com plantio e colheita de verduras, bem como agroextrativismo vegetal e seus derivados, por exemplo de bocaiuva, cumbaru, acuri, babaçu



PANTANEIRA LEVANDO O AGUAPÉ - COMUNIDADE TRADICIONAL PANTANEIRA BARRA DE SÃO LOURENÇO. CRÉDITO: ASSOCIAÇÃO RENASCER

11. Eram aterros construídos dentro das áreas alagadiças, cujas dimensões podem ultrapassar os 100 metro de diâmetro e 3 metros de altura, para servirem de assentamentos sazonais dos indígenas do Pantanal. Atualmente constituem um “tipo de sítio arqueológico a céu aberto, que se apresenta na paisagem como uma elevação do terreno, total ou parcialmente antrópica, e que normalmente ocorre em áreas inundáveis” (Jorge Eremites de Oliveira. Guató: Argonautas do Pantanal. Porto Alegre: Edipucrs (Coleção Arqueologia, 2), 1996, p. 27)

e jatobá, na região de Poconé e Barão de Melgaço; e na atividade pesqueira em Cáceres, Barão de Melgaço e Corumbá. As adaptações de seus modos de vida e a forma como moldaram os agroecossistemas são formas de resistência para a permanência nos territórios e seguir existindo. Os conflitos ambientais com os fazendeiros e grandes projetos ameaçam a própria reprodução dos modos de vida e, muitas vezes, significam a redução dos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades.

Essa diversidade de modos de vida é fruto também da ancestralidade diversa que foi formando essas comunidades: *“Então, as comunidades tradicionais pantaneiras, elas são essa mistura. Nós somos descendentes de índios, negros e europeus, essa mistura toda, estamos nesse bioma é convivendo e também eu sempre digo que a gente está moldando o Pantanal, e sendo moldado pelas águas, e pelo fogo, e pela seca”*, completa Cláudia. O Pantanal e o seu entorno têm sido compreendidos, pelos estudos etnográficos, como um mosaico de povos indígenas, em razão de sua imensa diversidade cultural. Mesmo com os conflitos e violências históricas¹², a região é lugar de vida e ancestralidade de povos de distintas matrizes culturais, do Chaco, do Brasil Central e da Amazônia, tais como os Kadiwéu e os Guaikuru, falantes de línguas da família Mbayá-Guaikuru; dos Camba, da família linguística Camba; dos Bororo, Umutina, Ofayé e Guató, famílias inseridas no tronco Macro-Jê; dos Terena, Laiana e Kinikinau, de línguas Chané-Guaná, da família Aruak; e dos Guarani e Kaiowá, falantes de línguas Guarani, da família Tupi-Guarani, do tronco Tupi¹³. É provável que esses povos garantissem a sua subsistência por meio da convivência com os diversos agroecossistemas das terras baixas e altas, realizando o manejo de várias espécies vegetais, tais como a palmeira acuri e o arroz nativo do Pantanal, e por meio de alguma agricultura incipiente¹⁴.

Essa presença ancestral faz das comunidades tradicionais pantaneiras herdeiras de uma história de conexão e convivência com os agroecossistemas do Pantanal, como nos conta Cláudia: *“Nós sempre estivemos no Pantanal e o Pantanal sempre esteve na gente. Independente de qualquer lugar que a gente*

12. Ver “Povos Indígenas do Cerrado: Caminhando e Cultivando R-Existências Diversas” neste mesmo volume.

13. Eduardo Bespalez. Arqueologia e história indígena no Pantanal. *Estudos Avançados*, 29(83), 45-86, 2015.

14. Jorge Eremités de Oliveira. Acuri, a palmeira dos índios Guató. *Suplemento Antropológico, Asunción*, v.36, n.1, p. 355-86, 2001.

vá, o Pantanal está dentro de mim. Eu sou uma extensão do Pantanal, onde quer que esteja. Por quê? Porque eu sou a descendência de um povo que sempre morou nas águas, na terra, no ar do Pantanal. Eu sou essa projeção, às vezes nem tão melhorada, mas de força do Pantanal, porque os meus ancestrais sempre estiveram aqui, e sempre estarão aqui. [...] Os meus ancestrais estão no Pantanal, os meus ancestrais é que formaram tudo isso do Pantanal. Eles não só moldaram, como também foram moldados.”



SER PESCADOR E PESCADORA ARTESANAL É SER UM “BICHO D’ÁGUA”

Essa relação de “ser moldado” pelos agroecossistemas também marca os modos de ser e viver de outros “povos das águas” do Cerrado. Na beira do rio São Francisco, na Ilha da Marambaia, município de Pirapora no Norte de Minas Gerais, Josemar Alves Durães nos fala da vida na lida com o rio: “*Eu sou bicho d’água, faço pesca artesanal e também temos nossas hortas e roças, pra cuidar quando dá piracema*”. Quando perguntado sobre a piracema, ele não hesita: “*A piracema é uma dádiva de Deus e não tem data certa, dependemos do ciclo das águas, falo assim porque me incluo nesse ambiente inteiro, é só o processo de renovação da vida*”.

A piracema é o período de reprodução dos peixes, de renovação dos estoques pesqueiros. Este fenômeno se caracteriza pela ação dos peixes que nadam contra a correnteza para realizarem a desova, possibilitando boas condições reprodutivas das espécies. Daí o nome piracema que em tupi significa “subida do peixe”. No Brasil, esse processo ocorre nos períodos chuvosos durante o verão que causam o aumento do nível dos rios, proporcionando

**“A PIRACEMA
É UMA DÁDIVA
DE DEUS E NÃO
TEM DATA CERTA,
DEPENDEMOS
DO CICLO DAS
ÁGUAS, FALO
ASSIM PORQUE
ME INCLUO NESSE
AMBIENTE INTEIRO,
É SÓ O PROCESSO
DE RENOVAÇÃO
DA VIDA”**

o aumento da temperatura da água e do ar. No rio São Francisco, a beleza deste fenômeno da piracema pode ser bem observado nas corredeiras (grande concentração de pedras em uma parte do percurso do rio) entre os municípios de Pirapora (Salto do Peixe) e Buritizeiro em Minas Gerais, onde podia se ver a maestria das espécies saltando as pedras para seguir o seu percurso de subida do rio para a desova. Com a diminuição do volume das águas no ciclo chuvoso, a observância da ocorrência deste fenômeno tem se tornado raro.

A piracema tem encontrado obstáculos de continuar fomentando a manutenção dos estoques pesqueiros frente à ação de refuncionalização da natureza pelos grandes projetos, interferindo diretamente no ciclo das águas com a construção de inúmeras barragens nos rios, as quais se apresentam como grande obstáculos à piracema: os peixes, ao tentarem subir o rio, encontram esses obstáculos e, muitas vezes, ferem-se gravemente; muitos predadores se fartam de alimento e, mesmo quando os peixes conseguem se reproduzir, as larvas e ovos não conseguem sobreviver nos reservatórios, já que as turbinas podem causar sua morte. Os pescadores artesanais da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, marcados por sua visão cosmológica, em 2016, afirmaram que o rio tem alma: *“As Barragens retiraram a vida e o espírito do Velho Chico. Para devolver essa vida, como tem feito algumas nações do mundo, retirem as barragens do São Francisco!”*¹⁵

Josemar já fez muitas andanças pelas beiras do rio, onde aprendeu e segue aprendendo: *“Conheço os pescadores do São Francisco em vários lugares, pois sou um cigano das águas, já morei em quatro município diferente e aprendi a pescar em todos eles e, ainda assim, estou sempre a aprender. O rio é a melhor Universidade que existe para mim.”* Esses territórios pesqueiros¹⁶ são o espaço fundamental para que as comunidades tradicionais pesqueiras (CTPs) tenham condições materiais de existência como grupo diferenciado, tendo a pesca como modo de vida, consorciada ou não a outras atividades tradicionais — e, neste, a preservação dos conhecimentos tradicionais sobre as marés, os rios,



TERRITÓRIO QUILOMBOLA PRACHATA, NO RIO TOCANTINS, BICO DO PAPAGAIO (TO). CRÉDITO: BRUNO SANTIAGO

os astros, os diversos pescados, “a ciência do rio”. Nessa acepção, o território pesqueiro envolve as áreas de pesca e coleta, de moradia, os locais de embarque — e os trajetos com seus barcos —, os locais sagrados e as áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo.

Assim também é pros pescadores de outros rios que nascem no Cerrado, como o rio Tocantins, que, com os seus 2,4 mil quilômetros de comprimento, é um dos maiores rios do Brasil. Ele nasce no Cerrado goiano e de forma generosa corta o estado de Tocantins, constituindo a divisa deste com o Maranhão, e atravessa parte do Pará até chegar ao Sul da Ilha de Marajó. Ao longo do seu percurso, o Tocantins acolhe diversos pescadores artesanais, que também se reconhecem como agricultores vazanteiros, indígenas, ribeirinhos, barqueiros ou barranqueiros, que convivem com a dinâmica do ciclo natural do rio nos períodos de enchentes com muita fartura e no período de estiagem das águas com belíssimas praias.

Para os pescadores e as pescadoras, o rio e as vazantes, representam um espaço de trabalho e fonte de subsistência, mas, também, um espaço místico

15. Carta do Congresso dos Pescadores e Pescadoras da Bacia do Rio São Francisco. Ilha do Fogo/PE. 3 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.cpnacional.org.br/publicacao/carta-do-congresso-dos-pescadores-e-pescadoras-da-bacia-do-rio-s%C3%A3o-francisco>.

16. Leticia Aparecida Rocha. O Poder da Territorialidade: “o lugar da gente”, o território pesqueiro. 177 f. Dissertação. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017, (p.29).

de crenças, que abriga relações simbólicas com água, peixes, florestas, terra e a lua. No universo simbólico, diversos personagens entram em cena e tomam conta das narrativas de proteção das águas: o nego d'água, a boiuna, a roduleira e o caipora. Atualmente, o rio Tocantins e os pescadores precisam de muita proteção de todas as encantarias e de suas colônias de pescadores para sobreviverem aos impactos das sete hidrelétricas que barraram o rio, alterando o ciclo natural das águas e a dinâmica da pesca e da agricultura de vazante¹⁷.

Essa relação de convivência e aprendizado cotidiano com os tempos e os ciclos das águas de cada lugar caracteriza os saberes dos povos das águas, é algo que é comum e ao mesmo tempo é singular, como lembra Josemar: *“Cada lugar que eu cheguei, eu tive que aprender tudo outra vez, porque a dinâmica era diferente. Então, a cada lugar no rio, até as espécies são diferentes. Então, é um aprendizado que você não existe coisa... igual a companheira antes falou, a pessoa querer rotular o Pantanal. A cada quilômetro de distância já há diferença de modos de vivência”*.

Esse “saber do detalhe”¹⁸, típico do saber tradicional, herdado e multiplicado ao longo de incontáveis gerações na lida cotidiana com as águas, está ameaçado de diversas formas pelas tentativas de homogeneização e “monoculturação”¹⁹ da vida. Mas é esse saber que sustenta a continuidade do rio, como nos conta o “cigano das águas” Josemar: *“Eu gosto de chamar o São Francisco de Opará, nem de São Francisco eu gosto; era esse o nome que os povos originários chamavam ‘o rio mar’. E o Rio-Mar vai continuar a existir enquanto tiver ribeirinho. Agora, o dia que tirar o pescador, tirar o vazanteiro, tirar esse povo, os quilombos das margens do São Francisco, o São Francisco está destinado à pá de cal. E então*

17. Documentário Tocantins Rio Afogado. Disponível em: https://youtu.be/c29L_aOj88Y.

18. Carlos Walter Porto-Gonçalves. Dos Cerrados e suas riquezas: de saberes vernaculares e conhecimentos científicos. FASE e CPT. 2019. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/12/PUBLICACAO_CERRADO-2.pdf.

19. Ver “Povos Indígenas do Cerrado: Caminhando e Cultivando R-Existências Diversas” neste mesmo volume.



POVOS DAS ÁGUAS DA
REGIÃO DO RIO SÃO
FRANCISCO, NO NORTE DE
MINAS GERAIS. CRÉDITO:
JOÃO ZINCLAR/ACERVO CPT

a gente resiste, a gente luta, briga e, hoje, onde minimamente está preservado é onde estão essas comunidades, em que o modo de fazer e viver nessas áreas ainda preserva”.

Além dos modos de vida serem adaptados ao ciclo das águas²⁰ de cada lugar, os nomes também têm singularidades. Estas comunidades tradicionais se autoidentificam, além de pescadores artesanais, como vazanteiros e lameiros. Nas barrancas do São Francisco, em Minas Gerais, há uma diversidade de modos de vida a configurar múltiplos signos identitários, apresentando uma heterogeneidade das “gentes do rio” a consolidar uma cultura sanfranciscana — conjunto de relações intimamente ligadas ao rio — marcadas por peculiaridades de grupos sociais nos processos de autoidentificação. As relações das famílias com os diversos espaços que compõem a paisagem sanfranciscana — vazantes, rio, ilhas, terras altas — imprimem várias possibilidades de autoidentificação.²¹ Já na Bahia, o São Francisco recebe o reforço dos seus afluentes que nascem nos gerais do Oeste do estado (como os rios Grande, Corrente e Carinhonha)²², e ali, na beira do Velho Chico, os pescadores artesanais também

20. Os modos de vida dos pescadores artesanais do São Francisco, imbricados nos ciclos das águas, são, também, conteúdo poético dos cantores populares, como na música Virágua de Alexandre Gonçalves. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1lhrUAUIQZw>.

21. Rocha, 2017.

22. Ver “A Vida entre as Chapadas e os Vales” neste mesmo volume.

**NA ILHA DE
SÃO LUÍS DO
MARANHÃO,
ONDE O CERRADO
E SUAS ZONAS
DE TRANSIÇÃO
ENCONTRAM O MAR,
ESTÃO TAMBÉM
POVOS DAS ÁGUAS
DO CERRADO
VIVENDO E TIRANDO
SEU SUSTENTO NO
CICLO DAS MARÉS
E RESISTINDO
PARA CONTINUAR
EXISTINDO.**

se chamam muitas vezes “vazanteiros” porque praticam a roça de “vazante”, na convivência com os ciclos dos rios. Tem muita coisa que é comum, em especial o cuidado e o aprendizado cotidiano com o ritmo das águas, mas, assim como em cada lugar tem um jeito, o nome às vezes muda também.

Em comum, também, a missão de defender o rio, como conta Josemar: *“E o ribeirinho e o barranqueiro, a gente tem isso como orgulho. Eu sou o barranqueiro, a gente chega aqui em Pirapora, todo mundo, eu faço questão de ser barranqueiro, porque aqui o meu lazer é na cachoeira, a minha distração é o rio. [...] Então, a gente briga ferozmente para defender o rio de qualquer ameaça [...] Eu acho que esses modos de fazer e viver, eles têm que continuar existindo”*.

E é nessa luta que, na Ilha de São Luís do Maranhão, onde o Cerrado e suas zonas de transição encontram o mar, que estão também povos das águas do Cerrado vivendo e tirando seu sustento no ciclo das marés e resistindo para continuar existindo. Cajueiro é um grande território sagrado de pescadoras e pescadores, que envolvem as comunidades Terreiro do Egito, Cajueiro, Praia do Cajueiro, Parnauaçú e Andirobal. É uma população de povos negros que cultivam religiões de matriz africana, mantendo uma relação bicentenária com o mar, igarapés, brejos, mangues e babaçuais, que alimenta e garante a fonte de renda das famílias. Entre os pescadores, encontramos os jangadeiros e as marisqueiras, que aprenderam o ofício da pesca ainda quando crianças. Nesse território pesqueiro, a resistência é fortalecida pelo pertencimento dos pescadores às marés e aos tambores sagrados²³.

23. Raízes do Cajueiro. Disponível em: <https://youtu.be/JRZEejWd8Vs>. Acessado em: 10 setembro de 2020.



DMERSOS, PORÉM COMUNS

Apesar dessa presença tão ampla nos territórios das águas do Cerrado, esses povos e comunidades tradicionais vivem numa luta constante de afirmação de suas identidades, de sua existência, que é, ao mesmo tempo, resistência nesses territórios. Como nos diz Cláudia: *“Eu acho que um primeiro passo, que a gente fez, primeiro como uma identidade de comunidade tradicional pantaneira, [...] foi dizer] que existe as comunidades tradicionais pantaneiras”*. Da mesma forma, a afirmação do ser comunidade tradicional retireira vem dessa compreensão de que o território é diverso e comum, e que é mais que um mero lugar, mas o *“mundo retireiro”*, como bem nos conta Lidiane: *“É nosso lugar, ou melhor, é nosso mundo, entendemos perfeitamente o movimento das suas águas. A lida e criação do gado na larga permitiu à comunidade retireira conviver com e nos varjões do Araguaia. Desta vivência e relação com o ambiente natural tem-se o sustento, a vida e a convivência recíproca com o movimento das águas e o território”*.

Essa afirmação de existência, que vem com muita luta, enfrenta vários desafios. Um deles é a persistente incapacidade do Estado de lidar com a diversidade e querer fazer políticas generalizantes e que constroem os modos de vida, como nos conta Josemar: *“Quando eles tentam caracterizar a pesca, eles não conhecem os inúmeros modos que existe, e que muda de acordo o tempo e o lugar. [...] A pesca é um modo de vida, e a gente antes era pescador, só não tinha o RGP²⁴. Eu tenho muito medo dessa questão da identificação, que quando qualifica a gente para alguma coisa, para alguma política também é pensando em excluir, em também dominar. A gente sabe que a pesca sempre existiu, mas quando ela foi legalizada, foi pelo Estado, isso era uma mordada que implicava. [...] O governo olha tudo, como a pesca artesanal por exemplo, como um pacote só para o Brasil inteiro, para oceano, para rio, para lagoa, para açude. E eles não têm essa sensibilidade de irem às comunidades ver os modos, e dali propor políticas”*.

24. RGP – Registro Geral da Pesca, emitido pelo antigo Ministério da Pesca e Aquicultura, com paralisação de emissão desde 2012.

O seguro defeso é uma política pública, conquista da categoria da pesca artesanal²⁵, que determina o pagamento de um salário mínimo aos pescadores artesanais durante o período de reprodução das espécies nativas²⁶. Há uma complexa e problemática situação de ilegalidades que envolvem o registro dos pescadores artesanais no Brasil para fins de pagamento do seguro, que vai da ineficiência do Estado em compreender o modo de vida tradicional da pesca a barganhas políticas e oportunismo. Tal situação explicita as dificuldades por parte do Estado de apreender em seu controle os reais sujeitos da pesca artesanal no seu conjunto existencial. Os pescadores, “conhecedores do rio e dos seus semelhantes”, criaram a categoria “pé enxuto”²⁷ para aqueles que obtêm o RGP apenas para fins de recebimento do seguro defeso, sem, contudo, serem sujeitos ou aprendizes da “ciência do rio”.

Do modo como é feita, muitas vezes a política pública desenhada de uma forma exógena às realidades singulares de cada lugar, tenta encaixar os modos de vida sem reconhecer que são eles que sustentam a continuidade da vida nos rios: *“A gente antigamente não tinha documento, não recebia defeso, mas a natureza fazia com que a gente cumprisse a Piracema, a gente fizesse no período da desova esse vai e vem das águas com as enchentes para fora das barrancas, e até hoje isso acontece. Por exemplo, aqui na ilha também esse balanço das águas é real, a gente tem que sair ou fazer a casa de palafita para poder ficar durante a cheia”*, completa Josemar, que também é Coordenador Nacional do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

Um outro desafio na luta de afirmação das identidades é a apropriação oportunista por pessoas que não têm a mesma re-

25. Podemos entender essa política como um dispositivo de interface entre troca e reciprocidade: no período da piracema (reprodução dos peixes), interrompe-se a atividade da pesca e o Estado assume, junto com os pescadores, os custos desse cuidado com a reprodução da biodiversidade, pagando-lhes o seguro-defeso, oportunizando a solidariedade social na conservação da biodiversidade. No atual momento de crise política e econômica, há no país um processo de (des)construção de mecanismos jurídicos que possibilitam a retirada de direitos, entre estes a do seguro-defeso, o que sinaliza uma deterioração dos dispositivos institucionais que consolidam a lógica econômica de reciprocidade redistributiva/centralizada. (Rocha, 2017, p. 82).

26. No caso do Rio São Francisco, o período da Piracema vai de novembro a fevereiro.

27. Rocha, 2017, p.108.

lação de convivência e cuidado com as águas. Essa tem sido uma ameaça na vida das comunidades tradicionais pantaneiras, como nos conta Claudia: *“Hoje têm vários grupos que assumem essa identidade como pantaneiros. [...] A gente sempre falava ‘eu sou pantaneiro ou pantaneira’, mas de um tempo para cá, essa narrativa de ser pantaneiro vem ganhando força em outros grupos, como fazendeiros, e sitiantes e tal”*. E ela completa lembrando do racismo dos mesmos sujeitos que hoje querem se apropriar: *“Quando a gente dizia ‘nós somos pantaneiros’, essa narrativa antes vinha com um tom pejorativo, juntado com outros nomes como por exemplo, ‘são os bugres ou são aquela família tal’ [...] a gente estava invisível socialmente, e depois de uma luta política [...], a gente traz elementos do que é necessário para permanecer no Pantanal, que políticas são necessárias, do porquê que a gente quer se tornar visível. E quando a gente se torna visível, digamos que tem uma apropriação dessa identidade por outros grupos, e aí não resolve o problema do Pantanal e nem das comunidades tradicionais”*.

Nessa caminhada de luta de afirmação da identidade tradicional pantaneira, Claudia foi eleita presidenta do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, quando este foi criado, em 2016. Ela nos fala da responsabilidade: *“Eu fui eleita pelos parentes por unanimidade para conduzir o Conselho, que é um desafio muito grande”*. O Conselho²⁸ tem “por finalidade o acompanhamento e aprimoramento das políticas públicas para os Povos e Comunidades Tradicionais que se identifiquem como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, garantindo que suas tradições culturais, religiosas, econômicas e territoriais sejam preservadas”.

Estar no Conselho durante um governo que só tem feito ações



SEU DITO, PANTANEIRO DO MATO GROSSO.
CRÉDITO: JOÃO PAULO GUIMARÃES

28. Governo Federal. Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT. 15 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/conselho-nacional-de-povos-e-comunidades-tradicionais/conselho>.

para destruir os direitos desses povos e comunidades é algo que coloca perguntas constantes sobre por que permanecer, mas Claudia diferencia com clareza que disputar o Estado, mesmo quando este está ocupado momentaneamente por forças autoritárias e reacionárias, é parte da luta democrática por direitos: *“A questão não é dialogar, a questão é colocar que nós não queremos perder as políticas que a gente construiu a duras penas, porque esse momento que o Brasil atravessa politicamente vai passar. Não me pergunte quando, mas vai passar. Assim como passaram guerras, a Guerra do Paraguai que a gente tava aqui no território, como passaram muitos momentos difíceis que a gente fez resistência, e a gente vai estar em pé para ajudar a construir e reconstruir as políticas públicas relacionadas a povos e comunidades tradicionais”.*

Essa visão de longo prazo só é possível a partir da consciência de que a luta pela defesa dos territórios das águas vem de muito tempo. A partir de saber que os territórios das águas moldaram esses modos de vida, que não existem separados dos tempos e ciclos das águas. É uma relação de convivência ancestral, que conecta passado e futuro no ritmo das águas. Como diz Cláudia: *“O meu pai que, por parte de pai, é pantaneiro, tem a comunidade no rio Jauru que é um dos afluentes do rio Paraguai, ele sempre dizia que a gente enquanto pessoas do Pantanal, a gente tem que se adequar ao que a natureza nos oferece, e não a gente tentar mudar a natureza, mudar o meio ambiente para que a gente tenha um ego satisfeito. E é por isso que, muitas vezes, as pessoas não entendem, por exemplo, quando se passa uma situação de alagamento, como a gente viu há alguns anos atrás, algumas comunidades que ficaram embaixo da água e muitas pessoas diziam: ‘mas vocês vão voltar para lá? Lá vai encher de novo’, mas sempre foi assim, sempre a água veio e voltou. Então, aí a gente vai se adaptando, muda”.*

Não é diferente com as comunidades retireiras, como conta Lidiane: “A gente tenta viver nessa compreensão de que esse fazer parte do território retireiro, das águas do rio Araguaia, é também cuidar desse território, é também lutar por esse território, o que atualmente é a essência do nosso grupo. [...] A gente segue resistindo, assim como as árvores do Cerrado, que todo ano é acometido por fogo, e essas árvores com as águas, com a chegada das águas, essas árvores se renovam. Então, somos esses seres de resistência, de luta, e de se renovar a cada processo. É saber pescar, é saber cuidar desse gado, é saber trazer, é movimentar, é o sair do território quando as águas se elevam, as águas do rio Araguaia. Eu costumo dizer que quando as águas do Araguaia sobem, ela pede licença para o homem, para mulher retireira se retirar desse local e deixar a vida fluir naturalmente”.

Josemar completa: “Aí eu diria a gente não é pescador, não é barranqueiro, é povos das águas, somos os bichos d’água. Eu brinco porque a gente vive nessa interação com a natureza. E para isso é preciso ter muita sabedoria, porque a gente foi adaptado ao longo do tempo com essa vida. A gente sabe viver e sobreviver nesses espaços”.



POVOS DAS ÁGUAS DA
REGIÃO DO RIO SÃO
FRANCISCO, NO NORTE DE
MINAS GERAIS. CRÉDITO:
JOÃO ZINCLAR/ACERVO CPT



A LUTA CONTRA AS CERCAS QUE DMDDEM OS COMUNS

“Malditas sejam todas as cercas!

*Malditas todas as propriedades privadas
que nos privam de viver e de amar!*

*Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas
mãos, para ampararem cercas e bois e fazerem da terra
escrava e escravos os homens!”*

D. Pedro Casaldáliga, bispo do Araguaia (1928 – 2020)

“Lembro com todas as forças desse ser maravilhoso que foi Dom Pedro Casaldáliga²⁹. Um dos motivos também de eu estar inserida nesse processo de defesa do Cerrado, de defesa do rio Araguaia, de defesa do Território Mato Verdinho, se deve também a ele. É esse ser que nos incentivou bastante, e sempre dizia desse povo que tem o direito de viver, desse povo que tem o direito de estar onde ele nasceu. E nesse estar onde ele nasceu, a gente precisa lutar por esse bem viver, lutar por essa boa vida, lutar por esse contato com a natureza”, lembra Lidiane.

Ao pensar nos desafios que as comunidades retireiras enfrentam, Lidiane não hesita ao lembrar das cercas: *“O primeiro que eu trago é o desafio da cerca, lutar contra as cercas, porque não está sendo fácil, nós já temos uma caminhada, de tentar que este território se mantenha na vivência coletiva, no uso comunal. Então, a cada momento que estou no território, que eu vivo no território, me entristece de ver o quanto a individualidade passa a ter lugar nesse processo e disputar este território. Porque tínhamos aqui no Cerrado, no cerrado mais alto, os nossos posseiros, os nossos chacareiros, nossos agricultores, e por esta pressão externa, por essa pressão do capital, por essa pressão da modernidade, muitas*

29. Dom Pedro Casaldáliga foi um Bispo espanhol da Igreja Católica que chegou ao Brasil em 1968. Em vida, fez opção pelos povos pobres. Viveu por muitos anos na região entre os rios Araguaia e Xingu, lutando, profetizando e denunciando as injustiças da ganância do capital. Dom Pedro foi religioso, poeta e missionário das causas camponesas e indígenas, animou a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Falecido no dia 10 de agosto de 2020, deixou saudades, poesias e um legado de bons exemplos de coragem, ousadia, esperança e compromisso com a causa dos empobrecidos da terra.

famílias vendem seu pedaço de chão e acabam que também vão disputar agora este Território Mata Verdinho”.

A “chegada da cerca” é um desafio que também afeta o modo de vida das comunidades tradicionais pantaneiras, como conta Claudia: “*Hoje no Pantanal não tem mais essas comunidades que mudam [com a cheia do rio], porque como disse a Lidiane, chegou a cerca, a cerca veio estabelecendo limites para uma população, para um povo que não tinha limite. Quem dava o limite era água, era a seca, a vazante. E aí, hoje, a gente tem muitos desafios para essa nova adaptação*”. As cercas que limitam a vida são de muitas ordens, como o desmatamento que devasta o Cerrado — onde nasce o rio Paraguai — e o próprio Pantanal, como lembra Claudia: “*Porque os desafios que estão colocados no Pantanal agora, por exemplo, com essa questão do avanço das queimadas, do fogo no Pantanal, desmatamento na parte alta do Pantanal*.” Além disso, o projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná, desenhado para escoar a soja que devasta o Cerrado da região, e junto com ela os portos graneleiros, é outra forma de “cercamento” dos territórios das águas, assim como os barramentos dos rios, que, junto com o desmatamento, geram afetações nos ciclos das águas. A implantação de usinas hidrelétricas no planalto circundante à planície pantaneira tem gerado apreensão.

No rio São Francisco não é diferente, como conta Josemar: “*Com a destruição do Cerrado, esse ciclo das cheias diminuiu, e também os barramentos, que foram colocando ao longo do rio, então os berçários, as lagoas foram deixando de ser preenchidas pelo rio, isso dificultou a atividade pesqueira. Eu peguei ainda uma época de muitos peixes, quando jovem e pequeno. Aí o rio dava suas cheias assim, mais ou menos de nove em nove anos, e voltava algumas vezes no meio umas enchentes menores que atingiam os berçários e havia uma reposição muito boa dos estoques pesqueiros. Hoje tem uma destruição muito grande porque outros fatores estranhos ao rio estão detonando, tipo o agronegócio, os pesticidas, os esgotos*”. O rio São Francisco é cenário de disputa de projetos de

desenvolvimento e, por isso, é lugar de conflitos em torno dos usos múltiplos de suas águas e pela posse das terras que o margeiam. Há décadas vem sendo impactado por atividades capitalistas, tais como geração de energia elétrica, lançamento de esgotos brutos e efluentes industriais, supressão de sua mata ciliar e o projeto de transposição de suas águas, com alguns trechos concluídos e previsão de término em 2022, ainda que sobre ampla manifestação contrária por parte da sociedade³⁰.

Essa apropriação das águas do rio São Francisco tem lastreado uma visão catastrófica para as barrancas sanfranciscanas por parte de pesquisadores que preveem “a extinção inexorável do rio São Francisco”³¹ diante da devastação do Cerrado, berço das águas de tantas bacias hidrográficas do Brasil e da América do Sul. No último encontro da Articulação São Francisco Vivo, em Januária – MG, em 2019, os coletivos tradicionais e populares diagnosticaram que a teimosia em resistir para existir do povo do rio é o que tem dado ao rio condições de ainda existir, como conta Josemar: *“A gente bateu muito desde a época da transposição e em busca da revitalização. Não conseguimos até hoje um processo de revitalização, porque se ele for feito sem a participação das comunidades, ele não vai funcionar. Porque as comunidades já fazem a revitalização do São Francisco. É só deixar as comunidades em paz e cuidar do rio, que o rio vai sempre existir”*. Frente ao engodo que é o projeto de transposição do rio São Francisco, várias entidades e coletivos tradicionais das quatro sub-regiões da bacia sanfranciscana se articulam, afirmando que uma verdadeira revitalização do rio São Francisco passa necessariamente pela revitalização da vida do povo, da terra e das águas e dessa compreensão nasceu a afirmativa proclamada, de modo especial pelas comunidades pesqueiras: *“São Francisco Vivo: Terra, água, rio e povo”*, compreendendo que a regularização dos territórios pesqueiros nas barrancas do Velho Chico é também um modo de revitalizar o rio.

Josemar completa que, mesmo com todos os problemas que persistem em razão da transposição, continuam os projetos de barragens, como a Barragem

30. A transposição do rio São Francisco é um projeto de desvio de parte das águas do rio São Francisco, nomeado pelo governo brasileiro como “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”. Iniciada em 2007, a conclusão da transposição estava originalmente planejada para 2012, mas atrasos mudaram a data prevista para 2022.

31. Rocha, 2017.

Formoso: *“Aqui as ameaças também agora com as UHEs [Usinas Hidrelétricas]. Eu não sei para que mais barragem no São Francisco. [...] aqui a 2 Km daqui acima de mim, há uma proposta de construção de uma barragem, e já apareceram as placas proibindo subir barranco onde a gente fazia os acampamentos de pescaria. Aí a gente já não tá podendo mais porque os donos de fazendas já estão proibindo, achando que a terra da beira do rio é deles. A outra coisa é o desmatamento com a vinda da soja para o Cerrado e das frutas irrigadas. Eu acho que a barragem é mais para isso, para segurar a água para os negócios. Porque não justifica mais produção de energia agora, depois que construíram esse tanto de cataventos por aí e fazendas solares. [...] Aqui a menos de um quilômetro tem uma fazenda imensa. Destruíram todo o pequizeiro e botaram placa solar para captação de energia, e a gente denunciou na época o desmate. Em dois dias eles sumiram com os pequis, fizeram o carvão, não deu nada”.*

Diante dessa impunidade, Josemar lembra, ainda, do racismo ambiental na forma como o Estado lida com a devastação do rio, sendo leniente com os fazendeiros e os grandes projetos, enquanto não entende o papel dos povos e comunidades tradicionais no cuidado e conservação das águas e matas: *“A política que tem por aí é para que tire a gente, e bote a gente para outro lugar, deixe de existir o pescador, porque a pesca não funciona mais, ‘vamos botar o peixe no tanquinho e produzir o peixe de granja’ e a gente não quer isso, a gente quer um ambiente saudável, a gente quer as lagoas marginais preservadas, porque os donos de terras se apropriam das lagoas, e lá eles acham que são donos e muitos até esgotam mesmo as lagoas para fazer pastagem de dreno, e abrem dreno, sangram as lagoas e matam as lagoas e parece que a fiscalização não vê. Mas*

**A AFIRMATIVA
PROCLAMADA PELAS
COMUNIDADES
PESQUEIRAS, “SÃO
FRANCISCO VIVO:
TERRA, ÁGUA,
RIO E POVO”,
COMPREENDE QUE
A REGULARIZAÇÃO
DOS TERRITÓRIOS
PESQUEIROS NAS
BARRANCAS DO
VELHO CHICO É
TAMBÉM UM MODO
DE REVITALIZAR
O RIO.**

POVOS DAS ÁGUAS DA
REGIÃO DO RIO SÃO
FRANCISCO, NO NORTE DE
MINAS GERAIS. CRÉDITO:
JOÃO ZINCLAR/ACERVO CPT



se um pescador tirar uma vara para fazer o rancho e eles pegarem, a gente é penalizado. Existe o racismo ambiental para cima dos tradicionais pescadores, do modo de vida de fazer suas roças, suas vazantes. Se a gente tiver tirando um colonhão ou capim capivara para fazer vazantes, se eles passarem, a gente corre o risco de ser multado. Mas a gente já faz isso [...] desde que o Opará tem gente na beira do rio”.

Mas as cercas vão chegando e limitando esses modos de vida, como lembra Josemar: *“Então, as ilhas, os territórios, não é diferente lá do pessoal dos retireiros, porque de primeiro também não tinha cerca, as criações eram comunitárias, os modos de fazer das comunidades eram coletivos, porque tudo era de todo mundo, então todo mundo cuidava de tudo, e todos cuidaram de todos e viviam uma vida tranquila”.* As cercas chegam junto com os monocultivos e os projetos, por meio da grilagem das terras tradicionalmente ocupadas: *“Hoje, a grilagem montou em cima dessas terras e fez papel para todo mundo, e chegou muita gente se dizendo dono e expulsando. Basta ver aqui a questão de Canabrava. É uma comunidade*

de pescadores que eu conheci lá já, desde de quando eu desço o São Francisco que eu conheci o povo de Canabrava. Eu conheci pescador de Canabrava que fornecia lenha ainda pros vapores gaiola [barco a vapor movido por imensas rodas d'água, que entre o final do Século XIX e as primeiras cinco décadas do século XX fazia a rota Pirapora-MG – Juazeiro – BA]³². Seu Manoel tem cento e tantos anos e está vivo e ele era da comunidade Canabrava. Agora vem o Estado e diz que não tinha ninguém, dá a posse para uma fazenda e retira o povo. O povo está brigando para adquirir o TAUS dele, o termo de autorização de uso sustentável da área, mas tem mais de duzentos anos que tem gente em Canabrava, na comunidade. E a maioria são pescadores. [...] E hoje está tudo descaracterizado porque um grilou a terra naquela época da Sudene, e deixou lá largado, pegou o dinheiro, e tá lá acabando tudo e a comunidade foi expulsa”.

Esse processo de cercamento e apropriação privada da terra vai degradando as relações sociais comunitárias, como conta Lidiane sobre a vida retireira: “É um dos desafios essa cerca que chega, uma cerca totalmente fora do contexto do modo de vida do ser retireiro. O desafio também de ver algumas famílias que lutavam pelo coletivo, e hoje estão cercando essas áreas. O desafio de ver que esse varjão virou motivo de ganhar dinheiro fácil. Hoje é muito recorrente qualquer pessoa chegar no nosso território cercar um pedaço desse chão, e vender esse chão por R\$ 5000, por R\$ 8000, então assim é uma tristeza imensa”. Lidiane conta como esse processo de grilagem vai gerando especulação capitalista sobre a terra que antes era território comum: “Quando eu digo isso, meu coração se enche de tristeza por saber que a gente tem várias pessoas que têm essa relação com o território, com a água, com a terra, uma relação de prazer momentâneo, uma relação desse prazer do capital. Esse capital que muitas vezes com o passar de um mês, dois meses você não tem mais nada desse dinheiro. Mas nosso território retireiro do Araguaia hoje virou um espaço de especulação e do dinheiro fácil. A gente sabe que também é pressionado pela crescente chegada do agronegócio, a chegada da soja que impacta também diretamente nossos modos de vida”.

32. Conheça o barco a vapor pioneiro das águas em Minas Gerais. Estado de Minas Gerais. 8 de dezembro de 2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/12/08/interna_gerais.335440/conheca-o-barco-a-vapor-pioneiro-das-aguas-em-minas-gerais.shtml.

A luta contra as cercas e a “monoculturação” da terra e da vida é comum a muitos povos do Cerrado e com os povos das águas não é diferente. Lidiane explica que essa caminhada é também de fortalecimento da organização da luta: *“A gente, no caminhar, tenta entender esses desafios, mas como saber e como buscar nesse desafio o fortalecimento da comunidade? O desafio também hoje é manter essa comunidade unida, o desafio também hoje é manter essa comunidade organizada, que nessa comunidade possa renascer a vontade de lutar por esse território. [...] Mas como eu disse, a força das águas também nos retroalimenta nesse caminhar de lutar por este território. Acredito muito que nosso desafio maior é tentar manter esse território de forma coletiva e comunal”.*

POVOS DAS ÁGUAS DA
REGIÃO DO RIO SÃO
FRANCISCO, NO NORTE DE
MINAS GERAIS. CRÉDITO:
JOÃO ZINCLAR/ACERVO CPT





A BÊNÇÃO DAS ÁGUAS DO CERRADO, ONDE MORAM OS ENCANTADOS

*Mãe do ouro negro d'água e Boitatá,
quem afrontar o rio, o Caboclo arranhará!*

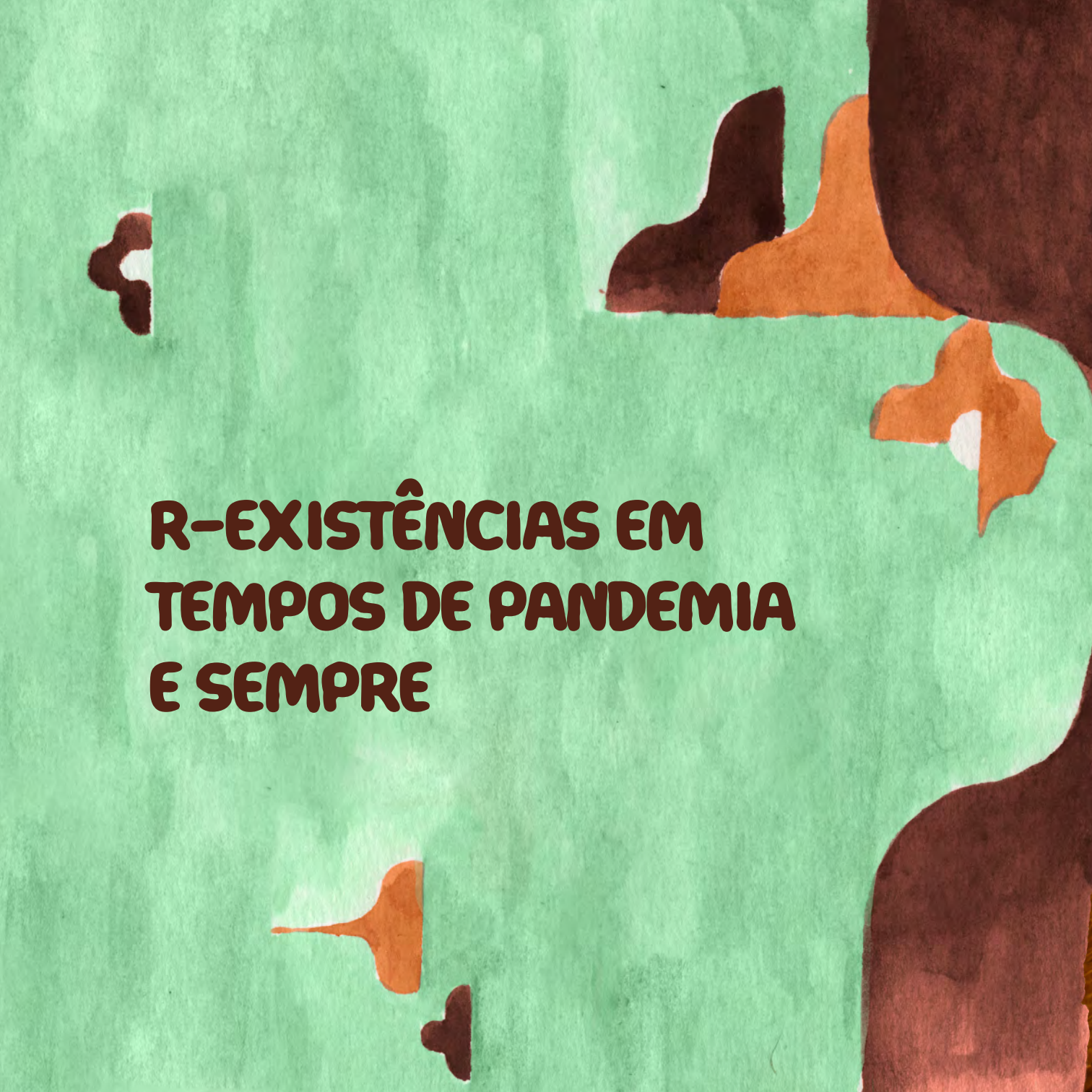
(Canto de Josemar Alves Durães)

No momento de encerramento, com a bênção das águas, cada um com sua cuia de água e ramo verde em mãos, Josemar nos conta do ramo que trouxe: “Eu trouxe aqui um galho para a bênção de um Pau-Jaú, a flor do Pau-Jaú. É uma árvore específica da barranca do São Francisco. Ele é teimoso, parece uma hélice de drone, a hora que o vento vem, ele sai girando e rodando e vai semeando nas barracas. A barranca do São Francisco é toda cheia de Pau-Jaú. Então a benção vai ser com ramo de Pau-Jaú na mística aqui para a gente fortalecer as matas ciliares”.

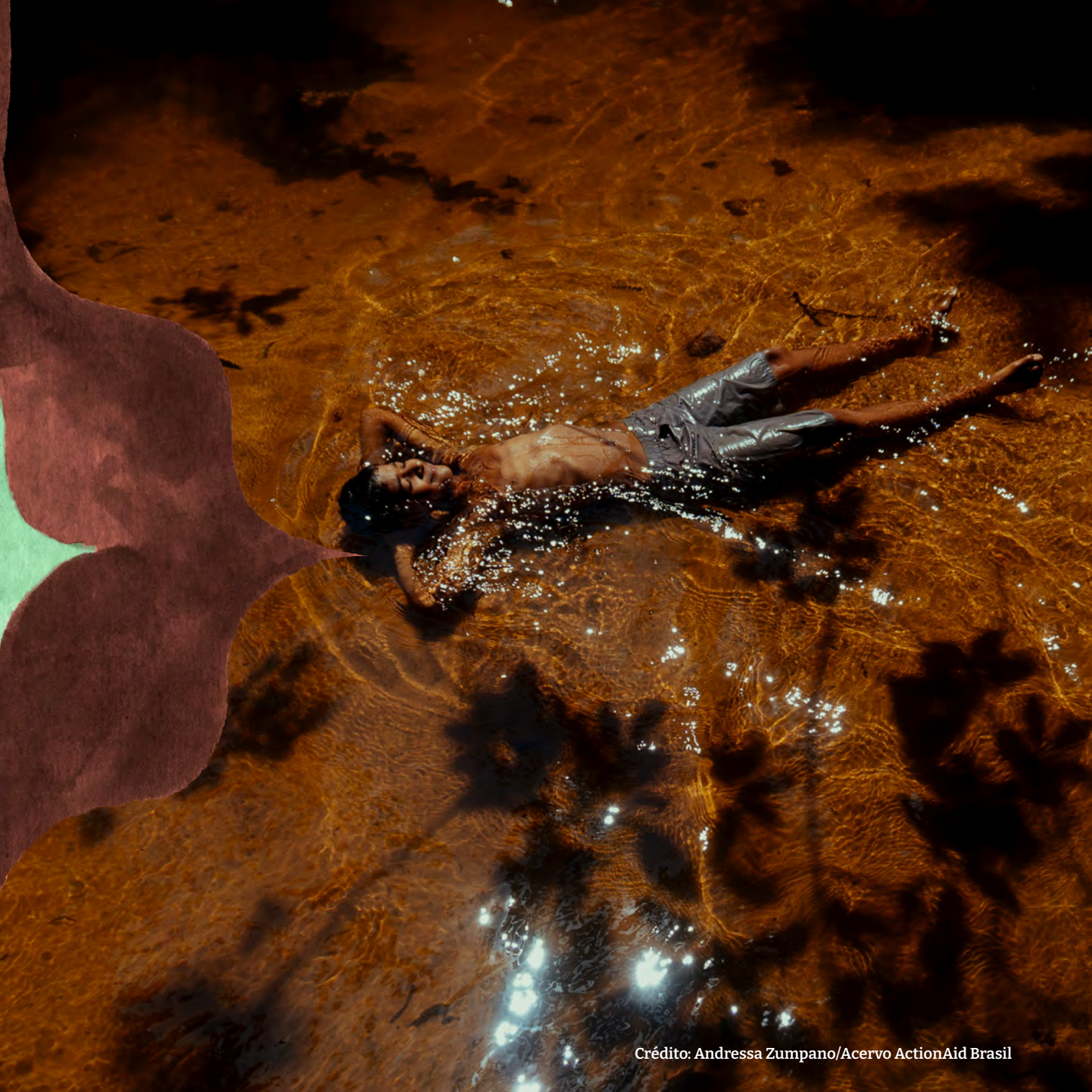
Assim, convocando a ancestralidade das benzedadeiras, reconhecendo o sagrado das águas, veio a benção alimentada pela força das divindades e encantados que moram nas águas do Araguaia, do Paraguai, do São Francisco e de tantas águas que brotam nos sertões do Cerrado. Águas que transbordam para além do Cerrado e fazem parte da vida de tanta gente em nosso continente sul americano. Que os rios e as águas nos acolham e nos fortaleçam. Amém, Axé, Awerê, Saravá!



Diana Aguiar, Daniela Egger, Isolete Wichinieski,
Letícia Aparecida Rocha, Raquel Rigotto, Solange Ikeda-Castrillon,
Valéria Pereira Santos e Ynaê Oliveira Sales

The background is a textured, light green color. Scattered across the surface are several irregular, organic shapes in shades of brown and orange. Some shapes have white highlights, suggesting depth or light reflection. The overall composition is abstract and layered.

**R-EXISTÊNCIAS EM
TEMPOS DE PANDEMIA
E SEMPRE**



Crédito: Andressa Zumpano/Acervo ActionAid Brasil





A Biodiversidade é o Melhor Remédio contra Pandemias:

LIÇÕES DOS TERRITÓRIOS DO CERRADO

Há um silêncio ensurdecedor na mídia sobre as causas dos surtos recorrentes de doenças zoonóticas nos últimos 20 anos, tais como Covid-19, gripe aviária e gripe suína. No entanto, diversos estudos vêm, há anos, mostrando como a destruição da biodiversidade causada pela produção agrícola industrial é o principal vetor da eclosão, mutação e proliferação dos patógenos que causam essas doenças. E como, se nada for feito para mudar, é uma questão de tempo para o surgimento de novos vírus e doenças.

A história da devastação do Cerrado reúne todos os ingredientes para a potencial eclosão da próxima pandemia global. E as políticas de incentivo ao agronegócio e à grilagem de terras contribuem para intensificar esse cenário. Por outro lado, a resistência dos povos dos cerrados, das florestas, dos campos e das águas em seus territórios é o melhor caminho para promover a conservação da biodiversidade, que é o melhor remédio contra pandemias.

PRODUTORA ORGÂNICA,
ASSENTAMENTO DOM
FERNANDO, GOIÁS VELHO
(GO). CRÉDITO: THOMAS
BAUER



Para entender mais sobre essas conexões entre os povos do Cerrado, a conservação da biodiversidade, os conflitos agrários e a prevenção de futuras pandemias, convidamos membros da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado para uma roda de conversa: Larissa Packer, advogada popular da GRAIN¹ América Latina; Abeltânia Souza, agente da Comissão Pastoral da Terra na Bahia; Miraci Silva, animadora de sementes do Grupo de Intercâmbio em Agroecologia² (GIAS) no Mato Grosso; e Claudeilton Luiz, advogado popular do Movimento dos Pequenos Agricultores³ (MPA) e da Via Campesina⁴.

A roda de conversa também contou com depoimentos de Valdino Marques, agricultor familiar da Comunidade Matinha, do município de Guarai (TO); de Raimunda Nonata, quebradeira de coco babaçu, e do agricultor Leandro Santos, ambos da Comunidade Quilombola Cocalinho, situada no município de Parnarama (MA).



O AGRONEGÓCIO É A PRINCIPAL CAUSA DAS DOENÇAS ZONÓTICAS

A GRAIN completa, em 2020, 30 anos acompanhando o comportamento da cadeia global corporativa de alimentos e suas consequências econômicas, sociais e ecológicas. Dentre essas, a organização tem documentado a eclosão, proliferação e dispersão de epidemias e de doenças zoonóticas – que partem de animais e alcançam humanos –, como a Covid-19. Convidamos Larissa Packer para nos ajudar a refletir sobre o risco que o modelo do agronegócio no Cerrado nos impõe.

A HISTÓRIA DA DEVASTAÇÃO DO CERRADO REÚNE TODOS OS INGREDIENTES PARA A POTENCIAL ECLOSÃO DA PRÓXIMA PANDEMIA GLOBAL.

1. GRAIN: <https://www.grain.org>.
2. Grupo de Intercâmbio em Agroecologia: <http://www.gias.org.br>.
3. Movimento dos Pequenos Agricultores: <https://mpabrasil.org.br>.
4. Via Campesina: <https://viacampesina.org/es/>.



Larissa, a partir da experiência da GRAIN, qual a relação entre o agronegócio e as pandemias, como a que estamos vivendo?

Larissa Packer (GRAIN): *Fala-se muito em “voltar ao normal” e de que saia uma vacina logo, mas se fala pouco de como a realidade atual do modo de produção e consumo dentro do sistema capitalista é a causa fundamental para a geração de pandemias. É possível que um novo Covid seja gerado a qualquer momento, assim como nós vimos nos últimos 20 anos uma aceleração sem precedentes da geração de mutações de vírus patogênicos capazes de gerar doenças e zoonoses. Cada vez mais ocorrem saltos de vírus entre espécies, alcançando os seres humanos de forma patogênica, gerando doenças. Então, o que a mídia acaba não falando muito é que a salvação disso tudo não é criando vacinas. A vacina vai ser muito boa, sim, como instrumento de mediação daquilo que já eclodiu, mas nós não temos como ficar de epidemia em epidemia, de vacina em vacina, de isolamento para flexibilização. Então, uma coisa central para a compreensão da ameaça de novas crises sanitárias e econômicas é realmente pensar o modo como o ser humano se reproduz na superfície terrestre, como ele ocupa a superfície da terra, adquirindo cada vez mais terras dentro de um paradigma de homogeneidade, ou seja, homogeneiza a superfície da terra, incorporando cada vez mais território para a produção de pouquíssimas espécies e variedades para uma cadeia de produção alimentar muito empobrecida nutricionalmente e organizada por corporações.*

Poderia nos explicar como são geradas doenças zoonóticas, como o Covid-19?

Larissa Packer (GRAIN): *Os vírus, bactérias, micro-organismos existem dentro do metabolismo de qualquer organismo. Agora, quando há uma diversidade genética, essa diversidade consegue conter a expressão ou uma mutação patogênica, ou mesmo impedir que gere a doença, porque os organismos são diversos. Assim, dentre as causas estruturais das epidemias, eu gostaria de ressaltar algo que os epidemiologistas vêm falando há 30 anos. Não é uma novidade, mas existem três principais causas estruturais da eclosão de doenças zoonóticas e da vulnerabilidade humana diante da criação e da dispersão dessas epidemias.*



Qual a primeira causa estrutural e como ela se expressa no Brasil e no Cerrado?

Larissa Packer (GRAIN): *A primeira causa é a destruição acelerada dos ecossistemas, dos habitats, com essa homogeneização de paisagens. Você tem, cada vez mais, uma produção industrial do espaço rural, incorporando milhares de hectares para a produção de monocultivos. Aqui no Brasil há a realidade do cultivo da soja e da cana, intercalado com milho. No plano do Cerrado é muito impressionante a quantidade de hectares destinados à soja. E esses monocultivos de larga escala destinados à exportação precisam produzir numa escala e numa intensidade que leva o agronegócio a considerar a floresta, a biodiversidade, e os povos que a habitam, como obstáculos ao desenvolvimento. As cadeias de valor dessas commodities valorizam a terra limpa: quando se passa o correntão e desmata-se a terra, ela se valoriza no minuto seguinte, os grileiros ganham muito dinheiro. Não tem como a gente desconsiderar que há um financiamento histórico, desde uma economia de plantation lá nos 1500 com os monocultivos de cana-de-açúcar. E os vários ciclos econômicos estão atrelados aos extensos monocultivos, ao financiamento externo de países estrangeiros, bancos, fundos de pensão e investimento que valorizam a terra limpa, sem a biodiversidade, com desmatamento. Isso significa financiamento para o estabelecimento de laboratórios de futuras pandemias, de crises sanitárias, além de outras crises: econômicas e de soberania e segurança alimentar.*

Você falou que a produção industrial do espaço leva a se considerar os povos, a biodiversidade, as florestas como obstáculos. Como isso se conecta com as pandemias?

Larissa Packer (GRAIN): *Há uma expulsão desses povos cada vez mais para centros urbanos, onde há um aglomerado de gente em periferias urbanas sem acesso a saneamento, água e alimentação saudável, o que também gera organismos humanos imunodeprimidos. E essas cidades estão cada vez mais próximas dos ambientes de animais selvagens, gerando o contato mais próximo com esses animais que já têm esses micro-organismos, bactérias e vírus, contidos até então pela diversidade genética.*

Então, esse modelo que expulsa os povos de seus territórios gera cada vez mais paisagens homogêneas, repletas de monoculturas vegetais e animais...

Larissa Packer (GRAIN): *Sim, e agora, sobre uma paisagem homogênea, os vírus e micro-organismos, para sobreviver, acabam sendo selecionados por esse modo de produção homogêneo, eles lutam para sobreviver nesse ambiente hostil. Invariavelmente essa mutação, num ambiente homogêneo, acaba se comportando como praga. Um inseto que antes era um polinizador, dentro de um ambiente de monocultivo, em que há uma pressão de seleção para aquele inseto, ou seja, altas doses de agrotóxicos para acabar com esses insetos acabam por selecionar uma mutação resistente, nomeada pelo agronegócio de “praga” (por exemplo, eu posso citar lagartas resistentes ao milho Bt, a mosca branca). Então, nós vemos milhões de hectares sendo ocupados por uma ou duas espécies, como milho ou soja, onde antes você tinha centenas de espécies típicas do Cerrado (pequi, buriti, baru); e dentre essas espécies poucas variedades, geralmente variedades atreladas a um pacote corporativo tecnológico com sementes transgênicas que garantem uma alta produtividade em cada safra, se associadas à aplicação de agrotóxicos. Porque no pacote tecnológico, determinada planta é desenvolvida para ser resistente àquele agrotóxico, ou seja, todo ecossistema ao redor quando é atingido pelo agroquímico morre, mas aquela se-*

PULVERIZAÇÃO AÉREA
SOBRE MONOCULTIVO DE
ALGODÃO EM BALSAS NO
MARANHÃO. CRÉDITO:
THOMAS BAUER





mente transgênica se mantém viva, mas com um resíduo imenso de agrotóxico. Então, a doença ou praga não se gera por si, ela é gerada exatamente por essa condição de homogeneidade de espécies. Com altas aplicações de agrotóxicos para sobreviver, há uma pressão de seleção de vírus, bactéria ou micro-organismo resistentes para sua própria sobrevivência, é o modelo de produção que gera essas pragas.

E aí está, então, o segundo vetor para geração de pandemias?

Larissa Packer (GRAIN): Sim, o segundo vetor estrutural para geração de pandemias, e talvez o principal, é a produção industrial de carne. Cerca de 60% das doenças infecciosas no mundo, segundo epidemiologistas e também dados da OMS e da FAO, vêm de animais. A questão é que nós temos três vezes mais população animal, do que gente no mundo hoje. Exatamente pela produção industrial de animais em situação de confinamento: são mega galpões onde se cria uma raça selecionada com melhoramentos genéticos também para servir a esse modelo industrial de produção de carne, para abastecer a demanda em escala global. A uniformidade genética dessas raças, principalmente porcos e aves, criadas à base de aplicação de cerca de 70% dos antibióticos produzidos no mundo, que são usados para esses ambientes de produção animal em confinamento, geram raças imunodepressivas. Então, qualquer agente estranho, qualquer “outro” é visto como inimigo, porque ele é capaz de dizimar o plantel inteiro de animais em confinamento. É um modelo oposto à criação tradicional, na qual raças crioulas, geralmente convivem dentro do conhecimento tradicional e de ecossistemas diversos que absorvem mutações e contêm o desenvolvimento de epidemias.

E a terceira causa?

Larissa Packer (GRAIN): A terceira causa é a escala global do modo de produção de importação e exportação. Neste ano de 2020 o Brasil ultrapassou os EUA e se tornou o maior produtor e exportador de soja do mundo. Nós exportamos só no mês de abril deste ano, em meio à pandemia, 9 milhões de toneladas de soja. A soja que é consumida pelos porcos na China sai do Brasil, e os porcos da China abastecem a China e vários outros países da Ásia e Pacífico. Os porcos produzidos nos Estados Unidos também vão para a China. Então, a agricultura ou a criação animal

pode ser local, mas o sistema alimentar é completamente globalizado nessa escala impensável. Ela exige uma rota logística de importação e exportação que leva a outro fator de vulnerabilidade diante de epidemias, que é a dispersão em voos, em hidrovias, em ferrovias e rodovias, em navio. Então, a dispersão passa a ser global, como aconteceu com a Covid-19, e isso gera a pandemia. Três grandes fatores ligados então ao modo de produção agrícola industrial.

A forma de apropriação do Cerrado pelo agronegócio faz deste um espaço, um “laboratório”, de possíveis novas pandemias?

Larissa Packer (GRAIN): *Na medida em que o Cerrado vai sendo produzido como espaço de geração de commodities, o Cerrado como mercadoria, passa a ser um caldeirão de futuras pandemias. 50% dos cerrados foram desmatados ao longo dos últimos 40 anos. Entre 1980 e 2010, o Cerrado perdeu 31% de sua população rural, com 3,6 milhões de pessoas expulsas do campo para ocupar as periferias urbanas. Entre agosto de 2018 a julho de 2019, o INPE aponta que 640 mil hectares (cerca de quatro vezes a cidade de São Paulo) foram desmatados. Tudo isso para hoje o Cerrado produzir 52% de toda a soja cultivada no Brasil. O Mato Grosso sozinho foi responsável por 202 mil ha, sendo que 64% em áreas maiores que 1500 ha, respondendo por 28% da última safra de soja no país. A fórmula se repete: florestas, povos e biodiversidade vistos como obstáculos ao desenvolvimento de paisagens homogêneas para abastecer a intensidade e escala do modo de produção e consumo. O conceito de desenvolvimento, o modo de uso e ocupação do solo e o modo de produção e consumo têm de mudar, e a resposta está nas ecologias e não em mais monoculturas.*

E o que os povos do Cerrado podem nos ensinar sobre isso?

Larissa Packer (GRAIN): *Os povos falam de outras formas sobre isso, mas nos falam exatamente disso. Eles têm a plena noção de que a destruição ambiental e as monoculturas levam a um rompimento do metabolismo dos organismos em escala de ecossistema até o indivíduo, causando doença e depressão imunológica. Quem vive no campo e estudiosos vão se encontrar no mesmo ponto da crítica às monoculturas e na defesa das ecologias. É ecologia de modo de*



produção de vida, ecologia de diversidade genética, ecologia de saberes associados com-plexos de mais de 12 mil anos, desde a revolução agrícola. A biodiversidade é a expressão da história de um espaço incorporado à cultura de um grupo. A sociobiodiversidade representa as digitais históricas dos povos sobre o meio. O milho, por exemplo, não existia na humanidade, é uma criação humana. Podemos dizer isso de diversas outras espécies que são criação de um criterioso processo de seleção e melhoramento genético da biodiversidade através da construção de conhecimentos, técnicas e tecnologias sociais, como a agroecologia. Ao longo de algumas décadas, as pessoas foram indo para as cidades e esse conhecimento tradicional difícilíssimo, transgeracional, de mais de 12 mil anos, vai se perdendo pelos cercamentos territoriais, erosão genética e cultural.

O que fazer diante de tudo isso?

Larissa Packer (GRAIN): *Precisamos urgentemente rever o fato de que 80% da população brasileira está sobre 1 ou 2% do território nacional, rever o fato de que a concentração de terras no Brasil é uma das mais altas do mundo, rever a forma como a gente ocupa o espaço. A reforma agrária não é mais somente uma questão de classe, não é mais reivindicada somente como uma maneira redistributiva da renda e da riqueza. Reforma agrária é questão existencial para a continuidade da espécie humana na terra, é uma questão de ecologia, possibilidade pragmática de futuro.* 📍

Larissa nos traz o desafio e uma agenda propositiva para a sua superação. Se essas causas estruturais forem levadas a sério, se quisermos realmente superar a ameaça de pandemias, então é fundamental que se faça alterações consideráveis ao modelo de produção do agronegócio e, por outro lado, que se incentive os agricultores familiares e camponeses que geram alimentos frescos, saudáveis, diversos em circuitos curtos. No entanto, o que vemos é justamente o contrário. Mesmo o agronegócio global sendo o causador de recorrentes pandemias, o setor no Brasil é tratado como atividade essencial em tempos de quarentena.

MONOCULTIVOS
DEVASTANDO O
CERRADO DO OESTE
DA BAHIA. CRÉDITO:
THOMAS BAUER



O AGRONEGÓCIO NÃO FAZ QUARENTENA

Abeltânia Souza, conhecida como Tânia, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁵ na Bahia, apresentou elementos sobre a continuidade dos conflitos no campo em tempos de pandemia. A CPT é uma das fundadoras da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e tem, desde sua criação há 45 anos, a missão de estar com os povos da terra, sobretudo em situações de conflito.

Em um estudo⁶ publicado no ano passado, o pesquisador Carlos Walter Porto-Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense (UFF), analisa os dados dos conflitos no campo publicados pela CPT. “De um total de 7.353 localidades onde, entre 2003 e 2018, ocorreram conflitos por terra no campo brasileiro, 40,5% delas estavam nos cerrados e suas áreas de transição”, destaca o pesquisador, que nos ajuda a compreender a conjuntura de devastação da região.

“Para que se tenha um parâmetro mais consistente, a Amazônia e suas áreas de transição tiveram, no mesmo período, 34% das localidades em conflito no campo sobre o total de localidades em conflitos no país. Ou seja, as duas regiões foram

5. Comissão Pastoral da Terra:
<https://cptnacional.org.br>.

6. Carlos Walter Porto-Gonçalves.
Dos Cerrados e de suas Riquezas:
de saberes vernaculares e conheci-
mento científico. FASE e CPT, 2019.
Disponível em: [https://fase.org.br/
wp-content/uploads/2019/12/PU-
BLICACAO_CERRADO-2.pdf](https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/12/PU-BLICACAO_CERRADO-2.pdf).



marcadas por uma enorme conflitividade abrangendo, somadas, 74,5% do total de comunidades com conflitos no período considerado”, finaliza Carlos Walter.

“O que vemos está muito ligado ao processo de grilagem e de ocupação histórica do agronegócio nos últimos anos, principalmente desde a década de 70”, explica Tânia, que não acredita em um cenário diferente para 2020. “A gente pode dizer que o ‘agronegócio não está em quarentena’ porque continua investindo contra os povos. A situação mais agravante é que, além da grilagem e dos processos de violência contra os povos do Cerrado e do campo no geral, as comunidades têm que lidar com a situação do próprio vírus”.

De acordo com a experiência de Tânia, a porta de entrada para a transmissão do novo coronavírus em comunidades camponesas e tradicionais é o avanço dos grandes empreendimentos nos últimos meses. *“A gente pode citar, por exemplo, a realidade do Norte de Minas Gerais, das comunidades geraizeiras do Vale das Cancelas, onde uma empresa de transmissão de energia foi responsável, através de seus trabalhadores, por disseminar o vírus em comunidades rurais e na cidade”, denuncia.*

A agente baiana citou exemplos de proliferação do vírus em seu estado, mencionando casos das regiões de Caetitê, Urandi e Guanambi, que também sofrem com o fluxo ininterrupto dos trabalhadores de empreendimentos de energia, uma vez que essas redes de transmissão passam por dentro das comunidades.



CONFLITOS NO CAMPO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Para além da disseminação desenfreada do vírus, Tânia destaca a ocorrência de conflitos nos territórios, citando exemplos de comunidades inseridas na região do Matopiba, considerada pela Embrapa “a grande fronteira agrícola da atualidade”, que abrange o Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

**“A PROFILAXIA
JÁ EXISTE, ELA É
A BIODIVERSIDADE
E OS POVOS DO
CERRADO. A
PROFILAXIA DA
CURA DOS ERROS
E DAS VIOLÊNCIAS
É A ORGANIZAÇÃO
DOS POVOS NOS
TERRITÓRIOS.”**

“Agora nesse período, principalmente a partir de março, foram mais de cinco conflitos ocorridos em mais de cinco territórios, como é o caso das comunidades de Melancia e Morro d’Água, no Piauí, que passam por situações de violência explícita”, afirma Tânia. Segundo nota pública⁷ divulgada pela CPT no Piauí em 23 de fevereiro, grupos armados têm ameaçado lideranças e moradores de comunidades que se posicionam de forma contrária ao avanço dos megaempreendimentos do agronegócio na região.

“Aqui em Correntina, no Oeste da Bahia, não há pandemia que possa livrar as comunidades dos grileiros e dos fazendeiros. As populações de fecho de pasto – que usam áreas compartilhadas no Cerrado como espaço de concretização da vida – seguem sofrendo investidas nesse período de suposto distanciamento social, com situações como a da comunidade de Garapumba, que registrou boletim de ocorrência policial por serem violentados com a derubada de benfeitorias das famílias, destruição de cercas e serem ameaçados”, enfatiza.



ROUBO DAS ÁGUAS

Ainda tratando do Oeste da Bahia, Tânia lembra que a região se encontra em uma posição estratégica para a implementação de monocultivos por ser abastecida pelos Aquíferos Urucuaia e Bambuí, sendo marcada pela presença de nascentes e rios que, desde os anos 1970, por conta da expansão do agronegócio na região, têm secado e desaparecido dos territórios. *“Eles têm avançado muito no processo de irrigação por meio da captação de água, tanto da água superficial dos rios como também a captação da água do subterrâneo”, conta.*

⁷ CPT Nacional. Nota Pública: No Cerrado piauiense, comunidades sofrem violências e perdem seus territórios. 23 de março de 2018. Disponível em: <https://www.cptpiaui.org.br/artigo/nota-publica-no-cerrado-piauiense-comunidades-sofrem-violencias-e-perdem-seus-territorios>.

O Estado, de acordo com a agente da CPT, tem papel crucial nesse processo. *“O Inema [Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos] da Bahia, entre 2 de janeiro e 6 de junho de 2020, concedeu para a região Oeste 48 portarias com autorização para supressão da vegetação nativa e desmatamento do Cerrado, abrangendo cerca de 30 mil hectares de terra”*, destaca. Tânia também lembra que somente este ano o mesmo órgão ambiental concedeu 77 outorgas que dão direito ao uso de um 1,5 bilhão de litros de água por dia aos empreendimentos do agronegócio.



SINAIS DE ESPERANÇA

Apesar da “boiada estar passando”, Tânia encerra sua participação apontando para os sinais de esperança que, na sua visão, encontram-se nas resistências cotidianas dos povos e comunidades do Cerrado. *“Os povos não estão parados, mesmo diante dessa realidade, os povos se encontram, buscam alternativas para continuar defendendo a vida. A biodiversidade não é só a cura da pandemia da Covid-19, mas eu acho que também da pandemia do agronegócio, a pandemia desse capital que é a mais cruel das doenças”*, sinaliza.

“Diante de tudo isso, eu me lembrei do trecho da poesia de Cora Coralina, da cidade de Goiás, que fala assim:

***‘Creio nos milagres da ciência
e na descoberta de uma profilaxia
futura dos erros e violências
do presente.’***

A profilaxia já existe, ela é a biodiversidade e os povos do Cerrado. A profilaxia da cura dos erros e das violências é a organização dos povos nos territórios”, finaliza Tânia.

**“ESSA TROCA DE
CONHECIMENTO
POPULAR E
CIENTÍFICO, AS
ATIVIDADES NA
TERRA, COM
AS MULHERES,
FAZEMOS TUDO ISSO
PARA QUE ESSES
CONHECIMENTOS
POPULARES POSSAM
SE EXPANDIR E
MULTIPLICAR”**

E com essa lembrança que nos traz Tânia da poetisa cerradeira, Cora Coralina, conheceremos, agora, relatos de alguns representantes dos povos dos cerrados sobre a profilaxia futura que já estão construindo, no presente, nos territórios. Já é sabido que o “agronegócio não faz quarentena”, mas a defesa da biodiversidade também não faz. É o que nos ensinam essas populações.



EM TEMPOS DE PANDEMIA, “É PRECISO FAZER GERMINAR A VIDA”

Camponesa que se orgulha de ter conquistado seu pedaço de chão graças à luta como parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Miraci Silva vive no Assentamento Roseli Nunes, situado no município de Mirassol D’Oeste (MT). A agricultora integra a Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), uma rede que visa à conscientização, organização e formação das famílias da região para a produção de alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos.

Miraci também trabalha como apicultora junto a um grupo de mulheres de sua comunidade, intitulado “Abelhas Rainhas”, e faz parte do Comitê Popular do Rio Paraguai em Defesa das Águas. Todas essas atividades, na visão da agricultora, são complementares. *“Essa troca de conhecimento popular e científico, as atividades na terra, com as mulheres, fazemos tudo isso para que esses conhecimentos populares possam se expandir e multiplicar”*, explica.

O assentamento onde vive Miraci é fruto da luta pela reforma agrária. Nele moram atualmente mais de 300 famílias. Porém,

segundo a agricultora, nem sempre foi assim. *“Antes de conquistarmos nossa terra, muitos dos moradores de nossa comunidade trabalhavam como escravos em fazendas e não tinham onde morar. Imagina se a gente tivesse desistido?”*, questiona a camponesa.

A mato-grossense também é animadora de sementes no Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (GIAS). *“A gente vai aprendendo cada vez mais a importância de cuidar da semente, porque na semente está o germe da vida, da perpetuação das espécies; então nossa responsabilidade como uma animadora de semente é muito grande”*, destaca Miraci, que, em poucas palavras, nos ajuda a compreender por que é preciso defender a soberania genética dos povos e comunidades tradicionais.

Os conflitos no campo e a destruição da biodiversidade impulsionados pelo agronegócio persistem mesmo em tempos de pandemia. Miraci, em seu território, também sofre com as consequências dessa violência e devastação socioambiental. *“O maior vírus que existe no mundo se chama sistema capitalista, que é o causador de todos os outros vírus. Basta termos um pouco de sensibilidade humana para perceber que esse sistema visa somente ao lucro e não defende a vida”*, enfatiza.

Outra comunidade que também enfrenta dificuldades na atual situação de pandemia da Covid-19 é o Quilombo Cocalinho, no município de Parnarama (MA), onde vive Raimunda Nonata. A quebradeira de coco babaçu partilhou os desafios impostos pelo cenário atual. *“Está muito difícil. Nós produzimos o bolo e o biscoito do babaçu para vender na feira livre da cidade e não estamos mais vendendo por conta da quarentena”*, destaca.



MIRACI SILVA E O SEU COMPANHEIRO
LUÍS, EM FRENTE À ROÇA COLETIVA
DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES.
CRÉDITO: JOSÉ GOMES



NINGUÉM É SAUDÁVEL COM A MONOCULTURA

Para além do problema do escoamento de sua produção, a Comunidade Cocalinho sofre com o avanço dos empreendimentos do agronegócio em sua região, mesmo em tempos de pandemia. De acordo com informações de moradores da comunidade quilombola, os agrotóxicos dispersados nas proximidades do território e a destruição do Cerrado afetam diretamente a produção. *“A safra do arroz e do feijão foi muito fraca este ano. A gente está muito preocupado por conta disso, a gente está com medo de passar fome”*, conta Raimunda.

“Ninguém é saudável com a monocultura”, enfatiza Miraci, que relaciona o trabalho em defesa da perpetuação das sementes crioulas e da agricultura agroecológica com a saúde humana. Hoje, em média, o brasileiro consome 7,6 litros de agrotóxicos por

QUEBRADEIRAS DE
COCO DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE
COCALINHO NO
MARANHÃO. CRÉDITO:
LEANDRO DOS SANTOS



ano, segundo estudo da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), dado que se associa ao fato de nosso país ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo em números absolutos, ultrapassando a marca de 500 mil toneladas de pesticidas no ano de 2017, de acordo com o levantamento mais recente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama).

Seja no assentamento, em seu município ou mesmo em âmbito regional, Miraci enfatiza que não podemos desistir de lutar para transformar a realidade atual. *“A nossa luta é para produzir alimentos saudáveis sem nada de agrotóxico, mas também em defesa das águas do rio Paraguai e da vida das abelhas. Nossa preocupação é com a natureza como um todo, que o ser humano precisa para ter a vida mais saudável”*, finaliza a guardiã de saberes tradicionais e da biodiversidade.



SE O CAMPO NÃO PLANTA, A CIDADE NÃO JANTA

Valdivino Marques, agricultor familiar da Comunidade Matinha, localizada no município de Guaraí (TO), também participou do debate. O camponês partilhou como os moradores de seu território têm enfrentado o novo cenário de distanciamento social e as alternativas que foram encontradas para a produção e comercialização de alimentos.

“Agora com essa pandemia, no início, foi difícil, porque a gente não estava acostumado. Nossa renda vinha das feiras, por isso foi complicado. Mas depois começamos a fazer as entregas nas casas, aí melhorou bastante”, explica o agricultor, que afirmou que as medidas de higiene para prevenir o contágio estão sendo aplicadas. *“A comunidade tem convivido bem com essa questão do isolamento, não tivemos nenhum caso de contaminação e graças a Deus estamos vencendo, mas a gente tem tomado as medidas necessárias, usando a máscara, o álcool em gel, fazendo higiene pessoal da forma que se manda”*, explica.

Os alimentos da Comunidade Matinha são comercializados em 12 municípios da região em um raio de até 150 quilômetros de distância. “*Entregamos no PAA [Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar], no PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar], em alguns restaurantes, alguns supermercados, estamos conseguindo viver das hortaliças que a gente vende*”, pontua Valdivino.



AGROECOLOGIA É VIDA

“*Nós somos 55 famílias que formam a Comunidade. Praticamente todas vivem da produção na terra e temos um grupo de umas oito famílias que optou pela produção agroecológica*”, conta Valdivino, que já percebe os benefícios dessa transição. “*A gente já percebe um grande ganho nesse sentido, com respeito à natureza, com respeito à nossa saúde e à saúde de quem está comprando também, estamos vendo muito resultado*”, partilha.

A produção na terra não serve apenas para comercialização, mas garante também a soberania alimentar das famílias. É o que narra Valdivino, que afirma ter consciência da importância da conservação da biodiversidade e de uma alimentação saudável. “*A gente se alimenta muito com verdura, já que somos produtores de hortaliça, e a saúde do povo fica fortalecida. E com isso estamos vencendo. Estamos aí nessa luta e sabemos que realmente grande parte da proliferação desse vírus é por causa da devastação do meio ambiente*”, destaca.

Valdivino, que, assim como Miraci e Raimunda, também de-



CRIANÇAS E HORTA AGROECOLÓGICA
NO ASSENTAMENTO MULATOS, NO BICO
DO PAPAGAIO (TO). CRÉDITO: GUSTAVO
OHARA/ACERVO APA-TO

fende os cerrados, os saberes dos povos da terra e a biodiversidade, clama por tempos melhores. *“Que nós possamos vencer esse vírus e toda dificuldade, que possamos permanecer nessa graça, nesse desejo de querer preservar o meio ambiente, nesse desejo de querer fazer com que o nosso mundo seja cada dia melhor, cada vez mais saudável para todos”*, finaliza.



“QUEM ALIMENTA O BRASIL EXIGE RESPEITO”

A agrobiodiversidade é parte de um processo histórico de construção, que envolve povos, comunidades e natureza. O conhecimento vai se dar justamente nesta relação, na qual ser humano e natureza vão se transformando e, aos poucos, construindo a agrobiodiversidade. Constroem meios que garantem, então, suas vidas, seus lares, e essa diversidade biológica de um modo geral. Essa afirmação é de Claudeilton Luiz, advogado popular e integrante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e da Via Campesina Brasil – organizações populares que, a partir do acúmulo de suas experiências de lutas no campo, têm construído reflexões fundamentais sobre como as práticas e os modos de vida dos povos do campo projetam um mundo com soberania: do território, de saberes, genética, alimentar e dos povos.

Claudeilton destaca que, no processo de defesa e construção da agrobiodiversidade no Cerrado, é fundamental entender que essa região é um espaço em disputa: *“De um lado está a agrobiodiversidade, a biodiversidade, a cultura, os povos tradicionais, camponeses, quilombolas, indígenas, que prezam pela vida e defendem o Bem Viver. Do outro lado está o agronegócio, o capitalismo no campo, um modelo de produção que despreza toda essa biodiversidade, as culturas e os modos de vida existentes nos territórios. Então, há uma disputa e uma luta nos territórios”*.

No Brasil, existe uma construção legal, por meio de leis e decretos, para a apropriação destas riquezas genéticas e da biodiversidade. A sociedade civil travou uma grande

luta há alguns anos para que a Lei 13.123, de 20 de maio de 2015, o Marco Legal da Biodiversidade⁸, garantisse os direitos e a proteção deste patrimônio genético da biodiversidade, mas essa legislação terminou com a abertura para que esse patrimônio fosse acessado sem que o agronegócio e as empresas fossem responsabilizados. *“Não tem como a gente falar de biodiversidade como forma de enfrentamento das pandemias, do agronegócio, sem entender que há uma disputa nesse campo que envolve a biodiversidade, a cultura, o modo de produção, os povos e, do outro lado, o capital com esse olhar específico focado no lucro”*, enfatiza.



“ESSES POVOS FAZEM O CERRADO E O CERRADO FAZ ESSES POVOS”

Para defender seus modos de vida, a soberania de seus territórios e o acesso à terra, camponeses e camponesas, quilombolas, indígenas e diversas comunidades tradicionais têm se organizado e somado suas lutas. Porque, conforme explica o membro do MPA, é a partir da terra que essas vidas existem, e é dessa realidade que são construídos os territórios. *“Só quem conhece é capaz de construir essa biodiversidade, de construir o território do saber. A soberania do saber, do decidir sobre si mesmo, nessa relação direta com a terra, com a comunidade em forma de organização social. E esse é um ponto central: esses povos fazem o Cerrado e o Cerrado faz esses povos. É uma forma de enfrentamento das pandemias e do capitalismo no campo que é o agronegócio”*, defende o advogado popular.

Mas quando se fala em território, biodiversidade e soberanias, é necessário também trazer para a pauta a proteção, o cuidado, a conservação. Por exemplo, a importância de as comunidades terem a liberdade de utilizar, cultivar e trocar suas sementes crioulas, ou seja, a soberania genética. *“Soberania genética é um elemento fundamental nesse processo de fortalecimento da organização social e de combate às formas de apropriação do próprio agronegócio através*

8. GT Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia e Terra de Direitos. Nossos conhecimentos sobre a biodiversidade: salvaguardando uma herança ancestral. Maio, 2020. Disponível em: <https://www.terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Cartilha-Sociobiodiversidade-web%281%29.pdf>.

das suas empresas sementeiras que também fazem uma grande devastação na biodiversidade, na agrobiodiversidade”, aponta Claudeilton.



SOBERANIA ALIMENTAR

É preciso ter território e soberania genética, pois isso passa justamente por uma produção de alimentos saudáveis, o que dialoga diretamente com a chamada soberania alimentar, que vai além de mais um conceito. É uma realidade construída ao longo de diversas gerações pelos povos do campo, e que faz o contraponto junto ao conceito de segurança alimentar. *“Os dois conceitos têm uma importância dependendo do contexto, mas, para nós camponeses, a soberania alimentar tem a ver justamente com a autonomia. Soberania alimentar é poder escolher, esse ato autônomo, e isso está presente nas experiências de conservação e organização social dos povos no nosso Cerrado”,* define o membro do MPA.



PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA
NO BICO DO PAPAGAIO (TO).
CRÉDITO: GUSTAVO OHARA/
ACERVO APA-TO

CANTEIRO ECONÔMICO DA
HORTA DE OSMARINA E
FRANCISCO, ASSENTAMENTO
OURO VERDE, NO BICO DO
PAPAGAIO (TO). CRÉDITO:
BRUNO SANTIAGO/APA-TO



E tudo isso dialoga com outra temática importante, principalmente no contexto atual, a comercialização. Todavia, é necessário refletir sobre o tipo de mercado que se quer. Um comércio no qual quem produz faz contato direto com o consumidor, sem a figura de atravessadores. Para Claudeilton, a pandemia é um mal, mas reforçou a importância da organização das famílias camponesas, seja no fortalecimento da produção, seja na reorganização de distribuição da alimentação para que chegue na mesa da população trabalhadora urbana. *“O movimento de que eu faço parte tem uma palavra de ordem: ‘se o campo não planta, a cidade não janta’. E quando pensamos neste tipo de comercialização entre quem produz e quem consome, há uma riqueza social. Há uma troca de experiências que não está presente somente no comércio, no qual o objetivo não é apenas só vender, mas há um envolvimento, uma troca de saberes e de conhecimentos recíprocos, porque se trata de uma mesma classe que está trabalhando”*, explica Luiz.

Ainda no campo da comercialização, Claudeilton aponta outro importante elemento: a necessidade de estruturação dos sistemas agroecológicos de produção, que passa por encurtar os circuitos de comercialização e de produção. *“Hoje, um dos principais problemas dentro desse campo da comercialização é*

justamente esse distanciamento, esses circuitos longos que os alimentos precisam fazer para chegar à mesa dos brasileiros. O sistema de produção local baseado na soberania genética, alimentar e do território, encurta esse circuito e faz com que o produto tenha um menor custo, um gasto menor de energia, e caminha justamente numa perspectiva de fazer essa soberania territorial que é o poder de plantar, processar e comercializar”, destaca o militante.



É PRECISO “ESPERANÇAR”

Essas experiências de organização social, de acordo com Claudeilton, nos mostram que é possível seguir combatendo a pandemia, o agronegócio e outros males por meio de experiências de produção social, que priorizam as sementes crioulas e saberes tradicionais dos povos cerradeiros do campo.

A pandemia coloca em evidência, hoje, justamente a problemática dos sistemas agroalimentares. E aponta para o desafio de construir princípios agroecológicos, a partir das soberanias citadas ao longo deste artigo. “*A gente precisa acreditar, é preciso ter esperança, mas esperança do verbo ‘esperançar’, como nos ensinou Paulo Freire. Quem alimenta o Brasil exige respeito*”, enfatiza o militante do MPA, Claudeilton Luiz.

Na toada do esperançar, o Fórum Popular da Natureza, onde esse debate esteve inserido, nos provocou a pensar coletivamente em “ações para adiar o fim do mundo” (uma consigna inspirada no livro da importante liderança indígena Ailton Krenak, “Ideias para adiar o fim do mundo”). A oficina da Campanha em Defesa do Cerrado no Fórum trouxe a proposta da defesa dos direitos territoriais dos povos dos cerrados (bem como dos povos das florestas, dos campos e das águas) como ação fundamental para promover a conservação da biodiversidade, a verdadeira profilaxia para um mundo sem a ameaça de pandemias. Essa é a nossa proposta de ação coletiva para adiar o fim do mundo.



Bruno Santiago,
Diana Aguiar e
Elvis Marques





Desmatamento no Cerrado

E RESISTÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS

*Eu sou roceiro, vivo de cavar o chão.
Tenho as mãos calejadas, meu senhor.
Me falta terra, falta casa e falta pão
Não sei onde é o Brasil do lavrador.*

(“Eu sou roceiro”, canção de Jorge Pereira Lima cantada pelas lideranças Isabel e Maria de Fátima Rodrigues da Comunidade Quilombola Barra da Aroeira- TO)

O CERNE POLÍTICO DA QUESTÃO DO DESMATAMENTO NÃO RESIDE NAS IMAGENS DE SATÉLITE. É, ACIMA DE TUDO, SOBRE DIREITOS TERRITORIAIS, MODOS DE VIDA TRADICIONAIS E SOCIOBIODIVERSIDADE.

O Cerrado já teve mais da metade das suas matas nativas devastada ao longo do tempo, em razão sobretudo da expansão da fronteira agrícola. O processo de modernização conservadora da agricultura na região, a partir da década de 1960, conectado à Revolução Verde, foi favorecendo essa expansão avassaladora do desmatamento. Mas não se trata de um fenômeno relegado ao passado. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe, de 2001 a 2019, foram 28,40 milhões de hectares de cerrados desmatados, o que nos mostra a continuidade, a velocidade e a dimensão dessa devastação.

Essa situação se agrava todos os anos no período mais seco (entre maio e setembro), quando as queimadas se alastram com mais facilidade e o desmatamento se expande com intensidade ainda maior. Porém, desde que o governo Bolsonaro começou a minar a capacidade das instituições públicas de monitoramento e controle do desmatamento – como o próprio Inpe e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)¹ – e, ao mesmo tempo, dar mostras de leniência com o desmatamento, a situação passou a ser ainda mais dramática nos territórios do Cerrado, da Amazônia e do Pantanal.

Apesar de toda essa história de violência e devastação no Cerrado, r-existem povos e comunidades diversos lutando para manter seus territórios de direito e assegurar a conservação das matas, da biodiversidade e das águas, base fundamental para a reprodução sociocultural de seus modos de vida. E é por isso que, quando o Cerrado queima, esses modos de vida também estão queimando, também estão sendo ameaçados. Assim, é sempre importante lembrar que por trás de números e representações

1. Cabe ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) a gestão e operação do PRODES, programa que realiza o monitoramento por satélite do desmatamento no Cerrado e na Amazônia, assim como a sistematização dos dados anuais e emissão de alertas em tempo real utilizados para planejamento de operações dos órgãos ambientais, a exemplo do próprio Ibama, que é responsável pela fiscalização de crimes ambientais, dentre eles o desmatamento ilegal.



VEREDA COM BURITIS
QUEIMADOS NO MATO
GROSSO. CRÉDITO:
THOMAS BAUER

cartográficas de desmatamento estão conflitos por terra e território, ameaças aos direitos territoriais de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais. O cerne político da questão do desmatamento não reside nas imagens de satélite. É, acima de tudo, sobre direitos territoriais, modos de vida tradicionais e sociobiodiversidade.

Para entender melhor essa problemática e suas interconexões, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado convidou Marcos Rogério Beltrão, ambientalista e documentarista de Correntina, no Cerrado baiano; Isabel Rodrigues e Maria de Fátima Rodrigues, lideranças da Comunidade Quilombola Barra da Aroeira, no Cerrado tocantinense; e o professor Maurício Torres, do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA), para um debate que apresentamos aqui.



Dona Isabel, como é que esse desmatamento e essa degradação estão afetando a vida de vocês no Território Quilombola Barra da Aroeira?

Isabel (Barra da Aroeira - TO): *Esse desmatamento do Cerrado, aqui no território, vem trazendo bastante consequência para a comunidade. O primeiro passo é a fruta que se utilizava para alimentação, para geração de renda, desapareceu tudo, o pequi, a mangaba, o puçá, e assim, várias. É que com a derrubada, destrói tudo. A seguir essa derrubada, todas essas sujeiras que são causadas pelo desmatamento vão tudo para dentro dos córregos. Os córregos só trazem poluição. Chegou a um ponto de gente adoecer por causa da grande derrubada, além de destruir mais de dez mil pés de pequi, tudo que se tinha que era na época da colheita era uma geração de renda. E aí veio a poluição da água com veneno que joga na soja, essas coisas, aí veio tudo para a água e causou uma grande consequência para nós que moramos lá ao lado dessas derrubadas. Estamos sofrendo falta da fruta, é a terra devastada e também as doenças que está trazendo. Lá em casa mesmo bastante gente deu provocação, deu coceira, deu diarreia. Tudo por causa disso.*

DESMATAMENTO
DENTRO DO TERRITÓRIO
QUILOMBOLA BARRA DA
AROEIRA, NO TOCANTINS.
CRÉDITO: COMUNIDADES
QUILOMBOLAS/ACERVO
APATO





Dona Maria de Fátima, conta um pouco mais das consequências desse uso do veneno associado ao desmatamento?

Maria de Fátima (Barra da Aroeira - TO): *Quando ao veneno, às vezes não está diretamente na comunidade, mas está nos atingindo também, porque joga lá na soja e tudo, acabou com nossos peixes. A gente vai no córrego para pescar e não acha mais. E como diversidade de aves e de caça, que sabemos que nós não estamos muito diferentes dos índios, também nós às vezes utilizamos para a nossa alimentação, mas não estamos mais encontrando. Então, é um grande ataque que nós estamos passando por tudo isso através desse desmatamento. Sem falar que hoje não tem mais madeira para fazer nossas casas, não sei como que vai ser se não tiver assim, se não tomar uma providência, os órgãos que dizem que nos amparam, se não fizer isso, não tomar uma providência, acho que vai ser difícil para nossa vivência. Mas nós continuamos plantando para a nossa sobrevivência, para a nossa geração de renda que nós colhemos, nós nos alimentamos deles e vendemos. Então é assim, a gente está indo aí da forma que a gente pode ir plantando. Aqui na nossa comunidade a gente planta roça comunitária.*

Dona Maria de Fátima e dona Isabel, como estão as alternativas para driblar as barreiras vindas do desmatamento e da própria pandemia, para o artesanato e comercialização do capim dourado?

Maria de Fátima (Barra da Aroeira - TO): *Tanto o capim dourado quanto o buriti, porque nós usamos os dois para processar os artesanatos, para fazer as peças, então todos os dois são atacados nessa época de queimada. O capim dourado é liberado para a gente colher a partir do dia 20 de setembro até 20 de novembro. Então, quando chega essa época, o fogo já passou e já acabou com tudo. Então é um dos impactos muito fortes que nós passamos nessa parte do capim dourado, para a gente estar processando os produtos, para a geração de renda. Com o capim dourado, alguns espaços que dá para a gente colher, nós estamos esperando a época para colher e fazer nosso artesanato e esperar que essa pandemia chegue ao fim para a gente gerar renda.*

DONA ISABEL COLHENDO
CAPIM DOURADO NA
COMUNIDADE BARRA DO
OURO, NO TOCANTINS.
CRÉDITO: ACERVO APATO



Isabel (Barra da Aroeira - TO): *Isso aí é a grande preocupação que fica... Imaginando um beco de saída, imaginando como é que a gente pode fazer os artesanatos que sempre a gente faz da matéria-prima, hoje está tudo parado. Porque onde a gente colhia o capim dourado, colhia o buriti, colhia assim uma coisa e outra para fazer um artesanato, tudo foi devorado, quase tudo. Só vem destruindo tudo aquilo que a gente vivia no dia-a-dia. Que a gente vive mais é da garrafada, é da fruta natural, é de fazer o artesanato, e assim por diante. Com a destruição do desmatamento, o que que a gente vai fazer? Onde que a gente vai pegar material para fazer garrafada? Onde que a gente vai buscar uma raiz, um capim dourado, uma tala de buriti, uma fruta para alimentar, sendo que está tudo destruído? Isso aí é uma grande consequência, isso aí para mim, as pessoas que fazem isso na comunidade quilombola, estão matando a comunidade.*

Vai matando a comunidade, vai matando o modo de vida. Essa devastação vai matando o modo de vida. Essa situação que acontece em Barra da Aroeira, também vem acontecendo em outros lugares do Cerrado. Marcos, conta por favor sobre essa realidade no Oeste da Bahia?



Marcos (Correntina - BA): *Quando veio o desmatamento, para as comunidades, foi um verdadeiro choque. Imagine quem é da cidade grande, você está acostumado a passar num determinado bairro, e de repente mudam todos aqueles prédios, edifícios, residências. Você perde o ponto de referência. Então foi isso que ocorreu. Teve pessoas aqui que saíram da comunidade de manhã para vir para a cidade e quando voltou, o desmatamento tinha ocorrido, que ficou avariado, perdeu o caminho, não sabiam mais onde passavam. Isso é verdade, porque as pessoas nunca tinham visto desmatamento maior do que um hectare. Porque as práticas aqui eram desmatar, por exemplo, para agricultura de subsistência, no máximo desmatar um hectare, e era aquele rotativo. E de repente foi desmatado tudo. Pequizeiro, que é uma árvore sagrada para os geraizeiros, como o buritizeiro. Os pequizeiros não foram poupados, foram desmatados. Pequizeiros que quando não dava conta de correntão derrubar, vinha com trator esteira e derrubava esses pequizeiros, que duas pessoas dando os braços não conseguiam encontrar tão grosso que eram esses pequizeiros.*

Os pequizeiros e os buritizeiros são árvores sagradas e quando tem o desmatamento, isso vai degradando também aquilo que caracteriza os modos de vida dos povos do Cerrado. Nós recebemos relatos importantes também de outras partes do Cerrado. O primeiro depoimento nos foi enviado por Fran Braga, que é da Comunidade Quilombola Tanque da Rodagem, no município de Matões, no Maranhão.

Fran Braga (Tanque da Rodagem - MA): *O desmatamento no Território Quilombola Tanque da Rodagem e São João se dá porque muitos grileiros estão aproveitando a pandemia para retirada ilegal de madeira dentro do território. Lá no quilombo uma das áreas que está sendo afetada é um local sagrado da comunidade, que é na Cruz do Negro, local sagrado e preservado pela comunidade. A comunidade está se mobilizando e tentando impedir, porém neste momento a mobilização é muito difícil, que é um momento de tomar muitos cuidados com a saúde do nosso povo por causa da pandemia. Mas estamos resistindo e tentando preservar as nossas florestas.*

TORAS DE EUCALIPTO
SENDO CARREGADAS NO
CAMINHÃO DA EMPRESA
NA REGIÃO DO TERRITÓRIO
QUILOMBOLA COCALINHO
(MA). CRÉDITO: LEANDRO
DOS SANTOS



Recebemos também o relato de Leandro dos Santos da Comunidade Quilombola de Cocalinho, no município de Parnarama, no Maranhão.

Leandro (Cocalinho - MA): Para plantar eucalipto, a Fazenda Canabrava da Suzano Papel e Celulose, que fica entre o Quilombo Cocalinho e o Quilombo Guerreiro, derrubou frutas nativas do Cerrado, como a macaúba, cajuzinho, mangaba, tucu, jatobá, sapucaia, além de árvores como o cedro, a sapucaí, o pau d'arco e várias outras. Além disso, a fazenda faz as leiras para colocar fogo, e essa fumaça dos brotos causa impacto na saúde da comunidade. A juventude fica sendo escravos para carregar toras de eucalipto em caminhão de pau de arara para ganhar 40 reais e ainda ter que comer boias frias, trazendo comida de sua casa. Algumas fontes das nascentes da Lígia de Cocalinho, onde ainda temos pouquíssima água para usar na lavagem de roupas, saciar a sede dos animais, banhar e pescar...



Os monocultivos de eucalipto causam muita devastação no Cerrado. Por um lado, porque, para plantar os monocultivos de eucalipto, desmatam as matas nativas e destroem a biodiversidade. Por outro, porque é uma árvore muito nociva, que chupa a água, toda essa riqueza das águas do Cerrado. E em alguns lugares do Cerrado, foi justamente o monocultivo de eucalipto que foi trazendo a expansão da fronteira agrícola. Marcos, conta um pouco sobre essa história no Oeste da Bahia?

Marcos (Correntina - BA): *Foi criado na década de 1980 o chamado projeto de reflorestamento do Oeste da Bahia, que consistia na derrubada de toda a vegetação do Cerrado para o plantio do pinho e do eucalipto, transformar o Cerrado do Oeste da Bahia em um verdadeiro deserto verde. Não só o Oeste da Bahia, mas o Norte de Minas Gerais também. E aqui tivemos inúmeros trabalhadores e trabalhadoras que foram assassinados, e um dos casos que foram mais divulgados foi o assassinato do advogado Eugênio Lyra, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santa Maria da Vitória, que na época vinha denunciando esse processo de desmatamento. Desmatamento que se deu em cima das terras das comunidades tradicionais. Houve violentas reações, mas infelizmente eram só as comunidades contra o Estado, o Estado apoiando justamente os grileiros. E aí eles tomaram conta. E aí veio o desmatamento. E um critério que foi utilizado foi desmatar o Cerrado para produzir justamente o etanol. Como era projeto do Governo Federal, e 60% era fundo perdido, e os outros 40% era para pagar após a venda do eucalipto e do pinho, a maioria das empresas de reflorestamento que chegou aqui abandonou o projeto. Até hoje nós encontramos aqui ainda, pinho e eucalipto dos anos 1980 ainda abandonado. Mas nos anos 1990, houve o carro-chefe que foi a chegada da soja aqui na região. Aí já foi muito mais agressivo, mais violento, esse processo de desmatamento. O desmatamento, é bom a gente lembrar, o desmatamento aqui no Oeste da Bahia se dá em um dos principais aquíferos do Brasil, o Aquífero Urucuia.*

Os monocultivos de soja que devastam os chapadões do Cerrado baiano são irrigados por meio de pivôs centrais que captam as águas subterrâneas, exaurindo as fontes que alimentam os rios. Ao mesmo tempo, a plantação de soja não tem as raízes profundas como as árvores nativas e isso dificulta a infiltração da água da chuva para a recarga dos aquíferos. Além de tudo, a água que ainda consegue correr, vai contaminada com agrotóxicos. Essa relação entre o desmatamento nas chapadas e as águas do Cerrado é um ponto fundamental:

Marcos (Correntina - BA): *As comunidades tradicionais, elas foram vítimas duas vezes. Primeiro foi o roubo dos seus territórios, que foram roubados, e agora está sendo mais uma vez vítima do processo de roubo das águas. Não só porque estão sendo desmatados seus territórios sagrados, mas também estão secando as nascentes, secando os rios e esses fecheiros², eles também são agricultores familiares que produzem para sua subsistência, para alimentar suas famílias. E quem conhece a região Oeste aqui [da Bahia], sabe que a gente tem uma prática tradicional que é usar os canais para a irrigação. Esses canais hoje pegam água diretamente dos rios, e essas comunidades praticamente hoje já não têm mais acesso a essa água suficiente para sua produção. E essas águas cada dia mais estão sendo diminuídas, uma vez que o desmatamento está se dando na área de recarga do aquífero. O Urucuia é o maior aquífero 100% brasileiro, ele tem uma importância muito grande não só para o rio São Francisco, mas para a bacia do rio Tocantins e para o rio Parnaíba que é chamado o maior rio 100% nordestino, que é o que divide o estado do Maranhão e Piauí. E todo esse processo de escassez de água, que a gente vem passando não só no Oeste da Bahia, não só na bacia do São Francisco, mas em todo o Cerrado. Você tem Brasília, Goiânia, Belo Horizonte, cidades que já vêm tendo problema de escassez de água. E o professor Altair Sales, que é um grande conhecedor do Cerrado, ele já falou que o Cerrado, a questão do Cerrado brasileiro é questão de segurança nacional, porque uma vez destruído o Cerrado, você está comprometendo todo ciclo hidrológico não só das bacias do Cerrado, mas das principais bacias brasileiras.*

² Ver "A Vida entre as Chapadas e os Vales" neste mesmo volume.



Esse processo de degradação, de desmatamento, compromete as águas do Cerrado e também as águas em outras regiões. As águas são a principal maneira com que o Cerrado “dialoga” com outros domínios macroecológicos do Brasil. No Cerrado nasce o rio São Francisco e o Parnaíba, conexões do Cerrado com a Caatinga. No Cerrado também nasce o rio Paraguai, que alimenta o Pantanal e o Chaco nos países vizinhos da região. Nasce o rio Tocantins, o Araguaia, o Xingu, os formadores do Tapajós (Juruena e Teles Pires) e diversos afluentes do Madeira, promovendo fundamentais conexões entre o Cerrado e a Amazônia. Então o Cerrado é um berço das águas mesmo, e o desmatamento compromete essa riqueza das águas, que tem muito da sua conservação conectada aos modos de vida dos povos.

Maurício, conta um pouco mais pra gente das conexões entre Cerrado e Amazônia e o que o desmatamento tem a ver com isso?

Maurício (INEAF/UFPA): *O desmatamento no Cerrado não é perda de floresta, é perda de modos de vida, é a destruição da vida de quem ali vive. É impressionante ver como isso está conectado com a destruição da Amazônia. Por exemplo, quando a gente olha para o desmatamento numa das maiores áreas de desmatamento, o eixo da BR-163, uma rodovia que sai do Cerrado no Mato Grosso e vai para o porto do Tapajós, em Santarém. Qual o principal interesse dessa rodovia? Exportar soja plantada no Cerrado. O entorno dessa rodovia, que na verdade é um corredor de escoamento de soja, está numa das áreas de maior ritmo de desmatamento da Amazônia. Uma coisa curiosa é quando a gente vê quem está desmatando lá: os maiores multados são pessoas que nunca engordaram um boi e nunca plantaram um grão de nada. E por que desmatam? São comerciantes que estão se enchendo de dinheiro, porque na porta deles começou a passar um volume imenso de caminhões transportando a soja do Cerrado para os rios da Amazônia, e essa gente se capitalizou para fazer o desmatamento. Então, é a soja plantada em Mato Grosso que, em grande parte, financia o desmatamento na Amazônia.*

Você falou do desmatamento no eixo de rotas logísticas de escoamento da soja que devasta o Cerrado e se comercializa cada vez mais pelos portos do Norte, cruzando a Amazônia. Tem a BR-163 e outras também como a BR-364. Pode falar um pouco mais sobre essa relação entre logística e desmatamento e a conexão entre as dinâmicas de devastação no Cerrado e na Amazônia?

Maurício (INEAF/UFPA): *Nas pontas dessas rotas estão acontecendo grandes obras de infraestrutura, grandes terminais portuários. Quanto mais fácil e barata essa logística, maior é a pressão em cima do que resta do Cerrado. Por exemplo, eles estão planejando duas ferrovias [Ferrogrão e Ferrovia de Integração Centro-Oeste]. Se forem implantadas, cada tonelada de soja vai ser transportada com o lucro maior de tantos dólares por cada tonelada. Esse lucro vai para o bolso do sojeiro, da empresa que processa a soja. Mas uma coisa é certa, esse lucro não fica para os povos do Cerrado, mas o impacto disso vai. Na hora que você tiver implementados esses canais logísticos, o agronegócio se torna ainda mais lucrativo, e a ferocidade com que ele vai avançar para cima das comunidades tradicionais do Cerrado é enorme. Então a gente tem obras na Amazônia, que vão gerar uma destruição não só na Amazônia, mas também, talvez principalmente, no Cerrado.*

Esses trens sairiam do Cerrado e cruzariam a Amazônia carregados de soja, conectando, por meio da devastação, os destinos dos povos do Cerrado e da Amazônia. E no caminho de volta?

Maurício (INEAF/UFPA): *Em Autazes [estado do Amazonas] existe uma das maiores jazidas do mundo de potássio. O Brasil hoje importa 70% do potássio que consome, e não existe agronegócio sem potássio. O potássio que é trazido de outros países custa caro. Eles encontraram na beira do rio Madeira, uma das maiores jazidas do mundo. Um negócio que, se explorado, vai baratear em muito o potássio. O transportador da soja vai vir nessa estrada de ferro ou na estrada de rodagem, depois vai descer o rio Madeira carregado de soja, e depois volta "vazio". Ou seja, ele vai voltar carregado de potássio. Você praticamente*

zera o custo logístico, reduz barbaramente o custo de transporte desse potássio, e aumenta o lucro do agronegócio. O lucro é do agronegócio, mas o prejuízo é de todos nós, principalmente dos povos do Cerrado. Essa jazida de potássio, esse potássio está muito no fundo, a extração disso gera um resíduo imenso de sal. Sal é uma das coisas mais difíceis do mundo de se controlar, sal se espalha. É mais fácil controlar a água do que o sal. O impacto que você vai ter com uma montanha de sal na beira do rio Amazonas, em cima do território do povo Mura – essa jazida está dentro de seu território –, é enorme. A gente tem aí as coisas se casando: esses grandes projetos de mineração ou de logística aumentando a pressão que essas comunidades do Cerrado vão sofrer.

Vai se compondo um panorama cada vez mais completo dessa problemática. O que queima quando queima o Cerrado e a Amazônia? O que é degradado quando o Cerrado e a Amazônia são degradados? São justamente os modos de vida.

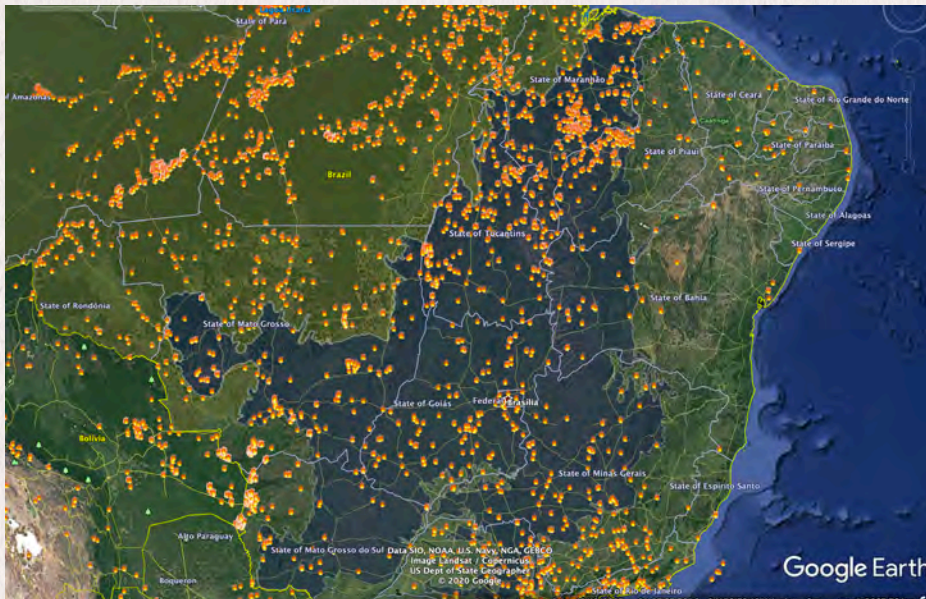


IMAGEM DE SATÉLITE DAS QUEIMADAS NO CERRADO NO FINAL DO MÊS DE JULHO DE 2020. CRÉDITO: ACERVO CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO

A imagem do satélite das queimadas nos dá um choque, nos impacta ver imagens, como as fotos das queimadas e desmatamento. Mas é muito importante a gente saber que, para além das imagens do satélite e das fotos de amplas paisagens, o que queima quando queima o Cerrado, o que fica comprometido, são os modos de vida, e quase sempre vêm as ameaças, vem o deslocamento de povos e comunidades.

Mas estão faltando algumas peças desse quebra-cabeças, que são fundamentais para entender esses processos: as conexões entre desmatamento, grilagem e o papel do Estado.

Marcos (Correntina - BA): *Esse processo de desmatamento ocorreu [no Oeste da Bahia] diante de um violento processo de grilagem das terras dos territórios das comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto, que usavam esses territórios secularmente, mas nunca se preocuparam em fazer documentos dessas áreas. São áreas que foram repassadas de gerações em gerações. E aqui, como as pessoas nunca tinham visto esse processo de tomada do Cerrado, era uma terra, uma grande aldeia. As pessoas não se preocupavam. Todo mundo era dono daquele espaço. E a partir da década de 1970, principalmente de 1975, vieram pessoas de fora, de outros estados e começaram a comprar escrituras antigas e a partir dessas escrituras antigas, que eram baseadas em cem contos de réis, nem se vendia, nem se falava em hectares, e a partir desses contos de réis que se transformaram em vários milhões de hectares.*

E o que Estado fez diante disso?

Marcos (Correntina - BA): *O Inema [Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos], o órgão ambiental do estado da Bahia, não ouve as comunidades. Nós temos, por exemplo, áreas de litígio judicial e nessas áreas vêm sendo concedidas autorizações para supressão vegetal porque o órgão ambiental alega que não é papel dele verificar a legalidade dos documentos fundiários. A gente faz uma pergunta “se eu roubar o carro, e*



for no Detran tentar transferir um documento de um carro roubado, eu saio de lá solto?” Com certeza, eu não vou sair de lá solto, eu vou sair direto para delegacia, diferentemente dos grileiros. Então, você nota que tem todo um mecanismo para facilitar a vida dos grileiros, e dos desmatadores do Cerrado.

Maurício, você estava falando dos principais desmatadores no eixo da BR-163, muitos dos quais não plantaram um grão, nem tinham sequer um boi. Por que eles derrubavam as matas nativas? Se eles não têm boi, se eles não plantam nada, por que desmatam?

Maurício (INEAF/UFPA): *Marcos falou a resposta: para grilagem. O desmatamento na Amazônia é o principal instrumento de apropriação da terra. Não duvido que no Cerrado tenha sido um processo muito paralelo. Existe uma frase que se fala normalmente nessas regiões que é: “dono é quem desmata”. Então você desmata uma área e é reconhecido como dono, e isso já aconteceu oficialmente. Oficialmente, na Amazônia, você tem como pré-requisito para ser dono da terra, desmatar. O desmatamento é algo que tira as condições básicas de vida dos povos que vivem ali, na alimentação, nos remédios, nas suas relações espirituais. Hoje, nós vivemos um momento, em que, ao mesmo tempo em que são tirados os direitos das comunidades tradicionais que vivem nessas áreas, são aumentadas as facilidades para o roubo de terras. O grileiro desmata para se apropriar da terra. O desmatamento é um jeito dele controlar o território, dele se apropriar. Isso acaba sendo potencializado em outra escala, quando o governo cria políticas públicas para facilitar isso. Eu adorei a metáfora do carro roubado feita pelo Marcos, a grilagem é um carro roubado. Só que de acordo com a legislação de hoje, se permite que você tenha um carro roubado e faça o licenciamento, e o use para trabalhar como táxi. O CAR [Cadastro Ambiental Rural] no limite é isso. Você tem uma terra roubada, invadida, terra pública invadida, que é caracterizado legalmente como crime. O governo permite, e você faz um cadastro que você diz onde não desmatar porque tem nascente. Indo de carona na metáfora do Marcos, o cara tem um carro roubado e o Estado está dizendo que ele pode andar, usar esse carro como um taxista, por exemplo. Isso potencializa e muito a destruição não só da Amazônia, como do Cerrado.*

Muito se fala de desmatamento legal e ilegal, como se o problema residisse somente na ilegalidade. No entanto, o Estado brasileiro e mesmo os governos estaduais foram desmantelando de forma tão drástica as normativas e os instrumentos de controle, que há muito desmatamento supostamente “legal”, que está encobrendo um emaranhado de ilegalidades e violências históricas e recentes, que vão sendo anistiadas. Há todo um uso do aparato estatal, que joga com esses limites do legal e ilegal para avançar sobre as terras tradicionalmente ocupadas, sobre os territórios dos povos tradicionais do Cerrado.

Marcos, no Oeste da Bahia, uma das áreas de maior desmatamento no Cerrado, esse processo é bem evidente.

Marcos (Correntina - BA): *Aqui no Oeste da Bahia, em todo estado da Bahia, não se tem mais estudo de impactos ambientais para desmatamento de grande área, de mil a 100 mil hectares. Não existe estudo de impacto ambiental porque foi feita uma alteração. É autodeclaratório, não precisa mais. E praticamente quando se acabou com o estudo de impacto ambiental, se eliminou também as audiências públicas. Lógico que a gente sabe que a audiência pública tem caráter só de informativo, mas de certa forma você estava informando as comunidades de que havia um empreendimento. Hoje, por exemplo, já saíram autorizações para o Oeste da Bahia de 24 mil hectares contínuos, sem estudo de impacto ambiental, sem ouvir as comunidades, sem divulgação. E isso é inconstitucional! A Constituição diz que o Estado pode ser mais restritivo, mas nunca mais liberal, e o estado da Bahia veio passando a boiada há muito tempo.*

Não tem a precaução, que é um dos primeiros princípios da proteção ambiental. Segundo levantamento³ da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR, no Oeste da Bahia, foram autorizados para desmatamento aproximadamente 34 mil hectares, somente entre março e junho deste ano, ou seja, em plena pandemia. Realmente, o agronegócio não está em quarentena. Ou, como nos disse dona Maria de Fátima, da comunidade quilombola

3. Desmatamento na BA: Levantamento realizado pela AATR é destaque na imprensa. AATR, 23 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.aatr.org.br/post/desmatamento-na-ba-levantamento-realizado-pela-aatr-%C3%A9-destaque-na-imprensa>.



Barra da Aroeira, durante o debate: *“Nessa pandemia para a gente tomar providência de alguma coisa está tudo fechado, mas essas coisas que estão nos atingindo está funcionando tudo normal”.*

Maurício, o Código Florestal talvez seja o maior exemplo recente do processo de flexibilização que vai abrindo brechas para o desmatamento avançar e se legalizar. Como o novo Código e outras mudanças normativas favorecem quem desmata o Cerrado e a Amazônia? Qual o papel disso no avanço do desmatamento e da grilagem?

Maurício (INEAF/UFPA): *Se a gente pegar a história do Brasil, como a coisa funciona? O grileiro invade a terra, desmata, é perdoado, é anistiado e fica com ela. Tem muito movimento ambientalista que aposta que a saída da coisa é transformar tudo em propriedade privada. Mas e o povo, como fica a comunidade do Marcos, a Isabel, a dona Maria de Fátima? Isso é visto por essa gente como o resquício do passado fadado a deixar de existir. O único modo que eles entendem de a coisa ter ordem, controle e conservação é pela propriedade privada. Tanto o Código Florestal como uma série de normativas apostam nisso, na privatização individual da terra no Cerrado e na Amazônia. Em primeiro lugar, isso é um desrespeito ao modo de vida de tantas comunidades que vivem de acordo com outros parâmetros e outro modo de ocupar a terra. Segundo lugar, é um quadro que a gente vem repetindo: tem uma situação de ilegalidade, a grilagem, o desmatamento ilegal, gerando leis que anistiam. O Código Florestal institui o CAR, que é o jeito de o cara licenciar um carro roubado, usando a metáfora do Marcos. Você cria esses mecanismos, então você acaba anistiando o que foi desmatado e roubado. Isso não é como eles dizem, que sabem quem é o dono e vai cumprir as leis, isso é a garantia dada para os autores disso de que a coisa vale a pena, e ele vai reproduzir isso adiante. Na minha opinião, toda grilagem e desmatamento precisa de um conjunto não só de políticas, mas de leis que lhes garantam. Eu trabalho na Amazônia há mais de 20 anos, e nunca conheci um desmatador que tivesse pagado uma multa, já conheci muitos que foram presos, mas nunca conheci nenhum que tivesse paga-*

do uma multa, muito menos um grileiro que tivesse perdido a terra. Ou seja, compensa, dá lucro. Esse modelo em que o cara desmata, se a gente for conversar com essa bandidagem toda, eles vão falar que não tem problema, a multa não paga, a multa não bota medo. E eu estou falando do que era... Hoje, então, com os incrementos que o Bolsonaro criou para facilitar a bandidagem ambiental, não existe a perspectiva de pagar multa. As câmaras de conciliação que não têm data para acontecer, então você vai empurrando para frente, quase um modo de anistia prévia. Essas anistias, se você começar a garantir que periodicamente vai ter uma anistia para quem está com o IPTU atrasado, ninguém vai pagar IPTU, e vai esperar ter a anistia e ser perdoado. Esse conjunto de leis anistiam a quem desmata. Quem desmata hoje, desmata na confiança plena de que vai vir uma nova anistia e perdoar tudo isso.

O Estado, ao invés de impedir o desmatamento, facilita a vida dos grileiros e desmatadores. E as comunidades que, no chão do Cerrado, lutam na defesa de seus territórios, sofrem sem apoio do Estado, como nos conta a quilombola Isabel: “A gente fica sem saber o que que a gente pode fazer, onde buscar uma solução. E aí a gente fica querendo solução para isso. Nós não queremos o resto do território que nós ainda temos terminado de liquidar com o desmatamento. Não queremos desmatamento nesse território, não. A gente quer uma solução para isso aí.”

E o novo Código Florestal também abriu brechas para os processos da chamada grilagem verde, sobretudo quando os grileiros, depois de roubar as terras de uso comum das comunidades tradicionais nas chapadas (os gerais), começam a declarar como Reserva Legal no CAR as áreas remanescentes de ocupação das comunidades nos fundos de vale e nas encostas.

Marcos (Correntina - BA): As comunidades estão sendo hoje vítimas também de um processo chamado de grilagem verde, uma vez que as fazendas lá em cima, na divisa principalmente com o Goiás não querem ter reservas legais. Para elas é interessante isso. É diferente da floresta amazônica onde você tem que criar uma reserva legal de 80%. Aqui é o contrário. É 80% desmatado, e você só deixa 20%.



Isso tem acontecido no Cerrado baiano, mas também no Cerrado piauiense e em outras partes. A Campanha tem uma bandeira fundamental, que é a ideia-força de que a melhor forma de defender o Cerrado em pé é garantir os direitos territoriais dos povos do Cerrado. Como são esses povos que garantem o que ainda existe de Cerrado em pé, assegurar que esses povos sigam com seus pés no chão do Cerrado, que tenham a posse de seu território, é a melhor forma de defender o Cerrado.

Marcos (Correntina - BA): *Uma das principais ferramentas para se chegar ao desmatamento zero é combater a grilagem. É tanto que até hoje não se andou no estado da Bahia. Há mais de 30 anos, na Constituição Estadual da Bahia tem um capítulo na parte transitória que determina que o Estado teria até três anos para fazer toda uma discriminatória geral na Bahia para destacar o que é terra pública, e o que é terra particular. Uma vez que o Estado também sabe que 80%, ou até mais, no Oeste da Bahia são terras griladas, o Estado até hoje nunca fez essa discriminatória. Recentemente todo mundo ficou sabendo da Operação Faroeste⁴ na qual teve desembargadores, até ex-presidentes do Tribunal de Justiça envolvidos em processos de grilagem. A grilagem é um processo violento, e, para combater o desmatamento, a principal ferramenta hoje, na Bahia, chama discriminatória [de terras].*

Maurício (INEAF/UFPA): *Marcos, você falou em terra pública. Vocês são os verdadeiros detentores de direitos sobre essas terras públicas. Acontecem dois absurdos, primeiro, vocês serem assaltados, roubados no direito que têm a essas terras. Segundo, é destinar essas terras a qualquer outro fim que não seja o reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados por vocês.*

Isso tem tudo a ver com o que a Campanha tem como bandeira: “Não existe defesa do Cerrado sem os povos do Cerrado”...

Marcos (Correntina - BA): *Os verdadeiros guardiões do Cerrado são as comunidades tradicionais. Não só porque é o meio de vida. Economicamente, essas comunidades de-*

4. Caio de Freitas Paes. Expoentes do agronegócio são a face menos falada do esquema de venda de sentenças na Bahia. De Olho nos Ruralistas – Observatório do Agronegócio no Brasil. 16 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/12/16/expoentes-do-agronegocio-sao-a-face-menos-falada-do-esquema-de-venda-de-sentencas-na-bahia/>.

pendem do Cerrado em pé. Mas também tem um lado espiritual para essas pessoas, para as comunidades tradicionais. Para eles, ver um pequizeiro derrubado é como um parente assassinado. E isso aqui tem ocorrido muito, e as comunidades têm se organizado. Nos anos 1980, nos anos 1990, elas se articularam na forma de associações porque uma das formas que os grileiros usavam foi de comprar algum direito de alguns fecheiros para usar, porque as pessoas não tinham malícia. Aqui, imagina, nós temos um pessoal muito humilde. Então, imagine, vinha a pessoa, criava vínculos e amizades. As pessoas nunca imaginavam que ela estava com segundas intenções. E a partir daí, do processo de grilagem, houve criação de várias associações. Essas associações são fechadas. As pessoas que saem não podem repassar o seu direito para próximos utilizarem aquele território. E aí elas vão se organizando, fazendo retomada de território, evitando desmatamentos também... que já teve casos aqui de áreas que era para ser desmatada para o plantio de eucalipto, e a comunidade foi em frente, foi à luta.

Na toada dessa luta dos povos do Cerrado, Maria de Fátima nos fala: “Com todo sofrimento que a gente passa, mas a gente não esmorece, estamos firmes na luta! Não existe luta sem vitória, nem vitória sem luta”. **E Isabel completa:** “Uma vara sozinha é fácil de quebrar, e umas três ou quatro é mais difícil. Aí a gente espera que essas varinhas que estão reunidas sejam uma força, para que não venha quebrar esse feixinho de varas, e coisas aconteçam de ruim. A gente quer que a união traga a força para nós”.

Maria de Fátima e Isabel encerraram sua participação no debate com um canto: “Um sorriso negro, um abraço negro, traz felicidade”.

E Maurício completou: Eu queria dizer que, apesar desse cenário muito preocupante, eu sou muito otimista. Me entusiasma muito ouvir a força de resistência do Marcos e a força do canto da Dona Maria de Fátima e da Dona Isabel. A gente conta com isso ao nosso favor e na luta pelo Cerrado. Viva as comunidades do Cerrado! 🗣️




MARIA DE FÁTIMA
RODRIGUES, DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA
BARRA DA AROEIRA (TO)
CRÉDITO: ACERVO APA-TO

Esse sorriso e esse abraço negro trouxeram uma energia forte para o encerramento de nosso bate-papo virtual. Para seguir lutando, a gente tem que se abraçar muito, se respeitar muito, se defender muito. E lutar contra o desmatamento do Cerrado, lutar contra a degradação, a destruição, na verdade, é lutar para defender a vida dos povos do Cerrado, lutar para defender a vida em Barra da Aroeira, é lutar para defender a vida em Correntina, é lutar para defender a vida em Cocalinho, lutar para defender a vida em Tanque da Rodagem, é lutar para defender a vida nos territórios quilombolas, nas terras indígenas, nos territórios de fundo e fecho de pasto, nos assentamentos dos agricultores familiares. A luta em defesa desses modos de vida é a verdadeira luta contra o desmatamento. Porque sem o Cerrado não existem os povos do Cerrado; e sem os povos do Cerrado, o Cerrado vai deixar de existir. E por isso nos anima saber que no Cerrado tem muita gente forte, muita gente com sabedoria, muita gente que luta.



Diana Aguiar, Eduardo Barcelos,
Marcela Vecchione, Maurício
Correia e Paulo Rogerio Gonçalves





Comida de Verdade no Campo e na Cidade

EM TEMPOS DE PANDEMIA

Comida de verdade é comida livre de transgênicos e agrotóxicos, diversa e saudável, produzida de forma justa e por meio de relações de convivência com os agroecossistemas. É comida que foi produzida sem exploração das pessoas ou da natureza e que envolve diversidade cultural e produtiva. A inspiração aqui proposta é pensar: “quem produz nossos alimentos em tempos de pandemia?”. Essa pergunta nos leva aos territórios de povos indígenas e comunidades quilombolas, tradicionais, camponesas e assentadas de reforma agrária, onde a agroecologia vai florescendo nos quintais produtivos, em roçados, hortas, sistemas agroflorestais e no extrativismo em bases sustentáveis.

De muitos territórios do Cerrado recebemos relatos de comunidades nas quais a produção está se perdendo em razão da suspensão das feiras livres e agroecológicas e de outros canais de

ELIA NA HORTA,
COMUNIDADE PEDRA
BRANCA, CORRENTINA (BA).
CRÉDITO: THOMAS BAUER



comercialização. Por outro lado, para muitas famílias das cidades e, também do campo, a fome tem sido uma ameaça constante em tempos de pandemia. As experiências que vamos conhecer têm garantido renda para a agricultura familiar e alimentação saudável a diversas famílias por meio da construção social de mercados, ações de solidariedade para distribuição de alimentos e do acesso a políticas de compras públicas.

Para conhecer melhor essas experiências e debater os aprendizados que elas nos trazem neste momento, convidamos para uma conversa Maria Kazé, coordenadora nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Cidinha Moura, coordenadora da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) no Mato Grosso; Francisco Wagner, diretor da Cooperativa Grande Sertão em Minas Gerais; e o professor Sílvio Porto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

A INSPIRAÇÃO AQUI PROPOSTA É PENSAR: “QUEM PRODUZ NOSSOS ALIMENTOS EM TEMPOS DE PANDEMIA?”



O que vocês entendem por comida de verdade? Como as práticas de produção e comercialização da agricultura familiar e camponesa vão, também, construindo significados do que é comida de verdade?

Maria Kazé (MPA): *Moro num pedaço de chão, que a gente chama aqui de roça. Aqui nessa roça, então, nós temos galinha guiné (ou capote ou galinha d'Angola comò também é conhecida), porco, cabra, ovelha. Plantamos caju, mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, vinagreira (ou hibisco, vocês conhecem como hibisco). Eu faço parte da coordenação nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e também do Coletivo de Agroecologia e Soberania Alimentar, que articula todas as dimensões da produção de alimentos e da comercialização. O MPA é uma organização que nasce em 1996, justamente na perspectiva de lutar por condições melhores de vida para o campesinato e de produção de alimentos,*

de fazer chegar o alimento até a mesa das pessoas, de todos os brasileiros e brasileiras. A vida digna para o campesinato é também a vida digna para todo o povo. Então, essa é a missão do Movimento dos Pequenos Agricultores e, nessa longa caminhada, a gente tem lutado bastante. Não lutamos sós, lutamos em articulação com várias organizações, tanto no Brasil, quanto internacionalmente. Porque fazemos parte tanto da Via Campesina no Brasil, quanto do Campo Unitário¹, que articula um número maior de organizações, e da Via Campesina Internacional que articula mais de 60 organizações em vários países do mundo, em todos os continentes.

Para o MPA, este tema – comida de verdade no campo e na cidade – sempre foi tratado como o centro da nossa estratégia. Tanto que a gente diz que essa é a nossa palavra de ordem, a produção de alimentos para o abastecimento do povo brasileiro com respeito à natureza, ao meio ambiente. Essa é a perspectiva que está colocada para nós nesse momento histórico mundial. Para o MPA há três elementos que se articulam: os sistemas camponeses de produção, a agroecologia e o abastecimento popular. Eles compõem o tripé do que nós chamamos de soberania alimentar: Os sistemas camponeses de produção para dizer onde; o abastecimento popular para dizer para quem; e a agroecologia para dizer como. A soberania alimentar traz uma perspectiva de sujeito histórico que produz o alimento, que é o campesinato na sua diversidade, com sistemas camponeses de produção; e não dos latifúndios e das grandes fazendas. Comida de verdade é, assim, o direito de dizer “eu não quero consumir um alimento transgênico, eu não quero consumir um alimento envenenado”.

1. O Campo Unitário é uma articulação que integra diversos movimentos sociais e organizações do campo, das águas e das florestas, tais como movimentos da Via Campesina, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) e Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf).

Cidinha Moura (FASE MT): *Falar de comida de verdade para quem está em Mato Grosso é de extrema importância, porque o resto do Brasil sempre fica imaginando como o estado de Mato Grosso é conhecido: o campeão de uso de agrotóxico, todos os conflitos que a gente vive aqui nos territórios devido ao avanço do agronegócio. Mas é assim, na luta pela comida de verdade, que nós da FASE estamos atuando há mais de 30 anos, junto com várias outras organizações e movimentos, na construção dessa rota chamada Rota de Comercialização Caminhos da Agroecologia. Somos uma série de organizações, como CTA (Centro de Tecnologias Alternativas) Vale do Guaporé - MT, FASE, ARPA (Associação Regional dos*



Produtores Agroecológicos) e outras organizações, trabalhando nas proximidades da BR-242 e construindo por aí uma rota agroecológica. Além disso, aqui no Mato Grosso, somos parceiros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de movimentos de mulheres, como a Associação Regional das Mulheres Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP). A partir dessas articulações, iniciamos uma série de debates e começamos a construir mercados em bases sociais. Desde 2005, quando há o primeiro acesso de uma associação da região, da ARPA, ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nós pensamos que a política pública vinha para resolver um grande gargalo na agricultura familiar, que era a comercialização. Quando chega o PAA, sentimos que seria a possibilidade, inclusive, de doar os produtos, ou seja, de vender para o Programa e beneficiar famílias bem próximas, as escolas dos assentamentos, as instituições de caridade e de filantropia dos municípios aqui na região.

Foi fundamental também a nossa participação em redes como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)². Em 2014, a Rede Grupo de Intercâmbio em Agroecologia do Mato Grosso (Rede GIAS) participou do Programa Ecoforte, que também possibilitou que os grupos de mulheres e as associações pudessem acessar equipamentos para melhorar as condições, dando continuidade na comercialização, gerando renda, e que as famílias pudessem continuar no campo. Percebemos que, em 2014, quando começou o retrocesso no aporte de recursos para o PAA, estávamos com melhor capacidade de acessar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), embora haja, ainda, muitas dificuldades por parte da agricultura familiar. Através da Rota de Comercialização, dessa discussão de aglutinar as organizações que estavam produzindo, que já tinham minimamente uma infraestrutura e outras condições, juntamos forças para comercializar na capital do Mato Grosso, Cuiabá. Em 2018 iniciamos esse processo de conversar para que a produção agroecológica pudesse chegar às escolas de Cuiabá, onde está o maior público escolar do estado. E passamos a contar com o apoio da sociedade em Cuiabá, sobretudo, pela identificação da van que entregava alimentos com o logo “Caminhos da Agroecologia: Produção de Roças e Quintais”. As pessoas passaram a se interessar e buscar informações e, então, começamos a construir uma plataforma de venda online.

2. Articulação Nacional de Agroecologia. Livro Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios: Aprendizados do Programa Ecoforte. 14 de maio de 2020. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2020/05/14/livro-redes-de-agroecologia-para-o-desenvolvimento-dos-territorios-aprendizados-do-programa-ecoforte/>.

ENTREGAS PELA ROTA DE
COMERCIALIZAÇÃO DE
CESTAS DOADAS NO MATO
GROSSO. CRÉDITO: ANA
FORNANCIARI



Francisco Wagner (Cooperativa Grande Sertão): *É no espírito da agroecologia, no seio da agroecologia, que nasce a Cooperativa Grande Sertão, com sede em Montes Claros - MG. Em 2003, a partir desses princípios, criamos a Cooperativa com mais de 30 cooperados e cooperadas, com atuação em 15 municípios naquela época. E, de lá para cá, a gente vem diversificando a nossa produção. Naquele momento, trabalhávamos com os frutos do Cerrado e da Caatinga. Nós estamos aqui numa área de transição do Cerrado para Caatinga, uma região também considerada como Semiárido, e trabalhamos com essa experiência inovadora de aproveitar os frutos daqui do extrativismo. O nosso público, os nossos agricultores e agricultoras, a maior parte, são extrativistas que vivem trabalhando com os frutos e aproveitando os frutos que o Cerrado nos oferece.*

Em 2020, a Cooperativa reúne cerca de 260 cooperados e cooperadas e abrange mais de 25 municípios do Norte de Minas. Além das frutas nativas e da produção de polpas, trabalhamos com a cadeia produtiva dos produtos da cana-de-açúcar: açúcar mascavo, rapadura e rapadurinha; e com a cadeia de óleos, como óleo de buriti e também o óleo do pequi.



Os mercados institucionais são parte da criação e do desenvolvimento da Cooperativa Grande Sertão. Trabalhamos muito tempo com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em Minas Gerais, a Cooperativa executou esse Programa envolvendo alimentos como a polpa de fruta e o mel, mas, também, sementes crioulas. Até 2012, a gente trabalhava muito com o PAA, porém, aqui em Minas Gerais, ele foi enfraquecendo e tendo os recursos diminuídos. Daí, acabamos entrando mais no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A partir dessa política pública, estamos trabalhando com as escolas estaduais aqui da nossa cidade, e com algumas prefeituras, como por exemplo, as da região metropolitana de Belo Horizonte. Em outros momentos, através do PAA, chegamos até mesmo a abastecer os restaurantes populares de Belo Horizonte. Então, essas sempre foram nossas experiências de produzir e escoar nossa produção. O Centro de Agricultura Alternativa (CAA) é um grande parceiro nosso na região. Temos outros pelo Brasil afora, como a Central do Cerrado. Nós somos filiados à Central do Cerrado e, também, à União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES).

Como vocês se reorganizaram diante da pandemia da Covid-19 para garantir comida de verdade no campo e na cidade? Quais são as estratégias? E os principais desafios?

Maria Kazé (MPA): *O alimento ganhou uma dimensão muito importante nesse período de pandemia. As pessoas estão perguntando, se perguntando muito mais sobre o que elas estão comendo, o que compõe esse alimento que elas estão comendo, se é alimento ou se é ração. Isto, porque a questão do adoecimento, isso está sendo muito questionado pelas pessoas. E a gente sabe muito bem que um corpo bem alimentado traz uma condição de superação, de enfrentamento a esse adoecimento, ou, pelo menos, a possibilidade de enfrentar melhor uma condição de adoecimento como está posta pela Covid-19.*

Nossas feiras pararam de funcionar, e veja que a feira do nordeste brasileiro é considerada um acontecimento, o maior acontecimento semanal de cada município. Nós tivemos que reinventar, nós tivemos que criar os nossos mercados, os espaços físicos onde a gente dis-



PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS
PELAS COMUNIDADES ACOMPANHADAS PELO MPA.
CRÉDITO: COLETIVO DE COMUNICAÇÃO DO MPA RONDÔNIA

ponibiliza os alimentos. A gente teve que inventar e reinventar as cestas camponesas, que são preparadas com toda a diversidade que as pessoas pedem, com entrega delivery, ou as pessoas vão pegar num determinado ponto, num determinado lugar do bairro, do povoado, do município.

Tivemos que criar os nossos mercados populares de abastecimento e nós tivemos que continuar com as nossas brigas e lutas. Nas lutas pela volta de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para continuar garantindo a compra de pelo menos 30% direto da agricultura familiar e camponesa para merenda escolar, através do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), o que a gente tem sentido muita dificuldade na pandemia. Ao invés de funcionar melhor, o Governo colocou muitas travas, estão distribuindo merenda escolar através de um cartão e, assim, as pes-

soas vão direto no supermercado. Enquanto isso, nossa produção da roça fica encalhada.

Cidinha Moura (FASE MT): Em 2020, quando estávamos com maior acúmulo na comercialização e na entrega ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), vem a pandemia e as aulas nas escolas foram suspensas. E aí a questão – o que fazer? Nesse momento foi fundamental estarmos nesse processo de rede, porque as organizações já se conheciam, já tínhamos uma infraestrutura e percebemos que na plataforma além de os consumidores e consumidoras comprarem, eles poderiam doar para as organizações. Por exemplo, em Cuiabá, há associações de haitianos que estão aqui desde 2014, quando vieram trabalhar nas obras da Copa e que estão em situação de vulnerabilidade frente à pandemia. Percebemos que havia também a possibilidade de doar para associações de bairros.



Nós tivemos a oportunidade de contar com as ações emergenciais da Fundação Banco do Brasil (FBB). Pelo fato de a FASE MT, sobretudo, e a Rede Grupo de Intercâmbio em Agroecologia do Mato Grosso (Rede GIAS) terem sido apoiadas com o Programa Ecoforte, também da FBB, recebemos o convite para essa ação emergencial que atenderia à agricultura familiar que não estava conseguindo comercializar devido à suspensão das aulas nas escolas, que era o principal mercado. Pudemos comprar das organizações da agricultura familiar, beneficiando quase 150 agricultores e agricultoras. E as mulheres tiveram um papel fundamental pois já trabalhavam com pães enriquecidos com frutos do Cerrado. Então, o apoio da Fundação veio para que a gente entregasse duas mil cestas para as famílias em situação de vulnerabilidade.

O fato de sermos uma Rede foi um dos grandes facilitadores da nossa ação frente à pandemia, porque o contato entre as organizações já existia. Os alimentos estão nesse fluxo, sai de um município, vai percorrendo outro, onde outros alimentos são adquiridos, para chegar finalmente à capital. Na volta da capital a van já vem trazendo produtos que são produzidos nas comunidades mais próximas para serem entregues aqui. A dificuldade foi pensar como juntar tudo isso no meio de uma pandemia, que temos que nos proteger, e proteger também os agricultores e agricultoras.

Francisco Wagner (Cooperativa Grande Sertão): *Diante da pandemia estamos readequando nossas estratégias, tanto de acompanhamento dos grupos produtivos, quanto da nossa forma de nos organizarmos. Estamos entregando em casa, através de delivery, e ligando para todos os nossos clientes. Também executamos o edital da Fundação Banco do Brasil (FBB), montando e distribuindo quatro mil cestas básicas. Esse foi o maior projeto que a gente teve nesse momento e com ele conseguimos resolver duas situações bastante interessantes. Devido ao decreto municipal, nossas feirinhas locais não estão mais funcionando. Isso impossibilitou o escoamento e a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Na oportunidade da confecção de cestas via FBB nós conseguimos trazer essa produção que não estava sendo comercializada. Foram mais de 100 toneladas de produtos de uma lista de onze itens de produtos regionais, com exceção do arroz, pois nossa região não*

é produtora. Com isso, conseguimos atender nossa rede de agricultores e agricultoras. E, por outro lado, pudemos distribuir esses alimentos às famílias que estão em risco social. Na ocasião de distribuição de cestas, várias famílias que dependeriam do Auxílio Emergencial do governo, ainda não o tinham recebido. Foi um momento estratégico de segurança alimentar e que a gente conseguiu alavancar, e rodar, girar a economia local da nossa região.

Estamos em diálogo, também, com a Cáritas Regional de Minas Gerais para a confecção de três mil cestas com produtos provenientes da agricultura familiar. É assim que tem rodado nossa estratégia de comercialização, a partir de fornecimento de cestas básicas para alimentação das famílias que estão em risco social. Nossa equipe é bem reduzida, então, temos feito um esforço na construção de alguns projetos de sobrevivência institucional.

Nesse momento, nossos maiores desafios são os associados à comercialização. Além das feiras, sofremos com o fechamento das escolas, que é o nosso maior mercado e com o qual tínhamos uma série de contratos firmados que não estamos podendo executar. Foi feito um esforço com a Secretaria Estadual de Educação, mas, até então, a gente não conseguiu avançar essa pauta aqui em Minas Gerais. Com algumas prefeituras com as quais temos contratos estamos fazendo um esforço de negociação para receber o valor da produção e

VOLUNTÁRIOS E
VOLUNTÁRIAS ORGANIZAM
CESTAS PARA SEREM
ENTREGUES A 2 MIL
FAMÍLIAS NO NORTE
DE MINAS. CRÉDITO:
GEOMÁRCIO SILVA/
COOPERATIVA GRANDE
SERTÃO





distribuir os alimentos nos municípios, mas não está sendo possível ainda. Por mais que exista um decreto para trabalhar com o PNAE, e reorganizado a partir da Medida Provisória nº 01/2020, nós não estamos conseguindo êxito aqui na nossa região. Isso coloca uma série de preocupações. Na cadeia de frutas, a gente está com os nossos estoques superlotados.

Vocês poderiam fazer algumas considerações sobre a perda da produção na agricultura familiar? Quais são elementos importantes a serem considerados?

Francisco Wagner (Cooperativa Grande Sertão): *Estamos com os estoques superlotados. Para nós, da Cooperativa Grande Sertão, o desafio está na articulação de políticas públicas que garantam o escoamento da produção. A gente está muito seguro de que esse é o caminho e que precisamos fortalecê-lo, organizando cada vez mais as parcerias, os movimentos, as cooperativas e as redes de cooperativas, a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). No caso de Minas Gerais, não tem sido um debate fácil com o governo do Estado, mas precisamos colocar isso na pauta porque o escoamento da produção é urgente. Nós somos apenas um caso. A Grande Sertão é um caso, mas em Minas Gerais temos várias cooperativas da agricultura familiar enfrentando a mesma situação, com seus estoques cheios, sem conseguir distribuir a produção.*

Sílvio Porto (UFRB): *As comunidades e famílias seguem produzindo, garantindo alimentos e, ao mesmo tempo, esbarrando na falta de apoio do Estado. Francisco Wagner, a partir da experiência da Cooperativa Grande Sertão nos alerta, ainda, de como essa é a realidade de muitas famílias agricultoras. As famílias seguem na produção e só não estão produzindo mais porque não têm capacidade de estoque ou de escoamento, o que causa um impacto enorme na renda dessas pessoas e suas comunidades.*

A partir disso, vejo dois problemas, um pela inação do Estado que não resolve, que não compra, que não dá fluxo para que essa produção chegue efetivamente às milhões de famílias e pessoas que estão necessitando desse alimento nas cidades, sejam elas pequenas, médias e, sobretudo, as grandes. É fundamental que se consiga travar essa luta para que realmente volte a ter política pública nesse sentido. O outro é que embora tenhamos visto o engajamento social e político desde os territórios na garantia do escoamento e na produção de

renda, apoiadas por projetos e Organizações Não Governamentais (ONGs), articulando-se em redes e que têm uma longa trajetória, há no entanto famílias que estão desarticuladas, que não têm esse tipo de relação, ou que estão em pequenos municípios. E, portanto, sem sombra de dúvida, a fome hoje, assim como a pandemia, é uma situação da cidade e também do campo.

Quais são os alertas que a crise da Covid-19 tem nos colocado? A crise sanitária estaria demonstrando uma fragilidade maior, expondo, por exemplo, a insustentabilidade do sistema alimentar hegemônico?

Sílvio Porto (UFRB): *A crise é mais ampla e não é decorrente somente da pandemia. A pandemia agrava a crise, mas efetivamente nós já tínhamos uma crise instalada, uma crise séria, fruto de uma inação do Estado e fruto de uma concepção do próprio papel do Estado, que abdica de regular, de promover políticas que assegurem os direitos e a cidadania. Acho que essa é uma questão fundamental.*

E se nós olharmos, por exemplo, os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) do primeiro trimestre deste ano, veremos que 67 milhões de pessoas estão fora do mercado de trabalho. Esse é o pico desde que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) começou a utilizar essa medida. Além disso, a porcentagem de desempregados é de 12%, o que corresponde a 13 milhões de pessoas. Só no mês de abril, quase cinco milhões de pessoas desistiram de procurar emprego. As pessoas caem nessa situação de dificuldade aguda, é quase como se o emprego não fosse mais possível. Aliás, se nós formos olhar hoje no Brasil, nós temos 33 milhões de pessoas com carteira assinada, o que é muito pouco. Isso mostra exatamente o tamanho da crise em que vivemos.

Por isso que no rural é muito importante que efetivamente as experiências de produção e distribuição de comida de verdade sejam valorizadas, e, mais, sejam multiplicadas. Porque não só representam a possibilidade de produção, mas de reprodução de diferentes modos de vida e, principalmente, a valorização da nossa biodiversidade, da nossa agrobiodiversidade, porque são essas comunidades que asseguram efetivamente que a nossa biodiversidade seja conservada e seja, inclusive, enriquecida.



Comer é um ato político e isso é muito importante. Essa reciprocidade na relação entre produção e consumo é crucial para que a gente consiga dar respostas mais efetivas. E, nesse sentido, penso que a pandemia está nos trazendo a vitalidade das redes de agroecologia, reforçando como essas são capazes de organizar estratégias de abastecimento alimentar, e mantendo diálogos diretamente com o público consumidor. Foram essas organizações, redes e movimentos sociais que rapidamente conseguiram criar mecanismos, inclusive inovadores, em relação a uma rearticulação dos processos de comercialização. Vejamos o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Rio de Janeiro que saiu da entrega de 350 para 1.200 cestas mensais, redesenhando toda uma logística de entrega, possibilitada por uma parceria fundamental com uma cooperativa de taxistas.

O momento de pandemia clama pelo levantamento de uma série de questões que nos permitam refletir sobre a hegemonia de um desenvolvimento que se pauta simplesmente pelo crescimento. Esse crescimento, ele traz conflitos, ele traz problemas de ordem social, ambiental e de saúde pública. A comida que vem do agronegócio é uma comida envenenada, é uma comida extremamente restrita.

Enquanto isso, temos toda a riqueza da alimentação, da diversidade, dessa relação do manejo que acontece pela agricultura familiar e camponesa e por tantos outros povos das florestas, do campo e das águas. São por essas relações entre os povos e as paisagens que o Cerrado está sobrevivendo. O Cerrado é rico exatamente onde há a presença dessas comunidades. Só que essas comunidades, elas estão soltas à própria sorte, porque não há política pública. As que existiam praticamente estão sendo desmobilizadas ou já foram, em boa medida. Nesse momento, estamos acompanhando organizações no Campo Unitário, são articulações dos movimentos sociais que estão vigilantes e em processo de atenção permanente no Congresso Nacional, na Câmara, exatamente para tentar aprovar medidas, especialmente o Projeto de Lei 735³.

3. No dia 25 de agosto de 2020, o Presidente Jair Bolsonaro (sem partido) vetou quase que integralmente as medidas de apoio à produção e escoamento de alimentos pela agricultura familiar, que há meses estavam sendo construídas pela Câmara dos Deputados, Senado Federal e organizações da sociedade civil. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2020/08/25/bolsonaro-veta-projeto-de-lei-de-apoio-a-agricultura-familiar/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

Como vocês entendem o papel do Estado no fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, e, assim, da garantia de produção de comida de verdade, tanto agora no cenário de pandemia, mas também de forma mais ampla?

Maria Kazé (MPA): *É preciso que o Estado coloque um papel central nisso, ou então nós vamos continuar com parte da nossa produção encalhada e tantas pessoas, milhões de pessoas nas cidades, precisando desses alimentos. Essa é uma situação que a pandemia trouxe. Ela trouxe essa busca das pessoas por comida de verdade e não por comida de mentira. Mas, ao mesmo tempo, ela tirou da gente vários mecanismos e possibilidades de comercialização, principalmente, no que diz respeito às feiras municipais, às feiras agroecológicas organizadas por grupos de agricultores, agricultoras, quilombolas que produzam de forma ecológica e criam esses espaços de comercialização. A pandemia trouxe essas duas questões e aí o que faz falta nisso tudo é de fato uma política de abastecimento popular vigorosa, que nos permita não passar por situações como essa. Porque esses momentos vão existir em qualquer lugar do mundo, em qualquer país, por isso o Estado tem um papel fundamental.*

Além disso, é crucial a aprovação do Projeto de Lei 735 para garantir que na pandemia os agricultores e agricultoras do campesinato tenham acesso a recursos para produzir alimentos, para diminuir penosidade, porque a gente continua produzindo, mas em meio a muitas dificuldades. Através das campanhas Periferia Viva⁴, Mutirão Contra a Fome⁵, e tantas outras, a classe trabalhadora, as organizações já distribuíram centenas de milhares de alimentos, de quilos de alimentos para milhares de pessoas, milhões de pessoas nesse país que estão de fato passando fome, passando necessidade. E tudo que a gente não quer é que volte o período dos saques que temos nas memórias históricas do Nordeste, quando as pessoas com fome iam aonde tinha alimento, e têm direito de ir mesmo. Ninguém pode morrer de fome tendo alimento em qualquer lugar na prateleira, e a gente tem, sim, que lutar o máximo que a gente puder para que isso não aconteça.

4. Periferia Viva: <http://periferiaviva.org.br/>.

5. Mutirão Contra a Fome: <https://mpabrasil.org.br/eventos/mutirao-contra-a-fome/>.



Sílvio Porto (UFRB): *Esperamos que, na próxima semana, sejam adotadas medidas que permitam de fato que essas comunidades tenham minimamente melhores condições para tratamento da pandemia e garantia na produção. Isto é, se as medidas forem aprovadas por meio do Projeto de Lei 735 e implementadas pelo governo, o que é o grande desafio⁶.*

Entre as propostas colocadas, estão previstos crédito emergencial, renegociação das dívidas agrícolas, fomento produtivo, cisternas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Emergencial. Se conseguirmos aprovação, principalmente em relação às cisternas, o fomento produtivo e o PAA Emergencial, isso permitirá que as mulheres camponesas, as comunidades da agricultura familiar e camponesa possam acessar recursos e terem, assim, melhores condições de enfrentamento dessa pandemia. E não se trata apenas das comunidades, mas, também, daquelas pessoas que vão poder se alimentar daquilo que está sendo produzido. Isso é fundamental.

Infelizmente, hoje, nós temos milhões de pessoas nas grandes cidades, sobretudo nas periferias das cidades, que não comem, ou comem muito mal. Comem comida que não é de verdade, ultraprocessados. E isso acontece, principalmente, porque não têm renda, não têm acesso a alimentos frescos e, certamente, isso as coloca numa situação de maior vulnerabilidade frente à pandemia. Não é de graça que a pandemia, neste momento, ela tem cor, ela tem raça, e ela está exatamente nas periferias, está se interiorizando, se instalando onde há pobreza, problemas de saneamento, dificuldades de acesso à renda e à empregabilidade. Essa é uma questão chave, e eu diria que é fundamental que se assegure a estruturação dos circuitos locais de abastecimento, a conservação da agrobiodiversidade, a promoção e retomada da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e a valorização dos hábitos alimentares regionais. Eu entendo que a partir desses elementos nós definitivamente conseguiremos olhar para outro Brasil, para um desenvolvimento que seja inclusivo e não pela lógica econômica e do crescimento.

6. Quando a conversa foi realizada, os movimentos do campo lutavam pela aprovação do PL, que, como já dito, foi posteriormente vetado pelo presidente.

Comida de verdade é aquela livre de agrotóxicos, transgênicos e de conflitos. Como vocês compreendem isso desde o território? Como construir lutas e resistências agroecológicas?

Cidinha Moura (FASE MT): São os desafios. Nós estamos nesse contexto de Mato Grosso ser o estado que mais usa agrotóxico no Brasil. E temos que lutar. Por exemplo, temos uma parceria firme e continuada com a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida⁷. Nós, da FASE, participamos dessa Campanha porque precisamos fortalecer experiências de agroecologia, denunciar os impactos do agronegócio nos nossos territórios e pensar em políticas que garantam territórios livres de agrotóxicos e transgênicos para que a gente possa continuar oferecendo alimentos de verdade, sem contaminação. Esse é um grande desafio, e a gente vive isso em todos os estados, em todos os territórios do Cerrado, infelizmente.

Fortalecer as experiências de agroecologia, acredito, é uma das saídas. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi fundamental para fortalecer as experiências desde 2003. Porém, infelizmente, houve um desmonte, uma falta de recursos proposital. Sabemos da importância das políticas públicas, precisamos lutar por elas e seguir na busca de garantir territórios livres de agrotóxicos e transgênicos, que sejam garantidos pelo Estado e pela prática cotidiana de organização política e produtiva dos agricultores e agricultoras, para que possamos seguir em rede e encontrando caminhos. Aqui em Mato Grosso, a gente está vivendo isso, sentindo como a organização em rede foi fundamental para garantir que os alimentos continuem chegando a quem precisa, mesmo diante da pandemia. Essa é nossa luta!

Francisco Wagner (Cooperativa Grande Sertão): A questão dos agrotóxicos não é diferente aqui na nossa região. Vejamos o exemplo do grande projeto Jaíba, que produz muitos alimentos. Mas é muito devido à produção baseada no uso de agrotóxicos. Além disso, cada vez mais a propaganda, a recomendação, as orientações técnicas do agronegócio têm se expandido na nossa região. Infelizmente, as nossas pequenas propriedades, nossos pequenos agricultores e agricultoras estão enfrentando essa dura realidade.

7. Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida: <https://contrao-sagrototoxicos.org/>,



De algumas formas, isso se reflete no próprio mercado. Cada vez mais, estão chegando alimentos com essa falsa propaganda de que é alimento seguro, mas de fato não é. Isso compromete muito a saúde de quem consumir. E aí o risco cada vez maior de hospitais cheios e das famílias enfrentando situações difíceis devido à insegurança daquilo que elas se alimentam. A saúde parte daquilo que a gente come. O que fica em destaque mais uma vez é que temos que fortalecer nossas redes de agroecologia, manter esse diálogo mesmo, da forma que nós estamos fazendo. Para mim é o caminho que a gente deve seguir, não tem outra saída.

Maria Kazé (MPA): *O Plano Camponês⁸ é justamente um projeto de classe, esse projeto de mundo que o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) organiza, articula, constrói, elabora e pratica, e o oferece para o povo brasileiro como um projeto a partir do campo. Um projeto para a sociedade brasileira, que articula todos esses elementos que nós estamos trazendo aqui. José Martí, político e pensador cubano, trazia para nós que um povo que não consegue produzir seu próprio alimento é um povo escravo. O geógrafo e intelectual brasileiro Josué de Castro também abordava esse tema, discutindo sobre a fome mundial e a produção de alimentos.*

Assim, toda essa batalha, seja da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, sejam ações das várias campanhas nesse país, elas são justamente para que a gente não entregue toda a riqueza que constitui o nosso patrimônio histórico, genético, hídrico e territorial aos estrangeiros ou ao capital internacional.

Na região do Cerrado, sobretudo no Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), temos visto agressões violentas, vemos violações nas comunidades tradicionais que nos fazem chorar. Tudo isso em nome de um capital que destrói para extrair nossa riqueza. Por isso é que a soberania alimentar se articula com a soberania dos povos, envolvendo também a soberania territorial, hídrica e genética. E se comer é antes de tudo um ato político, esse momento de conversa é também uma convocação. Uma convocação para o povo brasileiro, para os trabalhadores e trabalhadoras se somarem nesta luta pela soberania alimentar, pelo abastecimento popular, pela agroecologia, pelo Cerrado, pela Caatinga, pela Floresta Amazônica, por todos esses patrimônios que o povo brasileiro tem.

8. Boletim Informativo sobre Tecnologias Sociais em Agroecologia. Ano 1. Ed. 21. Maio de 2019. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Informativo_21_WEB.pdf.

Para entender e enfrentar os desafios, a perspectiva de gênero é fundamental, justamente porque, se as mulheres participam com 50% da produção de alimentos no mundo, não há como pensar agroecologia, abastecimento popular, soberania alimentar sem a participação efetiva das mulheres. As mulheres estão presentes hoje na cesta alimentar do povo brasileiro, com toda a sua diversidade, a partir dos quintais, da criação de pequenos animais, das frutas e das hortaliças. Ao estender a mão, as mulheres trazem essas mãos cheias de alimento. E não é qualquer alimento. É um alimento cheio de muita mística, de muito compromisso, de muita história, de muita responsabilidade. Esse alimento é também uma conexão de gerações, porque a juventude para nós é argila fundamental que cimenta esse elo entre quem foi, quem é, e quem será, mas já sendo. 📷

QUEBRadeiras DE COCO
BABAÇU DO CERRADO.
CRÉDITO: YNDARA VASQUEZ



Nossa conversa vai chegando ao fim, mas os aprendizados seguem conosco durante esse momento de trocas coletivas e tão afetivas também, nas palavras de Cidinha Moura (FASE MT). Ouvir e aprender com as experiências que têm dado vida aos territórios e garantido alimentação segura e de qualidade é inspirador, sobretudo nesse momento de pandemia, pois aquece as esperanças de que outros mundos são possíveis. Mundos nos quais comida de verdade é direito, é livre de conflitos, transgênicos e agrotóxicos e se pauta pela justiça racial e de gênero e pela diversidade cultural e biológica. É um alimento que *“tem o rosto, a história e o sentimento da diversidade brasileira”*, nas palavras de Maria Kazé (MPA).

Durante toda a conversa, havia um sentimento compartilhado de saudade. De saudade dos encontros, da troca de saberes e conhecimentos entre agricultores e agricultoras que se fazem nos agroecossistemas, nos cultivos, junto às casas, nos espaços das feiras e nos tantos outros momentos coletivos nos quais a agroecologia é semeada. É uma *“vontade de sentar e comer comida de verdade com vocês”*, nas palavras de Cidinha Moura (FASE MT).

As experiências compartilhadas vêm de longe, se readequaram à pandemia, mas são frutos de processos históricos, políticos, sociais e produtivos, nos quais mulheres e homens têm se engajado na defesa da terra e do território, dos direitos sociais, da produção justa e agroecológica e do fortalecimento dos caminhos de comercialização. São passos acumulados de uma longa trajetória por vida digna e alimentação saudável no campo e na cidade, que cobram uma atuação ativa do Estado junto aos povos do campo, das águas, das florestas e das cidades, na garantia de comida de verdade, em tempos de pandemia e sempre!



Helena Lopes e
Fabio Pacheco





Juventudes do Cerrado:

SONHOS E RESISTÊNCIAS

*“Bordar, num pano de linho
Um poema tambor que
desperte o vizinho.
[...]*

Esfarrapados, banguelas e

Meninos de rua, poetas, babás.

*Vistam seus trapos,
abram os teatros,*

É hora de começar:

Alerta, desperta, ainda cabe sonhar.”

*(Cantata para um bastidor de utopias - cantada por Laís Cardoso, jovem
quebradeira de coco do Tocantins)*

Não são poucos os desafios que os povos indígenas e comunidades tradicionais do Cerrado enfrentaram em 2020. Sabemos que os conflitos agrários, a violação de direitos, os incêndios criminosos, o desmatamento e as desigualdades socioeconômicas não são processos que surgiram este ano, mas certamente foram severamente agravados pela pandemia do novo coronavírus e pela gestão do atual governo federal.

Apesar do cenário adverso, te convidamos a conhecer experiências de jovens que resistem e fazem brotar esperança em seus territórios. Esperança do verbo “esperançar”, de Paulo Freire, que é aquela que nos exige agir e transformar o tempo presente.

A diversidade identitária e cultural são características intrínsecas à condição juvenil e por isso convidamos jovens de diferentes territórios e realidades para nos contarem sobre “o que é ser jovem” e parte de um povo indígena ou comunidade tradicional do Cerrado. Neste artigo, aprenderemos com Laís Cardoso, do Acampamento Padre Josimo, situado na região do Bico do Papagaio (TO); Emília Costa, da Comunidade Quilombola Santo Antônio do Costa, do município de São Luiz Gonzaga (MA); Eriki Paiva Terena, do Território Indígena Taunay/Ipegue, de Aquidauna (MS); e Aline Mialho, agente pastoral e coordenadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no estado do Mato Grosso.



SER JOVEM, SER MULHER, SER QUEBRADEIRA

“Ainda cabe sonhar”. Foi com essas palavras entoadas em forma de canção que a jovem tocantinense Laís Cardoso começou a nos contar sobre os desafios que enfrenta no Bico do Papagaio (TO). *“Ser jovem, ser mulher, ser quebradeira de coco babaçu é partilhar desafios, é lutar pela terra, defender os nossos territórios, contribuir com os acampamentos e assentamentos populares nas fortalezas, construir, organizar a juventude. Aqui, no Bico do Papagaio, a gente*

tem várias juventudes e a gente está tentando se mobilizar assim, fazer com que todos os setores sejam ouvidos, articulados para lutar contra tudo isso aí que a gente está vivendo hoje, que é esse processo muito difícil”, conta.

Mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, a jovem quebradeira partilhou que as comunidades do Bico do Papagaio não deixaram de produzir alimentos para garantir a soberania alimentar do território. “É o nosso enfrentamento aqui, nossa quarentena é diferenciada porque a gente ultimamente tem produzido mais do que nos anos anteriores, estamos produzindo para nosso consumo e para a cidade. Essa produção está sendo distribuída em cestas básicas para áreas periféricas, e isso é meio que um reflexo do que a gente está vivendo, porque é o contrário do que acontece aqui no Bico em relação ao agronegócio, porque temos aí esse projeto macabro, que é o Matopiba, que vem degradando nossas áreas, degradando nosso solo, vem atacando nossos territórios e nossos povos”, enfatiza.

O Bico do Papagaio está situado na fronteira agrícola do Matopiba¹ — que incorpora o Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia — e há décadas sofre intensos processos de conflitos por terra. Ao Norte, sua extremidade é marcada pelo encontro dos rios Araguaia e Tocantins, responsáveis pelo abastecimento dos municípios da região e de centenas de comunidades rurais, o que desperta grande interesse do agronegócio. A região tocantina vem sofrendo com o crescimento das fazendas de monocultura de eucalipto, teca, gado e a expansão de empresas do ramo do papel e celulose, que desmatam, poluem os rios e ameaçam a vida e os territórios de comunidades tradicionais que vivem há décadas na região.

**“SER JOVEM,
SER MULHER, SER
QUEBRADEIRA DE COCO
BABAÇU É PARTILHAR
DESAFIOS, É LUTAR
PELA TERRA,
DEFENDER OS NOSSOS
TERRITÓRIOS,
CONTRIBUIR COM
OS ACAMPAMENTOS
E ASSENTAMENTOS
POPULARES NAS
FORTALEZAS,
CONSTRUIR, ORGANIZAR
A JUVENTUDE.”**

1. Joice Bonfim e Mauricio Correia. Grilagem e desmatamento no Cerrado – um olhar sobre a região Matopiba. Le Monde Diplomatique Brasil. 26 de outubro de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/grilagem-e-desmatamento-no-cerrado-um-olhar-sobre-a-regiao-matopiba/>.

JOVENS DURANTE MÓDULO
FORMATIVO DO PROJETO
JOVENS EM COMUNICAÇÃO.
CRÉDITO: ACERVO APA-TO



Por outro lado, assim como nos explicou Laís, mesmo em tempos de pandemia, os processos de resistência protagonizados por trabalhadores e trabalhadoras rurais das comunidades tradicionais, assentamentos, sindicatos e movimentos sociais da região prosseguem. Uma das expressões concretas dessa resistência é a atuação do grupo de comunicadoras e comunicadores populares chamado “Jovens em Comunicação”² do qual Laís faz parte.

“O Jovens em Comunicação é um grupo de jovens das comunidades. A gente tem feito várias atividades que mostram o que está ocorrendo dentro dos nossos acampamentos. E uma das coisas que a gente tem utilizado é essa comunicação para fazer denúncias, porque ultimamente nossas áreas aqui no Bico do Papagaio, uma em específico, vêm sofrendo alguns ataques com fogo. E a gente sabe muito bem que esse fogo, ele tem nome, tem dono”, ressalta a jovem comunicadora popular que nos explica que a atuação do coletivo combina atividades

2. Jovens em Comunicação. Disponível em: <https://www.facebook.com/jovensemcomunicacao>.



formativas e práticas voltadas para jovens de comunidades rurais de diversos municípios do Bico do Papagaio.

“Um apanhado de jovens está participando dessas formações recheadas de conteúdos para a gente aprender a se comunicar nas nossas áreas com os nossos povos e transmitir o que a gente está fazendo, o que a gente está produzindo, o que a gente tá vivendo para além das nossas cercas, das fronteiras, fazer com que isso seja transmitido para a cidade e para a sociedade aí fora”, destaca a jovem.

Iniciado em 2015, o Projeto Jovens em Comunicação conta com a assessoria da organização Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO) e o apoio de diversas entidades e movimentos da região, oferecendo aos jovens um curso de capacitação e atividades práticas que abordam temas como agroecologia, comunicação comunitária e direitos humanos.



ESCASSEZ DE OPORTUNIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

O que faz o jovem sair do campo e tentar ganhar a vida na cidade? De acordo com pesquisa³ lançada em outubro de 2020 pela APA-TO em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), as juventudes rurais do Bico do Papagaio não permanecem em seus territórios tradicionais por conta da falta de emprego e a impossibilidade de geração de renda, falta de estrutura e políticas públicas, falta de apoio das famílias e devido à desvalorização da pequena produção rural. Ainda segundo o estudo, “72% desses jovens desejam permanecer no campo, mas 50% não sabem se irão conseguir”.

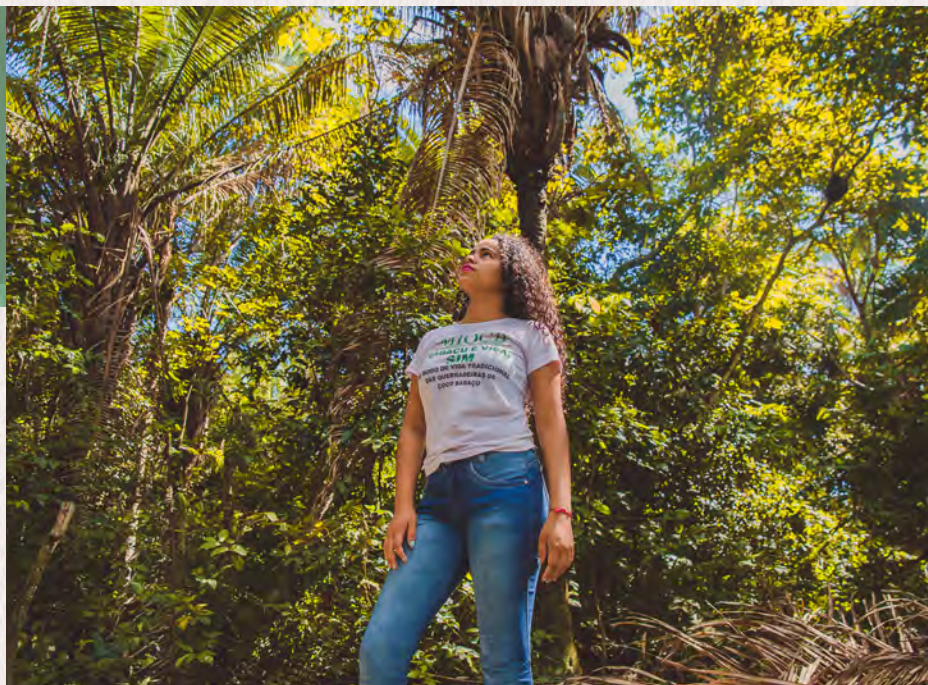
Sobre esse tema central na vida dos jovens que vivem no campo do Brasil, Laís comenta: *“A gente está sempre numa disputa direta com o capital e o pessoal quer o desenvolvimento que está acontecendo fora das nossas comunidades. Enquanto nas nossas [comunidades] não chegou internet, na cidade já tem.*

3. Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins. Juventudes Rurais do Bico do Papagaio. Diagnóstico da Realidade das Juventudes Rurais da Região do Bico do Papagaio – TO. 2020. Disponível em: http://www.apato.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Cartilha-APA-TO_DIGITAL-1.pdf.

“Não temos um emprego que possa disponibilizar para eles para estar comprando tênis. E aí isso acontece sempre. Eu acredito que é um reflexo em todas as comunidades, em todos os povos, que estão em busca de uma melhoria, em busca de uma vida melhor.”

Em entrevista dada ao site do Movimento Sem Terra (MST) em motivo do lançamento da pesquisa, Laís foi categórica em afirmar que os jovens estão insatisfeitos por não ter o desejado retorno financeiro de suas atividades. *“São esses jovens que cuidam da terra, da vida, das águas, do solo, com práticas agroecológicas, respeitando a biodiversidade do Cerrado e da Amazônia, e que infelizmente se veem obrigados a migrar porque não encontram oportunidades*

JOVEM QUEBRADEIRA
DE COCO BABAÇU NO
ASSENTAMENTO SETE
BARRACAS, NO BICO DO
PAPAGAIO (TO). CRÉDITO:
BRUNA VALENÇA/ACERVO
ACTIONAID BRASIL/MIQCB



para se beneficiarem dentro dos seus próprios territórios”, destaca.

Consciente das conquistas das juventudes, mas ciente dos desafios impostos pela conjuntura, Laís é manifestação concreta do “esperançar” dos Povos do Cerrado. *“Então, em meio a tudo isso, confrontando tudo isso, a gente está produzindo, a gente está resistindo, a gente está sonhando com um futuro melhor”*, finaliza.



PASSOS QUE VÊM DE LONGE

“O que é ser uma jovem quilombola nesse país de opressão?” Emília Leite, jovem moradora do Quilombo Santo Antônio do Costa, localizado no município de São Luís Gonzaga (MA), fez essa indagação a si mesma em nossa conversa.

Após um breve instante de pausa, ela mesma responde. E elementos para traduzir o que é ser jovem quilombola em um Brasil fundado em políticas excludentes não faltaram — bem como as formas de resistência para ser protagonista em um cenário historicamente adverso. *“Desde a chegada dos povos africanos aqui no Brasil, a gente tem sempre as piores condições de vida e os piores locais para morar. E tudo isso se soma a vários fatores da atualidade. Mas em contraponto a tudo isso, todo esse sofrimento, a gente traz alegria de pertencer, de morar, de conviver de forma coletiva com outras pessoas, que são nossos parentes, que têm essa mesma ligação no território”*, pontua Emília.

A intimidade com o local de morada, na perspectiva da jovem quilombola, se dá dos mais diversos modos. O sentimento de pertencimento, segundo Emília, vai *“além das pessoas, o território não é apenas as pessoas, mas também temos as águas, as encantarias, os frutos, os animais, tudo compõe esse território e vem nos alegrando nesse processo de luta. E se a gente não criar essa relação com tudo que está conectado dentro desse território, o nosso ser jovem*

**“A GENTE TRAZ
ALEGRIA DE
PERTENCER, DE
MORAR, DE CONVIVER
DE FORMA COLETIVA
COM OUTRAS
PESSOAS, QUE SÃO
NOSSOS PARENTES,
QUE TÊM ESSA
MESMA LIGAÇÃO NO
TERRITÓRIO”**

quilombola não tem sentido. Porque a gente não encontra isso em outros espaços. Na cidade, um jovem quilombola não vai encontrar toda essa conexão”.

Esse modo de vida e de culto às suas raízes é constantemente ameaçado pelo capital na figura do agronegócio. A Comunidade Quilombola Santo Antônio da Costa — assim como outras comunidades da região — é alvo da ganância de grileiros criadores de gado. Emília aponta esse assédio como uma maneira de cortar as raízes dos jovens com sua ancestralidade. *“A juventude quer melhorias, e quer avançar, e quando a gente vive em um território em disputa, se você não tiver uma juventude mobilizada, consciente dentro do processo de luta, ela vai ter outras motivações de vida”.*

A oferta do agronegócio induz jovens a acreditarem numa vida melhor fora de suas comunidades. Essas falsas promessas se traduzem, muitas vezes, em exploração da mão de obra na sua forma mais degradante: o trabalho escravo. *“Isso acontece muito no Maranhão com a juventude das comunidades quilombolas. Aí eles viajam para outros estados e vão muitas vezes ser escravizados, vão ganhar mixaria indo para essas fazendas cortar cana, catar alho, cebola”.*

Aos 28 anos de idade, o olhar de Emília consegue discernir que essas violências são orquestradas pelo capital privado com a anuência do Estado. Os dois poderes se mesclam. A bancada ruralista, no Congresso Nacional, reúne mais de 250 deputados federais ligados à Frente Parlamentar da Agropecuária. Esses congressistas são responsáveis por defender a pauta do agronegócio em detrimento da existência de povos indígenas e co-

munidades tradicionais e da conservação da biodiversidade.

Para Emília, as juventudes precisam de políticas públicas capazes de contribuir, por exemplo, para o desenvolvimento educacional de meninas e meninos, mas desde que sejam com um viés transformador e que respeitem suas tradições. *“A gente já sabe que a educação que a gente tem é uma educação excludente, e que não é para as comunidades tradicionais. E isso, nesse período, nos remete que a gente tem que construir uma educação para nós, que conte nossas histórias, que não nos exclua, que conte realmente o que aconteceu no Brasil, e que a gente não só levou pancada, que a gente também lutou, por isso que estamos vivos. A gente tem que começar a fazer essa descolonização também na educação”.*



JOVEM QUILOMBOLA
DO ASSENTAMENTO
MONTE ALEGRE, NO
MARANHÃO. CRÉDITO:
BRUNA VALENÇA/ACERVO
ACTIONAID BRASIL/MIQCB



“QUANTAS VOZES INDÍGENAS VOCÊ ACOMPANHA?”

Com a eclosão da pandemia do coronavírus uma palavra se tornou parte do vocabulário da maioria dos brasileiros, seja do meio rural ou urbano: as “lives”. De acordo com pesquisa⁴, o Brasil é o 4º país que mais fez transmissões virtuais este ano, contabilizando 82,9 mil “lives”. Os EUA, 1º colocado do monitoramento de abril de 2020, contabiliza 169 mil transmissões. De acordo com o mesmo estudo, sete das dez “lives” mais assistidas no Youtube são brasileiras – todas elas musicais e em sua maioria de artistas do universo sertanejo.

Na esteira deste fenômeno midiático global, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais passaram a se mobilizar nos meios digitais de maneira mais intensa em 2020. Eventos emblemáticos como o Acampamento Terra Livre (ATL)⁵, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, e o lançamento do Caderno de Conflitos⁶ da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram 100% virtuais este ano. Sobre estas atividades, o sul-matogrossense Eriki Paiva, do Território Indígena Taunay/Ipegue, nos provoca a refletir, uma vez que boa parte de seu povo, segundo o jovem, não possui condições de assistir as transmissões: *“Quantas vozes indígenas você acompanha? Quantas vozes quilombolas você ajuda a ecoar? Eu fiquei me perguntando para quem e para quê. Porque o meu povo, neste momento, não está tendo oportunidade, não está tendo a chance de assistir a essas lives. Não só por todo o contexto social, mas também pelo contexto do momento, da covid mesmo, e das queimadas no Cerrado e Pantanal, que vocês veem como está se desenvolvendo”*, destaca.

Para o jovem terena, ocupar os espaços virtuais é uma forma concreta do fazer resistência nos tempos atuais. *“Eu tenho ocupado esse espaço justamente como um espaço de denúncia, um espaço de visibilizar essa situação.*

4. Lives de 2020 são dominadas por brasileiros, com sete das 10 maiores audiências no mundo. 16 de maio de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/lives-de-2020-sao-dominadas-por-brasileiros-com-sete-das-10-maiores-audiencias-no-mundo-24430222>.

5. Maior Encontro de Povos Indígenas do Brasil será on-line. 25 de abril de 2020. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/04/25/maior-encontro-dos-povos-indigenas-do-brasil-sera-on-line/>.

6. Lançamento Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2019 – Rondônia. 29 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vwFW05v5wjI>.

Eu pensei que se eu não ocupar esses espaços, outras vozes, como antigamente, falarão por mim. Se você tem sensibilidade com assuntos fortes, e às vezes se afasta desse espaço, acha que as redes sociais são tóxicas, mais tóxicas ainda estão as vivências que nós temos que enfrentar nos nossos territórios, e é preciso falar delas, é preciso visibilizá-las, porque se a gente não visibilizá-las, se a gente não falar sobre elas, o resto do mundo acha que tá tudo natural e a gente segue morrendo”, enfatiza.

O território indígena Taunay/Ipegue é localizado no município de Aquidauana (MS), região de transição Cerrado-Pantanal, que neste ano teve número assustador de focos de incêndio e desmatamento. De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), os anos de 2019 e 2020 (até setembro) foram de recordes na quantidade de focos de queimadas no Cerrado (50,3 e 43,6 mil), no Pantanal (5,9 e 16,9 mil) e na Amazônia (65,7 e 73,9



POVO GUARANI KAIOWÁ
DO TERRITÓRIO INDÍGENA
LARANJEIRA NHANDERU,
EM BRILHANTE (MS).
CRÉDITO: THOMAS BAUER

mil), totalizando, 141,6 mil focos em 2019 e 153,5 mil focos até 27 de setembro de 2020 nos três biomas. O Pantanal, neste ano, acumulou os maiores índices de queimadas desde que o INPE começou a registrar os números do bioma, em 1998, destruindo 15% da região. Sobre esta situação, Eriki comenta:

“A gente está lidando com muita dor, está passando por esse momento com muita dor. Muitas das nossas pinturas representadas em nossos rostos, os nossos grafismos, representam animais. A gente tem pinturas que representam a cobra coral, pinturas que representam a onça pintada, e aí a gente vê essas espécies morrendo diariamente nessas queimadas. E aí eu me pergunto se meus filhos vão ter oportunidade que eu tive de aprender com o meu ancião, que tal pintura representa uma onça e poder ver essa onça, nem que seja por imagens próximas. Eu fico me perguntando se meus filhos vão ter essa chance de poder contemplar o que é uma onça, o que é uma cobra, o que é um animal silvestre no seu habitat. Na nossa região, a gente fica a 60 km da cidade numa área rural, e eu tive o privilégio de acordar com o canto dos pássaros, de tomar água direto do rio. Eu tenho muito medo de que os meus filhos não tenham essa oportunidade”.



IDENTIDADES E RESISTÊNCIAS

Ao ser perguntado sobre o impacto da pandemia em seu território, Paiva destacou a gravidade da conjuntura. *“No Mato Grosso do Sul, a gente tem 62 óbitos de covid-19 já confirmados [dado de setembro de 2020]. No meu território, entre o povo terena, existem 2.027 casos confirmados da doença e 57 óbitos. Somos a terceira etnia com maior número de óbitos. Na minha terra indígena Tainay/Ipegue, são 820 casos confirmados da doença. Não é somente questão de vida, não é somente questão de pessoas, são vozes que param de sonorizar, mas que seguem gritando dentro de nós por justiça, são mãos que deixam de segurar o maracá e cantarem para partirem para o mundo da encantaria”.*



Segundo Eriki, os números de contaminação e mortes não são ainda maiores porque seu povo segue organizado e resistindo como é possível. *“Nós temos que nos preocupar em continuar deixando nosso povo vivo. Atuei durante três meses na barreira sanitária do meu povo, para impedir a entrada de pessoas não-indígenas dentro da aldeia, uma barreira que funcionava 24 horas por dia com troca de turmas. Minha preocupação sempre foi essa de realmente atuar e proteger não só minha vida. A minha vida não tem mais importância se eu não puder dividir o meu espaço, meu fôlego com um animal silvestre. Eu não quero continuar num Brasil, num mundo em que as árvores tenham que ser derrubadas para construir asfalto e prédio”,* enfatiza.

Além da situação de vulnerabilidade social e econômica ter sido aprofundada pela covid-19, Eriki também aponta para as lutas por direitos culturais, identitários e territoriais que os povos indígenas do Mato Grosso do Sul e do Brasil enfrentam diariamente. *“Hoje, o índio só é aceito na sociedade se ele tiver vontade de se integrar, se ele tiver vontade de abandonar sua cultura, abandonar o seu pensamento, a sua língua. Se o índio quiser continuar preservando seu território, preservando seus costumes, ele precisa ser morto. É o que acontece no Brasil hoje. Um etnocídio, é um genocídio legislado, onde o próprio Estado legisla a favor de nossas mortes, que tampa as nossas bocas”.*

Para ser jovem indígena hoje é preciso lutar para afirmar todos os dias a sua identidade. É o que nos explica Eriki: *“É difícil ser jovem hoje, porque a gente enquanto jovem indígena transita pelos dois espaços, pelos dois mundos, pelo mundo não-indígena e pelo mundo indígena. No mundo não-indígena hoje sou estudante, já sou biólogo, professor formado, e agora estudante de Direito. Tive que aprender a transitar nesse espaço, a ocupar esse espaço, e ainda assim dentro deste espaço ter minha identidade inúmeras vezes negada, até mesmo por pessoas que se dizem respeitadores das etnias e dos povos, e ambientalistas”.*

**“A GENTE SEGUE
UMA CAMINHADA
QUE JÁ FOI FEITA
ATÉ AQUI, MAS
A GENTE QUER
CAMINHAR COMO
NÓS APRENDEMOS E
ACHAMOS QUE É A
MELHOR FORMA DE
SE CAMINHAR.”**

De acordo com o terena, “a sociedade não-indígena num todo não está adequada, não está preparada para nossa presença ainda. É extremamente doloroso esse processo que não respeita as culturas, e não respeita os povos, os espaços e a diversidade do país”.

Ao ser questionado sobre caminhos possíveis para transformação dessas realidades desafiadoras, Eriki nos convoca a refletir: “Precisamos pensar para quem e de que forma queremos o desenvolvimento de nossa sociedade. Eu acho que enquanto a gente pensar num desenvolvimento que não respeite os povos indígenas, não respeite os quilombolas, não respeite a natureza, os trabalhos com a natureza e não tenha uma visão extremamente humanizada, mas uma questão também naturalizada, as mortes vão continuar seguindo”, finaliza.



VOZ, VEZ, LUGAR

Aline Mialho é agente e coordenadora regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Cuiabá (MT). Aos 29 anos de idade, suas raízes camponesas se mantêm alimentadas pelo trabalho com a agroecologia e no envolvimento com as mulheres e jovens do campo. Entusiasta de temáticas como feminismo e questões geracionais, ela é uma das agentes da CPT que aprofunda o debate sobre juventudes na estrutura da pastoral e nos territórios.

O discurso de que “jovem não quer nada com nada” causa desconforto em Aline. Para ela, é desafiador conseguir mostrar que a juventude está presente na luta construindo processos

emancipatórios. *“Às vezes falam: ‘vamos inserir os jovens’, ‘ah, põe o jovem na animação, põe o jovem na relatoria [de encontros e reuniões]’. Até dentro das organizações às quais pertencemos, a gente ainda tem que ir lidando, rompendo certas barreiras, certos preconceitos. E a gente tem o nosso pé no chão, no bioma. A gente segue uma caminhada que já foi feita até aqui, mas a gente quer caminhar como nós aprendemos e achamos que é a melhor forma de se caminhar”*, protesta.

Quando a discussão é direcionada para dentro dos territórios, a agente pastoral acredita que o desmantelamento de políticas públicas voltadas às juventudes nos últimos anos, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é um fator



JOVEM QUILOMBOLA LAVANDO ROUPA NO RIO ARAGUAIA, NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHA DE SÃO VICENTE, EM ARAGUATINS (TO). CRÉDITO: THOMAS BAUER

relevante para a evasão do campo. *“Nós, jovens, precisamos gerar renda para permanecer nos territórios, porque senão a gente vai se deparar com esse processo que Emília relatou, que sempre saem ônibus e mais ônibus lotados de pessoas atrás de emprego. É necessário discutir o trabalho escravo também que chega até o jovem”.*

Seu anseio de lutar por espaços nos quais seja possível *“ouvir os jovens que estão no Cerrado, mas também que estão no Pantanal, que estão na Caatinga, estão na Amazônia”*, não esbarra em portas fechadas, pelo contrário, esse sonho é algo que a movimenta. *“A gente quer mesmo ser visto, ser vista, a gente quer fazer alegria, a gente quer chorar, a gente quer estar no enfrentamento, a gente quer estar em todos os espaços, porque a gente precisa disso também”.*



AINDA CABE SONHAR

Ao recordar o I Encontro das Juventudes do Cerrado, realizado em dezembro de 2018, em Hidrolândia (GO), com a participação de mais de 100 jovens de todos os estados que compõem o Cerrado, Aline convoca a juventude a seguir na luta, independente das diferenças que envolvem essa caminhada: *“A gente cantava ‘passarinho de toda cor, gente de toda cor, amarelo, rosa e azul, me aceita como eu sou’. Então eu acho que é isso, deixar esse recado para nós, jovens do Cerrado, para a gente continuar aí, continuar falando, gritando para todos os cantos”*, finaliza.

Durante o encerramento do Encontro rememorado por Aline, os jovens participantes clamaram: ***“É tempo de união. Tempo de avançar de mãos dadas com nossos companheiros e nossas companheiras de outros biomas, das cidades, de outros países para resistir aos retrocessos. É momento de, mais do que nunca, abrir caminho para a resistência da juventude”***.




CIRANDA DAS JUVENTUDES DURANTE O I ENCONTRO DAS JUVENTUDES DO CERRADO, EM HIDROLÂNDIA (GO). CRÉDITO: WELLIGTON DOUGLAS/ACERVO CAMPANHA EM DEFESA DO CERRADO

de, dos nossos cantos, da nossa energia e da nossa mística. O Cerrado também é sua juventude resiliente e a sua diversidade. Não temos tempo a temer, vamos juntos e juntas e respiramos luta!”

Ao observarmos a diversidade presente em seus territórios, conjunturas, modos de vida e processos de resistência, Aline, Emília, Laís e Eriki, assim como tantos e tantas juventudes do Cerrado, nos provam que “ainda cabe sonhar”, nos provocando a construir as esperanças coletivamente, misturando gerações, respeitando as diferenças e valorizando a vida e os saberes ancestrais dos povos indígenas e comunidades tradicionais de nosso país.



Bruno Santiago e
Rafael Oliveira



CONHEÇA A CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO

Nos últimos anos, o Cerrado “entrou no mapa” para muitas pessoas preocupadas com as múltiplas crises e injustiças ambientais que assolam nosso planeta. E a Campanha em Defesa do Cerrado se orgulha de fazer parte dessa ampliação de consciência. Desde seu lançamento, em 2016, por meio da articulação de movimentos, organizações e pastorais sociais com uma longa trajetória de lutas com os pés no chão do Cerrado, a Campanha vem contribuindo para dizer ao Brasil e ao mundo que o Cerrado existe, é belo, é singular e é sociobiodiverso.

Ao mesmo tempo, e fundamentalmente, a Campanha tem realizado essa caminhada ao lado dos povos do Cerrado, verdadeiros guardiões e multiplicadores dessa riqueza. São eles que fazem do pequi, do babaçu, do buriti e tantos outros frutos do Cerrado a base de alimentos e geração de renda. Que usam a palha do babaçual e do buritizal, o capim dourado, as flores sempre-vivas e tantos ou-

tros elementos na feitura de belos artesanatos. Que conhecem as plantas medicinais e realizam diversos ofícios de cura e benzimento. Que sabem realizar a pesca e a roça no ritmo das cheias e vazantes dos rios. Que sabem o manejo e a roça apropriada para cada agroecossistema. Que sabem manejar os pastos naturais com o gado criado entre os vales e os gerais. Que cuidam dos lugares sagrados de morada dos Encantados. E é com o protagonismo desses povos que a Campanha se fortalece e se enraíza nos chãos dos sertões.

O diálogo de saberes — tradicionais e científicos — é uma das premissas político-metodológicas da Campanha. Esse diálogo reitera a compreensão do quão fundamental é superar visões dicotômicas e coloniais que colocam em oposição entes que se fortalecem em complementaridade: os povos e a biodiversidade do Cerrado. Essa ecologia de saberes e olhares permite confrontar concepções que tratam o Cerrado como um espaço homogêneo e pobre, passível de ser devastado e reduzido a monocultivos, áreas de pastagens, mineração e mega infraestruturas para a exportação de commodities.

Esse diálogo de saberes também nos convoca ao entendimento de que a contenção da devastação do Cerrado não passa por enfatizar coalizões empresariais aparentemente “preocupadas” com as mudanças climáticas ou mecanismos financeiros “verdes” ou, ainda, novos pacotes tecnológicos cor-

porativos do agronegócio que prometem contaminar e desmatar menos, etc. Essas “falsas soluções” de mercado para as crises ambiental e climática seguem na mesma toada dos projetos de devastação: desconsideram a importância dos saberes dos povos do Cerrado e retiram seu protagonismo na defesa do futuro do Cerrado; enfatizam a “monocultura” da vida e da terra e não a diversidade cultural e biológica; e, ao mesmo tempo, anistiam aqueles que roubaram as terras de tantos povos (e desmataram os cerrados) e chamam as terras roubadas em outros tempos de “consolidadas”. Pela memória, a verdade e a justiça, a Campanha segue na defesa dos direitos territoriais dos povos do Cerrado, em contraposição a qualquer ideia falsa de que estes direitos estejam sujeitos a “marcos temporais”.

Os povos do Cerrado são diversos. São indígenas de tronco Macro-Jê (como os Xerente, Xakriabá, Apinajé e Xavante), mas também Tupi-Guarani (como os Guarani e Kaiowá) e Aruak (como os Terena e Kinikinau). São comunidades quilombolas, como os Kalunga, os jalapoeiros e centenas de outras pelos sertões do Cerrado. São comunidades tradicionais, tão diversas como o próprio Cerrado e que têm suas vidas entrelaçadas nas árvores e plantas, bichos, chapadas, vales e águas da região, como as quebradeiras de coco-babaçu, raizeiras, geraizeiras, fecho de pasto, apanhadoras de flores sempre-vivas, benzedadeiras, retireiras, pescadoras

artesanais, vazanteiras e pantaneiras. São, ainda, os assentados e assentadas de reforma agrária e outras populações de base camponesa.

O compromisso que deve orientar as lutas é o da defesa dos territórios desses povos e comunidades, que têm garantido a conservação da biodiversidade e a proliferação da vida no Cerrado, sobretudo, em um momento histórico marcado por retrocessos e por uma política de poderes públicos e privados que reproduz violações de direitos, violências e ameaças sobre os povos e comunidades.

O Cerrado é o berço das águas e promove o encontro por meio das águas. Da mesma forma, os povos do Cerrado são como as águas: crescem quando se encontram. E têm se encontrado cada vez mais nesse processo que construímos coletivamente entre tantos movimentos, organizações e pastorais sociais, povos e comunidades do Cerrado e grupos de pesquisa, cujo diálogo contínuo de saberes deságua na e alimenta a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.



Diana Aguiar e
Helena Lopes

PARTICIPANTES NOS DIÁLOGOS

ABELTÂNIA SOUZA

Agente da Comissão Pastoral da Terra na Bahia (CPT – BA).

ADALGISA GUEDES DOS SANTOS

Artesã de capim dourado de Formosa do Rio Preto (BA).

ALINE MIALHO

Agente da Comissão Pastoral da Terra no Mato Grosso (CPT – MT).

APARECIDA ANA ARRUDA VIEIRA (TANTINHA)

Raizeira de Sabará (MG), onde mantém o Ervanário São Francisco. É mestra em Saberes Tradicionais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e faz parte da Coordenação da Articulação Pacari Raizeiras do Cerrado.

FÁTIMA ALVES (TATINHA)

Apanhadora de flores e integrante da Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (Codecex).

CÉLIA XAKRIABÁ

Articulação Nacional das Mulheres Indígenas. Assessora parlamentar, professora, mestra em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (MESPT – UnB). Doutoranda em antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Reafirma que sua primeira escola foi a luta.

CLARA TEODORA DOS SANTOS

Artesã de capim dourado de Formosa do Rio Preto (BA).

CLAUDEILTON LUIZ

Advogado popular do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e da Via Campesina.

CLÁUDIA SALA DE PINHO

Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras e presidenta do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

JAMILTON MAGALHÃES (CARREIRINHA)

Vaqueiro da comunidade de Buriti, em Correntina (BA), e liderança do Coletivo de Fundo e Fecho de Pasto do Oeste da Bahia.

CIDINHA MOURA

Coordenadora da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) no Mato Grosso.

ELZA XERENTE

Artesã e guardiã de sementes da aldeia Traira do povo Xerente no Tocantins.

EMÍLIA COSTA

Quilombola da comunidade Santo Antonio do Costa, em São Luís Gonzaga (MA), e articuladora do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom).

ERIKI PAIVA

Terra Indígena Taunay/Ipegue, em Aquidauna (MS), e membro do Conselho Terena da APIB.

ERILEIDE DOMINGUES

Porta-voz do povo Guarani Kaiowá e da Aldeia Guyraroka, em Caarapó (MS). Membro do Conselho Aty Guasu e da Retomada Aty Jovem (RAJ).

FRANCISCO WAGNER PEREIRA SANTOS

Diretor-presidente da Cooperativa Grande Sertão em Minas Gerais.

ISABEL RODRIGUES

Liderança da Comunidade Quilombola Barra da Aroeira no Cerrado tocantinense.

JOSEMAR ALVES DURÃES

Pescador da Ilha da Marambaia no rio São Francisco e coordenador nacional do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

LAÍS CARDOSO

Quebradeira de coco, comunicadora popular e integrante do Coletivo de Juventudes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Bico do Papagaio no Tocantins.

LARISSA PACKER

Advogada popular da GRAIN América Latina.

LEANDRO SANTOS

Agricultor da Comunidade Quilombola Cocalinho, no município de Parnarama (MA).

LIDIANE TAVERNY SALES

Retireira do Araguaia, pesquisadora no Grupo de Pesquisa Educação, Saberes e Decolonialidades (GPDES) e do Grupo de pesquisa Cauim – Estudos e Práticas Dialógicas no Contexto de Povos e Territórios Tradicionais da Universidade de Brasília (UnB).

LUCELY MORAIS PIO

Raizeira da Comunidade Quilombola de Cedro, em Mineiros (GO), faz parte da coordenação da Articulação Pacari-Raizeiras do Cerrado e é mestra em Saberes Tradicionais pela Universidade de Brasília (UnB).



MARIA ALAÍDES DE SOUSA

Quebradeira de coco babaçu do Maranhão e coordenadora geral do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

MARCOS ROGÉRIO BELTRÃO

Ambientalista e documentarista de Correntina, no Cerrado baiano.

MARLENE RIBEIRO DE SOUSA

Geraizeira do Vale das Cancelas do Norte de Minas Gerais.

MARIA KAZÉ

Coordenadora nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

MAURÍCIO TORRES

Professor do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES

Liderança da Comunidade Quilombola Barra da Aroeira no Cerrado tocantinense.

MIRACI SILVA

Animadora de sementes do Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (GIAS) no Mato Grosso.

OLGA MATOS

Assessora de Projetos da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE).

RAIMUNDA NONATA

DA SILVA NEPOMUCENO

Quebradeira de coco babaçu da Comunidade Quilombola Cocalinho (MA) e liderança do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom).

ROSALINA BATISTA DOS SANTOS

Artesã de capim dourado de Formosa do Rio Preto (BA).

SANDRA MARIA DA SILVA ANDRADE

Quilombola da comunidade Carrapatos da Tabatinga (MG), coordenadora executiva e do Coletivo de Mulheres da CONAQ, mestra do Saber Tradicional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SILVIO PORTO

Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

SOCORRO TEIXEIRA

Quebradeira de coco babaçu do Bico do Papagaio (TO), é presidenta da Rede Cerrado e compõe a Coordenação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

VALDIVINO MARQUES

Agricultor familiar da comunidade Matinha, no município de Guaraí (TO).



AS AUTORAS E AUTORES

AS ORGANIZADORAS

DIANA AGUIAR

Assessora da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e doutora pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR – UFRJ).

dianaguiair@gmail.com

HELENA LOPES

Assessora de Agroecologia e Justiça Climática da ActionAid Brasil e doutoranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA – UFRRJ).

helena.rodriques@actionaid.org

DOS CAPÍTULOS

ALEXANDRE GONÇALVES

Agente da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais (CPT – MG).

alexandrecept@gmail.com

ANTÔNIO VERÍSSIMO DA CONCEIÇÃO

Lavrador, ativista e liderança na aldeia de Cocalinho no Bico do Papagaio, Tocantins.

apinajeantonio@gmail.com

BRUNO SANTIAGO

Assessor de comunicação da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e especialista em Mídia, Informação e Cultura pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA – USP).

comunicacerrado@gmail.com

CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (LEMTO | PosGeo – UFF).

cwpg@uol.com.br

DANIELA EGGER

Geógrafa e educadora popular, doutoranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA – UFRRJ) e membro do Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (Gemap) no CPDA – UFRRJ.

egger.daniela@gmail.com

EDUARDO BARCELOS

Professor do Curso Técnico em Meio Ambiente e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Meio Ambiente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), campus Valença, e doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

eduasb@gmail.com

ELVIS MARQUES

Assessor de comunicação da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e especialista em Assessoria de Imprensa na Comunicação Digital pela UniAraguaia Centro Universitário.

elvisffmarques@gmail.com

FABIO PACHECO

Coordenador do Programa de Agroecologia da Associação Agroecológica Tijupá, engenheiro agrônomo, mestre em Agroecologia pelo Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão (PPGA – UEMA). Integra o Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia e é membro do Grupo Carta de Belém.

pachecofp@gmail.com

FERNANDA MONTEIRO

Engenheira agrônoma e doutora em Geografia Humana pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (PPGH | FFLCH – USP).

fernandamonteiro5@hotmail.com

ISOLETE WICHINIESKI

Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Graduada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC – GO), integra a articulação das CPT's do Cerrado e a Coordenação Executiva da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.

isolete@cptnacional.org.br

JAQUELINE EVANGELISTA DIAS

Coordenadora executiva da Articulação Pacari Raizeiras do Cerrado, engenheira agrônoma e doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

jaquelinevangelista32@gmail.com

JULIANNA MALERBA

Assessora da FASE, membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR – UFRJ).

julianna@fase.org.br

LAUDOVINA APARECIDA PEREIRA

Membro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Goiás/Tocantins e jornalista com especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

laudovina@gmail.com

LETÍCIA APARECIDA ROCHA

Irmãs da Divina Providência, agente pastoral do Conselho Pastoral dos Pescadores – MG, documentarista dos conflitos no campo da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais (CPT – MG) e mestra em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS – Unimontes).

leticiarocheidp@gmail.com

LOURDES CARDOZO LAUREANO

Coordenadora técnica da Articulação Pacari Raizeiras do Cerrado, agricultora e farmacêutica.

lourdeslaureano60@gmail.com

MARCELA VECCHIONE

Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e membro do Grupo Carta de Belém.

marcela.vecchione@gmail.com

MARIA EMÍLIA LISBOA PACHECO

Assessora da FASE – Solidariedade e Educação. Mestra em Antropologia Social. Integra os Núcleos Executivos do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e da Articulação Nacional de Agroecologia.

memilia@fase.org.br

MARYELLEN CRISÓSTOMO

Quilombola, jornalista, mestranda em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), assessora de comunicação da Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas do Tocantins (Coeqto) e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e narradora do podcast Ondas da Resistência (Intervozes).

maryellencs.27@gmail.com

MAURÍCIO CORREIA SILVA

Advogado popular, atua em conflitos fundiários e socioambientais na defesa de direitos de movimentos sociais de luta pela terra. Especialista em Direitos Sociais do Campo pela Universidade Federal de Goiás (UFG), é



atualmente coordenador geral da Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais da Bahia (AATR – BA).

mauriciocorrei@yahoo.com.br

NAIARA ANDREOLI BITTENCOURT

Advogada popular na Terra de Direitos no eixo de Biodiversidade e Soberania Alimentar. Doutoranda em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integra o GT Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia e a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

naiara@terradedireitos.org.br

PAULO ROGÉRIO GONÇALVES

Técnico da Associação Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins – APATO.

pauloapato@gmail.com

RAFAEL OLIVEIRA

Jornalista, comunicador e educador popular e atua como articulador da região Centro-Oeste no projeto “Ação Coletiva Comida de Verdade: aprendizagem em tempos de pandemia”.

rafael.oliveira81@gmail.com

RAQUEL RIGOTTO

Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Ceará (PPSAC | CCS – UFC) e coordenadora do

Núcleo Tramas – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde da UFC. É membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e do Grupo Diálogos e Convergências Águas.

raquelrigotto@gmail.com

ROBERTO ANTONIO LIEBGOTT

Missionário leigo do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, Coordenador do Cimi Sul – que abrange os estados do RJ, SP, PR, SC e RS – e é formado em Filosofia e Direito.

cimisulpoa@gmail.com

ROSALVA GOMES

Assessora técnica do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), mulher preta, artesã com babaçu e sementes nativas, compositora e filha e neta de quebradeira de coco.

regionalimperatriz@miqcb.org.br

SAMUEL BRITO

Engenheiro agrônomo e educador social da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Centro Oeste da Bahia, que atua com assessoria, educação popular e articulação na região do Médio São Francisco.

samuelbritto@yahoo.com.br

SOLANGE IKEDA-CASTRILLON

Professora no curso de Ciências Biológicas e nos Programas de Pós-Graduação em

Ciências Ambientais e Profissional em
Gestão e Regulação dos Recursos Hídricos
da Universidade do Estado do Mato Grosso
(PPGCA – UNEMAT).

solangeikeda@gmail.com

VALÉRIA PEREIRA SANTOS

Agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT),
membro da Coordenação Executiva da
Campanha em Defesa do Cerrado e mestre em
Demandas Populares e Dinâmicas Regionais
pela Universidade Federal do Tocantins
(PPGDire – UFT).

valeria_sants@yahoo.com.br

YNAÊ OLIVEIRA SALES

Estudante de Educação Física, pescadora,
bordadeira de ypês e retireira do Araguaia.

ynaesales123@gmail.com



COLABORADORAS E COLABORADORES

BIANCA PYL

Jornalista, editora web do Le Monde
Diplomatique Brasil e apresentadora do
podcast Guilhotina.

LETÍCIA LUPPI

Designer do Estúdio Massa. Bacharel em
Desenho Industrial pela Universidade
Presbiteriana Mackenzie.

MAURO MAROTO

Designer e ilustrador do Estúdio Massa.
Bacharel em Desenho Industrial pela
Universidade Presbiteriana Mackenzie.

KAIO RODRIGUES

Mestrando em Relações Internacionais
pela Pontifícia Universidade Católica do
Rio de Janeiro (PUC-Rio).

FOTÓGRAFAS E FOTÓGRAFOS

ACERVO RETIREIRAS DO ARAGUAIA

Grupo de mulheres tradicionais nascidas às margens do rio Araguaia em Luciara - MT.

@retireirasdoaraguaia

ANDRESSA ZUMPANO

Fotojornalista e documentarista da Articulação das Pastorais Sociais e do Campo.

zumpanoandressa@gmail.com

ANDRES PASQUIS

Sociólogo e comunicador, especializado nas lutas contra a violência de gênero e pela identidade de povos e comunidades tradicionais.

andres.pasquis@gmail.com

ANA LUCIA FORNANCIARI

Fotojornalista.

alfornanciari@gmail.com

ADI SPEZIA

Assessora de Comunicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

adi.spezia@cimi.org.br

BRUNA VALENÇA

Fotógrafa e filmmaker nascida no Recife (PE).

bruna@brunavalenca.com

BRUNO SANTIAGO

Assessor de Comunicação da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.

comunicacerrado@gmail.com

CARLOS VINICIUS

Designer e produtor audiovisual.

carlosvinicius.ds@gmail.com

CLARA MABELI

Gestora Ambiental e Especialista em Juventude no Mundo Contemporâneo.

mabeliclara@gmail.com

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO DO MPA RONDÔNIA

Movimento dos Pequenos Agricultores.

www.mpabrasil.org.br

DAGMAR TALGA

Jornalista, Documentarista Essá Filmes e

integrante do Coletivo de Comunicação da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.
ddtalga@hotmail.com

ELVIS MARQUES

Assessor de Comunicação da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.
elvisffmarques@gmail.com

EDSON PRUDENCIO

Fotógrafo. Já documentou crianças trabalhando em um abatedouro clandestino e moradores de rua em São Paulo.
edsonprudencio@ymail.com

FERNANDA MONTEIRO

Engenheira agrônoma e Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).
fernandamonteiro5@hotmail.com

GEOMÁRCIO SILVA

Cooperativa Grande Sertão.
georgerodriguesfonseca@gmail.com

GUILHERME CAVALLI

Assessor de Comunicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Coordenador da Campanha de Desinvestimento em Mineração, da rede Iglesias y Minería (IyM). Documentarista e fotógrafo.
guilhecavalli@gmail.com

GUILHERME GOMES

Fotógrafo e fotógrafo freelancer.
gui@guigomes.com.br

GUSTAVO OHARA

Designer gráfico, fotógrafo e filmmaker @gustavohara
gustavo.ohara@gmail.com

INGRID BARROS

Maranhense, documentarista e comunicadora multimídia.
ingridrbarros@gmail.com

LAUDOVINA PEREIRA

Jornalista e representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no Tocantins.
laudovina@gmail.com

LEANDRO DOS SANTOS

Quilombola da Comunidade Cocalinho (MA) e comunicador popular.
leandrococalin@gmail.com

MARCIO ISENSEE SÁ

Fotógrafo e videomaker especializado em pautas socioambientais.
marcioisensee@gmail.com

MAYARA SUELLEN COSTA BESSA

Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

mayarasusu@hotmail.com

JAQUELINE EVANGELISTA DIAS

Assessora da Articulação Pacari Raizeiras do Cerrado.

jaquelinevangelista32@gmail.com

JOSE GOMES

Agricultor do Assentamento Roseli Nunes (MT).

Josegomes1977@hotmail.com

JOÃO PAULO GUIMARÃES

Foto Documentarista e Foto Ativista. Atualmente na Revista Cenarium de Manaus e Jornalistas Livres.

joapaulocorrespondente@gmail.com

JOÃO ROBERTO RIPPER

Fotógrafo histórico documental.

imagenshumanas@gmail.com

JOÃO ZINCLAR (*in memoriam*)

Foi um importante e brilhante fotógrafo das lutas sociais. Conheça seu acervo e ajude a preservar sua memória.

www.ajz.campinas.br

THOMAS BAUER

Fotógrafo e videomaker da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

tbauer@inovenet.com.br

OSCAR RAUL VARGAS COVARRUBIAS

Centro de Investigación y Promoción del Campesinado – CIPCA en Santa Cruz, Bolívia.

vargascova@icloud.com

WELLIGTON DOUGLAS

Agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Mato Grosso

welligtoncptmt@gmail.com

YNDARA VASQUEZ

Jornalista da Inspirar, gestora de projetos em comunicação integrada para comunidades e povos tradicionais.

inspirarcomunicacao21@gmail.com

Realização:

SEM CERRADO
ÁGUA
VIDA

act:onaid

Parceria:

LE MONDE
diplomatie BRASIL

Apoio:

CRITICAL ECOSYSTEM
PARTNERSHIP FUND



IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

Os artigos que compõem este livro ecoam a memória ancestral de que as paisagens onde a biodiversidade do Cerrado vibra não são representações de uma natureza intocada, mas sim patrimônios históricos e socioculturais, fruto da convivência e cuidado dos povos com o Cerrado. Ao mesmo tempo, os relatos e análises mostram que esses saberes tradicionais vão se transformando, sendo desenvolvidos e continuamente testados, adaptados e reinventados por meio do manejo consciente das paisagens, ao longo de inúmeras gerações, e por isso mesmo são resilientes, diversos e apropriados a cada lugar. Essa conexão entre tradição e inovação — em meio a uma profunda crise ecológica mundial e mesmo após décadas de devastação do Cerrado pelo agronegócio monocultural — está entre os maiores legados dos povos do Cerrado, partilhando horizontes de vida, agora, e para o futuro.

ISBN: 978-65-89247-00-5



9 786589 247005